

Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol.4



Periodicals
EDITORA ACADÊMICA

Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol.4

Volume IV da Seção de Estudos em Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de
livros Humanas em Perspectiva



Equipe Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas - volume 4. / Filipe Lins dos Santos.
(Editor) – João Pessoa: Periodicojs editora, 2022.

E-book: il. color.

E-book, no formato ePub e PDF.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-89967-55-2

1. Estudos interdisciplinares. 2. Ciências Humanas. I. Santos, Filipe Lins dos. II.
Título

CDD 001.3072

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas: pesquisa 001.3072

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



**Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Prefácio



A coleção de ebooks intitulada de Humanas em Perspectiva tem como propósito primordial a divulgação e publicação de trabalhos de qualidade nas áreas das ciências humanas que são avaliados no sistema duplo cego.

Foi pensando nisso que a coleção de ebooks destinou uma seção específica para dar ênfase e divulgação a trabalhos de professores, alunos, pesquisadores e estudiosos das áreas das ciências humanas. O objetivo dessa seção é unir o debate interdisciplinar com temas e debates específicos da área mencionada. Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área da ciências humanas.

Esse novo volume reúne diversos artigos rigorosamente avaliados e de extrema credibilidade científica e acadêmica para a sociedade. Desejamos que todos os leitores que façam um excelente proveito para aprofundamento teórico e crescimento pessoal por meio dos estudos publicados.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs



Sumário



Capítulo 1

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING JURÍDICO

8

Capítulo 2

CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE: UM EDUCADOR PARA
ALÉM DE SEU TEMPO

33

Capítulo 3

CIBERCULTURA NA EDUCAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES, CONFLITOS E NOVAS
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

47

Capítulo 4

TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS: UMA BREVE ANÁLISE DE DOIS ARTIGOS DE
OPINIÃO SOBRE A LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS

59

Capítulo 5

EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE LÍQUIDA: DESAFIOS NA PRÁTICA DOCENTE

72



Capítulo 6

ARTE E NAZISMO: APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE AS ARTES
VISUAIS E O TERCEIRO REICH

93

Capítulo 7

GESTÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
DE IMPLEMENTAÇÃO NA HODIERNIDADE

117

Capítulo 8

A IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER O HÁBITO DA LEITURA

135

Capítulo 9

INSATISFAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRINCIPAIS CAUSAS E
CONSEQUÊNCIAS

149

Capítulo 10

READAPTAÇÃO FUNCIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS DA READAP-
TAÇÃO DOCENTE

159

Capítulo 11

POLÍTICAS PÚBLICAS E CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PERSPECTIVAS



DE MUDANÇAS NO ENSINO E NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES

169

Capítulo 12

ANÁLISE DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA FASE I DO ENSINO FUNDAMENTAL

198

Capítulo 13

A CONTRIBUIÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES: PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA

212

Capítulo 14

A PLAUSIBILIDADE DO USO DA AFETIVIDADE NAS ATIVIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

232

Capítulo 15

A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

255

Capítulo

1

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING JURÍDICO



A IMPORTÂNCIA DO MARKETING JURÍDICO

THE IMPORTANCE OF LEGAL MARKETING

Alexander Besouchet Martins¹

Resumo: O presente estudo científico, realizado através da metodologia exploratório- descritiva, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, tem como objetivo demonstrar a falta de regulamentação da OAB acerca da utilização das redes sociais como ferramenta de marketing versus o desconhecimento das ferramentas de divulgação das atividades advocatícias. De mesmo modo, possui como objetivo conceituar o marketing e o direito, pautado no Estatuto da OAB. Tal abordagem permite também que seja verificada e analisada a incidência de problemas gerados pelos posicionamentos das OABs Regionais. Como objetivos específicos estabelecidos, versou sobre o exemplificar de situações e aplicação dentro do contexto da evolução da profissão jurídica no Brasil. O trabalho fundamentou-se à luz de teóricos do marketing e da legislação vigente, potencializado a doutrina majoritária do ramo eleito para se atingir a compreensão pretendida acerca do assunto.

Palavras-chave: Marketing jurídico, Redes sociais, Estatuto da OAB, Advogados.

Abstract: The present scientific study, carried out through the exploratory-descriptive methodology, through bibliographical and documentary research, aims to demonstrate the lack of regulation of the

¹ Graduando em Direito pela Estácio de Sá, pós graduando em Ciências Políticas e Direito Imobiliário e MBA em Advocacia Municipal Pública, ambos pela Unypós-Faculdade Unypública. Escritor, Publicitário, Produtor de conteúdo para o Portal Passei Direto, Corretor e Avaliador de Imóveis



OAB regarding the use of social networks as a marketing tool versus the lack of knowledge of the dissemination tools of the activities lawyers. Likewise, it aims to conceptualize marketing and law, based on the OAB Statute. This approach also allows for the verification and analysis of the incidence of problems generated by the positions of the Regional OABs. As specific objectives established, it dealt with exemplifying situations and application within the context of the evolution of the legal profession in Brazil. The work was based on the light of marketing theorists and current legislation, enhancing the majority doctrine of the chosen branch to achieve the intended understanding of the subject.

Keywords: Legal marketing, Social networks, OAB Statute, Lawyers.

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico, com tema relacionado ao marketing jurídico, bem como de sua relevância na atualidade, justifica-se por meio das dificuldades que os advogados encontram ao se depararem com normativas que os impedem de realizar divulgações e publicidade de seus serviços, a fim de obter resultados com atuação de marketing direcionada ao seu público alvo, de forma eficaz, sem ferir as normativas encontradas no Estatuto da OAB.

A escolha do tema nasce da inquietação acerca do seguinte questionamento: como os operadores do direito podem fazer uso adequado e eficiente do marketing jurídico?

A resposta para essa e outras questões relacionadas ao tema pretendem ser alcançadas, mediante a explanação acerca do objetivo geral do estudo, que se dá em verificar conceito e aplicabilidade



de do marketing jurídico e sua relevância para os operadores do direito.

Como metodologia científica, foi definida, segundo infere Gil (2022, p. 48), a exploratório-descriptiva de cunho bibliográfico, que se utiliza do método dedutivo, pelo qual se busca conhecer a verdade sobre determinado assunto em questão.

Para tanto, foram pesquisados livros e autores referências no âmbito do marketing como Philip Kotler e do marketing jurídico, como Bertozzi, além de apoio em doutrina, estatuto da OAB e do próprio ordenamento jurídico vigente.

Por fim, buscou-se inferir as devidas considerações finais sobre o tema, partindo-se da análise dos dados teóricos, legais e doutrinários sobre a temática abordada.

ABORDAGEM HISTÓRICO CONCEITUAL DO MARKETING

Para que se tenha um melhor entendimento do tema, afim de seguir na busca dos objetivos geral e específicos, pretende-se iniciar a pesquisa versando sobre o marketing, seu conceito e breve histórico, bem como a explanação de suas principais ferramentas.

Sequencialmente busca-se chegar ao marketing digital e suas ferramentas mais utilizadas na atualidade, bem como de possíveis aplicações e ações que através delas podem ser executadas visando melhoria de resultados para as empresas.

Ao dar início ao presente estudo, se faz necessário explicar os conceitos envolvidos na temática escolhida. Para tanto, inicia-se analisando o conceito de Marketing, que de acordo com Kotler, pode ser entendido da seguinte forma: “marketing é o processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor



com outros”. (KOTLER, 2011)

O conceito contemporâneo de marketing engloba a construção de um satisfatório relacionamento a longo prazo, no qual indivíduos e grupos obtêm aquilo que desejam e necessitam.

Observa-se que o marketing se originou para atender as necessidades de mercado, mas não está limitado aos bens de consumo. É também amplamente usado para ideias e programas sociais.

Técnicas de marketing são aplicadas em todos os sistemas políticos e em muitos aspectos da vida. (KOTLER, p. 32, 2011).

Sendo assim, pode-se observar que através do Marketing, são desenvolvidas ações voltadas a comunicação com cunho não apenas direcionado ao lucro e questões financeiras, mas também sociais, estruturais e também oriundas de instituições sem fins lucrativos.

Se faz necessária uma explanação sobre marketing a fim de aprofundar seus aspectos específicos e sociais. Tudo leva a crer que se pode comunicar e inferir ideias, fazer propaganda de forma direta, mas não, este tipo de marketing tem muito mais a ver com sociedade e com ajuda do que uma simples propaganda.

A seguir serão abordados alguns conceitos de marketing que proporcionarão um melhor entendimento do que é marketing social.

Conforme Vaz (1995), a modalidade de ação no mercado tem como objetivo ajudar a sociedade, diminuindo e eliminando problemas e carências da sociedade.

Entretanto, com base em inferências de Fontes (2001), Kotler e Roberto (1992), bem como Wasek (1992), todos se referem ao conceito de marketing social como o conjunto de estratégias de utilização de concepções e ferramentas de gestão de marketing aplicada a questões sociais, com o objetivo de mudar comportamentos, atitudes e práticas sociais, a partir da adoção destes por determi-



nados segmentos.

Nesse sentido, cabe inferir sobre os conceitos de público alvo e persona, conforme podem ser abordados a seguir, conforme infere Philip Kotler, uma das maiores autoridades no assunto, quando contribuiu sobre o conceito de público alvo:

[...] possíveis compradores dos produtos da empresa, usuários atuais, pessoas que decidem ou influenciam; indivíduos, grupos, públicos específicos ou o público em geral. O público-alvo exerce uma influência fundamental nas decisões do comunicador sobre o que, como, quando, onde e para quem dizer. (KOTLER, 2011)

Conforme afirmativa de ESPM (2020) pode ser diferenciado público alvo de “persona”, tendo em vista que ambos são muito importantes na comunicação digital direta. Já sobre o público-alvo, observa-se que o mesmo reúne informações mais generalistas sobre o seu cliente ideal, como no exemplo abaixo:

- Homens;
- Entre 30 e 45 anos; Residentes de São Paulo; Formação superior; Classe B;
- Renda entre R\$ 4000 e R\$ 6000.

Todavia, entende-se que tal uso pode ser mais indicado nas fases iniciais de pesquisa de mercado, facilitando o entendimento do público consumidor.

Em contrapartida a persona utiliza, além das informações demográficas gerais, informações mais pessoais, relacionadas a objetivos, estilo de vida e personalidade, com o objetivo de tornar cada vez mais pessoal a relação entre empresa e cliente. (ESPM, 2020)

Observa-se deste modo, que, o uso do mesmo é mais indicado em todas as fases da jornada de compra, uma vez que possibilita uma maior empatia com o consumidor, facilitando a criação de



campanhas.

Sendo assim, observa-se que tais mudanças muitas vezes iniciam de modo individual e tornam-se coletivas, uma vez que são gerados processos de mobilização e conscientização para tal. Marketing social é uma nova proposta de administração voltada a um projeto social, a implantação, ao controle de programas com foco no fortalecimento de novas ideias e aceitação do próprio programa em um ou mais grupos de adotantes escolhidos como alvo.

A fim de atender a segmentos de aceitação do mercado, pesquisa de consumidores, desenvolvimentos e testes de conceitos e produtos, comunicação direta, facilitação, incentivando as teorias e trocas, para que a respostas dos adotantes escolhidos como alvo seja mais breve (KOTLER, 2000).

Logo, entende-se o direcionamento feito ao marketing social como uma forma de gestão estratégica para a promoção de mudanças sociais frente às causas de relevância pública, buscando efetivar os direitos do cidadão, a partir do exercício ético de condutas adequadas para consigo e com os outros.

Sendo assim, nota-se a grande importância de conhecer os aspectos e funcionalidades das mídias sociais, principalmente visando a utilização de ferramentas presentes na evolução tecnológica atual, que tornam mais fáceis e versáteis as ações através de redes sociais, ferramentas de mensagens de texto, imagens e vídeos, assim como do poder viral que as mesmas possuem, trazendo grandes possibilidades e aberturas de novos mercados.

Com o passar do tempo as mídias convencionais passaram a ter concorrentes à altura, com a chegada da evolução tecnológica digital. Silva e Barichello as definem como “[...] a mídia tradicional [...] comporta os meios de disseminação de informações em massa de forma unidirecional, como por exemplo, a televisão, os jornais impressos e o rádio [...]”. (SILVA e BARICHELLO, 2006, p. 9)



Entende-se que, no salto de evolução, as mídias digitais passam a ocupar grandes parcelas de acesso dos usuários, que antes eram apenas telespectadores, por exemplo, ou leitores de um único jornal, agora passam a ter inúmeros acessos e de forma até mesmo simultânea a informação, sendo ela de diversas fontes.

Na atualidade, muito mudou no que diz respeito a forma de se comunicar e ao comportamento dos consumidores e internautas, o que trouxe os usuários da internet para facilidade rapidez do acesso a informação, pesquisas de produtos, empresas, sites, marcas, reputação das empresas, métodos eficazes para manter os clientes já angariados e como pode ser alcançado um novo rol de clientes através das mídias e redes sociais.

Sendo assim, podem ser citadas algumas mídias sociais que produzem grande impacto e promovem a comunicação a manutenção do relacionamento do consumidor com a empresa ou marca.

Como exemplo, podem ser citados Facebook, Instagram e Twiter, além dos aplicativos de mensagens como Messenger do Facebook e o próprio WhatsApp, que pela gratuidade do serviço ofertado e a qualidade do mesmo, tanto para envio de mensagens de texto, quanto as de áudio, possibilita chamadas nacionais e internacionais por áudio e vídeo, o que favorece e facilita a comunicação de forma mais rápida e eficiente.

O CONCEITO DE MARCA

Para tratar de marketing e seus princípios, utiliza-se um autor considerado referência, Philip Kotler, autor norte americano, em seu livro “Princípios de Marketing”, o mesmo cria as diretrizes do branding² moderno, estruturando os preceitos fundamentais para a consolidação de uma marca.

2 Branding ou brand management refere-se à gestão da marca de uma empresa, tais como seu



Nesse sentido, vale ressaltar ainda, que segundo o conceituado Philip Kotler (2011), marcas são “nomes, termos, sinais, símbolos que, unidos, identificam produtos e serviços de uma empresa e os diferenciam de seus concorrentes”.

Em outras palavras entende-se que é a marca que representa e reverbera uma instituição. Marcas fortes não são meramente o resultado de boas criações de logos.

Para que uma marca seja forte e tenha um diferencial no mercado ela precisa ter um posicionamento. Desta forma, entende-se segundo afirma Kotler (2011), sobre isso, que:

Posicionamento de marca é a ação de projetar a oferta e a imagem da empresa para que ela ocupe um lugar diferenciado na mente do público-alvo. O objetivo é posicionar a marca na mente dos consumidores a fim de maximizar a vantagem potencial da empresa.

Sendo assim, entende-se que não basta ter uma marca bem desenhada, com slogan interessante, se não houver um posicionamento no mercado, principalmente sobre sua missão e razão de ser.

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO JURÍDICO E O DESCONHECIMENTO DOS PROFIS- SIONAIS

Acerca do tema que envolve o marketing e o direito, observa-se que o principal objeto de estudo do marketing jurídico é o nome dado à técnica para fortalecer a imagem de advogados e bancas no meio digital sem ferir o Código de Ética e Disciplina da OAB. O método é bastante utilizado para conquistar novos clientes e destacar os diferenciais competitivos frente à concorrência. (AURUM, 2021)

nome, as imagens ou ideias a ela associadas, incluindo slogans, símbolos, logotipos e outros elementos de identidade visual que a representam ou aos seus produtos e serviços.



Entende-se desse modo, que é o advogado e toda a rede de pessoas que circula em volta da banca e não as sociedades de advogados. Quem faz o marketing jurídico são os operadores do direito ao seguirem um plano estratégico.

No mesmo sentido, verifica-se que uma banca é o somatório de pessoas, sejam sócios, advogados, estagiários, clientes, parceiros, administrativos, dentre outros.

Desta maneira, vale-se ressaltar a afirmativa de Semedo (2019), ao afirmar o que não é permitido pelo Código de Ética da OAB. Em outras palavras, pode-se criar textos e artigos informativos, desde que se respeite as referidas regras e não:

1. Induza o leitor a escolher o seu escritório em detrimento do outro;
2. Estimule a captação em massa de clientela, ou seja, faça Publicidade;
3. Responda dúvidas ou questionamentos jurídicos específicos, ou seja, você não pode prestar consultoria jurídica;
4. Debata uma causa sob patrocínio de um advogado;
5. Aborde algum tema que comprometa a dignidade do advogado ou da OAB;
6. Divulgue lista de clientes e demandas (mailing);
7. Insinue seus serviços em reportagens e outras declarações públicas.

Deste modo, entende-se que o objeto de estudo do marketing jurídico são as pessoas e os profissionais do direito. O restante é consequência das inovações sugeridas, das ideias de serviços e da capacidade de comunicar-se com o mercado.

- Uma nova geração de advogados e futuros advogados bem formados, ousados e com



competências tecnológicas;

- Quedas das barreiras geográficas regionais e mundiais na advocacia, onde a concorrência pode estar ao seu lado. Boutiques especializadas em uma determinada área do direito e segmentada ainda por área industrializadas ou mesmo rurais;
- Estamos numa época de escolhas pelos clientes, por notoriedade e reputação no meio jurídico. O cliente nunca teve tanto acesso a tantas opções de profissionais a sua disposição;
- A aplicação de estatística no Direito, juntamente ao conceito de Visual Law, pode ser uma poderosa ferramenta para os escritórios jurídicos, seja com a Jurimetria³.

Devido à ampla concorrência, as dificuldades de um mercado resultam em uma necessidade de que os profissionais tenham um diferencial. Ou seja, o mercado está em transformação constante, mas, agora em ritmo acelerado. E os profissionais têm que se manter atualizados, com leitura, informação e cursos complementares, além de utilizar de forma adequada a comunicação a seu favor. De acordo com Greenless (2021, p. 17) o ensino do direito tem sido uma navegação de cabotagem ao longo dos códigos. Não se inova em estilo, mas se preserva a estrutura legada pelo Romanos, sólida por sinal. Porém, de difícil apreensão por parte dos principais interessados: os que dependem da Justiça para a defesa dos seus direitos.

Desta forma, nota-se que a publicidade e o uso do marketing na esfera jurídica não são proibidos, mas sim regulamentada, tendo as suas restrições estabelecidas e norteadas para poder gerar informação de forma inequívoca a profissão e ao mercado jurídico.

3 Jurimetria é a estatística aplicada ao Direito. Segundo a ABJ (Associação Brasileira de Jurimetria), jurimetria é a “disciplina resultante da aplicação de modelos estatísticos na compreensão dos processos e fatos jurídicos”. Sendo assim, a multidisciplinaridade passa, definitivamente, a fazer parte do mundo jurídico



Sob a ótica do código de ética e disciplina da OAB e principalmente quando analisado a Resolução 02/2015, que em seu art. 28, estabelece:

O advogado pode anunciar os seus serviços profissionais, individual ou coletivamente, com discrição e moderação, para a finalidade exclusivamente informativa, vedada a divulgação em conjunto com outra atividade. (publicado no Diário da Justiça, Seção I, do dia 01/03/1995, p. 4000/4004).

Diante disso, algumas ações podem ser planejadas:

- Desenvolver e manter um site informativo;
- Desenvolver, manter e abastecer um blog (com artigos e publicações) com postagens de conteúdo meramente informativo;
- Ser ativo nas redes sociais, patrocinando e impulsionando posts (este é um caso que deve ser examinado de acordo com o Estado, porque tem algumas regionais que permitem e outras não);
- Desenvolver um site, com dados de contato, endereço, telefone, whatsapp, cidade, estado, e-mail;
- Realizar comunicação via e-mail marketing, com conteúdo informativo, desde que o usuário receptor, tenha dado autorização prévia do destinatário;
- Criar uma logomarca que tenha sobriedade de cores, com nome e sobre nomes dos sócios, sendo que alguns sufixos são permitidos como por exemplo: advogados, advocacia, advogados associados, sociedade de advogados;
- Usar logomarca própria em materiais de papelaria, cartão de visita, papel timbrado, envelopes e pastas, etc;
- Fazer anúncio pessoal ou em veículos especializados;



- Promover eventos informativos;
- Anunciar na maior plataforma de informações do mundo que é o Google Adwords, de forma institucional e/ou informativa, sendo vedada a utilização do chamado call to action⁴
- Por último, pode-se ainda participar de programas de televisão, rádio, dar entrevistas, sempre com o objetivo de informar as pessoas, sem querer vender nenhum tipo de serviço, apenas tirar dúvidas ou esclarecimentos sobre direitos e obrigações.

No entanto, há ações que são vedadas:

- Usar linguagem tendenciosa que leve o consumidor ao erro;
- Promover abordagem comercial, que utilize o formato imperativo;
- Publicar e divulgar valores e forma de pagamento;
- Enviar mensagens com o intuito explícito de venda, de qualquer forma;
- Ofertar consulta grátis em troca de divulgação. Aqui temos exceção as consultas totalmente gratuitas desde que fique claro que não haverá cobranças e que seja respeitado essa condição;
- Anunciar de forma periódica e sem caráter informativo;
- Usar imagens de tribunais;
- Promover eventos que não estejam diretamente relacionados ao direito.

Vale destacar, de acordo com Nalini (2019), que há outras proibições não listadas aqui. Fica claro que a intenção da Ordem dos Advogados do Brasil, regulamenta e busca evitar o chamado

4 Call to action que é um instrumento que faz a chamada para uma determinada ação



“balcão de vendas” na captação vulgarizada dessa clientela e na própria mercantilização da profissão, possibilitando a publicidade, mas de maneira contida, com sobriedade discrição e informação.

Vedação de fotografias pessoais ou de terceiros nos cartões de visitas do advogado, bem como menção a qualquer emprego, cargo ou função ocupados, atual ou pretérito, em qualquer órgão ou instituição, salvo se for o de professor universitário.

RESULTADOS DO MARKETING JURÍDICO

O mercado jurídico amadureceu, tornou-se mais que competitivo, é altamente qualitativo em sua imaculada seleção natural. O futuro pertence aos profissionais que souberem alinhar-se com a gestão do conhecimento, de pessoas, financeiro, processos ao marketing jurídico. Acabou o amadorismo na advocacia!

Afinal de contas, o marketing jurídico serve de elo conclusivo entre o mercado (demandas jurídicas possíveis) e os advogados, criando e oferecendo serviços de valor definitivamente percebidos pelos clientes.

Os avanços tecnológicos no Direito, até então negados ao marketing jurídico e a uma competição por conhecimento (e não mais pelo preço) foram os responsáveis diretos pelo crescimento do mercado jurídico no Brasil. O cenário é favorável ao investimento das bancas em sistemas éticos de marketing jurídico para alavancar negócios.

Ao investir em marketing jurídico, o profissional deve ter como foco o retorno objetivo em resultados financeiros mensuráveis, assim como também o subjetivo, que é o desenvolvimento de uma marca com maior percepção da mente do cliente.



ESTATUTO DA OAB

Atualmente, o advogado deve utilizar os modernos conceitos de marketing jurídico. Sempre pautado na ética, sem dúvida é uma poderosa ideia diferenciadora.

O Estatuto proíbe expressamente a divulgação da advocacia juntamente com outra atividade profissional, qualquer que seja ela, vedação expressa no art.3, Inc. IV, do Provimento n.75/92, do Conselho Federal. Tal artigo está diretamente ligado à ética e à disciplina da profissão, visando resguardar a dignidade da advocacia e impedindo que a mesma possa ser, de alguma forma, vulgarizada.

Como pôde ser destacado, o provimento datado 75 (1992), onde nem se quer existiam as redes sociais e muito menos os aplicativos de mensagens, denota que o Conselho não acompanhou a evolução da comunicação e deste feita, não atende a classe social em epígrafe.

Ou seja, conforme está descrito na íntegra no Artigo 1º: “É permitido o marketing jurídico, desde que exercido de forma compatível com os preceitos éticos e respeitadas as limitações impostas pelo Estatuto da Advocacia, Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina e por este Provimento.

Nesse sentido, observa-se necessária regulamentação, portanto evolução constante, uma vez que os Conselhos não se modernizam e não alcançam os advogados em todo território nacional.

O ADVOGADO 4.0

Essa terminologia nada mais do que uma nova nomenclatura para determinar a evolução de uma categoria.



Mostra-se impressionante a multiplicidade de papéis que os advogados têm assumido na condução dos escritórios de advocacia, assumindo papéis de acionista, pois é o dono da banca, sendo necessário ter visão de negócio, capacidade empreendedora, afinidade com o risco, senso ético-empresarial, consistência de propósitos, tino estratégico e o mais importante, deverá ser um profissional de vendas, pois cada vez mais será responsável pela venda de serviços, com sensibilidade de atender o cliente e suas dores. (FOUNDER, 2021) Desta forma, baseado nas afirmativas do autor, entende-se que com forte controle de custos, relacionamentos e alianças estratégicas, o advogado deve ser negociador, com solidez técnica jurídica, ser inovador e finalmente, ser gestor, pois não raro se envolve na administração geral do escritório, precisando entender de gente, finanças, comunicação, informática e atividades de apoio, orquestração de recursos, dentre outras.

Para isso, observa-se que se faz necessário também uma boa gestão de pessoas neste desafio, uma vez que promover o desenvolvimento pessoal e organizacional permitirá aos profissionais e escritórios adquirirem novas competências, para que exerçam papéis inovadores, e minimizem riscos que o acúmulo de diferentes funções significa.

OS PROBLEMAS DOS POSICIONAMENTOS DAS OAB REGIONAIS

Acerca da utilização do Tik Tok por operadores do direito, observa-se uma ressalva, que infere não ser indicado para ser utilizados pelos advogados. O documento veda, por exemplo, publicações em redes sociais com andamentos processuais ou decisões e a distribuição de máscaras com o logotipo do escritório como forma de brinde.

A Comissão Orientadora de Publicidade do TED da OAB/MG elaborou resolução com reco-



mendações de ética e disciplina na publicidade de advogados.

De acordo com afirmativa de Machado (2021), o documento recomenda, por exemplo, a não divulgação de fotografias com exposição de clientes, veda publicações em redes sociais com andamentos processuais ou decisões e permitem a promoção de ‘lives’, mentorias, seminários etc. - desde que tenham como objetivo a informação.

Sendo assim, observa-se que a comissão ressalta, ainda, que o aplicativo “TikTok” não é ferramenta adequadas para a publicidade profissional e veda a distribuição de máscaras com o logotipo do escritório como brindes.

Justo dizer que o advogado regularmente inscrito em qualquer outro estado da federação poderá anunciar no país inteiro, menos os advogados regularmente inscritos na OAB de Minas Gerais.

Ao observar tais normas e regulamentações, observa-se que em particular a OAB Minas Gerais, foi mais severa ao restringir a utilização de determinadas ferramentas de marketing digital.

O USO DAS FERRAMENTAS PARA O DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

Os softwares jurídicos, de gestão ou mesmo de controle, tiveram na última década avanços excepcionais no que tange a sua abrangência. Hoje pode-se contratar por estado, por busca, por oab/regional, por “push”, enfim, uma quantidade de variáveis que o operador do direito tem o dever de conhecer. (LUZ, 2008)

Desta forma, entende-se que as ferramentas não substituem a ação humana, mais como mencionei outrora, já se pode “prever” através de simuladores baseados em resoluções de uma corte, qual



a probabilidade de um determinado processo ser ou não vitorioso.

CONCEITO E APLICABILIDADE DA JURIMETRIA

Pode-se conceituar a jurimetria, como sendo a estatística aplicada ao direito, em uma análise simples e direta. Tem sido utilizada em conjunto com softwares jurídicos num modelo de tentar prever resultados e oferecer probabilidades e valores envolvidos nestas análises. Todas as atividades humanas sofrem impactos, grandes ou pequenos, com as mudanças tecnológicas. (RAMOS, 2017)

Nesse sentido, os profissionais do direito que a poucas décadas trabalhavam com planilhas, datilógrafos e documentos em papel, hoje em dia fazem seu ofício com softwares jurídicos, processos digitais e arquivos salvos em nuvem.

Ainda de acordo com Bertozzi (2017), a jurimetria, por exemplo, é um ramo da análise jurídica que tende a crescer com os avanços da tecnologia e se tornar cada vez mais importantes no cotidiano de departamentos jurídicos e de advogados.

Transformando os dados em informações do universo jurídico em tempos de proliferação de dados e comunicação massificada, quem não souber transformar dados e informações úteis e apresentá-los de uma nova forma, mais atraente e eficiente, pode ficar para trás.

Os programas evoluíram com o uso da Inteligência Artificial integrada, usando ferramentas de pesquisa Jurisprudencial.

CONCEITO DE VISUAL LAW



De acordo com Martins (2021), Visual Law é uma subárea do Legal Design que visa tornar o Direito mais compreensível e claro para o indivíduo leigo, através de elementos visuais, tais como vídeos, fluxogramas, infográficos, gamificação, bullet points, storyboards, dentre outros recursos.

Desta forma, os operadores do direito podem fazer uso de tais ferramentas para aperfeiçoar suas operações e contato com clientes.

REGULAMENTAÇÃO NO ÂMBITO FEDERAL

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil aprovou em julho de 2021 o novo provimento 205 (2021), cujo conjunto de regras acerca da publicidade na advocacia altera o provimento anterior 94 (2000) e permite assim uma maior amplitude no uso de técnicas por escritórios e advogados, porém, essas mudanças trazem consigo a necessidade da qualificação dos profissionais do direito, que cada vez mais serão agentes dessa transformação nos negócios e se tornarem multidisciplinares para conseguir realizar uma leitura desse novo mercado.

Necessário dizer que a internet no Brasil tem mais de 150 milhões de usuários, que juntos representam cerca de 80% da população, segundo pesquisa TIC Domicílios (2020). A comunicação digital, foi “apenas” acelerada pela Pandemia, declarada em 16 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde, fato que alterou de forma significativa a advocacia.

Esse mesmo avanço foi responsável por mudar a forma como os escritórios foram obrigados a ressignificar o formalismo e tradicionalismo que o mercado jurídico carrega em nosso país.

Apenas, diante da aprovação dos 13 artigos pela OAB (2021) e a permissão do termo “Marke-



ting jurídico”, as principais mudanças da nova regulamentação são a partir de agora:

- 1) Criação de campanhas no Google ads;
- 2) Veiculação de conteúdos nas redes sociais;
- 3) Utilização de site institucional;
- 4) Veiculações de blogs institucional;
- 5) Utilização de e-mail marketing, claro com autorização de recebimento;
- 6) Estratégias de SEO;
- 7) Impulsionamento de conteúdo;
- 8) Participação em “lives”;
- 9) Participação em eventos ”on line”;
- 10) Uso de ferramentas como “chatbot”;
- 11) Utilização de “watsapp” por escritórios;

O mais importante foi estabelecer um comitê regulador do uso do Marketing Jurídico, órgão de caráter consultivo que poderá indicar ao Conselho Federal a alteração (2020), exclusão ou inclusão de novos critérios ao provimento e a Coordenação Nacional de Fiscalização, que irá acompanhar denúncias de violações às regras de publicidade e das disposições do provimento.

Tendo ainda algumas proibições quanto a ostentações e bens dos sócios, que possam influenciar seus clientes a contratar seus Patronos.

Art. 6º Fica vedada, na publicidade ativa, qualquer informação relativa às dimensões, qualidades ou estrutura física do escritório, assim como a menção à promessa de resultados ou a utilização de casos concretos para oferta de atuação profissional. Parágrafo único. Fica vedada em qualquer publicidade a ostentação de bens relativos ao exercício ou não da profissão, como uso de veículos, viagens, hospedagens e bens de consumo, bem como a menção à promessa de resultados ou a utilização de casos concretos para oferta de atu-



ação profissional.

De certa feita, no mercado jurídico, a prática da publicidade na advocacia ainda não era bem vista e suas ações mais focadas nesses objetivos traziam questionamentos e receio constante perante as comissões do Conselho de Ética da OAB, seja no âmbito Regional ou Federal.

DEMONSTRAR QUE O ENSINO JURÍDICO PRECISA SER ATUALIZADO

Reportando-se a obra de Letourneau, *Evolução jurídica das diversas raças humanas*, Rossi (2017), ensina que entre os malaios de Sumatra “nos debates judiciários as partes pleiteiam suas causas, por si mesmas”; mas lhes era permitido, vezes, exigia uma gratificação, o autor da citada obra reconhece aí “forma mais primitiva da profissão de advogado”.

Sendo assim, nota-se que a profissão em nosso país era exercida sem regulamentação, antes da criação das Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, por bacharéis formados em Coimbra ou em Paris. A necessidade da criação dos cursos jurídicos passou a ser sentida e propagada logo após a Independência.

Conforme afirma Hironaka (2018), a abertura indiscriminada de Faculdades, sob o falacioso argumento da “disseminação de cultura”, e a priorização do lucro em detrimento da qualidade de ensino ministrado constituíram fatores decisivos para as transformações ocorridas no seio da advocacia, com reflexos nitidamente detectados junto a sociedade.

Em outras palavras, o aviltamento qualitativo gera o aviltamento na fixação de honorários, fazendo com que o hipossuficiente procure os profissionais que cobram menos, mais que também



oferecem um serviço desprimoroso e adotam um comportamento ético reprovável, fazendo com que a advocacia venha passar por uma crise de credibilidade, um crescente desprestígio e desvalorização.

Observa-se desse modo que, em se tratando do ensino jurídico, o mesmo encontra-se preso às tradições coimbrãs, com aulas discursivas, excessivo dogmatismo, nenhuma correlação do currículo com a realidade social e com os novos ramos do direito, inexistência de formação prática para o exercício profissional, ausência completa de debates a respeito do direito positivo, que possibilitariam uma valiosa contribuição, das funções e objetivos das várias carreiras jurídicas. (LUZ, 2008)

Ferramentas e disciplinas voltadas para a gestão da carreira, de um escritório, das redes sociais, jurimetria, “visual law” e legal design, são disciplinas que deveriam constar em qualquer currículo do curso do direito, fazendo com que os bacharéis ao se formar, tenham o mínimo de conhecimento das ferramentas que vão gerar credibilidade e engajamento, autoridade e notoriedade.

CONCLUSÃO

Após vislumbrar todos os dados teóricos e doutrinários apresentados, observa-se que o tema envolvendo o marketing em uma abordagem jurídica é muito relevante para a sociedade atual, principalmente para que o meio acadêmico seja estimulado a realizar mais pesquisas e estudos sobre o tema.

Como problema nativo observado, mostra-se profissionais que muitas vezes ainda encontram dificuldades, onde uma maioria com a cultura geral sendo deficiente, cujo apego a leitura e a literatura é parco, com força de expressão – na linguagem verbal ou escrita, relativamente é insatisfatória.

Isso quando somado a uma normativa, que pode ser observada rigorosa em muitos aspectos



relacionados ao marketing jurídico, torna ainda mais difícil o processo de angariar clientes pelos operadores do direito.

Observou-se importante, assim, o apontar ao que se imagina de melhor e que deva ser feito para reverter esse quadro, também em definitivo. Além de apontar, com a melhor das intenções e sob a mais clara das ênfases, qual poderia ser o caminho para o sucesso do ensino jurídico no Brasil – o sucesso que pressupõe, unicamente, o sentido acadêmico. O sucesso acadêmico.

O equivalente corporativo do sofrimento é a crise. Tem-se que fazer a reinvenção da advocacia, levando uma das profissões mais antigas à modernidade, ao século XXI.

Em suma, conclui-se que o marketing jurídico é deveras necessário e relevante para que o advogado tenha mais facilidade em seu acesso, observando-se que cada profissional tem sua área, o marketing não é o direito, mas deve e pode ser utilizado para contato e manutenção dos clientes.

BIBLIOGRAFIA

BERTOZZI, Rodrigo. Marketing Jurídico: Os Neurojurídicos, as Novas Ideias e Ferramentas Estratégicas. LOCAL: Ed. Juruá, 2008.

ESPM. Público alvo: aprenda como construir. 2020. Disponível em: <https://empresajresp.com.br/publico-alvo-aprenda-como-construir-um-ideal-para-sua-estrategia/>. Acesso em: 12/09/2021.

FONTES, M. Marketing Social Revisitado: Novos Paradigmas do Mercado Social. Florianópolis:



Futura, 2001.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRONAKA, Gisela Maria Fernandes Novaes. O Ensino Jurídico e a Produção de Teses e Dissertações. LOCAL: Ed. Blucher, 2018.

KOTLER, Philip. Administração de Marketing: A Edição do Novo Milênio. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KOTLER, Philip. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 2011.

LUZ, Valdemar P. Manual do Advogado. LOCAL: Ed. Conceito Editorial, 2008.

MACHADO, Ulisses Silva. Tik Tok não é ferramenta adequada para advogados. 2021. Disponível em: <https://www.direitopenalbrasileiro.com.br/tiktok-nao-e-ferramenta-adequada-para-advogados-diz-ted-da-oab-mg/>. Acesso em: 21/10/2021.

NALINI, José Renato. Formação Jurídica. LOCAL: Ed. Revista dos Tribunais, 2019.

PRINGLE, Hamish; THOMPSON, Marjorie. Marketing Social: Marketing para causas sócias e a



construção das marcas. São Paulo: Makron Books, 2000.

RAMOS, Gisela Gondin. Estatuto da Advocacia Comentários e Jurisprudência Seleccionada. LOCAL: Ed. OAB/SC, 2017.

SALEM, Lara; BERTOZZI, Rodrigo. Gestão, Marketing & Outras Lendas. LOCAL: Ed. Consulex, 2009.

SILVA, J.Q. e BARICHELO, E.M.R. A representação das organizações no espaço midiático. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29, 2006. Brasília, DF. Anais. Brasília, UNB.



Capítulo

2

CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE PAULO

FREIRE: UM EDUCADOR PARA ALÉM DE SEU

TEMPO



CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE: UM EDUCADOR PARA ALÉM DE SEU TEMPO

CONTRIBUTION OF PAULO FREIRE'S THOUGHT: AN EDUCATOR BEYOND HIS TIME

Erica Araujo de Luna¹

Erivania Santiago de Lima²

Luisa de Fátima Rodrigues de Oliveira³

Ricardo de Meneses Silva⁴

Rubiana Coutinho de Souza⁵

Resumo: O escopo primordial do trabalho é evidenciar pontos importantes sobre a influência de Paulo Freire frente à educação. Assim, a pesquisa tem por objetivo analisar e interpretar a contribuição do pensamento de Paulo Freire no processo do ensino brasileiro. A metodologia utilizada privilegia a abordagem de natureza qualitativa e elege, como procedimento investigativo, o estudo bibliográfico. Percebeu-se, diante do estudo, que o pensamento de Freire contribui de forma relevante para os

1 Mestranda pela Word University Ecumenical. Pós graduada em Metodologias do Ensino de Artes pela UNINTER. Graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú.

2 Mestranda pela Word University Ecumenical. Pós graduada em Educação infantil - IESN e Educação Inclusiva com ênfase no AEE_ISEP. Graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú.

3 Mestranda pela Word University Ecumenical. Pós graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional (METROPOLITANA), Pós graduada em Gestão e Coordenação Pedagógica (METROPOLITANA). Graduada em Ciências Políticas (UEA). Graduada em Pedagogia pela UFRN

4 Mestrando pela Word University Ecumenical. Pós graduado em Educação Física Escolar pela UNIBF. Graduated em Educação Física Licenciatura pela UNIRN

5 Mestranda pela Word University Ecumenical. Pós graduada em educação especial e inclusiva pelo centro universitário Uninta. Pós graduada em Psicopedagogia pelo centro universitário Uninta. Graduada em Letras português pela Uern e Pedagogia pelo Centro Universitário Uninta.



profissionais da educação nas suas práticas educacionais cotidianas, visto que ele buscava um cenário que passasse o diálogo para que todos os atores da educação tivessem autonomia em suas relações. Convém lembrar que os resultados obtidos de acordo com esta pesquisa confirmam que esse teórico era assumidamente defensor que a educação deveria despertar a criticidade do aluno, fazendo com que o mesmo buscasse a ampliação de sua consciência social e conseguisse atingir a autonomia. Portanto, conclui-se que Paulo Freire lutou pela construção da educação brasileira, e deixou um legado de esperança para as possíveis transformações sociais. Espera-se que o pensamento político-pedagógico de Paulo Freire esteja sempre em movimento e dialogue com diferentes questões contemporâneas.

Palavras-chave: Paulo Freire, educação, pensamento, diálogo

Abstract: The primary scope of the work is to highlight important points about Paulo Freire's influence on education. Thus, the research aims to analyze and interpret the contribution of Paulo Freire's thought in the Brazilian teaching process. The methodology used privileges the approach of a qualitative nature and chooses, as an investigative procedure, the bibliographic study. It was noticed, in the face of the study, that Freire's thinking contributes in a relevant way to education professionals in their daily educational practices, since he sought a scenario that would pass the dialogue so that all education actors had autonomy in their relationships. . It is worth remembering that the results obtained according to this research confirm that this theorist was openly advocating that education should awaken the criticality of the student, causing him to seek the expansion of his social conscience and achieve autonomy. Therefore, it is concluded that Paulo Freire fought for the construction of Brazilian education, and left a legacy of hope for possible social transformations. It is expected that Paulo



Freire's political-pedagogical thought is always in motion and dialogues with different contemporary issues.

Keywords: Paulo Freire, education, thought, dialogue

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como temática a “Contribuição do pensamento de Paulo Freire: Um educador para além do seu tempo”. Assim, o estudo traça escritos do pensamento de Freire que contribui para a educação brasileira, revelando um olhar que possibilita a emancipação humana como forma de superar as diferentes formas de opressão e dominação existentes na sociedade. Nessa troca de saberes, é importante observar que a escolha da temática se justifica pela necessidade de melhor entender o pensamento do educador e sua importância para o ensino e aprendizagem no Brasil. Assim, a pesquisa será apresentada de forma sucinta seguindo os seguintes capítulos: O primeiro elucidará a respeito do método de ensino de Paulo Freire suas origens históricas, influências teóricas e aspectos metodológicos, na sequência o segundo consiste em relatar a perspectiva freireana de educação evidenciando o currículo, a educação bancária, a educação libertadora, e o pensamento reflexivo e crítico de Freire. O terceiro explicará sobre o diálogo como princípio e fundamentos da educação como prática da liberdade. O quarto se refere a educação contextualizada e problematizada. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica que contém artigos, livros, teses e outros documentos, na perspectiva da investigação qualitativa em educação. Percebeu -se, diante da pesquisa, que o



educador, pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire é um dos mais notáveis pensadores da história da pedagogia, para ele a educação era uma ferramenta essencial para a transformação da sociedade. Através desse amplo leque de conhecimentos, podemos considerar que o estudo relacionado a esta pesquisa serve como instrumento de interpretação da realidade social e histórica que permeia as relações humanas na compreensão de Freire. Conclui-se que o pensamento de Freire possibilita iluminar o pensamento dos educadores promovendo conhecimentos e corroborando para a formação de uma sociedade justa, consciente e igualitária.

O MÉTODO PAULO FREIRE: ORIGENS HISTÓRICAS, INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E ASPECTOS METODOLÓGICOS.

Paulo Freire, um educador de luta, marcou uma ruptura na história na educação pedagógica Brasileira e além das fronteiras. Nasceu no sertão nordestino, onde viveu parte de sua vida. Vivenciou desde cedo, a fome. Formou-se em Direito, mas abandonou a carreira para dedicar-se à educação. Em um momento político de pressão democrática, iniciou uma experiência de educação de jovens e adultos que marcou para sempre a pedagogia no Brasil, Comprometido, objetivava uma educação libertadora, para e com o povo. Freire parte do princípio de que toda a ação humana tende à práxis (DICKMANN, 2015, p. 13). O objetivo deve ser a conscientização e libertação. (BRANDÃO, 1981, p.10-11) relata sobre a metodologia Freiriana:

“Um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário — um ato de amor, dá pra pensar sem susto —, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, se não pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até a auto-educação é um diálogo à distância), não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui



nenhum. “Não há educadores puros”, pensou Paulo Freire. “Nem educandos.” De um lado e do outro do trabalho em que se ensina-e- aprende, há sempre educadores-educandos e educandos-educadores. De lado a lado se ensina. De lado a lado se aprende”

Algumas grandes linhas teóricas de pensamento ao qual o pensamento de Freire está ligado, evidencia-se a influência do marxismo, da fenomenologia de Husserl, do existencialismo de Sartre e Jasper e do personalismo de Mounier, além das leituras e diálogo com o filósofo da educação Álvaro Vieira Pinto. Destaca-se também a referência feita por Freire à Willian S. Gray e sua obra “La Enseñaza de la lectura y de la escritura”, publicada pela revista da UNESCO na década de 50 e que é citada por Freire na Pedagogia do oprimido, em que trata do método de aprendizagem da escrita e de leitura no qual, provavelmente, Freire retira a inspiração para sua proposta de aprendizagem de leitura do mundo. (MARCIEL, 2017)

O que atualmente conhecemos como “Método Paulo Freire” iniciou-se com o trabalho realizado por Freire na década de 60 em associação com o MCP (Movimento Cultura Popular do Recife) projeto esse situado na periferia de Recife. Essa metodologia também foi precursora do projeto de alfabetização no município de Angicos-RN e, apesar de que não foi a primeira prática de aplicação do método, Angicos foi a experiência de sucesso alfabetizadora que mais teve olhares.

A PERSPECTIVA FREIREANA DE EDUCAÇÃO

A ideia freireana é baseada numa educação que gere autonomia, criticidade e independência de opinião do aluno. Uma perspectiva de uma população com zero índice de analfabetismo e consequentemente uma sociedade mais igualitária, democrática e justa para todos. Paulo Freire defendeu



uma educação com alicerce no diálogo e de um cidadão emancipado.

O projeto de erradicação do analfabetismo realizado em Angicos no Rio Grande do Norte, tinha além de mostrar uma metodologia que funcionava de alfabetização como também uma melhoria significativa da economia do país e diminuição da desigualdade social. Conhecido como inovador, ele utiliza referências do cotidiano, palavras usadas no contexto de cada aluno, a fim de tornar mais rápido e eficaz o processo de alfabetização.

Paulo Freire criticava a educação e metaforicamente a chamava de “educação bancária”, onde o aluno só recebe o conteúdo e o educador só deposita, não existindo uma troca de ideias e conhecimentos.

Como exemplifica Toyama (2011):

A educação “bancária” pressupõe uma relação vertical entre o educador e o educando. O educador é o sujeito que detém o conhecimento, pensa e prescreve, enquanto o educando é o objeto que recebe o conhecimento, é pensado e segue a prescrição. O educador “bancário” faz “depósitos” nos educandos e estes passivamente os recebe. Tal concepção de educação tem como propósito, intencional ou não, a formação de indivíduos acomodados, não questionadores e que se submetem à estrutura de poder vigente. É o rebanho que como uma massa homogênea, não projeta, não transforma, não almeja ser mais.

Em contraponto, Paulo Freire traz uma educação voltada à independência crítica, um estudante que compartilhe suas ideias, que possua identidade. Chama-a de Educação Libertadora, onde há interação e diálogo entre professor e aluno. Nas palavras de Toyama (2011):

“Paulo Freire chama de educação libertadora ou problematizadora a educação em que não existe uma separação rígida entre educador e educando. Ambos são educadores e educando no processo de ensino e aprendizado. “Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa”. A educação libertadora abre espaço para o diálogo, a comunicação, o levantamento de problemas, o questionamento e reflexão sobre o estado atual de coisas e, acima de tudo, busca a transformação”.



Nessa perspectiva, Freire lutava por uma educação libertadora reconhecendo a importância da prática dialógica na construção do conteúdo da ação educativa. Para ele, todos os educandos e educadores deveriam ter autonomia para pensar e refletir sobre o processo de conhecimento, valorizando a realidade cultural. Desse modo, Freire defendia uma escola democrática que fosse vista como lugar de interações, em que todas as diferenças culturais e sociais fossem respeitadas. Para ele, a escola era o espaço ideal para que o educador e educando pudessem dialogar, refletir, discutir, questionar e compartilhar o conhecimento.

DIÁLOGO: PRINCÍPIO E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

O livro da “Educação como prática da liberdade” foi escrito em 1967, durante o exílio forçado de Paulo Freire no Chile. Tem como objetivo principal alcançar a educação que liberta seres humanos da condição do oprimido e os insere na sociedade como forças transformadoras, críticas politizadas e responsáveis por todas as pessoas que a integrem. Freire se preocupa em pensar o papel da educação na construção de uma nova sociedade, uma sociedade mais aberta.

A expressão “educação como prática da liberdade” tem como princípio geral, a fundamentação da ideia de uma educação como prática da liberdade na direção de uma ação educativa libertadora. Do modo que, apontou que a palavra liberdade podia deixar de ser o veículo das ideologias alienantes para torna-se o instrumento de uma transformação do homem e da sociedade. Para ele, este era o papel da escola: o de ensinar os alunos a ler o mundo e nele intervir positivamente.



Segundo Dal-Cin, Rosa e Schwengber (2017, p.03):

Uma característica importante dentro da educação como prática da liberdade é o diálogo, que consiste num método ativo, dialogal, crítico e criticizador. Conforme Freire (1967), o diálogo é uma relação horizontal. O diálogo comunica e promove uma relação entre os sujeitos provocando simpatia entre ambos, dialogando com amor, humildade, esperança, fé e confiança. E por isso, torna-se fundamental e indispensável como caminho a ser trilhado nesta prática libertadora.

A liberdade é o ponto chave da educação com prática da liberdade, pois concebe a participação ativa e efetiva na medida em que os sujeitos se tornam livres. A criticidade também é o ponto central, visto que, é a partir dela e da visão crítica da realidade em que vivem, que o sujeito ganha a liberdade. A escola deixa de ter o papel autoritário e passa a assumir um papel de estrutura, tradição e diálogo.

Examina-se como proposta freiriana da educação pode pensar e efetivar ações perpassadas pelo diálogo e que resultem na formação de sujeitos capazes de agir no horizonte da prática da liberdade. A reflexão é construída pelo olhar de um “que fazer” crítico-reflexivo, pois a formação do sujeito é tratada como algo dinâmico, que se (re)constrói no processo pedagógico. Partindo disso, a pedagogia freireana aponta os fundamentos que embasam o diálogo como princípio que fortalece e (re) dimensiona a prática da liberdade que se configura nas possibilidades de libertação dos sujeitos.

Nessa vertente, Paulo freire um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX, elaborou uma teoria ou, como ele mesmo preferia dizer, “ uma certa compreensão ético-crítico-política da educação, que tem como uma de suas bases o diálogo que possibilita a conscientização com o objetivo de formar cidadãos da práxis progressista, transformadores de ordem social, econômica e política injusta.



EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA E PROBLEMATIZADA

Nas cadeiras universitárias vemos aos montes a influência de Paulo Freire, ele para os educadores referência a tudo que possui ligação dos professores aos alunos. Sua figura deu a compreensão que a educação vai além das mesas e cadeiras de uma sala de aula. Se dá na necessidade de contextualizar e oportunizar a aprendizagem significativa aos alunos. Devem dar oportunidade de falar, estar atento aos comportamentos dos educandos mais tímidos, perceber na minúcia dos movimentos se o que está sendo apresentado na sala de aula fica sendo compreendido e fazendo sentido para aquele principiante. Nesse sentido, Paulo Freire diz:

É preciso, sobretudo, e aí já vai destes saberes indispensáveis, que formando, desde o princípio mesmo a sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se conversando definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas sim criar possibilidades para a sua produção ou construção (FREIRE, 1996. P. 24).

O sujeito faz parte de sua formação não sendo considerado uma caixa vazia que nele será depositado todas as informações novas, é necessário valorizar toda a sua história de construção de saberes até ali vividos, que podem e devem ser aproveitados, “o conhecimento de mundo”, facilitando o processo de aprendizagem.

É papel do professor estar atento aos alunos, ter a sensibilidade das inúmeras demandas. Aberto a questionamentos sobre as curiosidades dos alunos, práticas que levam ao ensinamento. A aprendizagem só será efetiva se for significativa para quem aprende e para quem ensina, partindo da curiosidade ingênua ao conceito formal científico.

CONCLUSÕES



Esta pesquisa permitiu um olhar dinâmico e reflexivo sobre as obras escritas do educador Paulo Freire, este teórico brasileiro mais respeitado em nosso meio acadêmico. O referido pedagogo, filósofo e cidadão do mundo considera que a ação de ensinar significa criar no sujeito a consciência da liberdade. Sobre isso, Freire (1996, p.17) afirma que: “Saber que ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar a possibilidade para a sua própria produção ou sua construção”. Diante dessa afirmativa, Freire nos fala que ensinar vai muito além de transmitir conhecimentos, o educador deve criar possibilidade para construção desses conhecimentos.

Sendo assim, na visão do autor, a avaliação da aprendizagem deve ter por objetivo a emancipação dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, de forma a promover a consciência crítica por meio do diálogo livre, permanente e democrático, entre o educador e o educando. Para ele, a educação é um processo permanente de criação do conhecimento e de busca da transformação e reinvenção da realidade pela ação reflexiva humana.

Para Freire o conhecimento crítico do mundo faz perceber a opressão e a manipulação de pensamentos, sendo assim este pensador propõe uma prática dialógica como essencial para a conscientização e transformação da realidade social. Nesse entrelaçar de saberes, as obras de Paulo Freire se destacam ao pensamento pedagógico universal, suas ideias são relevantes no campo educacional brasileiro, possibilitando assim que os educadores reflitam sobre sua própria ação docente e pedagógica, como também a ouvir mais seus alunos, interagindo com eles para que possam estreitar seus laços no intuito de favorecer grandemente a aprendizagem com o máximo de autonomia e esperança.

Isto significa, que devemos aprender a olhar para o aluno com profundidade, enxergar além da sala de aula, qual é a realidade que este aluno está inserido, que história de vida este compartilha,



será que o que eu vejo nem sempre é o que você vê, mesmo olhando em direção ao mesmo horizonte, diante desses desafios, o que posso fazer para mudar essa realidade difícil, uma das alternativas seria dialogar, falar para aquele aluno que existe um mundo a ser descoberto dentro de si, motivá-lo a sonhar, a seguir em frente, romper com o silêncio interior desse aluno.

No que diz respeito a isso, Freire complementa:

[...] Como professor [...] preciso estar aberto ao gosto de querer bem aos educandos e à prática educativa de que participo. Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que, porque professor, me obrigo a querer bem a todos os alunos de maneira igual. Significa, de fato, que a afetividade não me assusta, que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano. Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre “seriedade docente” e “afetividade”. Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e “cinzento” me ponha nas minhas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que devo ensinar. (FREIRE, 1996, p. 159).

Nessa perspectiva, Paulo Freire defende a educação como ato dialógico, destacando a necessidade de uma razão dialógica comunicativa onde o ato de conhecer e de pensar estariam diretamente relacionados. Por tudo isso, o professor deve estar atento a observar em cada aluno, seus talentos, suas potencialidades, seus dons e sua história de vida. Deve procurar dialogar com ele, descobrir informações que possam contribuir para o fazer pedagógico.

Tendo em mãos essas informações, é possível redirecionar orientações adequadas para cada aluno. Finalizando o trabalho compreendemos que Paulo Freire colaborou com a construção de uma educação em que prioriza o desenvolvimento de uma consciência reflexiva, crítica e libertadora, considerando uma nova relação entre educador e educando, entendendo o analfabetismo como um problema social.

Além disso, enfatizamos que este estudo não se dá por encerrada as discussões em torno do



processo de ensino do aluno, mas tem o caráter de contribuir com a produção científica, um exemplar a ser somado, representa um estudo bibliográfico capaz de nortear novas pesquisas e, sobretudo, abrir um leque de outras possibilidades

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Método Paulo Freire. 18ª ed. São Paulo, Brasiliense. 1981.

Dal-Cin1-UNOCHAPECÓ, Daniela, Luciane da Rosa2-UNOCHAPECÓ, and Ivan Luís Schwen-
gber3-UNOCHAPECÓ. “UM CURRÍCULO FREIREANO: REFLEXÕES A PARTIR DA OBRA
“EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE”. 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24859_13133.pdf . Acesso em 09 de junho de 2022.

DICKMANN, Ivo. A formação de educadores ambientais: contribuições de Paulo Freire. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2015.

DICKMANN, Ivo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: paz e Terra,1967.

FREIRE, P.F. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa, 36º ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.



MARCIEL, Jandrei José. O MÉTODO PAULO FREIRE: ORIGENS HISTÓRICAS, INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E ASPECTOS METODOLÓGICOS. Chapecó, SC, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25509_13013.pdf. Acesso em 28 de maio de 2022.

PORFÍRIO, Francisco. “Paulo Freire”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/paulo-freire.htm>. Acesso em 05 de junho de 2022.

TOYAMA, Francis. “Educação “bancária” e educação libertadora” Disponível em: <https://www.re-cantodasletras.com.br/resenhasdelivros/2339567>. Acesso em 05 de junho de 2022.



Capítulo

3

CIBERCULTURA NA EDUCAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES, CONFLITOS E NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS



CIBERCULTURA NA EDUCAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES, CONFLITOS E NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

CYBERCULTURE IN EDUCATION: TRANSFORMATIONS, CONFLICTS AND NEW PEDAGOGICAL PRACTICES

Damiana Carla da Cunha e Silva Olegário

Daliane da Costa Moura

Francisco Bruno Silva Dantas

Maria Damiana do Nascimento

Marina Linhares de Medeiros Melo

Melquesimiel de Souza Silva

Regina Claudia de França Rocha

Resumo: O trabalho ora apresentado tem por objetivo dialogar sobre a cibercultura e as transformações que essa possibilita nas práticas pedagógicas, como também os desafios e conflitos que permeiam a educação do século XXI. Compreendendo que as ações pertinentes às novas tecnologias presentes na cibercultura surgem como novas demandas de uma sociedade digitalmente letrada, pautada em perspectivas de mutações da educação. Considerando que o contexto atual da educação é permeado por incorporação de uma nova metodologia traçadas por inovações e indagações que resultaram em um percurso desafiador diante vários impactos digitais. Desse modo, optamos por uma pesquisa qualitativa, cujos dados são fornecidos por meio de uma pesquisa bibliográfica. Sendo que, para nortear



o trabalho, vamos dialogar com autores como Pierre Lévy (1999) que faz uma abordagem sobre a cibercultura e o impacto das tecnologias sobre a construção da inteligência coletiva, assim como, Magda Soares (2002), que define o letramento digital: um certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela. Nesse sentido, vale salientar que durante a análise foi possível perceber que a cibercultura coloca o ser humano diante de um mar de conhecimento, onde é preciso escolher, selecionar e filtrar as informações, para organizá-las em grupos e comunidades onde seja possível trocar ideias, compartilhar interesses e criar novas demandas sociais e assim superar as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem favorecendo os avanços na educação. Tornando assim o fazer pedagógico algo significativo, que possibilita reflexões e busca de soluções para uma nova tomada de decisões diante o cenário educacional do século XXI.

Palavras-chave: Cibercultura, Educação, Tecnologias, Transformações.

Abstract: The work presented here aims to dialogue about cyberculture and the transformations that it makes possible in pedagogical practices, as well as the challenges and conflicts that permeate 21st century education. Understanding that the actions relevant to the new technologies present in cyberculture emerge as new demands of a digitally literate society, based on perspectives of mutations in education. Considering that the current context of education is permeated by the incorporation of a new methodology outlined by innovations and inquiries that resulted in a challenging path in the face of various digital impacts. Thus, we opted for a qualitative research, whose data are provided through a bibliographic research. Since, to guide the work, we will dialogue with authors such as Pierre Lévy



(1999) who approaches cyberculture and the impact of technologies on the construction of collective intelligence, as well as Magda Soares (2002), who defines literacy digital: a certain state or condition acquired by those who appropriate the new digital technology and practice reading and writing on the screen. In this sense, it is worth noting that during the analysis it was possible to perceive that cyberculture places the human being in front of a sea of knowledge, where it is necessary to choose, select and filter information, to organize it into groups and communities where it is possible to exchange ideas. , share interests and create new social demands and thus overcome the difficulties of the teaching-learning process, favoring advances in education. Thus making the pedagogical doing something significant, which allows reflections and search for solutions for a new decision-making in the educational scenario of the 21st century.

Keywords: Cyberculture, Education, Technologies, Transformations.

Vivemos em um mundo no qual a informação e o conhecimento são extremamente importantes. Trata-se especialmente de um novo tempo, no qual a globalização domina; fazendo surgir novas formas de ensinar e aprender. Sendo possível perceber que o uso em massa de uma nova demanda de prática social, voltada para tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC's), são essenciais para atender às novas demandas sociais. E também que se faz necessário e urgente, no sentido de atender o fazer pedagógico.

Partindo dessa perspectiva, vamos dialogar sobre o que é a cibercultura na perspectiva de Pierre Lévy e quais as mudanças que essa possibilita nas práticas sociais e principalmente nas pedagógicas. Possibilitando assim fazer uma reflexão sobre os desafios e conflitos que permeiam o uso



das tecnologias digitais da informação e comunicação e como essas estão presentes na educação do século XXI.

Para tanto é preciso compreender que as ações pertinentes às novas tecnologias presentes na cibercultura surgem como novas demandas de uma sociedade digitalmente letrada, pautada em perspectivas de inovações na sociedade e presentes na educação. Considerando que o contexto atual da educação é permeado por incorporação de uma nova metodologia traçadas por inovações e indagações que resultaram em um percurso desafiador diante vários impactos digitais.

Nesse sentido, surge a iniciativa dessa pesquisa que tem como objetivo dialogar sobre a cibercultura e as transformações que essa possibilita nas práticas pedagógicas. Visto que a cibercultura é vista como uma nova prática social da humanidade na busca de suprir uma necessidade global, agregado aos novos conhecimentos.

Assim, acreditamos que a pesquisa é uma forma de compreender um determinado conjunto de situação, já que leva o pesquisador a refletir sobre suas inquietações e possibilita a chegada de determinadas conclusões. Nesse sentido, decidimos realizar o trabalho voltado às transformações, conflitos e desafios presente na sociedade atual e principalmente na educação. Nesse sentido, compreendemos que é um tema pertinente e pode contribuir para a produção de outros trabalhos acadêmicos, assim como estudantes que estão diante o processo de conclusão de cursos.

O que é cibercultura na obra de Pierre Lévy?

O livro de Pierre Lévy denominado Cibercultura é fruto de um trabalho feito para o Conselho Europeu em forma de relatório, nele estão presentes um olhar sobre as mudanças culturais e



suas implicações na evolução das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC's) para a humanidade. Assim temos nessa obra uma visão sobre o que trata a Cibercultura e sua relação entre sistemas: tecnologia, informação, sociedade e seus valores.

A obra está dividida em cinco momentos, o primeiro é a introdução que tem por nome dilúvio, esse empregado de forma metafórica para a renovação e surgimento dos novos conhecimentos tecnológicos e digitais; em seguida temos os 18 capítulos do livro que são divididos em três partes, são elas:

- Primeira parte (Definições)
- Segunda parte (Proposições)
- Terceira parte (Problemas)

No quinto e último momento da obra o capítulo da conclusão - a cibercultura ou a tradição simultânea - Lévy apresenta que a cibercultura perpassa o conceito de cultura. Defende a tese, conforme colocado na página 248 que “a cibercultura inventa uma outra forma de fazer advertir a presença do virtual do humano frente a si mesmo que não pela imposição da unidade de sentido.” Enumera três etapas da história: - a das pequenas sociedades fechadas, de cultura oral, que vivem uma totalidade sem universal; - a das sociedades “civilizadas”, imperialistas, usuárias da escrita, que fizeram surgir um universal totalizante; e - da cibercultura, correspondendo à globalização concreta das sociedades, que inventa um universal sem totalidade.”

Agora respondendo o que foi questionado neste capítulo - O que é cibercultura na obra de Pierre Lévy? Temos como definição de cibercultura, de acordo com a fala de Lévy (p. 17), o seguinte significado: “é o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atividades, de modos



de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”.

Assim podemos compreender que a referida obra permite fazer reflexões acerca das mudanças culturais inerentes das TDIC's (tecnologias digitais de informação e comunicação), considerando que o autor Pierre Lévy tem outros estudos focados a essa temática como: “As tecnologias da Inteligência” e “O que é o virtual”. Deste modo, a obra e os pensamentos do autor contribuem de forma significativa para a proposta do presente artigo, é para todos os pesquisadores que se interessam pelas novas tecnologias.

O letramento digital na educação

A palavra letramento nos traz uma referência à relação existente entre as letras e a alfabetização, dado que as duas encontram-se entrelaçadas, mas precisamos nos atentar que há diferenças entre elas, nessa percepção, o indivíduo alfabetizado não é necessariamente letrado.

Assim, entendemos que alfabetizado é o indivíduo que sabe ler e escrever enquanto o letrado vai além disso, este deve dominar a leitura e escrita no contexto das práticas sociais, onde a leitura e escrita tenham significado e façam parte da vida.

Soares (2002), diz que no Brasil têm indivíduos que sabem ler e escrever, porém, não exercitam essas habilidades. Assim, ela nos mostra que no Brasil existem pessoas que não leem e nem sequer sabem preencher um requerimento, nesses casos podemos dizer que tais indivíduos são alfabetizados e não letrados. Diante disso, o letramento diz respeito às práticas sociais que envolvem a capacidade e o conhecimento do indivíduo por meio do sistema da escrita em determinados meios, assim entendemos que o letramento surgiu para ampliar a alfabetização.



Sabemos que as práticas sociais são diversificadas, podemos considerar a palavra “letramentos” no plural para explicar a complexidade do meio que nos cerca. Neste sentido, temos: letramento literário, letramento informacional, letramento visual, letramento digital entre outros.

Como nos afirma a doutora em educação, Magda Soares (2002):

Indivíduos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da escrita e, portanto, têm habilidades e atitudes necessárias para uma participação viva e competente em situações em que práticas de leitura e/ou escrita têm uma função essencial, mantêm com os outros e com o mundo que os cerca formas de interação, atitudes, competências discursivas e cognitivas que lhes conferem um determinado e diferenciado estado ou condição em uma sociedade letrada (SOARES, 2002, p.146).

Assim sendo, o letramento digital nada mais é do que a capacidade de leitura e escrita em telas de celulares, computadores, e toda a utilização dos recursos tecnológicos nos ofertados nesse contexto. Deste modo, LÉVY (1999), defende que a internet deve ser utilizada como uma ferramenta para democratização do saber e mais que isso, que a internet deve ser usada como aliada da educação, sendo utilizada para o ganho coletivo da sociedade, já que não dá pra alcançar a educação de hoje sem o uso desse recurso.

Para que os objetivos da utilização desse recurso sejam alcançados, precisamos utilizar os “ciberespaços” de forma consciente, extraindo o máximo de informações para nosso crescimento, enquanto indivíduos em constante mudanças sociais. LÉVY (1999), mostra as potencialidades dessa cibercultura e ciberespaços, pois é a partir delas que se pode construir coisas interessantes para a educação atual.

De tal modo, a tecnologia permite o desenvolvimento de várias habilidades, proporcionando a multidisciplinaridade entre áreas diferentes do conhecimento, pois mesmo usufruindo de maneira correta das mídias sociais, o estudante precisa de estímulos para conquistar os benefícios dessa ci-



bercultura. É importante também, estabelecer que são necessários alguns objetivos como: estimular a criatividade, ter clareza nas tomadas de decisão e também saber quais mídias são mais usadas pelos estudantes.

O letramento digital permite que o estudante, participe de atividades coletivas e individuais, podendo opinar, interpretar e interagir e socializar sobre infinitos conteúdos de forma digital, usando as ferramentas adequadas a cada ciberespaço.

Transformações da educação com o uso das novas tecnologias

Até há pouco tempo, os computadores eram utilizados apenas em salas de aula de informática. Se uma criança fosse apanhada a usar o seu telefone ou tablet na aula, era provável que recebesse uma repreensão. As mochilas andavam cheias de cadernos e livros de texto, e foram ficando mais pesadas à medida que se avançava de ano em ano.

As novas tecnologias (tais como robótica, programação ou impressão em 3D) permitem aos estudantes aplicar de forma prática o que aprendem em teoria. Além disso, aumentam a criatividade, o raciocínio lógico, a orientação espacial ou coordenação. Este ensino mais prático, com conteúdo dinâmico e divertido, resulta em motivação nos alunos. Isto torna-o um aliado excepcional na luta contra o abandono escolar e desinteresse educativo. Para (SOFFNER, 2005):

A tecnologia moderna é fruto da realização do sonho de indivíduos que incluíram em seu projeto de vida a tarefa de construir ferramentas que tornassem mais fácil a concretização de atos cotidianos. São engenheiros, matemáticos, cientistas e ativistas que pensaram a tecnologia como meio de potencialização individual e coletiva. Imaginaram o benefício social, e não o impacto comercial, visível em nossos dias. No caso particular da tecnologia aliada à educação, viam uma via importante de desenvolvimento de potenciais que poderia ajudar na transformação de crianças e jovens em pessoas autônomas, cidadãos responsáveis, profissionais competentes e aprendizes permanentes



(SOFFNER, 2005).

De tal modo, A investigação da mediação e do suporte às práticas educativas que as novas tecnologias de informação e comunicação oferecem nos dias atuais pode intervir nos programas de inclusão sociocomunitária, servindo de base pedagógica e instrumento de construção do conhecimento de um ponto de vista sócio construtivista, permitindo aos aprendentes a realização de potencial humano e desenvolvimento de novas competências.

A educação pode, sem dúvida, ser beneficiária deste novo momento da história humana, mas apenas se puder utilizar as tecnologias de informação e comunicação, já disponíveis, na concepção e implementação de um novo modelo pedagógico, que privilegia a conversão de informação em conhecimento, além de suportar o desenvolvimento de competências e de potencial humano (SOFFNER, 2005).

O uso das tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem pode não ser o único meio para alcançarmos a excelência na educação. Entretanto, considerando que temos em mão ferramentas que ampliam, facilitam e estimulam as faculdades cognitivas humanas.

Considerações finais

Podemos considerar, que diante dos avanços tecnológicos, atualmente o professor tem um leque de possibilidades em mãos para tornar suas aulas ainda mais atrativas a seus alunos, usando os recursos tecnológicos, assim sendo, incentiva-os tanto na aprendizagem individual como também coletiva.



A utilização da tecnologia, permite no meio educacional a criação de novas modalidades de ensino, e muitas possibilidades de ampliar a aprendizagem, alcançando de forma alternativa um número maior de discentes.

Atualmente, já sentimos os efeitos dessa tecnologia em sala de aula, usamos as redes e computadores para pesquisar, planejar aulas, avaliações entre outros, essas práticas já fazem parte do nosso cotidiano. Contudo, sabemos que a nossa realidade educacional, não permite que avancemos de acordo com a tecnologia, pois a mesma muda muito e de maneira rápida.

Todavia, o número de indivíduos que já utilizam os ciberespaços já é incalculável, não apenas como entretenimento, mas também como ferramenta de aprendizagem educacional. O que precisamos, é fazer com que esses usuários, utilize seu tempo com esses equipamentos tecnológicos de forma produtiva e saudável, assim se permite que haja uma maior assimilação dos conteúdos e menos distrações na hora de aprender, pois sabemos que aprender requer motivação, somente com estratégias de motivação adequada e que iremos fazer com que, nossos estudantes tenham um tempo de qualidade nessa cibercultura.

Referências

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo : Ed. 34, 1999. 260 p. (Coleção TRANS)

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.



_____. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br>.>

Acesso em: 12 jul. 2014

FOUNI, Leda V. Adultos não alfabetizados: O avesso do avesso. Campinas: Pontes, 1988.

SOFFNER, Renato K. As tecnologias da inteligência e a educação como desenvolvimento humano.

Campinas: UNICAMP (Tese de Doutorado), 2005



Capítulo

4

TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS: UMA BREVE ANÁLISE DE DOIS ARTIGOS DE OPINIÃO SOBRE A LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS



TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS: UMA BREVE ANÁLISE DE DOIS ARTIGOS DE OPINIÃO SOBRE A LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS

ARGUMENTATIVE TECHNIQUES: BRIEF ANALYSIS OF OPINION ARTICLES ON DRUG LEGALIZATION

Aline Macêdo Câmara Gracindo

Marina Linhares de Medeiros Melo

Francisco Bruno Silva Dantas

Emanuel Adeilton de Oliveira Andrade

Gislayne Lopes Cardoso de Melo

Resumo: O artigo analisa, sob a perspectiva da teoria-análise dialógica do discurso do Círculo de Bakhtin, e da teoria da argumentação de Chaim Perelman, os artigos de opinião “Legalizar das drogas” do deputado federal Jean Wyllys, publicado na revista Carta Capital e “Legalização das drogas” de Dom Odílio P. Scherer, cardeal-arcebispo, publicado no jornal O Estado de São Paulo. O objetivo visado é trabalhar o gênero artigo de opinião, dado que este apresenta forte cunho argumentativo, para analisar as teorias supramencionadas a fim de enriquecer o debate teórico sobre os recursos argumentativos. Escolhemos o tema Legalização das drogas por se manifestar enquanto um tema polêmico e que envolve vários segmentos e instituições sociais na sua discussão. Para tanto, analisam-se as relações dialógicas estabelecidas entre os dois autores assim como com outras instituições sociais, bem como as técnicas argumentativas utilizadas por ambos para sustentar seus pontos de vista, com base



na abordagem qualitativa e interpretativista de pesquisa de cunho bibliográfico. Verifica-se que os autores dialogam tanto entre si quanto com outras vozes, como a da Corte Suprema da Argentina e a da igreja, seja discordando seja concordando, a fim de afirmar suas posições ideológicas, ao discutirem a legalização das drogas. Em nossas considerações conclusivas destacamos o caráter responsivo dos enunciados, em que um artigo se constitui enquanto uma resposta a posicionamentos anteriores, ao passo em que se opõem, e, ainda destacamos a presença, em ambos os artigos analisados, das técnicas argumentativas de Pelremam que foram tanto os argumentos baseados na estrutura do real quanto os argumentos que fundam a estrutura do real.

Palavras-chave: Argumentação. Dialogismo. Artigo de opinião. Legalização das drogas.

Abstract: The article analyses, from the perspective of the dialogical theory-analysis of the discourse of the Bakhtin Circle, and the theory of argumentation of Chaim Pelremam, the opinion articles “Legalizing drugs” by federal deputy Jean Wyllys, published in the magazine Carta Capital and “Legalization of drugs” by Dom Odílio P. Scherer, cardinal-archbishop, published in the newspaper O Estado de São Paulo. The objective is to work on the opinion article genre, given that it has a strong argumentative nature, to analyze the aforementioned theories in order to enrich the theoretical debate on argumentative resources. We chose the topic Legalization of drugs because it is a controversial topic that involves several segments and social institutions in its discussion. In order to do so, the dialogic relationships established between the two authors as well as with other social institutions are analyzed, as well as the argumentative techniques used by both to support their points of view, based on the qualitative and interpretive approach of bibliographic research. It appears that the authors



dialogue both with each other and with other voices, such as the Supreme Court of Argentina and the church, whether disagreeing or agreeing, in order to affirm their ideological positions when discussing the legalization of drugs. In our conclusive considerations, we highlight the responsive character of the statements, in which an article is constituted as a response to previous positions, while they are opposed, and we also highlight the presence, in both analyzed articles, of Pelremam's argumentative techniques that were both the arguments based on the structure of the real and the arguments that found the structure of the real.

Keywords: Argumentation. dialogism. Opinion article. Drug legalization.

INTRODUÇÃO

Ao longo de décadas a humanidade enfrenta um dilema relativo ao uso de drogas ilícitas, em que uns se posicionam a favor da legalização destas e outros contra tal medida. Considerando que, no confronto entre estes dois posicionamentos diversos podemos identificar determinadas técnicas argumentativas, à luz da teoria da argumentação de Chaim Perelman e do dialogismo de Bakhtin, discutiremos a legalização a partir do gênero artigo de opinião, uma vez que neste gênero predomina o discurso argumentativo.

Partindo desse entendimento, este trabalho propõe-se a analisar dois artigos de opinião sobre o problema acima referido, sendo um do deputado federal Jean Wyllys intitulado “Legalizar das drogas” e publicado na revista Carta Capital e “Legalização das Drogas” do Dom Odílio P. Scherer, cardeal-arcebispo, publicado no jornal O Estado de São Paulo. Serão discutidos alguns aspectos con-



trários e outros a favor da legalização das drogas; bem como serão, ainda, analisadas as técnicas argumentativas utilizadas pelos seus respectivos autores.

Para alcançarmos os objetivos aqui propostos, recorreremos à pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e interpretativa, realizada através de leituras sistemáticas e críticas de estudos relacionadas à temática em questão. Trabalhamos com autores como Pelremam, Bakhtin, Pacheco, Morais e Oliveira, uma vez que entendemos que as técnicas argumentativas se constituem a partir do diálogo entre os enunciados dado que todo enunciado se constitui numa resposta a enunciados anteriores.

Os achados iniciais da pesquisa confirmam a tese bakhtiniana de que não há neutralidade nos discursos construídos, uma vez que os autores se posicionam seja concordando ou discordando com o enunciado ao qual se reportam, bem como expressam as suas visões de mundo, suas crenças, seus contextos sociais. E ainda, identificamos algumas técnicas argumentativas da teoria de Pelremam como os argumentos baseados na estrutura do real e os argumentos que fundam a estrutura do real.

BAKHTIN E PELREMAM: alguns aspectos teóricos

Na perspectiva bakhtiniana o diálogo assume uma posição central na constituição da linguagem, o que revela que dentro de um determinado texto existem vários sujeitos representados pelas vozes textuais. Isso significa que não encontraremos um discurso construído de forma isolada, com um fim em si mesmo e que não se relacione com outros discursos.

Sendo assim, compreendemos que um enunciado trás não só a voz do interlocutor, mas a voz de determinados segmentos e instituições sociais, o que evidencia o caráter social da linguagem.



Quando o interlocutor formula seu discurso, ele acaba de uma forma ou de outra expressando seu ponto de vista, suas concepções de mundo, suas filosofias, crenças e ideologias, em detrimento de uma possível objetividade, neutralidade textual.

Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera de comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. É impossível alguém definir sua posição sem correcioná-la com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva (BAKHTIN, [1952-1953],2011, p.297).

A enunciação é, pois, produto e causa de outros enunciados, o que revela a dinamicidade e mutabilidade dos discursos. Dessa forma, devemos considerar não só o texto em si, mas as condições de produção, circulação e recepção em que este foi elaborado.

Em relação a teoria da argumentação de Chaim Pelremam vamos destacar apenas os aspectos encontrados nos artigos de opinião que discutiremos a seguir. Bem, de acordo com o referido autor existem algumas técnicas argumentativas que são utilizadas pelo orador para conquistar a adesão do público ou do auditório, como o mesmo prefere. O termo auditório se refere ao conjunto de pessoas que o orador visa influenciar (PELREMAM,1987).

Os dois tipos de argumentos que nos interessa neste estudo são: Os argumentos fundados na estrutura do real por sucessão e os argumentos que fundam a estrutura do real. Os primeiros são formulados a partir daquilo que o auditório acredita ser o real, ou seja, são formados a partir das associações dos elementos do real ente si, o que pode ser denominado de sucessão ou coexistência, que dizem respeito à relação de causa e efeito. É o argumento que procura associar o caráter de uma



pessoa a seus atos, por exemplo. Já os segundos atuam por inferência e fundam generalizações e regularidades sobre casos até então particulares, isolados, de maneira tal que são capazes de formular exemplos, modelos, analogias e metáforas. Nas palavras de Pacheco (p.10):

Os argumentos fundados na estrutura do real por sucessão são aqueles que dizem respeito às relações envolvendo realidades de ordens diferentes, em que uma seja a essência e a outra a manifestação exterior dessa essência. Argumentos que fundam a estrutura do real são aqueles que generalizam aquilo que é aceite a propósito de um caso particular (ser, acontecimento, relação) ou transpõem para um outro domínio o que é admitido num domínio determinado.

Compreendido isso, passemos a análise dos dois artigos de opinião que selecionamos.

ANÁLISE DOS ARTIGOS DE OPINIÃO

Jean Wyllys, deputado federal, em seu artigo intitulado “Legalização das drogas”, trata de uma temática bastante polêmica como o próprio título já diz. Ele se opõe a declarada “guerra contra as drogas”, alegando que isso é um problema de saúde e não de polícia, primando, portanto, pelas liberdades individuais. Na sua seleção lexical, o autor usa expressões que procuram aproximá-lo dos leitores, como, por exemplo: “se alguém tem o direito de ‘encher a cara num bar’ ou em casa, também tem o direito de ‘fumar um baseado’”; “calam a boca”; “o cigarro é a droga que mais mata e ninguém vai preso por isso!”; “você nunca fez?”.

Esse recurso foi utilizado pelo autor, pois o meio de circulação de seu texto, a revista Carta Capital, é um veículo direcionado a classe trabalhadora, e um dos critérios para a produção do discurso argumentativo é uma linguagem acessível ao público.

Wyllys defende a descriminalização do consumo, pois acredita que a matança, a violência,



a corrupção policial, a insegurança, dentre outros problemas serão resolvidos com a legalização das drogas. Ele deixa claro que o seu partido político o PSOL, partilha do mesmo posicionamento. Em pesquisa sobre a biografia do autor, vimos que ele é um jornalista, professor universitário e político brasileiro, eleito pela primeira vez em 2010 para um mandato de deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do Rio de Janeiro. Wyllys se tornou conhecido inicialmente por ter participado e ganhado a quinta edição do programa Big Brother Brasil, da Rede Globo. Assumiu publicamente a sua homossexualidade e apoia abertamente o movimento LGBT. Esses dados nos auxiliam a entender a postura do autor em relação a temática abordada.

Examinando seu discurso, observamos que ele se utiliza de algumas técnicas argumentativas de Pelremam como os argumentos baseados na estrutura do real, o que se percebe no seguinte trecho: “O consumo de drogas não se reduziu pela criminalização, mas aconteceu o contrário. E o que temos, então, é crime organizado, violência, corrupção policial, insegurança, milhares de mortes, criminalização de jovens das favelas e das periferias, presídios lotados onde esses jovens têm seu futuro aniquilado e drogas de má qualidade vendidas de maneira informal, sem controle, a pessoas de qualquer idade, em qualquer sítio e sem pagar impostos”. Isso diz respeito à relação de causa e efeito, em que a criminalização é a causa e os efeitos são a violência, a corrupção policial, etc.

Outra técnica argumentativa utilizada pelo deputado foi os argumentos que fundam a estrutura do real, os quais são entendidos como aqueles “que se utilizam do exemplo, do modelo, da analogia e da metáfora” (PACHECO, p.10). Notamos isso na seguinte passagem: “O cigarro (de tabaco) é a droga que mais mata e ninguém vai preso por isso! A gente pode criar uma política de prevenção aos males do fumo porque o fumo é legal [...] Da mesma maneira, a gente só tem a lei seca e políticas para conter os danos do uso do álcool porque o álcool é regulamentado. O mesmo deveria acontecer com



a maconha e outras drogas atualmente ilícitas”. Bom, aqui identificamos o recurso argumentativo da analogia, que as três drogas são comparadas.

O autor dialoga ainda com outras vozes presentes no texto, como a do citado juiz Frederico Ernesto Cardoso Marciel, do Distrito Federal, o qual afirma que “soa incoerente o fato de outras substâncias entorpecentes, como o álcool e o tabaco, serem não só permitidas e vendidas [...] mas adoradas pela população. Isso demonstra que a proibição de outras substâncias entorpecentes recreativas, como o THC, são fruto de uma cultura atrasada e de uma política equivocada, e violam o princípio da igualdade [...]”. Jean Wyllys diz que o juiz deve ser parabenizado pela sua coragem de declarar a sua postura contrária a política de guerra contra as drogas. Nesse caso as relações dialógicas estabelecidas são harmoniosas, ou seja, o enunciado produz no interlocutor uma resposta de concordância, quanto ao dito. Segundo (BAKHTIN, [1952-1953], 2011, p.271):

[...] o ouvinte [leitor], ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc. [...] (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso).

O deputado cita também o ex-presidente dos E.U.A Obama, o qual, segundo Wyllys, fez “declarações bastante sensatas, reconhecendo que a criminalização não é uma boa política”, bem como o posicionamento da Corte Suprema da Argentina, que “declarou inconstitucional a criminalização do consumo de drogas e do cultivo para uso pessoal”. E aqui, mais uma vez notemos que há uma concordância entre as vozes referenciadas e a voz do autor o qual se diz a favor da descriminalização do consumo e da legalização de toas as drogas.

Consideramos que esse artigo poderia ser trabalhado em sala de aula como um excelente exemplo de argumentação, dado que o autor traz argumentos consistentes para fundamentar o seu



posicionamento em relação a temática abordada. Sua argumentação se baseia em um conhecimento amplo da temática, em que ele cita o posicionamento de instituições sociais importantes como a Corte Suprema da Argentina e o PSOL, bem como de sujeitos que reforçam as vozes de autoridades no assunto, como, Obama e o juiz Frederico Ernesto Cardoso Marciel, atestando suas ideias. Faz ainda um levantamento dos casos em que a legalização das drogas obteve sucesso, como no caso do Uruguai.

Já no segundo artigo de opinião que selecionamos para esta análise, o artigo “Legalização das drogas” de Dom Odílio P. Scherer, publicado no jornal Estadão de São Paulo, assume uma posição oposta ao artigo do deputado Jean Wyllys, uma vez que é contra a legalização, afirmando que esta causa “além do dano humano e moral, o prejuízo econômico para as famílias e a sociedade como um todo”. Por ser um cardeal-arcebispo, tendo uma vida vinculada a religião católica, o autor assume uma postura de caráter conservadora, primando pela preservação dos valores morais e pela família, o que explica o seu apoio a política proibicionista.

O Cardeal-Arcebispo, faz uso de algumas técnicas argumentativas pelremanianas, o que podemos observar nos trechos que se seguem: “confundir uma coisa com a outra seria como vender veneno de cobra em vez de soro antiofíbio, ou como trocar gato por lebre”; “vários países, e um bom exemplo é a Suécia, oferecem tratamento para o usuários e somente o tráfico é punido pela lei”. Nesse sentido, ele faz uso dos argumentos que fundam a estrutura do real, sendo o primeiro trecho uma analogia e o segundo um exemplo.

Scherer dialoga com outros sujeitos em seu artigo, estabelecendo com estes sujeitos relações dialógicas de concordância. Ele cita o professor Ronaldo Ramos Laranjeira, presidente da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, o qual afirma que “não existem evidências sobre o uso terapêutico da maconha”; cita, ainda o Levantamento nacional sobre o consumo de álcool e drogas



(Lenad), que traz dados de uma pesquisa realizada em 2013 que constatou que existem no país 8 milhões de dependentes químicos. O autor concorda com as vozes presentes em seu discurso e ainda faz uso de muitos dados estatísticos para sustentar seu ponto de vista.

Dessa feita, o artigo do Cardel-Arcebispo se configura num trabalho a ser analisado em sala de aula, tendo em vista que pode vir a proporcionar aos alunos entenderem como as experiências pessoais e as crenças religiosas influenciam na construção dos discursos e que o uso de dados estatísticos atribuem um nível maior de credibilidade ao ponto de vista defendido.

Como nos diz Moraes e Oliveira (p.09), os artigos aqui analisados nos permitem inferir que “os enunciados são produzidos em resposta a outros enunciados, ou seja, como em um enunciado um juízo de valor pode estar se contrapondo a outros posicionamentos axiológicos”. Mesmo que o artigo do Cardel-Arcebispo tenha sido publicado no ano de 2014 e o do deputado federal Jean Wyllys, em 2018, um acaba sendo uma resposta ao outro, pois são posicionamentos opostos que representam a divisão da sociedade como um todo quando se trata de um tema tão polêmico como este.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos artigos aqui procedida, podemos destacar o dialogismo presente nas discussões entre os autores e outras vozes manifestas nos seus respectivos textos, como a voz do PSOL e da Corte Suprema da Argentina, trazidas por Jean Wyllys e a do professor Ronaldo Ramos Laranjeira, presidente da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, citada pelo Cardel-arcebispo.

Interessante que notamos, ainda as vozes ocultas representadas pelas identidades sociais de



cada autor, no caso do primeiro ele pertence ao grupo social de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), o que se evidencia na defesa da liberdade individual como valor ético central; enquanto o segundo traz embutido em sua concepção de mundo, o grupo ao qual ele pertence que é o dos cristãos, mais especificamente o da igreja católica, o que notamos pela ênfase atribuída a família enquanto instituição sagrada. Isso reforça o pensamento bakhtiniano de que não há objetividade, neutralidade no discurso, uma vez que o sujeito que fala não representa apenas a sua voz, mas sim a voz de um determinado segmento ou classe social e ainda dialoga com outras vozes que reforçam ou se contrapõem ao seu ponto de vista.

Em relação as técnicas argumentativas de Chaim Pelreman, o que encontramos foram os argumentos baseados na estrutura do real e os argumentos que fundam a estrutura do real. Assim nos deparamos tanto com analogias e exemplos como com a relação de causa e efeito. Além disso, o Cardel-arcebispo fez uso de vários dados estatísticos para corroborar suas ideias.

Portanto, elegemos o gênero artigo de opinião, por nele predominar recursos crítico-argumentativos que devem ser trabalhados em sala de aula e por ser um gênero de grande circulação, atingindo um público bastante diversificado, por isso os meios de circulação mais utilizados para sua veiculação são jornais, revistas de grande alcance e a internet, importante meio de comunicação na atualidade. No caso dos dois artigos analisados neste trabalho, ambos podem ser encontrados na internet.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich [1952-1953]. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail



Mikhailovich. Estética da criação verbal. Tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MORAIS, Kely Any Vasconcelos; OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. Responsividade Discursiva por meio do gênero artigo de opinião.

PACHECO, Gustavo de Britto Freire de. Retórica e nova retórica: a tradição grega e a teoria da argumentação de Chaim Perelman. Disponível em: http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/pet_jur/clgpache.html Acesso em: 16 nov. 2006.

WYLLYS, Jean. Legalizar as drogas. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/legalizar-as-drogas-2566.html>> Acesso em: 29 de maio de 2018.

SCHERER, Dom Odílio P. Legalização das drogas. Disponível em: < <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,legalizar-a-maconha-imp-,1541287>> Acesso em 30 de maio de 2018.



Capítulo

5

EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE LÍQUIDA: DESAFIOS

NA PRÁTICA DOCENTE



EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE LÍQUIDA: DESAFIOS NA PRÁTICA DOCENTE

EDUCATION IN LIQUID SOCIETY: CHALLENGES IN TEACHING PRACTICE

Ayrton da Silva Cabral

Antuzia de Medeiros Oliveira

Ismaelita Gregório Antunes de Medeiros

Maria da Glória Gomes Silva

Maria do Socorro Fernandes de Carvalho

Marina Linhares de Medeiros Melo

Sid Silas Moura

Resumo: O presente artigo analisa, sob a perspectiva do grande sociólogo e filósofo polonês, Zigmunt Bauman, a Educação na Sociedade contemporânea, a qual é perceptível características de uma sociedade líquida. Com o objetivo de trabalhar os desafios enfrentados pelos docentes e como tal liquidez influência no ambiente escolar, escolheu-se o tema da educação na sociedade líquida por se manifestar como um tema atual e inovador para a reflexão contemporânea sobre a prática docente. Fundamentado metodologicamente na abordagem qualitativa e interpretativista de pesquisa, o estudo centrou a análise nas reflexões sobre estudos do teórico já citado, e nas macrocompetências socioemocionais.



Palavras-chave: Educação. Sociedade. Modernidade. Liquidez. Docência.

Abstract: This article analyzes, from the perspective of the great Polish sociologist and philosopher, Zigmunt Bauman, Education in contemporary Society, which features characteristics of a liquid society. In order to address the challenges faced by teachers and how such liquidity influences the school environment, the theme of education in liquid society was chosen because it manifests itself as a current and innovative theme for contemporary reflection on teaching practice. Methodologically based on a qualitative and interpretive research approach, the study focused the analysis on reflections on studies of the aforementioned theorist, and on socio-emotional macrocompetencies.

Keywords: Education. Society. Modernity. Liquidity. teaching.

Introdução

A educação contemporânea apresenta características da atual sociedade, a qual tem demonstrado o que a sociedade é capaz de realizar na vida do ser humano. O homem é manipulado pela sociedade, ou seja, pela cultura, pelo ambiente onde vive. O fato é que a sociedade sempre estará em processo de transformação, e com essas mudanças surge também a necessidade do homem de acompanhá-las.

Desse modo, essas transformações refletem também, na educação, no amor, em todas as áreas da vida do ser humano. Ao longo das décadas, com a modernização, o olhar para si mesmo se



tornou mais frequente, porém, diante de todo esse processo surgiram muitas mudanças em relação às emoções. Hoje, vivemos o momento da modernidade líquida.

Diante disso, os seres humanos se tornaram ainda mais consumistas e como tais, iniciou-se também o consumismo das relações afetivas, o que Bauman chama de amor líquido. Trata-se da necessidade de estar ligado ao outro e ao mesmo tempo estar apto a desligar-se, percebe-se que há uma contradição. Vamos lembrar do consumismo, por exemplo, há uma grande necessidade de comprar, logo precisamos de algo para suprir uma necessidade, mas sempre estará surgindo mais e mais necessidades e assim, não estaremos satisfeitos.

Um bom exemplo é o aparelho celular, necessitamos de um bom aparelho, no entanto, sabemos que em questão de pouco tempo, aquele aparelho que supria as necessidades não irá mais ser suficiente e precisaremos adquirir outro. Da mesma forma tem acontecido com os relacionamentos e esse tem sido um fator que tem causado preocupação em meio ao ambiente escolar e se tornado um desafio na a prática docente.

Atualmente, há uma grande liquidez em meio à educação e ao amor. Desse modo, o amor líquido tem refletido também nas escolas. Os educandos levam para dentro das escolas as suas realidades e com essas realidades está o consumismo não apenas de objetos, mas também o consumismo descartável do outro, expressando grandes fragilidades emocionais.

Fundamentado metodologicamente na abordagem qualitativa e interpretativista de pesquisa, o estudo tem como foco, propor uma reflexão sobre as características e dificuldades das relações em meio a modernidade líquida e investigar como essa liquidez tem refletido em meio à educação. Para isso, nos fundamentaremos nos estudos de Zigmunt Bauman e nas competências socioemocionais. Para isso, fez-se necessário explanar brevemente sobre o a liquidez expressa nas vivencias do homem



e como foi compreendida e vivenciada no decorrer da história, realizando um paralelo entre os conceitos de modernidade e o amor líquido. Assim como também, problematizar a ideia do consumo tão presente na modernidade líquida.

No atual contexto, o homem tem se mostrado desumanizado, frio e cruel. Na obra “Amor líquido”, o teórico expressa características sobre essa sociedade líquida, seja no amor, seja na educação, demasiadamente líquida. Uma grande relevância da obra, por exemplo, está em questionar esse comportamento de desumanização do homem, demonstrando uma grande fragilidade dos laços humanos.

Contudo, este trabalho está organizado da seguinte forma: O capítulo inicial intitulado de “Educação: percurso histórico e cultural da sociedade no Brasil”, discorre sobre a história da educação do Brasil, desde o período colonial, até o contexto atual; o segundo capítulo, “O impacto tecnológico na sociedade”, abrange sobre as influências da tecnologia na sociedade atual, corroborando com a liquidez do amor, em suma sociedade extremamente líquida; já o terceiro, “Macrocompetências socioemocionais e a prática docente: desafios na contemporaneidade”, apresenta as fragilidades evidenciadas nas relações dos educandos e aborda sucintamente alguns desafios na prática docente e como podemos aplicá-las, com o intuito de contribuir para a formação de futuros cidadãos críticos e responsáveis.

Educação: percurso histórico e cultural da sociedade no Brasil

“Vivemos em tempos líquidos, nada foi feito para durar” (BAUMAN)

A sociedade vem passando por grandes mudanças de forma acelerada, no que diz respeito à educação. Essas mudanças envolvem o histórico e o cultural, por compreendermos que fazem parte



do ser humano. As emoções, a realidade de um determinado grupo social sempre trarão consigo características de sua época, do cultural e histórico do contexto do período em questão, mas que mesmo estando em constante processo de modificação, o passado fará parte do presente. Aranha (1989, p.12) a esse respeito diz:

Pensar o passado não deve ser compreendido como exercício de saudosismo, mera curiosidade ou preocupação erudita. O passado não é algo morto: nele estão as raízes do presente. É compreendendo o passado que podemos dar sentido ao presente e elaborar o futuro.

Em relação à educação no Brasil, é apresentado diferentes contextos e realidades, mas que evidentemente não é diferente do modelo de educação destinado às classes populares: uma educação domesticadora, elitista, reacionária, não raro às vezes, em precárias condições, privando-as, assim, de uma educação democrática, libertadora, transformadora e realmente de qualidade.

A educação no Brasil é marcada pela dependência, violência e desrespeito às crenças e culturas. Com a chegada dos europeus a terras brasileiras, inicia-se o desrespeito racial, colocando o índio, e posteriormente o negro como inferiores e enaltecendo o branco. Nesse contexto surge a companhia de Jesus.

Nessa circunstância, foi imposta aos índios a catequização. A companhia de Jesus tinha a missão de desenvolver um trabalho educativo e missionário, objetivando torná-los dóceis para que assim os aproveitassem como mão de obra. Ou seja, os jesuítas catequizavam os habitantes da terra, os rebaixava e não utilizava a educação para desenvolver o senso crítico, mas para oprimir, era uma obra educativa que estava integrada à política colonizadora.

O ensino jesuítico era composto por uma rede de escolas, além de ler e escrever era ministrado o ensino secundário e superior.

Todas as escolas jesuíticas eram regulamentadas por um documento, escrito



por Inácio de Loiola, o Ratio at que Instituto Studiorum, chamado abreviadamente de Ratio Studiorum. Os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar, eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para a formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Os que pretendiam seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, na Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França, a mais procurada na área de medicina (Bello, 1992. p. 2).

Essa violência perdurou até meados de 1759, quando o marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, que era primeiro ministro de Portugal, entrou em conflito com os jesuítas, surgindo uma grande ruptura em um modelo já implantado como modelo educacional. A educação passou a ser responsabilidade do estado, com isso houve rebaixamento no nível de ensino, porém não houve rebaixamento na estrutura, tendo em vista que os professores eram pessoas que tinham sido preparadas pelos jesuítas.

No período imperial (1822-1889), marcado pela chegada da família real, o Brasil obteve uma grande evolução cultural, mas no que diz respeito à educação, ainda era restrita a muitos. Aqui podemos resumir em um período em que as classes menos privilegiadas não tinham acesso à educação, enquanto a classe dominante, os privilegiados, tinham cada vez mais privilégios.

Logo, durante a primeira república (1889-1930), o contexto educacional continuou tendo privilegiados. Agora apresentava-se uma dualidade, referente à educação como diferente para diferentes classes sociais, ou seja, a elite era privilegiada com acesso às escolas mais organizadas, assim as famílias abastadas tinham acesso à educação, porém as classes menos favorecidas, quando tinham acesso à escola, eram escolas nas áreas rurais, desorganizadas e como professores sem preparação.



Na realidade, havia o descaso em relação aos estados mais pobres, enquanto São Paulo por exemplo, era favorecida, essa diferença refletia também na educação. Os menos favorecidos tinham acesso a uma educação precária e gritante em nosso país. Segundo Romanelli (1978, p.43):

Vamos ver, assim, a educação e a cultura tomando impulso em determinadas regiões do sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, e o restante dos estados seguindo, “sem transformações profundas, as linhas do seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do Império”.

Após a revolução de 1930, houve um novo olhar para a educação, havendo agora a valorização da educação e a conscientização da importância em garantir esse direito. Surge então, o decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, possibilitando a criação do Ministério da Educação e as secretarias de Educação dos estados. Já em 1932, havia a idealização da educação obrigatória e como direito de todos.

Segundo Romanelli (1979, p.147 -148),

o manifesto sugere em que deve consistir na ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação e ao Estado o dever de assegurá-la e assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto, única, para todos quantos procurarem a escola pública, é evidente que esse direito só possa ser assegurado a todas as camadas sociais se a escola for gratuita.

Outrossim, surgiu uma variedade de projetos e discussões importantes que originaram à Constituição de 1934, visando à organização do ensino no Brasil, incluindo um capítulo exclusivo sobre educação dando algumas atribuições ao governo, como: integração e planejamento global da educação, normatização para todo o país e níveis educacionais, assistência técnica e a função de controle e supervisão e fiscalização.



Diante das pesquisas realizadas, é possível inferirmos que a educação sempre está e esteve em transição, mas será que após a revolução de 1930 a educação se tornou realmente um direito de todos? A verdade é que ainda buscamos a concretização desse direito, uma educação igualitária. Mas, prosseguindo nesse percurso da educação e do ensino, durante o Estado Novo (1937-1945) e o governo populista (1945-1964), o estado não tinha muito interesse em oferecer às classes populares a educação pública e gratuita, ficando claro na Constituição de 1937, em que para a classe dominante estava destinado o ensino público ou particular, enquanto ao povo marginalizado, deveria ser oferecido apenas o ensino profissionalizante.

Com o fim do Estado Novo, o Brasil retornou à normalidade democrática, passando a adotar uma nova constituição. A educação como direito de todos está nitidamente expressa no Art. 166. O Art. 167, assegurando que o ensino deve ser responsabilidade dos poderes públicos, embora livre à iniciativa particular, considerando as determinações legais.

No entanto, “apesar da mudança de regime e da nova constituição, a legislação educacional herdada do Estado Novo vigorou até 1961, quando teve início a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (Piletti, 1991, p. 99). Com a aprovação da LDBEN de 1961, a luta pela escola pública e gratuita intensificou-se. Os populares realizaram diversas campanhas, reivindicando a melhoria e a ampliação do atendimento escolar para que, de fato, o direito constitucional “a educação é um direito de todos”, fosse consolidado.

Contudo, até os dias atuais houve essa busca pela universalização e democratização da educação. No período da ditadura houve um distanciamento da idealização, por se pautou na repressão, na privatização do ensino, continuando privilegiando a classe dominante com ensino de qualidade e excluindo as classes populares. O ensino profissionalizante e o tecnicismo pedagógico passaram a ser



oficializados, tendo a única intenção de prepara a mão de obra para atender as demandas do mercado.

De 1985 até a atualidade, em nível acelerado de transformação, foi elaborada um nova Constituição, que “cuida da educação e do ensino de maneira especial com referência aos direitos, aos deveres, aos fins e aos princípios norteadores” (Santos, 1999, p. 31). Entre as mudanças essenciais, no campo educacional, Aranha (1966, p.223) destaca: gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; Ensino Fundamental obrigatório e gratuito; Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos; Valorização dos profissionais de ensino, com planos de carreira para o magistério público.

Com base na nova constituição, foi elaborada a nova Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394. A carta Magna e a nova LDB alicerçam legalmente para que o direito a uma educação de qualidade seja oferecido e assegure a formação integral dos indivíduos e a sua inserção na sociedade. Foi elaborado pelo Governo Federal, os Parâmetros Curriculares Nacionais. Em 1968, foi criado Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que proporciona mais autonomia às escolas, para oferecer condições de acesso e a permanência na escola, de manter vários programas, quais proporcionam tal autonomia, como por exemplo:

- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM);
- Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA); e
- Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), entre outros.



Com o objetivo de garantir os direitos para todos, leis e projetos foram criados para sanar as deficiências na educação brasileira, porém falta a efetivação, que não haja o distanciamento entre o legal e o real, que a problemática seja solucionada. Porém, diante da velocidade em que as mudanças no âmbito da educação acontecem, atualmente continuamos em busca pela educação libertadora, gratuita, universal e de qualidade, que seja consolidada e que as transformações aconteçam apenas para agregar, não podemos retroceder, mas enfrentar as dificuldades em meio a uma sociedade líquida.

O impacto tecnológico na sociedade

A modernidade líquida tem influenciado também a tecnologia. Nos últimos anos tem acontecido um grande avanço tecnológico e com essas mudanças, um grande desafio tem sido ensinar crianças e jovens a lidar com as suas próprias emoções, mas trata-se de uma maneira de evitar as incertezas da vida moderna.

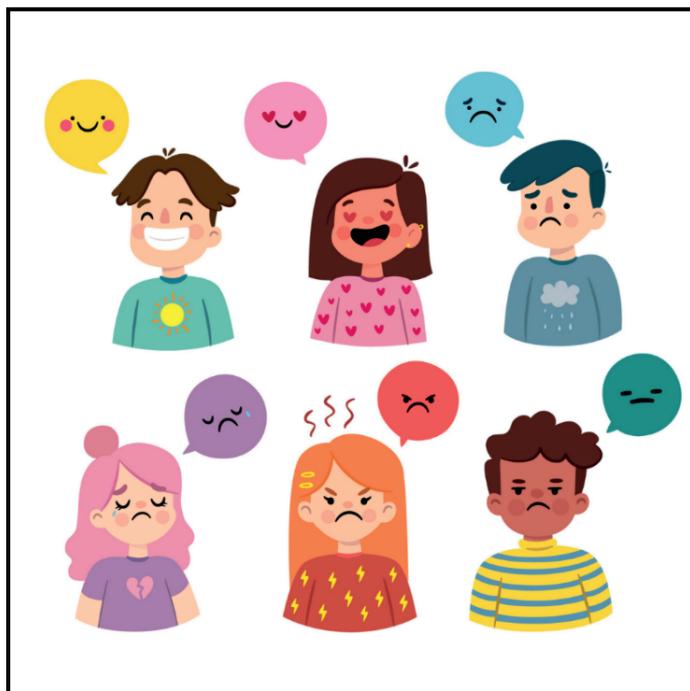
Ademais, a sociedade do consumo é um outro fator que contribui para esse avanço. Há uma enorme possibilidade de escolhas, que permite que o ser humano se reduza ao que consome. As redes sociais servem como vitrines para ostentar o estilo de vida se mostrar para mundo, até mesmo uma realidade mentirosa. As pessoas estão deixando de viver os relacionamentos físicos, para viver relacionamentos virtuais.

Bauman dizia que as relações nas redes sociais são baseadas no “conectar e desconectar”. Desse modo, não fazemos amizades, mas conexões, que podem ser feitas ou desfeitas a qualquer momento, o que torna as relações fugazes. Na imagem abaixo, podemos perceber as emoções no formato



virtual, os chamados “emojis” estão presentes em nosso cotidiano.

Figura 01 – imagem da página [LideremMim](https://www.olideremmim.com.br)



Disponível em: <https://www.olideremmim.com.br/competencias-socioemocionais/> Acesso em: 17/03/2022.

Na figura – 01, é possível observarmos que cada emoji representa uma emoção, o avanço tecnológico permitiu à sociedade grandes benefícios, porém alguns pontos negativos também. Houve uma grande alteração no modo de trabalhar, brincar e estudar, a liquidez se fez presente, e a cada dia o ser humano se vê com uma nova necessidade de consumir, e de viver os relacionamentos virtuais ligando e se desligando quando desejar.

Na sequência, temos a figura 02, que mostra o quanto as redes sociais impactaram as relações, principalmente das crianças e jovens. O ser humano tem se frustrado ao não conseguir se relacionar virtualmente. Há na verdade, uma busca infundável pelos sucessos, pelo relacionamento na web, esse acontecimento corrobora para os desafios enfrentados em sala de aula. Faz-se necessário ser



despertado o senso crítico em relação ao consumismo, em relação à liquidez.

Figura 02 – Impacto causado pelas relações virtuais



Disponível em: <https://laparola.com.br/a-era-da-liquidez-conexoes-liquidas> Acesso em: 17/03/2022.

A liquidez e a prática docente: desafios na contemporaneidade

Vivemos em um período de modernidade líquida (BAUMAN, 2001), ou seja, uma fase muito mais ativa, percebemos uma variedade de emoções e de perfis de alunos, alguns são agressivos, tímidos, reprimidos, críticos, questionadores, conservadores, outros liberais, enfim, uma grande diversidade de educandos está presente nas escolas e universidades.

A verdade é que vivemos em uma sociedade egoísta, cruel e vazia, a qual não deseja ter compromisso e se pauta na descartabilidade das relações e na falta de responsabilidade. Essa é a tal sociedade líquida, com o seu amor líquido, famoso conceito de Zygmund Bauman. O fato é que todas essas mudanças ao invés de serem norteadoras, acabam se tornando desnorteadoras, por contribuir para uma educação líquida.



Destarte, a prática docente tem sido um grande desafio, pois a cada momento o docente se depara com situações complicadas em sala de aula, isso acontece por consequência das relações vivenciadas pelos educandos. Não se trata apenas das relações amorosas, mas as relações humanas em si. Essas relações frágeis se tornam cada vez mais mercantilizadas e individualizadas, a relação com o outro apenas por interesses individuais, ficam evidentes também no ambiente de aprendizado.

No entanto, como poderemos afirmar que essa liquidez está presente também no espaço de aprendizagem? Como essa problemática tem se tornado um desafio na prática docente? A resposta para essas perguntas, dialogam com pensamento de Bauman, e nos atentaremos em respaldar essa questão no decorrer da presente pesquisa.

Ainda na obra *Amor Líquido*, o autor afirma, que até mesmo a afinidade está se tornando algo pouco comum em uma sociedade de extrema descartabilidade, como se não houvesse razão para caminhar à afinidade, sendo que não há o menor objetivo em firmar um laço que seja parecido com o parentesco. As relações se desenvolvem com aquilo que já se tem, não com o que ambos desejam.

Isso pode ser levado para o campo da educação: é na falta do verdadeiro amor que a educação se perde. Não há amor pela causa, pelo ensino, as relações estão fragilizadas, isso está acontecendo também nos ambientes escolares. Os vínculos humanos podem ser rompidos a qualquer momento, assim como acontece nas redes sociais, como um produto qualquer a ser descartado.

Da mesma maneira tem acontecido no aprendizado, não há rigidez em relação aos seus objetivos, não há tentativa de manter um relacionamento com um coletivo, com um grupo. Daí o resultado dos estudantes contemporâneos, infelizmente, são as vivências a realidade refletindo na vida escolar, como já foi citado no presente trabalho.

O consumismo de hoje não consiste em acumular objetos, mas em seu gozo descartável. Sendo assim, por que o “pacote de conhecimento” adquiridos na universidade deveria escapar dessa regra universal? No turbilhão de mu-



danças, é muito mais atraente o conhecimento criado para usar e jogar fora, o conhecimento pronto para utilização e eliminação instantâneas, o tipo de conhecimento prometido pelos programas de computador que entram e saem das prateleiras das lojas num ritmo cada vez mais acelerado. (BAUMAN, 2010, p.42).

Em suma, o resultado de uma modernidade líquida e do amor líquido, é também uma educação líquida. No entanto, os conhecimentos escolares parecem dissolver-se ao mesmo momento em que são aprendidos, essa modernidade líquido-moderna tende a considerar como conhecimento o domínio artificial de informações, que nem sempre são assimilados.

As macrocompetências socioemocionais em tempos modernos

Nos dias atuais, sabemos que os docentes utilizam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para nortear os planejamentos das aulas. Ao destacar o compromisso com os estudantes, nas diversas dimensões (intelectual, afetiva, social, ética, simbólica, moral, física), a BNCC faz uma retomada das Diretrizes e bases (LDB) de 1996 e na Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação básica (DCNs), expondo uma visão abrangente sobre o desenvolvimento intelectual e o desenvolvimento emocional.

Na BNCC são apresentadas 10 competências gerais, nas quais estão inseridas as competências socioemocionais, sendo algumas delas: comunicação, criatividade, pensamento crítico e científico, empatia, comunicação e autoconhecimento. Porém, faz-se necessário respondermos, a seguinte questão: o que são as competências socioemocionais? Com base nos estudos sobre tal indagação realizados na área da psicologia, as competências socioemocionais são compreendidas influenciadoras



do modo como uma pessoa pensa, decide, sente e age em determinado contexto ou situação.

Logo, sabe-se que nos dias atuais, elas são maleáveis e flexíveis ocorrendo de acordo com os elementos sociais e culturais que fazem parte da história de cada ser, ou seja, As Competências Socioemocionais são habilidades desenvolvidas ao longo da vida e do processo de aprendizagem e que se conectam a capacidade de cada indivíduo lidar com suas próprias emoções, desenvolver autoconhecimento, se relacionar com o outro, ser capaz de colaborar, mediar conflitos e solucionar problemas.

Entretanto, existem diferentes modelos científicos que visam a organização dessas competências, no entanto nos propomos a utilizar as competências socioemocionais apresentadas pelo Instituto Ayrton Senna, que apresenta cinco macrocompetências. São elas: abertura ao novo, autogestão, engajamento com os outros, amabilidade e resiliência emocional.

Além disso, é relevante mencionar que os alunos não devem ser expostos apenas a conteúdos, informações, e aulas voltadas apenas ao direcionamento conteudista, mas deve assumir o papel de formar o indivíduo como um ser ativo, crítico, e responsivo, para que ele tenha sucesso em todos os aspectos. As características emocionais são tão importantes quanto as cognitivas para a formação do cidadão, a escola tem a capacidade de transformar essas características socioemocionais, em equipe com a família, assim é notório que esse é um dos maiores desafios para o docente, em meio a uma sociedade líquido-moderna.

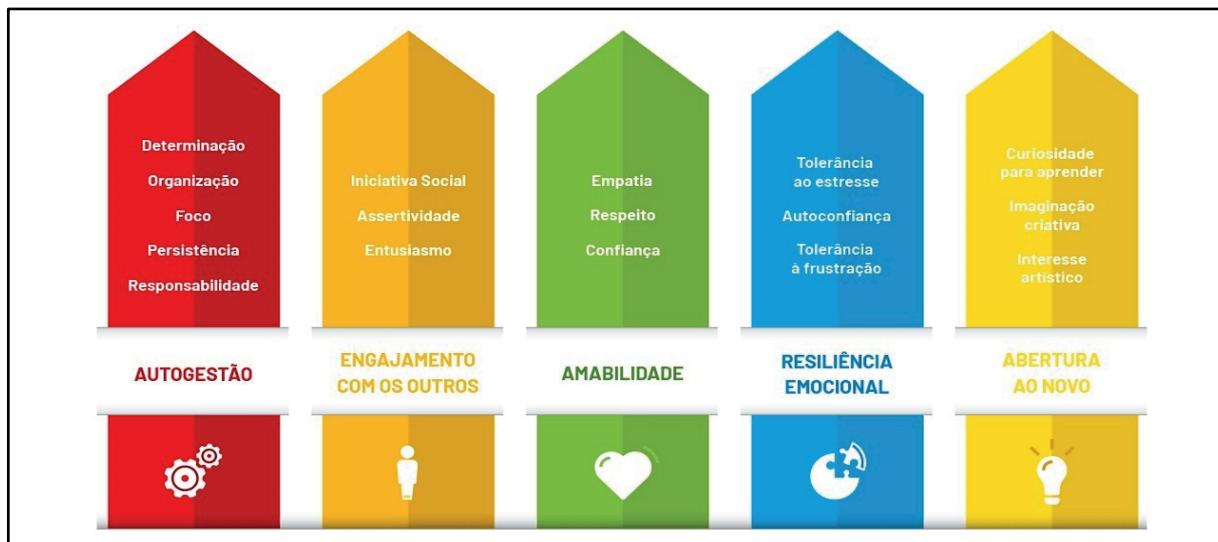
Compreende-se que o processo educativo é função da família, mas faz-se necessário compreender que a escola não pode ficar de braços parados, vendo os jovens perdidos em meio a uma liquidez de emoções “normal”, e não se posicionar. As cinco macrocompetências foram desdobradas em 17 competências socioemocionais importantes para serem desenvolvidas nas escolas do país. Essas 17 competências socioemocionais não abarcam todas as existentes, mas compreendem os aspectos



socioemocionais que estão explicitados nas 10 competências gerais da BNCC.

Confira, na imagem abaixo, a relação entre as cinco macrocompetências e as 17 competências socioemocionais mencionadas.

Figura 03 - Macrocompetências emocionais.



Disponível em:

<https://institutoayrtonsenna.org.br/ptbr/BNCC/desenvolvimento.html#:~:text=MODELO%20DAS%205%20MACROCOMPET%C3%80NCIAS&text=Os%20pesquisadores%20do%20Instituto%20Ayrton,outros%2C%20amabilidade%20e%20resili%C3%A0ncia%20emocional.> Acesso em: 17/03/2022.

Portanto, vamos explicar brevemente cada uma das cinco macrocompetências, para assimilarmos a importância em sala de aula, e como utilizá-las na prática docente, compreendendo que os educandos estão vivenciando a liquidez que não afeta somente eles, mas toda a sociedade. A competência Abertura ao Novo: diz respeito à capacidade de uma pessoa ser flexível, apreciativa diante de situações desafiadoras, incertas e complexas. Tem relação com a disposição para novas experiências estéticas, culturais e intelectuais; Amabilidade: é a capacidade de conhecer pessoas e ser afetuoso, solidário e empático, ou seja, ser capaz de compreender, sentir e avaliar uma situação pela perspectiva e repertório do outro, colocando-se no lugar dessa pessoa; Autogestão: Trata-se da capacidade de ter



foco, responsabilidade, precisão, organização e perseverança com relação a compromissos, tarefas e objetivos estabelecidos para a vida. Também está relacionada à capacidade de autorregulação; Engajamento com os outros: podemos dizer que é ativação e abertura para interações sociais e Resiliência Emocional: Diz respeito à capacidade de aprender com situações adversas e lidar com sentimentos como raiva, ansiedade e medo.

As relações estão fragilizadas, isso está acontecendo também nos ambientes escolares. Os vínculos humanos podem ser rompidos a qualquer momento, assim como acontece nas redes sociais, como um produto qualquer a ser descartado. Diante da macrocompetências, fica evidente a importância de cada uma delas na prática docente.

Considerações finais

Em suma, compreende que a sociedade do descartável apresenta aspectos fragilizados ligados a modernidade líquida. No âmbito atual o consumismo faz parte da vida do ser humano e dessa forma é influenciado em todos os aspectos. A pesquisa realizada é de grande relevância por compreendermos que discute questões sobre a educação na contemporaneidade, o consumismo e como nosso mundo atual é líquido, costumes, ideais, até nossas relações com as demais pessoas são flexíveis e frágeis, causando sentimentos de incerteza e segurança nos nossos relacionamentos, seja esse relacionamento amoroso, de amizade, escola e trabalho.

Na atualidade, como vivemos em um mundo de incerteza e que constantemente está em mudança, seja em nosso ambiente de trabalho, nos nossos relacionamentos amorosos ou no campo político da nossa sociedade, o avanço da tecnologia e da internet promoveu muito mais o desenvol-



vimento da nossa “sociedade líquida”, sendo assim, nos apegamos e desapegamos de qualquer coisa rapidamente, seja ela um imóvel, um veículo ou uma relação amorosa.

Diante de tais aspectos, realizar mudanças de acordo com o avanço do cenário educacional na modernidade líquida é fundamental, romper com a estrutura educacional tradicional e propor novos modelos educativos que realmente causem efeitos na sociedade pós-moderna. É preciso não reduzir os alunos à expectadores que devem memorizar os assuntos e reproduzir os saberes, deve-se desenvolver seus pensamentos críticos, torna-lo parte da construção do conhecimento, compreender e falar a mesma linguagem dos alunos, criar vínculos afetivos ao invés de relações líquidas, pois, a proximidade de professor e aluno também é importante, principalmente para conseguir ajuda-los a desenvolver personalidade e fortalecer o processo educativo.

Outrossim, as macrocompetências socioemocionais são fundamentais para auxiliar na relação professor x educando, compreendendo a realidade do outro, tendo em vista que os seres humanos vivem em meio às incertezas. Os indivíduos não podem ser guiados pelas frustrações. Como dizia Lavoisier, “Na Natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. A realidade é que somos uma sociedade prisioneira do consumismo.

Por fim, não podemos criar bolhas e achar que tudo é descartável e nem nos apegarmos muito ao tradicional. Estimular o pensamento crítico no aluno é essencial para que a educação possa fazer sentido em suas mentes, considerando o contexto atual, somos a sociedade do descartável. Devemos usar o campo educação para guia-los na procura do equilíbrio em nossas vidas e escolher os caminhos que nos encaminhem para a realização dos nossos projetos.

Referências



ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Brasil no Século XX: o desafio da educação. In: _____ . História da Educação. 2ª ed. ver. E atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Vidas Desperdiçadas. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. Amor Líquido. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

GADOTTI, M. História das ideias pedagógicas. 8ª ed. São Paulo: ática,1999.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Engajamento com os outros. São Paulo, 2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Autogestão. São Paulo, 2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Resiliência emocional. São Paulo, 2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Abertura ao novo. São Paulo, 2020.



INSTITUTO AYRTON SENNA. Amabilidade. São Paulo, 2020.

PILETTI, Claudino. Filosofia da Educação. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.



Capítulo

6

ARTE E NAZISMO: APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE AS ARTES VISUAIS E O TERCEIRO REICH



ARTE E NAZISMO: APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE AS ARTES VISUAIS E O TERCEIRO REICH

ART AND NAZISM: NOTES ON THE RELATIONSHIP BETWEEN VISUAL ARTS AND THE THIRD REICH

Alexandre da Silva Cortez¹

Resumo: O Presente trabalho busca através das publicações de pesquisas de autores das diversas áreas do conhecimento, como a área das Artes e das ciências humanas trazer elucidções e debates sobre as relações entre as Artes e o regime nazista, desde o início do partido até a derrocada da Alemanha no final da guerra. Por meio da revisão bibliográfica, tentamos trazer aqui apontamentos sobre as relações das artes plásticas, como pintura, escultura e arquitetura, também como a música, a ópera de Wagner, o cinema e a literatura alemã do período com o regime nazista, passando pelas relações do povo alemão em si com as artes, também como os membros da alta cúpula nazista e suas interações com as artes. O foco do trabalho são as relações de perseguição do partido para com algumas características de várias manifestações artísticas que não estavam em consonância com a ideologia nazista, não obstante, também ressalvamos aqui o uso dessas mesmas manifestações artísticas para a fomentação de um ideário nazista junto ao povo alemão, enfatizando a suma importância das artes para Hitler e seus seguidores e para a propagação da ideologia nazista.

Palavras-Chave: Nazismo, Música, Cinema, Literatura, Arte.

Abstract: The present work seeks, through the publications of research by authors from different

¹ Conservatório Estadual de Música Haydée França Americano



areas of knowledge, such as the area of Arts and Human Sciences, to bring elucidations and debates on the relations between the Arts and the Nazi regime, from the beginning of the party to the collapse of Germany at the end of the war. Through the bibliographic review, we try to bring here notes on the relations of the plastic arts, such as painting, sculpture and architecture, as well as music, Wagner's opera, cinema and German literature from the period with the Nazi regime, passing through the relations of the German people themselves with the arts, as well as members of the Nazi top leadership and their interactions with the arts. The focus of the work is the party's persecution relations with some characteristics of various artistic manifestations that were not in line with the Nazi ideology, however, we also emphasize here the use of these same artistic manifestations to foment a Nazi ideology with the German people, emphasizing the paramount importance of the arts to Hitler and his followers and to the propagation of Nazi ideology.

Keywords: Nazism, Music, Cinema, Literature, Art.

AS ARTES VISUAIS E O III REICH.

É sabido que os regimes totalitários por natureza carregam em seu cerne um forte cunho ideológico junto aos seus ideais políticos, na Alemanha nazista não seria diferente, e não é exagero dizer que desde o início do partido, os nazistas fizeram uma perseguição rigorosa às chamadas por eles mesmos arte degenerada. A medida que o regime conseguia avançar em suas conquistas políticas agregando cada vez mais poderes políticos ao Führer mais esse combate a arte de vanguarda européia, ou a qualquer manifestação artística que não fosse do agrado de hitler era feito.(NICHOLAS, 1996)

Hitler que desde sua infância tentava se tornar um pintor, com tudo, alongo dos anos se considerava um grande admirador do mundo das artes. Quando Hitler teve sua admissão negada na Academia de Belas Artes de Viena, acaba sendo taxado de artista mal sucedido, e a partir disso cria



para si mesmo a imagem de um grande conhecedor das artes atacando de forma feroz a arte moderna e a categorizando como “um dos frutos da degeneração da sociedade decadente do século XX” com isso toda a arte moderna, era denominada por Hitler e todos os membros do partido nazista e simpatizantes de “Entartete Knust” - “A Arte Degenerada (MINERBI,2009,P.65 Apud SANTOS, PELEGRINI, 2017.)

A arquitetura, como uma grande arte do cotidiano alemão, teve um papel de suma importância nesse contexto. Baseado no conceito de imagens dialéticas benjaminiano, tem-se que a arquitetura enquanto projeção do desejo, não passa de uma imagem sonho e atinge uma dimensão ficcional (BENJAMIN,1985). A arquitetura nesse contexto pode ser considerada uma cristalização objetiva da cultura do nazismo, da arte impositiva, e a missão dada especificamente a esta arte era a de se constituir enquanto objeto de consumo imagético e utilitário. No processo de criação e produção do objeto arquitetural estão relacionados uma vontade política de criar formas. Suas qualidades estéticas são o resultado de uma linguagem legítima, no qual prevalece o discurso ideológico liderado pelo próprio Hitler a partir de 1933. Esta arquitetura vinculada com a imposição de uma campanha propagandista materializa uma cultura representada pela força criadora denominada a vontade autoritária, ou seja, o poder político de criar formas. É neste contexto que se pode considerar a arquitetura o carro chefe das artes em prol da propagação dessa ideologia nacionalista e autoritária, atribuindo-a um valor simbólico e um valor de uso transformador, que redimensiona a sua recepção. (LE MOS, RODRIGUES, 2017)

Hitler concedeu a arquitetura um papel preponderante, catalizador das artes cujas formas determinam as formas da pintura e da escultura. Portanto, considerava essa mais apta do qualquer outra enquanto responsabilidade de expressar a unidade, a grandeza e o poder da nação. Sendo assim defendia que a arquitetura, entre as outras artes, além do seu papel de expressar a unidade e o poder da nação poderia contribuir para criá-los. (LE MOS, RODRIGUES, 2017)

Com a inserção da arquitetura e das artes em primeiro plano para a retomada do país como um todo, inicia-se junto à sociedade uma guerra ideológica e estética para fomentar a comunicação



direta com o povo. As maneiras que esse diálogo poderia se estabelecer possuem ideologias que regem as representações e expressões na época, sendo essa uma a ideologia nazista, que carrega uma estética dominadora, e a outra, a ideologia das Vanguardas Artísticas que contrárias as ideologias nazistas trazem diferentes visões e soluções para a realidade presente. (LEMOS, RODRIGUES, 2017)

Segundo Santos e Pelegrini (2017) Ao mesmo tempo em que realizavam seus ataques violentos aos estilos artísticos que desprezava Hitler e os membros do NSDAP pregavam por meio do aparato do regime nazista os estilos apreciados pelo Führer e que eram aceitos sob a perspectiva da ideologia nacional-socialista alemã. Os estilos de arte admirados pelos nazistas consistiam basicamente em técnicas e gêneros da pintura clássica, como: paisagens, retratos, acontecimentos históricos, onde sempre se dava uma atenção particular a antigos mestres da pintura germânica como: Albrecht Dürer: (1471 – 1528) & Lucas Cranach, O Velho: (1472 – 1553).

Para um controle rigoroso dos aspectos culturais da sociedade alemã, por ordem do Führer foi instituídas as câmaras culturais do Reich que tinham por finalidade supervisionar de forma regida qualquer forma de manifestação cultural gerada ou trazida para dentro do Reich alemão. Setores desta instituição abrangiam áreas como: cinema, teatro, artes, rádio, música dentre outras, todas as pessoas que desejassem exercer atividades artísticas nestes campos culturais deveriam obter licenças de cada câmara cultural respectiva e se comprometer em desenvolver atividades culturais que se adequassem a ideologia do partido, não seriam aceitas nenhuma expressão artístico - culturais que não fosse do agrado dos nazistas, caso fosse constatada qualquer “irregularização” por parte dos supervisores das câmaras culturais duras penas seriam aplicadas aos “artistas rebeldes”(SANTOS E PELEGRINI,2017.)

Além de controlar os mais diversos aspectos da vida cultural alemã, Hitler ordenou uma campanha de expurgos culturais que tinham como objetivo erradicar toda cultura que não se adequasse ao regime. Em 1933 o primeiro sinal claro dessa política de expurgos foi constatado na famosa queima de livros



realizada na Opernplatz de Berlin, onde diversos jovens alemães atiraram as chamadas obras de escritores como: Karl Marx, Friedrich Engels, Sigmund Freud, vistas como “produtos degenerados que atacavam o espírito e valores do povo LP Santos; SCA Pelegrini. VIII CIH. 2649 - 2656 2651 germânico” (MINERBI, 2009, p. 34).

Entre os anos de 1936 e 1937 é chegado o momento dos museus alemães serem vítimas dessa política de “limpeza cultural”; neste momento toda arte moderna já havia sido categorizada como degenerada e removida dos acervos dos museus alemães por representantes do governo nazista. Para a realização de tal tarefa foi destacado comerciantes de arte como: Hildebrand Gurlitt, Karl Buchholz, Ferdinand Moeller & Bernhard Boehmer que em menos de um ano confiscaram aproximadamente: 16.000 obras de arte degenerada dos museus alemães e que foram colocadas à venda para colecionadores internacionais com o intuito de arrecadarem-se fundos monetários para o III Reich, o que não fosse vendido deveria ser destruído (NICHOLAS, 1996).

Neste mesmo época foi inaugurada em München – Alemanha, a primeira construção financiada pelo regime nazista, seguindo ordens de Hitler os nazistas inauguram uma galeria de arte inspirada na arquitetura neoclássica que foi chamada de Haus der Deutsche Kunst, ou, Casa da Arte Alemã, que sediou a primeira grande exposição de arte alemã formada por obras de arte escolhidas por Adolf Hitler e que se adequassem ao seu gosto artístico junto com obras de pintores do partido (OVERY, 2009). Pensando conseguir limpar a Alemanha da arte degenerada e ao mesmo tempo em organizar uma grande exposição de arte, Hitler comprou inúmeras obras para constituíssem sua coleção particular de obras de arte que deveriam apresentar ao mundo os mais belos exemplares da “verdadeira arte”.



Figura 1 – Haus der Deutsche Knust : A Casa da Arte Alemã



Fonte:<<http://www.paraphiliamagazine.com/periodical/the-triumph-of-degenerate-art/>> Acesso em 25/02 2022

No dia 30 de julho de 1939, realizou-se um importante leilão no Grand Hotel National em Lucerna, na Suíça, onde foram oferecidos 126 pinturas e esculturas de grandes artistas e mestres modernos, dentre eles Baque, Van Gogh, Picasso, Klee, Matisse, Kokoschka, e 33 outros dentre pintores e escultores. As obras haviam permanecido em exposição por um curto período de tempo em Zurique e Lucerna, onde um grupo grande de compradores de arte se aglomerara. Um Leilão dessa natureza não era algo incomum naqueles tempos na Europa, tinham acontecido grandes vendas em Londres e em outras cidades do continente naquele ano, o que tornava este leilão especial era não só o caráter altamente contemporâneo dos lotes mas também a sua proveniência, pois essas obras eram todas dos principais museus públicos alemães, como os de Munique, Hamburgo, Manheim, Frankfurt, Dresden, Bremem, a Nationalgalerie de Berlim dentre outros. Essas obras foram levadas a leilão as pressas para primeiramente se livrarem da arte degenerada no país, para arrecadar fundos para o



partido Nazista e para liberar espaço nos museus alemães para as novas obras que seriam produzidas de acordo com os ideias do Führer (NICHOLAS,1996)

Não muito distante da casa de arte alemã foi realizada outra exposição, esta por sua vez tinha como objetivo a difamação das vanguardas modernas europeias, várias das obras confiscadas dos museus alemães passaram por esta exposição mal organizada que foi intitulada de “Exposição de Arte Degenerada”. Pintores como: Marc Chagal, Kandinsky, Paul Klee & Otto Max, tiveram suas obras expostas ao lado de slogans difamatórios e comparadas a fotos de doentes mentais, retiradas de vários cidadãos com deficiência mental e física em vários sanatórios da Alemanha, toda essa manobra era um estratagema realizado pelo NSDAP para taxar os vanguardistas e seus adeptos como “exemplos claros da degeneração da sociedade moderna e com pactuantes da conspiração internacional judaicobolchevista”. Seguindo essa linha de pensamento toda e qualquer forma de cultura moderna era suspeita de ser hostil ao povo alemão (OVERY, 2009)

Segundo Santos e Pelegrini (2017) com todos esses incentivos políticos ideológicos, Hitler e a cúpula nazista estavam expurgando da Alemanha toda e qualquer forma de arte moderna ou apenas que não estivessem de acordo com seus ideais ou gosto pessoal.

Figura - Exposição “A Arte Degenerada”



Fonte:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Arte_degenerada > Acesso em 25/02/2022

Em 1938, Adolf Hitler já havia praticamente expurgado toda “cultura impura”



situada dentro do território alemão, no mesmo ano após visitas realizadas aos centros históricos e culturais da Itália Fascista e da anexação da Áustria e Tchecoslováquia, o Führer der Deutschland decidiu que transformaria sua cidade natal: Linz – Áustria na capital cultural do Reich Alemão (EDSEL, 2011, p. 28 Apud SANTOS E PELEGRINI, 2017.)

Segundo Nicholas (1996) os esforços dos nazistas não pararam por aí, a culminação da atividade frenética desses Júris da arte com seus comitês de julgamento resultou nos três dias mais estranhos que o mundo da arte já tenha presenciado. No dia 17 de Julho de 1937 a Câmara de Cultura do Reich realizou a sua reunião de aniversário, Com toda a cúpula nazista presente incluindo Hitler, Goebbels falou da “Grave e fatal enfermidade da nossa época, cujos sintomas abomináveis na forma de obras insolentes e provocativamente inferiores, jazem nos porões e sótãos dos nossos museus” Ziegler, que era um importante Marchand alemão completou a fala dizendo:

Aquele que pinta a nossa juventude como idiotas arruinados, e a mãe alemã como uma mulher de Neanderthal, dá provas irrefutáveis do seu caráter degenerado. E aquele que submete uma obra ruim, medíocre ou inacabada a uma tão perfeita Casa de Arte confirma que não compreendeu as exigências culturais de nosso tempo.(NICHOLAS,1996)

Em contra partida no dia seguinte a esses discursos da cúpula nazista é declarado o “Dia da Arte Alemã”, a população de Munique é presenteada com um espetáculo extraordinário, um desfile com mais de 7 mil pessoas. Animais, máquinas passando organizadamente em forma de desfile em direção ao novo museu. (NICHOLAS,1996)

[...] A Interpretação da “Arte Alemã” era bastante ampla: Embarcações douradas de vikings misturavam-se a antigos trajes germânicos. Presentes também



estavam sacerdotes e videntes das sagas, Carlos Magno caminhava pouco a frente de Henrique, o Leão, e Frederico Barba Roxa. Participantes vestidos como artistas alemães da Renascença eram precedidos por uma tropa de mercenários em carros blindados. Havia ainda enormes modelos em escala dos novos edifícios nazistas. O Jornal nazista *Volkische Beobachter* noticiou entusiasmado: “À sombra de sua espada, Durer , Holbein e Cranach criaram essas obras de arte para o povo alemão. Não são eles irmãos, os artistas e os soldados? [...] (NICHOLAS, Pag 29, 1996)

O Führer decidiu que transformaria sua cidade natal: Linz – Áustria na capital cultural do Reich Alemão (EDSEL, 2011, p. 28 apud SANTOS, PELEGRINI, 2017). Linz deveria se tornar em uma das grandes metrópoles do império alemão, uma cidade que ofuscaria centros históricos da Europa como: Praga e Paris, e em meio à esse enorme centro cultural seria construída uma gigantesca galeria – museu de arte que ficaria conhecida pelas futuras gerações pelo nome de “Gemäldegalerie Linz, mais habitualmente chamado de Führermuseum – que conteria o que ele, o próprio Hitler considerava como os objetos mais importantes do mundo” Hitler acreditava que este grande museu de arte seria sua maior herança para o mundo, que deixaria para a humanidade um legado cultural sem precedentes que deveria ser marcado nos anais da história como o maior museu do mundo – um local destinado somente a “mais bela e verdadeira arte” da civilização europeia. (SANTOS, PELEGRINI, 2017.)

Tendo em vista esses acontecimentos relatados a cima, fica claro os ideais nazistas, de expurgar a arte moderna e abstrata do território alemão, em busca de um ideal de “Nova Arte Alemã” porém ainda nos fica alguns questionamentos, como por exemplo, o que seria essa nova arte alemã. Foucault (2001) nos diz que diante dessas propostas disruptivas, na ocasião alguns críticos de arte chegaram a decretar a “morte da pintura” devido ao surgimento de novas propostas que incluíam



aparatos tecnológicos e inovações científicas como meios expressivos.

Cabe ressaltar que, durante a ascensão dos regimes totalitários, em especial o nazismo e o comunismo, a arte foi utilizada como instrumento de propaganda biopolítica (Foucault, 2001) para dominação da vida humana. A estética totalitária, sob o rígido controle do Estado, recusava quaisquer referências às inovações artísticas, impondo um neoclassicismo ideológico como padrão. Vigorava o culto ao corpo, o estilo hiperrealista, a simulação do movimento e, sobretudo, a ausência da individualidade em favor de narrativas coletivas. Dessa forma, a pintura figurativa passou a ser associada à estética nazista e ao realismo socialista. Portanto, a maioria dos trabalhos realizados na Alemanha era tachista ou abstrata (STILES; SELZ, 2006, p. 168).

A arte figurativa, principal eixo da pintura até 1870, caracteriza-se pela representação de seres e objetos reconhecíveis ao olhar; o artista capta e expressa de modo quase literal a paisagem física e social. Às vezes de forma idealizada, segundo os padrões da arte grega, como no neoclassicismo, outras vezes deformando-a, como no expressionismo. Os expressionistas mantiveram, além de nova postura estética, uma atitude moral em que se observava a resistência do indivíduo sob as pressões autoritárias da sociedade. Entretanto, foram essas premissas ideológicas que levaram a obra expressionista a ser considerada degenerada pelo regime nazista.

Pensando mais um pouco na estética da como propagação dos ideais raciais nazistas temos a definição de Kant (2006) que nos diz que a estética se fundamenta na relação entre a natureza e a liberdade. Tal natureza diz respeito à humana, que julga algo, mesmo com uma pretensa subjetividade, a partir do que nos é apresentado. E é a partir da busca por constituir uma cultura da raça ariana, raça pura e escolhida, que a manipulação instituída pelos nazistas visava impor um conceito de belo: “Sim, este governo que consiste de homens que aspiram servir às artes está cômico do papel do artista como intermediário.”(Hans-Friedrik Blunk, Presidente da Câmara de Literatura do Reich)

Portanto o movimento intitulado de degeneração cultural foi fortemente combatido pelo governo nazista. Para eles, essa manifestação era considerada uma perversão artística, sintoma da



doença mental e espiritual dos artistas. O ideal estético nazista preocupava-se em preservar valores morais, que permitiria propagar o modelo estético perfeito a fim de criar o novo homem alemão, livre da miscigenação e da degeneração que poluíram o mundo. Segundo o próprio Hitler o maior princípio de beleza é a saúde racial, para tanto ele instituiu o ideal de purificação racial, com a finalidade de criar um novo homem alemão. Portanto, todos aqueles que não se encaixassem no perfil desse dito “novo homem” deveria ser eliminado. O médico, então, passou a trabalhar a serviço dessa “remoção dos doentes”.(FERREIRA et al, 2013.)

Figura 3 – Painel comparativo da Arte degenerada com figuras com deficiência mental.



Fonte:<<http://www.paraphiliamagazine.com/periodical/the-triumph-of-degenerate-art/>>Acesso em: 25/02/2022

A arte, em especial a clássica, tem uma relação seminal com a construção do ideário nacional-socialista alemão, aponta Peter Cohen em “Arquitetura da Destruição”. O documentário nos apresenta em seu texto fílmico uma tese clara, de que a experiência estética de Adolf Hitler quando jovem, um aspirante a artista que teve as aspirações desiludidas, foi de influência vital para o regime que ele lideraria entre 1933 e 1945, na Alemanha. De acordo com o documentário, Hitler foi um fas-



cinado pelas artes chamadas de clássicas, gregas e romanas, e por toda a sociedade antiga em geral, tinha verdadeira adoração por essas sociedades antigas, sua arte e seu modo de vida, e ainda tinha pelo conceito da República de Platão um modelo e guia. Somada aos mitos nórdicos de fundação, obras de escritores e compositores germânicos (Karl May, Richard Wagner) e ideias do novo homem alemão, formou o bojo ideológico para sua sociedade ariana perfeita.(FERREIRA et al, 2013.)

Ainda segundo o documentário a Arquitetura da destruição, toda essa idealização da arte como reprodução da natureza e do belo é a referência maior da cúpula nazista, praticamente todos os ideólogos nazistas estavam de acordo com esse pensamento, em especial Hitler, que tinha essa idealização na arte como referência para a construção da nova sociedade alemã. Para eles os valores clássicos de arte embasam a visão de homem branco, perfeito, simétrico e saudável, e justificam a aniquilação do outro, do diferente e do débil, e o repúdio, destruição e exílio de obras de arte e artistas que não compartilham do padrão estético clássico, como os quadros de escolas como o impressionismo, expressionismo, dadaísmo, cubismo e surrealismo, e praticamente toda a arte de vanguarda européia. Na população, era estimulada a mimesis do ideal de homem ariano perfeito, e o desprezo a tudo aquilo que o fosse diverso. E essa doutrinação do desprezo da arte de vanguarda européia chegou a ser institucionalizada na Alemanha, eram realizadas diversas palestras em universidades, museus, e casas de cultura para convencer a população alemã de que aquele tipo de arte não serviria para o povo, que era a perversão. Também eram estimulados na população a mimesis como um conceito que extrapola o campo das artes, pois toda atividade humana conta com processos miméticos, no estado nazista alemão, se faz presente nas esferas políticas sociais.

Continuando essa mesma análise nos temos presente na tese a “Arte como Transfiguração da Realidade” o conceito de que ela não imita mesmo a realidade ou natureza, mas sim transforma-a, isto é, corrige-a, positivamente ou negativamente, transforma-a ou transfigura-a naquilo que ela deveria ser ou que o artista queria que fosse. Era o que Hitler procurava fazer, transformar a Alemanha também através do que ele considerava como a “boa” arte, por esse mesmo motivo, vários trabalhos de



artistas modernos foram expurgados e queimados, os trabalhos que eram considerados inapropriados, os nazistas diziam que as obras dos artistas modernos mostravam sinais de doença mental de seus criadores.

Para o movimento nazista, a decadência, termo muito utilizado na época, se apresentava nas artes, através das obras do modernismo, e no mundo, na figura dos loucos, deficientes, negros, miscigenados, homossexuais e, principalmente, judeus. O ideal estético de Hitler levou o nazismo a uma perversa aproximação da estética na arte e na Humanidade e, tomando como princípio a necessidade de embelezar o mundo a qualquer custo, este arquiteto da destruição iniciou sua “obra” com a eliminação de tudo o que ele considerava imperfeito. (FERREIRA et al, 2013)

Dessa forma, Hitler tenta voltar ao “natural” eliminando tudo o que, em sua concepção, desvirtua a raça alemã e para isso ele passa a disseminar as suas ideias de pureza racial, eliminação do feio, destruição do mau-gosto. Ele passa, então, a construir o ideal de belo à sua semelhança. E o povo alemão começa a reproduzir esse ideal, mesmo sem saber na época que se tratava de um ideal mais estético que político.

Fica claro portanto então que a estética nazista enfatizava os princípios clássicos gregos da ordem, proporção, harmonia geométrica. Uma ideia sem nenhuma originalidade, visto que em outros momentos da História da Arte como o Renascimento, Neoclássico, houve o desejo de voltar às “origens” da Arte segundo critérios eurocêntricos, assimilados nas intenções de Johann Joachim Winckelmann (1717-1768), historiador da arte que sistematizou a descrição e classificação de estilos, dando ênfase a influência da antiguidade clássica, o autor nos diz que, o tema de uma História da Arte fundamentada consiste, sobretudo, em voltar até as origens, seguir seu progresso e suas variações à sua perfeição; marcar sua decadência e queda até o seu desaparecimento e difundir os dife-



rentes estilos e características da arte dos diversos povos, épocas e artistas, demonstrando todas as afirmações na medida do possível, por meio dos monumentos da Antiguidade que chegaram até nós. (WINCKELMANN, 2007) Winckelmann assinalava o modelo antigo, porque concebia que qualquer arte percorria um ciclo, que começa com o necessário, busca o belo e por fim, acaba no supérfluo e exagerado, e apesar de reconhecer que também na Arte Grega, depois de atingir o ápice do sublime caiu em um processo de degeneração, afirma que em qualquer tempo ou lugar a arte deve imitar o antigo. Segundo Sant'Ana Azevedo Hamoy (2013)

Sem colocar em dúvida quaisquer contribuições que Winckelmann tenha marcado na História da Arte, suas ideias circundam esse campo de estudo diacronicamente. As palavras utilizadas por Winckelmann como decadência, degeneração, coincidência ou não, são as mesmas utilizadas pela Câmara de Cultura do Reich para definir as obras das vanguardas artísticas, que afirmavam ser produzidas pelo “bolchevismo cultural” instigadas por judeus. E de fato grandes artistas de origem judaica foram banidos da cena artística alemã, acusados de produzirem “arte degenerada”, como por exemplo: Max Beckmann (1884-1950), Marc Chagall (1887-1985), Max Lieberman (1847- 456 1935), Amedeo Modigliani (1884-1920), Jankel Adler (1895-1949), Lasar Segall (1891- 1957), entre outros. (SANT'ANA AZEVEDO HAMOY, 2013)

Segundo ainda a pesquisa documental para o filme a Arquitetura da destruição, com a liberação de espaço nos museus alemães, através dos leilões já falados aqui e também a destruição de obras, como pinturas, livros e esculturas, Hitler da continuidade ao seu plano para a arte pura alemã, a ideia da cúpula nazista a princípio é transformar o Führermuseum em uma gigantesca casa da nova arte alemã. Para que esta galeria fosse considerada digna dos sonhos de Adolf Hitler seria necessário reunir um grande contingente de obras de arte para constituir seu acervo, era a partir de sua concepção como um “local de grandeza cultural” que se iniciaria um dos maiores saques de obras de arte da história, logo com o início da Segunda Guerra Mundial em Setembro de 1939, todos os museus europeus e coleções particulares de arte se tornariam alvos da cobiça do ditador alemão e de outros



membros do alto escalão nazista.

Em meados de 1940 as forças alemãs já havia conquistado a: Polônia, Dinamarca, Noruega, Holanda, Luxemburgo, Bélgica, França e pressionava a Inglaterra. Hitler presenciava uma grande sequência de vitórias militares em nome do Reich alemão, sentiu-se próximo de realizar seus sonhos decidiu que o momento era mais do que oportuno para iniciar-se o levantamento de obras que deveriam constituir o acervo de seu futuro museu em Linz, para tal tarefa ele decidiu que deveria estabelecer organizações que fossem responsáveis por essa tarefa, a que mais obteve êxito e destaque em tal atividade foi à organização do ideólogo do NSDAP: Alfred Rosenberg. (SANTOS, PELEGRINI,2017)

Rosenberg até o ano de 1940 já havia criado por orientações do Führer uma organização chamada: Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg für die Besetzten Gebiete , que tinha como objetivo inicial reunir materiais históricos e bens culturais que dessem suporte as pesquisas do Reichsleiter e que seriam utilizadas para a educação da elite acadêmica ariana vinculada ao projeto: Hohe Schule der NSDAP. O Marechal do Reich: Herman Göring que ao longo dos últimos anos vinha colecionando inúmeros artefatos artísticos e objetos de valor cultural a partir de compras pessoais e também se aproveitando das primeiras políticas de espoliação dos museus e das coleções particulares germânicas enxergou o potencial da ERR em reunir obras de arte dos mais diversos locais da Europa Ocupada logo decidiu assumir o controle dessa organização. O que mais agradava era a “missão acadêmica” desta organização que transmitia um “ar” de legalidade as políticas de saque de obras de arte que se intensificariam cada vez mais com o desenrolar do conflito mundial. (NICHOLAS,1996)



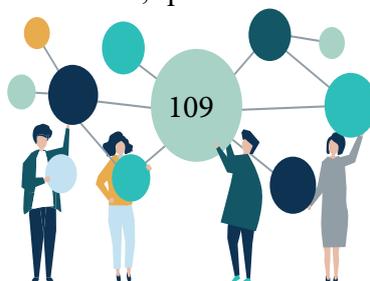
Figura 4 – Nazistas saqueando museus da Europa ocupada



Fonte: <<http://www.parismania.com.br/obras-de-arte-roubadas-pelos-nazistas-no-louvre/>> Acesso em 25/02/2022

Com o passar dos anos, a partir do ano de 1943 os rumos da guerra pendiam em favor das tropas aliadas, as tropas do Eixo: Roma – Berlim – Tokyo, não conseguiam desfrutar mais de sua longa série de vitórias militares, os ventos haviam mudado, neste mesmo ano a primeira nação potente das forças do Eixo, a Itália, depois de uma sucessiva campanha de derrotas militares sucumbiu diante o poder das tropas aliadas optando por assinar um armistício com o alto comando aliado, se retirando assim oficialmente do Eixo e da Segunda Guerra Mundial. Esse acontecimento levou a Hitler ordenar a invasão da Itália e o resgate de Benito Mussolini que havia sido deposto pela corte italiana e a alta cúpula do partido fascista que acreditava que a rendição da Itália era necessária. Ao mesmo tempo o governo dos Estados Unidos terminava os preparativos para o envio de uma unidade especial que teria como objetivo proteger monumentos históricos da Europa e recuperar bens culturais saqueados pelas tropas nazistas desde o início dos tempos de conflito no ano de 1939.

Os Aliados instituíram uma organização chamada: Programa de Monumentos, Belas-Artes & Arquivos: “Monuments, Fine Arts, and Archives program”: (MFAA), formada por curadores, artistas, diretores de museus, negociantes de arte, restauradores, que foram enviados a Europa com o objetivo de recuperar a arte saqueada pelos nazistas. Dentre suas principais descobertas, estão alguns dos maiores esconderijos de arte dos nazistas, que são: Berchtesgaden – Alemanha, onde soldados



da 101th Airborne descobriram mais de 1.000 obras de arte que foram roubadas pelo Reichsmarschall Hermann Göring: (NICHOLAS, 2007), Bertnterode – Alemanha: tropas americanas encontraram em uma mina cerca de 270 pinturas e os caixões do Kaiser Friedrich, O Grande e do Marechal de Campo Paul Von Hindenburg, inclusive o que seria destinado a Adolf Hitler. Em Merkers na Alemanha, foi encontrada a reserva nacional de ouro alemã, 400 pinturas e diversas obras primas de museus alemães: (NICHOLAS, 2007). No Castelo Neuschwanstein foi encontrado cerca de 6.000 objetos de arte saqueados pela ERR, e também mobília, joias, e outros objetos de valores de coleções particulares francesas, além de documentos da organização ERR: (NICHOLAS, 2007).

Já em Nuremberg foi descoberto o Altar de Veit Stoss, junto com parte das coleções de arte polonesas e as Jóias do Sacro Império Romano Germânico: (KIRKPATRICK, 2011), e em Altaussee na Áustria foi descoberta mais de 6.500 pinturas das quais muitas eram destinadas ao Führermuseum, outras pinturas destinadas ao museu de Hitler foram encontradas também em München. Grande parte destas obras foi devolvida aos seus legítimos donos, graças aos esforços do MFFA e de representantes das nações aliadas que desde antes da fundação desta unidade já se empenhavam na tarefa de proteção de seus tesouros nacionais, mais ainda permanecem perdidas inúmeras obras que foram saqueadas nesse período, como pinturas, esculturas, livros, etc... Sem mencionar as obras que infelizmente foram destruídas pelo regime.

REFERÊNCIAS.

ARENDR, Hannah. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo. 5 ed. São Paulo: Companhia da Letras. 2004.

ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas. Volume 1. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRECHT, Bertolt. Terror e Miséria do Terceiro Reich (1935-1938). In: PEIXOTO, Fernando (dir.). Bertolt Brecht: teatro completo em 12 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Nilo André Piana de. A ascensão do Nazismo e a construção do III Reich. In: PADRÓS, Enrique Serra; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; GERTZ, René. Segunda guerra mundial: da crise dos anos 30 ao Armagedón. Porto Alegre: Folha da História, Palmarinca, 2000.

CAUQUELIN, Ane. Teorias da arte. São Paulo: Martins, 2005. Trad. Rejane Janowitzer.

COHEN, Peter, Documentário: A Arquiteturada destruição. Direção: Peter Cohen. Suécia: Versátil filmes, 1992. DVD.

CROCI, Paula; KOGAN, Mauricio. Lesa Humanidad – El nazismo em el cine. Buenos Aires: La Crujía, 2003.

DARAYA CONTIER, Arnaldo. Arte Estado: Música e Poder na Alemanha dos Anos 30. In: ANPUH, 2016, São Paulo. : USP, 2016. Disponível em: https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=26. Acesso em: 25 fev. 2022.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. São Paulo: Contraponto, 1997.



ELIAS, N. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos século XIX e XX. Trad. A. Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.

FARTHING, Stephen. Tudo sobre a arte: os movimentos e as obras mais importantes de todos os tempos. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2011.

FERREIRA, Dayane Gonçalves et al. Questionamentos sobre o belo, mimese e representação no documentário “Arquitetura da Destruição”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 36., 2013, Manaus. artigo... [S.l.: s.n.], 2013. p. 1-10

FERREIRA, Raphael Bessa. O Prognóstico de um Mal: Nazismo e Opressão no Cinema e na Literatura Alemã. In: V SIMPÓSIO DE LITERATURA, CINEMA E CULTURA, 2011, Juiz de Fora -MG. O Prognóstico de um Mal: Nazismo e Opressão no Cinema e na Literatura Alemã [...]. Juiz de Fora- MG: [s. n.], 2011.

FERRO, Marc. Cinema e História. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FURHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. Cinema e política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GOMBRICH, E. H. A história da arte. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2013.

HERE, J. O modernismo reacionário. São Paulo: Ensaio, 1993.



HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

INSTITUTO GOETHE NO BRASIL. História do cinema alemão. Salvador: [s.N.], 1975.

JANSON, H. W. História geral da arte. 2. ed. . São Paulo: M. Fontes, 2001.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. Volume 3 de Coleção a obra-prima de cada autor: São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

KIRKPATRICK, Sidney D. As relíquias sagradas de Hitler: A história real das pilhagens nazistas e da corrida para recuperar as jóias da Coroa do Sacro Império Romano. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

KRACAUER, Siegfred. De Caligari a Hitler. Uma história psicológica do cinema alemão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003.

LEMONS, Celina Borges; RODRIGUES, Danielle Amorin. A guerra por detrás da guerra: A batalha artística na Alemanha Nazista no período entre as grandes guerras. 1. ed. Belo Horizonte: [s.n.], 2018. 59-78 p. v. 13. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cadernosbenjaminianos/article/viewFile/12450/1125611267>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

LENHARO, Alcir. Nazismo: O Triunfo da Vontade. São Paulo: Ática, 1986.

MICHAUD, E. “Soldados de uma ideia”: os jovens sob o Terceiro Reich. In: LEVI, G. e SCHMIDT,



J.-C. (Orgs.). História dos jovens 2 – A Época Contemporânea. Trad. P. Neves et alli. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 291-317.

MINERBI, Alessandra. A História ilustrada do nazismo. Brasil: Larousse, 2009.

NICHOLAS, Lynn H. Europa Saqueada: O destino dos tesouros artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Guerra Mundial. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OVERY, Richard. Os Ditadores: A Rússia de Stalin e a Alemanha de Hitler. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

OLIVEIRA, Adriano Messias de. Cinema e Nazismo: apontamentos sobre uma parceria nefasta. 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-adriano-cinema-nazismo.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

PAZ, Mariângela. 2007. Como o Poder de Hitler Aconteceu? Disponível em: <<http://jornalistamariangela.blogspot.com/2007/10/como-o-poder-de-hitler-aconteceu.html>> Acesso em: 26/02/2022

PEREIRA, Wagner Pinheiro. Cinema e Propaganda Política no Fascismo, Nazismo, Salazarismo e Franquismo. In: HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES, 2003, Curitiba. Cinema e Propaganda Política no Fascismo, Nazismo, Salazarismo e Franquismo. [...]. Curitiba - PR: UFPR, 2003

PINHO, José Benedito. Propaganda Institucional: Usos e Funções da Propaganda em Relações Públicas. 6. ed. São Paulo: Summus, 1990. 166 p. (II).



PROENÇA, Graça. História da arte. São Paulo: Ática, 2001.

RICHARD, Lionel. A República de Weimar (1919-1933). São Paulo: Companhia das Letras, Círculo do Livro, 1988.

RODRIGUES, Jefferson Antonione. A Ideologia Wagneriana: Uma Concepção Político Judaica do Belo e do Holocausto. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA JURÍDICA DA UNIVALI, 2008, Itajaí - SC. A Ideologia Wagneriana: Uma Concepção Político Judaica do Belo e do Holocausto [...]. Itajaí - SC: UNIVALI, 2008.

SANT'ANA AZEVEDO HAMOY, Idanise. Traços de Vida, Silêncio na Arte. In: XXII ENCONTRO ANPAP, 2013, Belém -PA: [s. n.], 2013.

SANTOS, Lucian Pereira dos; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Ns-Raubkunst:: O Saque Nazista de Obras de Arte e suas Representações nas Narrativas Midiáticas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8., 2017, Maringá. Maringá: [s.n.], 2017. p. 1-8. v. 8. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3840.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SANTOS, Valéria Cristiane Moura dos. Luz, Câmera, Hitler! Cinema e Propaganda a Serviço do Nazismo. In: VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 2012, Teresina – PI. Luz, Câmera, Hitler! Cinema e Propaganda a Serviço do Nazismo [...]. Teresina - PI: UFPI, 2012.

STILES, Kristine; SELZ, Peter. Theories and documents of contemporary art: a sourcebook of artist's writings. Berkeley: University of California Press, 2006.



STRICKLAND, Carol. Da pré-história ao pós-moderno. Rio de Janeiro, Ediouro, 2002.

TOMÁS, L. (2013) A música e seu uso político no III Reich. In: GARCIA, T. da C., TOMÁS, L. (Orgs). Música e Política: um olhar transdisciplinar. São Paulo: Alameda.

TOMÁS, Lia. Música em Tempos Sombrios: Apontamentos Sobre a Estética Musical no III Reich. Belo Horizonte- MG: UFMG, 2016.

TOMÁS, L. Música como política na educação musical juvenil da Alemanha nazista. In: FREITAS, V., COSTA, R. e PAZETTO, D. (Orgs.) O trágico, o sublime e a melancolia. Volume 2. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2016, pp. 149-156.

WINCKELMANN, Joahann J. Reflexiones sobre la imitación de las obras griegas em la pintura y la escultura. Madrid: Fondo de Cultura Economica de España, 2007.

WAGNER, R. Que es alemán? Trad. A. Alamino. 2012. Disponível em : <http://www.archivowagner.com/escritos-de-richard-wagner/177-w/wagner-richard-1813-1883/493-que-es-aleman>. Acessado em: 26/02/2019.



Capítulo

7

GESTÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO NA HODIERNIDADE



GESTÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO NA HODIERNIDADE

PERFORMANCE MANAGEMENT BY COMPETENCES: CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF IMPLEMENTATION IN OUR DAYS

Claudinei Schultz¹

Resumo: Os avanços da tecnologia da informação, bem como o crescimento desenfreado das organizações criaram um ambiente imprevisível para os gestores da atualidade, ao mesmo tempo em que possibilitaram o aparecimento de novas e modernas ferramentas de gestão, bem como diversos estudos no sentido de buscar domar esse cenário um tanto quanto caótico. Um dos modelos de gestão que parece mais razoável a cumprir este ensejo é o da Gestão de Desenvolvimento por Competências, porquanto baseia-se em um modelo vivo e adaptativo, capaz de suportar e abarcar mudanças, conviver com as mesmas e tirar proveito delas, visto que trata-se de modelo construtivo, que leva em consideração as peculiaridades do gerenciado, explorando suas potencialidades e corroborando com as expectativas da organização. Metodologicamente foi realizada uma pesquisa explicativa, através de análise bibliográfica e de análise puramente qualitativa, especialmente no sentido de analisar possíveis dificuldades e perspectivas na aplicação de um modelo de gestão de desempenho baseado nas competências do indivíduo, enquanto ser e enquanto organização.

Palavras chave: Gestão. Competência. Modernidade.

¹ Especialista com MBA em Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Especialista em Filosofia e Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Gerente Administrativo no Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes)



Abstract: The advances in information technology, as well as the unbridled growth of organizations, have created an unpredictable environment for today's managers, at the same time that they have enabled the emergence of new and modern management tools, as well as several studies in order to seek tame this somewhat chaotic scenario. One of the management models that seems more reasonable to fulfill this opportunity is the Development Management by Competencies, as it is based on a live and adaptive model, capable of supporting and embracing changes, living with them and taking advantage of them, in order to that it is a constructive model, which takes into account the peculiarities of the managed, exploring its potential and corroborating the expectations of the organization. Methodologically, an explanatory research was carried out, through bibliographic analysis and purely qualitative analysis, especially in order to analyze possible difficulties and perspectives in the application of a performance management model based on the individual's competences, as a being and as an organization.

Keywords: Management. Competence. Modernity.

INTRODUÇÃO

Com a chegada do paradigma pós-moderno, vislumbra-se a necessidade de se pensar em novos contornos que possam ser capazes de abarcar todo o ritmo de movimento acelerado das novas organizações, possibilitando gerir toda a complexidade advinda deste contexto, com todas as suas facetas tecnológicas, sem deixar, porém, de considerar a importância do capital humano que forma a engrenagem por detrás do sucesso que se busca com a implementação de um negócio. Dentro deste universo, recheado de possibilidades, muito se discute acerca da gestão por competências, estando este modelo em um patamar de evidência, por permitir um engajamento de destaque entre os setores



da empresa, além de privilegiar as características individuais de cada sujeito, buscando aprimorá-las e realizar a correção de eventuais falhas, através do alinhamento estratégico entre a gestão de pessoas e os objetivos da organização, o que possibilita o alcance de uma vantagem competitiva relevante, dada a troca de conhecimentos ímpar obtida com o engajamento de todos os personagens da empresa, desde o diretor até os setores puramente técnicos.

Com o desenvolvimento deste artigo, busca-se revelar os principais desafios para a implementação de um programa de gestão de desempenho por competências em empresas nos tempos atuais, analisando os pressupostos de aplicação de um modelo de gestão de desempenho por competências que possam ser ensejadores de facilitação ou dificuldade na organização das empresas.

Na primeira parte do trabalho, o espaço será destinado a analisar o conceito de competência, a evolução de sua aplicação, as diferentes conceituações e concepções, além de dividi-las em individuais e organizacionais, já mais voltadas ao âmbito de aplicação nas organizações.

Em um segundo momento, o foco voltar-se-á para o trabalho com a gestão de pessoas, mas especificamente, com a gestão de desempenho e, a gestão de desenvolvimento por competências, momento em que serão analisadas suas peculiaridades, vicissitudes, perspectivas e desafios contemporâneos, além de suas contribuições no pleno desenvolvimento e crescimento de uma organização.

Por fim, vale salientar que, por propor-se a estudar o novo, este trabalho apresenta-se como tarefa árdua e envolve ter a ciência de que se ingressa em campo nebuloso e flerta-se com a dúvida. Porém, o relevo da matéria e os reflexos positivos que seu estudo e aplicação podem ter justificam a aventura, cujos frutos, indubitavelmente, transpassarão o campo acadêmico, atingindo o cerne de questões cruciais neste ambiente tão imprevisível em que se encontram mergulhadas as organizações.

GESTÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIAS

Delimitando competência



O termo competência, cujo surgimento é atribuído ao fim da idade média, aparece, inicialmente, ligado ao contexto jurídico, sendo, posteriormente incorporado ao contexto das organizações, com o advento da Revolução Industrial, para designar a característica de uma pessoa que possui capacidade de realizar um trabalho específico (KOPS, SILVA e ROMERO, 2013).

Em se tratando das primeiras noções do termo competência, ressaltadas as puramente voltadas ao campo do Direito, pode-se perceber um contorno mais prático, relacionado meramente a um saber fazer algo, seguindo fidedignamente o contexto histórico da época (Revolução Industrial), onde a maciça força de trabalho era basicamente trabalho corporal. Nesse sentido, existia alguém que, não raras vezes, dava ordens e não sabia fazer e, alguém que sabia fazer e o fazia meramente porque era ordenado. Assemelhava-se à Visão mecanicista ou reducionista dos modelos de gestão proposta por Fayol².

No paradigma pós-moderno, o rompimento com muito do que compusera o acervo do pensamento humano na etapa predecessora é gritante. No contexto da gestão nas organizações, conceber uma definição de competência atrelada puramente a um saber fazer, mecânico e enferrujado passou a ser completamente descabido, ao passo que, cada vez mais, o profissional passou a ser visto de uma forma holística, muito mais que uma mera engrenagem da organização, conquanto esta deixou de ser vista como um robô, uma máquina, para assumir a concepção de um ser vivo, evoluído e evoluindo, sendo esta noção incorporada por aqueles que formam as organizações, seres atuantes, cujas relações passaram a ser de interdependência. O antiquado arquétipo referenciava, inclusive, sua visceral contradição, buscando criar máquinas cada vez mais humanas, ao mesmo tempo em que tornava humanos mais mecanizados.

Dentro deste ambiente, uma definição de competência bem alinhada com os propósitos hodiernos das organizações é proposta por Davis, citado por Kops, Silva e Romero, 2013, p.112:

2 Grande pensador da Teoria Clássica da Administração que tratava a gestão e administração como algo mecânico, onde um dava ordens e outra sistematicamente as cumpria por questões de autoridade.



As competências descrevem de forma holística a aplicação de habilidades, conhecimentos, habilidades de comunicação no ambiente de trabalho [...]. São essenciais para uma participação mais efetiva e para incrementar padrões competitivos. Focaliza-se na capacitação e aplicação de conhecimentos e habilidades de forma integrada no ambiente de trabalho.

Já Perrenoud (2000) estabelece que a competência tem relação com como a aplicação adequada e criativa, de maneira rápida e eficiente de uma multiplicidade de recursos cognitivos, englobando experiências, atitudes, percepção, raciocínio, lógica, habilidades manuais, ou seja, a aplicação de todo o arcabouço do qual dispõe o indivíduo para solucionar uma demanda a ela atribuída.

Em outras palavras, competência está intimamente ligada a competir, ser um indivíduo conectado com os ideais da organização, um ser participativo, que sugere e cria, que aplica e critica, um ser que interage com os demais, buscando sempre o aperfeiçoamento.

Competências individuais

De acordo com Le Boterf (1995), citado por Fleury e Fleury (2001) a competência individual encontra-se num patamar de múltiplas facetas, donde emergem a face pessoal (a história de vida e convívio social do indivíduo), a face educacional e a face profissional, que mescladas formam um todo com aquilo que o indivíduo é capaz de realizar. Não se trata meramente de um armazenamento de conhecimentos e experiências, mas tem ligação direta com a capacidade de avaliar e saber agir com responsabilidade. Esta individualidade não é repassada, é peculiar e somente pode ser integrada.

As competências individuais devem ser advindas das competências organizacionais, denotando uma gama de conhecimentos, habilidades e atitudes que nortearam uma equipe para a consecução de um objetivo de trabalho da forma mais eficiente e eficaz, sempre tendo como ponto visceral



o planejamento estratégico da organização (KNAPIK, 2012).

Esta é a linha de pensamento defendida por Dutra (2008):

O estabelecimento das competências individuais deve estar vinculado à reflexão sobre as competências organizacionais, pois elas se influenciam mutuamente”. Portanto algo de fácil compreensão por parte das pessoas, sendo que, há dificuldades na influência mútua, que compreende a mudança das competências organizacionais e as atividades no dia-a-dia. (DUTRA, 2008, p. 24).

O alinhamento entre as competências individuais e as competências organizacionais delinea o propósito da empresa. O perfeito engajamento entre estas premissas é conseguido através do planejamento estratégico.

Competências Organizacionais

De acordo com as contribuições de knapik (2012), é através do desenvolvimento das competências e da articulação dos recursos que é possível desenvolver a estratégia organizacional, dando grande ênfase na relevância do desenvolvimento das potencialidades individuais, no intuito de que assimilem e suportem as estratégias organizacionais.

Em 1990, os artigos escritos por Prahalad e Hamel despertaram a curiosidade do mundo acadêmico e dos CEO's das maiores organizações do mundo. Ao escrever sobre as core competences, os autores apontaram soluções que atingiriam o cerne da competitividade, originalidade e resultado. As competências essenciais em uma organização, segundo eles, deveriam atender aos critérios de: oferecimento real de benefícios aos consumidores, difícil imitação e acesso a diferentes mercados (KNAPIK, 2012).

Nesse sentido, uma competência no novo cenário seria uma habilidade de adaptação, origi-



nalidade e criação, em um cenário onde o caótico parece a cada dia mais comum, principalmente com os avanços em frenesi da tecnologia da informação.

Um exemplo de core competencies é a logística do Sedex 10. Vejamos: é um real benefício aos seus usuários, percebido como um diferencial dos Correios, difícil de ser imitado por um concorrente e abre portas para novos mercados e uma competência organizacional que tem destaque competitivo e agrega valores aos Correios (KNAPIK, 2012, p. 166).

Em que pese a sapiência da autora, a permissiva da discussão permite discordar da exemplificação. Na verdade, parece-me o completo oposto. Como um monopólio estatal, não haveria margem para qualquer concorrência. Pode-se falar que haja um real benefício aos consumidores com a entrega rápida proposta pelo Sedex 10? É inegável, ressalvadas aqui quaisquer falhas no cumprimento dos prazos pela empresa na atualidade. Contudo, não se pode afirmar que o sobredito benefício é advindo de uma estratégia de difícil imitação, ao passo que não há margem para concorrência com o monopólio do Estado. Acredito que, uma pertinente exemplificação, em tempos atuais, seriam as fintechs do ramo financeiro, como é o do Nubank, cujo modelo de gestão e propósito diverge de tudo o que se conhece quando se trata de instituição bancária, oferecendo benefícios a seus clientes e trilhando caminhos capazes de acessar infinitas possibilidades de mercado.

É linha que parece seguir Bitencourt, 2005, p. 101, quando delimita que:

Competência é um fenômeno organizacional emergente da implantação de recursos, apresentada por indivíduos e grupos enquanto definem e resolvem problemas em diferentes níveis de uma organização. É o produto da organização enquanto um sistema completo, orientado pela aprendizagem e prática de indivíduos e grupos interagindo dentro do sistema estrutural e cultural da organização, bem como com o ambiente externo. Quando inter-relacionada à



estratégia, pode confluir em benefícios diretos para a organização.

A gestão de desempenho por competências

Gerenciar pessoas encontra-se dentre uma das tarefas de maior complexidade que sempre existiu dentro das organizações. Lidar com pessoas, indivíduos com diferentes experiências, sonhos, perspectivas, frustrações e expectativas perpassa por entender que o ser humano é um ser volátil, perene, dotado de uma efemeridade calcada em anseios sociais, familiares e do seu próprio eu, muitas vezes um tanto quanto contraditório. Traçar uma estratégia de gestão que possa dar conta de tamanhas diferenças entre uma equipe desenha-se, então, como uma árdua tarefa.

Dentre os diversos modelos de gestão já aplicados nas organizações ao longo dos anos predecessores, desde o simplismo Taylorista (competência para o cargo), o panorama de gestão que mais demonstra estar adequado a lidar com o cenário caótico da hodiernidade, bem como com as vicissitudes do ser humano é o de Gestão de Desenvolvimento por Competências.

O autor Rebaglio (2008) estabelece que a gestão por competências é um conjunto de ferramentas práticas, com indicadores práticos, sensíveis e mutáveis, de fácil manejo e que possibilita à empresa operacionalizar a gestão de seu capital humano com clareza, buscando sempre o desenvolvimento humano integral. Para Knapik, 2012, p. 165:

O modelo de gestão por competências promove um direcionamento das práticas de recursos humanos para a atração, o desenvolvimento, a retenção e a recompensa das capacidades e entregas exigidas dos colaboradores, porque são as pessoas que desenvolvem as tecnologias e as fazem funcionar, que constroem relacionamentos, que transformam as metas em uma ação realizada com sucesso e, ainda, que desafiam e buscam novos desafios.



No entendimento Carbone et al. (2005), para que se estabeleçam competências individuais alinhadas com as competências organizacionais através do planejamento estratégico, importante se torna trabalhar com bons indicadores de desempenho, utilizando-se de medidas de avaliação para realizar uma comparação entre o resultado obtido em confronto com o resultado esperado.

Levanta-se a questão da gestão de desempenho. Para Brandão (2001):

A gestão de desempenho faz parte de um processo maior de gestão organizacional, uma vez que permite rever estratégias, objetivos, processos de trabalho e políticas de recursos humanos, entre outros, objetivando a correção de desvios e dando sentido de continuidade e sustentabilidade à organização (BRANDÃO, 2001, p. 38).

Ao desenvolver este conceito, o autor estabelece que, de nada adianta desenvolver competências em uma organização se não houver estratégias para gerenciá-las. Nesse sentido, as competências precisam ser mapeadas pormenorizadamente, criando-se um planejamento antecipado e atrelado ao MVVE (Missão, Visão, Valores e Estratégia) da empresa.

O mapeamento das competências deve levar em consideração a elaboração do Inventário Comportamental para Mapeamento de Competências, que deve seguir algumas etapas, começando pela eleição da amostra de rede de relacionamentos, onde serão escolhidos alguns funcionários para a realização da pesquisa por amostra. Segue-se com a coleta dos indicadores, onde busca-se encontrar pontos frágeis, pontos fortes e sugestões ideais. Na terceira etapa é realizada a consolidação dos indicadores, onde se busca sintetizar as contribuições dos participantes do mapeamento em comportamentos esperados. Após, deve-se realizar a associação das competências aos indicadores e, por fim, validá-las, sendo possível e indicável, nesta fase, a inclusão da posição estratégica pela alta diretoria (KNAPIK, 2012).

Estabelecidas as premissas, discutidos os meios de avaliação, definidas as competências e o



processo da gestão do desempenho, o fator humano ainda será a chave para o sucesso ou não quando da aplicação da fórmula. Isso porque, conforme já ficou assentado nas linhas acima, entender uma competência vai muito além de definir uma habilidade para executar uma tarefa. Está ligado à forma com que esta habilidade é utilizada na prática da organização. Saber o que fazer não é nada quando não se sabe quando e onde fazer, mas, principalmente, por que fazer.

Desafio e perspectivas da gestão de desenvolvimento por competências no século XXI

Talvez o maior desafio de qualquer sistema desde sempre foi o próprio ser humano por detrás das cortinas. Por mais mecanizados ou informatizados que tendem a se tornar os sistemas, o ser humano sempre foi e será o motor e o freio para a roda girar. Quando se trata então dos desafios para um sistema que se propõe a gerir o próprio protagonista do desafio, as dificuldades passam a um nível de extrema peculiaridade. Como já asseverava Friedrich Nietzsche: “Nós, investigadores do conhecimento, desconhecemo-nos uns aos outros. E há uma forte razão: pois nunca nos procuramos, como havíamos de nos encontrar? ”.

O ser humano, com o passar do tempo, está mais conectado, mutável, instável. Acessa a tudo e a todos com alguns toques em aparelhos que cabem na palma de uma mão fechada. Cria organizações poderosas na garagem de casa, ao mesmo tempo que desmonta mausoléus que, em épocas anteriores, pareciam intransponíveis e inatingíveis.

A chegada da Era da Informação trouxe um novo contexto de administração e uma avalanche de problemas para as organizações. Pegou a maior parte das organizações totalmente despreparadas para a nova realidade. A velocidade e a intensidade das mudanças vão além do que se esperava. O diferencial entre o que as organizações estão fazendo e o que deveriam fazer tornou-se enorme e inultrapassável [...] (CHIAVENATO, 2003 p. 433).



É desta maneira também que analisa o cenário atual Rocha Pinto et al (2007):

A distinção entre as empresas tradicionais e as novas organizações são as respostas que estas têm oferecido às pressões das mudanças no macroambiente organizacional. Essas respostas revelam a tentativa da mudança de escopo: do saber como fazer para o saber porque fazer. Nesse processo, a formação profissional passou do simples adestramento - treinamento para operação – para o desenvolvimento sistemático de habilidades reunias sob o nome genérico de “competências”. De tal mudança decorre hoje o grande desafio para a então área de treinamento e desenvolvimento: criar as condições para que o aprendizado contínuo seja estimulado diante da alteração do escopo de qualificação profissional.

A intensa ação da concorrência, na opinião de Machado (1994), impõe um novo modelo de gestão do processo produtivo: orientado tanto por uma sistemática racionalização de custos quanto pela busca de maior produtividade: esse modelo requer a aplicação de um profissional multiquificado capaz de atuar cognitivamente, em contraste com o trabalhador fordista, que tinha como uma de suas características principais a especialização. De tal profissional espera-se uma formação que privilegie o raciocínio lógico, a abstração, o aprender a aprender, além do aprender a fazer.

Dentre as dificuldades impostas para uma padronização de um modelo de gestão, onde englobado o de desenvolvimento por competências, está a imprevisibilidade causada pelos rápidos avanços do conhecimento, em especial, da tecnologia da informação. O profissional, até então acostumado



a gerir um sistema linear, previsível e estável, passa a estar à mercê de um panorama de mudanças constantes, gerenciando profissionais com acesso fácil ao conhecimento, conectados, desafiadores, questionadores, muito diferentes dos profissionais fordistas, adestrados, mecanizados. Estar preparado para entender e administrar o ordinário já não é o bastante. Torna-se necessária a capacidade de lidar com o extraordinário, com pessoas que são dotadas de “criatividade e coragem para se reinventar”³, seres que vão além do óbvio e, alçando voos mais altos podem, em conjunto, propiciar uma nova visão para a organização.

Se por um lado, o rápido avanço da tecnologia pode ser, de certa forma, o algoz da gestão de pessoas, a medida em que cria ambientes imprevisíveis e inesperados, a evolução e a automação dos sistemas propulsiona a criação de poderosas ferramentas de gestão, práticas e rápidas, facilitando e desburocratizando o trabalho do gestor.

Com essas mudanças e transformações, a tecnologia passa a constituir a principal ferramenta ou instrumento a serviço do homem e não mais a variável independente e dominadora que impunha condições e características tanto à estrutura como ao comportamento das organizações, como ocorria nas duas eras industriais anteriores. Tecnologia servil e escrava e não mais dominadora e desumana [...]. Na era da informação instantânea as coisas mudam rápida e incessantemente. A administração em uma economia globalizada torna-se um artigo de primeira necessidade e não é mais possível implementar estratégias de terceira geração para enfrentar os desafios da era da informação [...] (CHIAVENATO, 2003 p. 428).

A tecnologia também agrega ao profissional das novas organizações. O novo ser humano é conectado, tem acesso à informação na palma da mão. É criativo, questionador e busca entender o

3 Título de um dos cursos do Palestrante Murilo Gun voltado para empresas e organizações acerca da criatividade no ambiente contemporâneo e do futuro do trabalho.



ambiente à sua volta, dando contribuições ímpares.

Esta característica de profissional também é notada por Rocha e Pinto et al (2007). Os autores destacam que o conhecimento e criatividade dos profissionais revela-se como um ingrediente necessário na busca da eficiência e qualidade do trabalho. Importante peculiaridade do novo profissional é a absorção de conhecimento e transmissão do mesmo, bem como trabalho em equipe. A obra destaca ainda o importante papel do líder, que funciona como catalisador e disseminador de conhecimento, o que possibilita uma convergência de conhecimento em produção, bem como de produção em conhecimento.

Sobre a liderança, o papel fundamental do líder na gestão de desempenho por competências é o da motivação do profissional. Como se trata de um sistema de gestão onde se busca extrair o melhor de cada indivíduo e convergi-lo em uma competência aproveitada na organização, a motivação desenha-se como fator essencial para que essa característica desabroche. No entendimento de Cavalcanti et al (2010), é importante que a liderança seja calcada em três importantes mecanismos de motivação, quais sejam: a expectativa, ou seja, a esperança de que vale a pena o esforço, porquanto ensejador de desempenho; a instrumentalidade, nada mais sendo do que o pensamento que o desempenho desencadeará uma recompensa e, finalmente, a valência, consubstanciada na percepção da importância da recompensa para o indivíduo. Trata-se de uma condensação de expectativas recíprocas, tanto do gestor no gerenciado, como vice-versa. Saber manejar essas condições, certamente trará o sucesso na gestão do ambiente e das pessoas.

Neste sentido, tendo em mente os desafios, o caminho, as perspectivas e a expectativa, uma boa gestão, calcada em princípios que busquem efetivamente aproveitar todas as potencialidades do ser humano em sua integralidade, como indivíduo e como parte de um todo é capaz de suplantar as barreiras que a modernidade das organizações impõe, cabendo ao gestor assumir o papel de líder e guiar sua organização em qualquer que seja o caminho.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final deste trabalho de conclusão de curso, necessária se faz uma breve exposição dos resultados obtidos, no sentido de apresentar as conclusões advindas do estudo bibliográfico. No decorrer do estudo, ficou evidenciado que o termo competência evoluiu de acordo e em consonância com as noções que eram peculiares a cada época, desde a noção jurídica, passando pelas noções tayloristas e fordistas e chegando aos tempos modernos, onde assume uma posição muito além do saber fazer, consubstanciando-se no saber porque fazer.

Em todo o desenvolvimento do artigo buscou-se salientar acerca da importância da gestão de desenvolvimento por competências, porquanto ferramenta de gestão atrelada aos anseios das organizações da época atual, plenamente adaptada às transformações constantes advindas das evoluções tecnológicas e do conhecimento, conquanto sistema vivo e adaptável.

O relevo constatado sobre a discussão foi de extrema importância, especialmente no que tange à identificação dos principais desafios para a implementação do sistema de gestão de desenvolvimento por competências na hodiernidade, primordialmente no que toca às dificuldades impostas pelas peculiaridades próprias do ser humano e do frenesi desencadeado pela rapidez em que se desenvolvem novas organizações com diferentes estruturas e características ímpares. Importante destacar ainda que, houve constatação no sentido de que, este último ponto tratado como principal desafio – a evolução frenética da tecnologia, também se denotou como principal perspectiva, como grande ferramenta no auxílio da gestão de pessoas, baseado na premissa da criação de poderosos sistemas de gestão, automatizados e desburocratizados.

Portanto, após todas as análises e discussões dos assuntos correlatos ao tema, como, a delimitação de competência, suas classificações em individuais e organizacionais, uma breve reflexão sobre a gestão de pessoas, a gestão de desenvolvimento por competências, a gestão de desempenho e os desafios e perspectivas para a implementação do sistema, conclui-se que o esforço que aqui se



finda alcançou os objetivos a que se propôs, servindo como recanto de discussão de validade sobre o tema proposto, muito além de discussões meramente argumentativas repousadas no campo acadêmico, mas possíveis de estender laços ao mundo contemporâneo da gestão das organizações.

REFERENCIAS

BERGAMINI, C. W. Competência: a chave do desempenho, São Paulo, 2012.

BITENCOURT, C. C. Gestão de competências e aprendizagem nas organizações. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

BRANDÃO, H; GUIMARÃES, T. Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto? RAE, jan./Mar. São Paulo, v 41, n 1. P. 8-15, 2001. Disponível em “<http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n1/v41n1a02.pdf>”. Acesso em 10/01/2018.

CAVALCANTI, V. L. S; CARPILOVSKY, M; LUND. M. Liderança e Motivação. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria da Administração. Ed. Compacta. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DUTRA, J. S. Competências: Conceitos, Métodos e Experiências. São Paulo: Editora Atlas S. A. 2008.

FLEURY, A. C. C.; FLEURY, M. T. L. Estratégias empresariais e formação de competências. São



Paulo: Atlas, 2001.

KNAPIK, J. Gestão de Pessoas e Talentos. Curitiba: Intersaberes, 2012.

LOPES, A. O. et al.. O papel da liderança no ato de gerenciar pessoas com sucesso. Revista Científica Eletrônica de Administração, ano VIII, n.14, p.4. Acesso em 05/01/2018.

MARTINS, D. F. L; MOREIRA, M. A. Análise da validade e utilidade do sistema de gestão de desempenho por competências em uma instituição financeira de Belém–PA. CODS-Coloquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade, v. 8, n. 1, p. 39-52, 2017. Acesso em 04/01/2018.

NIETZSCHE, F. W. 1844-1900. A genealogia da moral. Tradução de Mário Ferreira dos santos. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PERRENOUD, P. Dez Novas Competencias para Ensinar – Convite à Viagem. Porto Alegre, Artmed, 2000.

PONTES, B. R. Avaliação de desempenho: nova abordagem. 8 ed. São Paulo: LTR, 2002.

REBAGLIO, M. O. Gestão por competências: ferramentas para atração e captação de talentos humanos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

ROCHA-PINTO, S. R. da. et al. Dimensões funcionais da gestão de pessoas. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. (Série Gestão de Pessoas).



ROMERO, S. M. T. Gestão de pessoas; conceitos e estratégias/ Sonia Mara Thater Romero, Selma França da Costa e Silva e Lucia Maria Kops – Curitiba: Intersaberes, 2013.



Capítulo



A IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER O HÁBITO DA LEITURA



A IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER O HÁBITO DA LEITURA

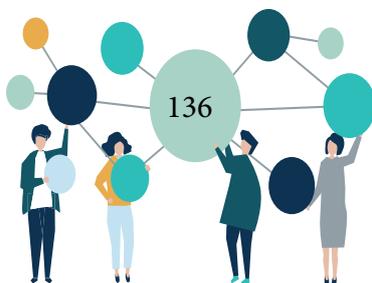
THE IMPORTANCE OF DEVELOPING THE HABIT OF READING

José Rivaldo De Oliveira

Manoel Gomes Cabral Filho

Cidelvânia Almerinda de Oliveira Barros

Resumo: A leitura é percebida como uma forma interativa na constituição de sentidos ativando os conhecimentos prévios a novos, a partir deste contexto o presente estudo tem como objetivo, compreender a importância de desenvolver o hábito da leitura de maneira que possa ser ampliado em diversos contextos e ambientes, e como objetivo específico verificar os fatores que estão associados a falta de interesse em ler. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, que teve como procedimento um estudo bibliográfico no qual as informações foram coletadas em banco de dados de periódicos científicos e livros. A seleção dos artigos foi feita a partir da análise dos resumos e textos completos das publicações realizadas tendo como critério de inclusão pesquisas com registros de notificação da importância de desenvolver o hábito da leitura, e de exclusão aqueles que não constem evidências sobre o assunto, limitando-se a trabalhos publicados na língua portuguesa. Os resultados apontaram que é de suma importância a participação de pais e mestres no incentivo da leitura de maneira lúdica permitindo o contato com os livros desde geração do feto, possibilitando um elo maior com o mundo da imaginação das entrelinhas composta nos livros. Concluindo que ler é transformador. Através da leitura o indivíduo é capaz de dialogar de forma coerente, o que é essencial para o desenvolvimento do indivíduo no cotidiano, possibilita também um amplo conhecimento no vocabulário, na forma de como pensar, agir e argumentar. O que reforça a relevância do estudo ao enfatizar que é possível sim criar o hábito da leitura através do incentivo estimulado no cotidiano familiar ou escolar.



Palavras-chaves: Aprendizado. Leitura. Incentivo.

Abstract: Reading is perceived as an interactive way in the constitution of meanings activating the previous knowledge to new, from this context this study aims to understand the importance of developing the reading habit so that it can be expanded in various contexts and environments, and the specific objective to verify the factors that are associated with the lack of interest in reading. The methodology used was a qualitative research, whose procedure was a bibliographic study in which information was collected in a database of scientific journals. The selection of articles was based on the analysis of the abstracts and full texts of the publications, having as inclusion criteria research with notification of the importance of developing the habit of reading, and exclusion those that do not contain evidence on the subject, limiting to works published in the Portuguese language. The results showed that it is very important the participation of parents and teachers in the encouragement of reading in a playful way allowing contact with the books since the generation of the fetus, allowing a greater link with the world of imagination between the lines composed in the books. Concluding that reading is transformative. Through reading the individual is able to dialogue in a coherent way, which is essential for the development of the individual in daily life, also enables a broad knowledge of vocabulary, in the way of thinking, acting and arguing. This reinforces the relevance of the study by emphasizing that it is possible to create the habit of reading through encouragement stimulated in family or school daily life.

Keywords: Learning. Reading. Incentive.

INTRODUÇÃO



Acredita-se que quanto mais desenvolver o hábito da leitura, maior a chance de se tornar um leitor assíduo. Dentro dessa perspectiva nada melhor que criar um ambiente voltado para o incentivo da leitura de maneira dinâmica, que seja agradável e aconchegante para que possa ser vivenciado o mundo da imaginação de maneira concisa. É preciso que a leitura seja um ato de amor, como afirma Freire (2001).

A leitura abre portas para um mundo mágico, um mundo de possibilidades e fantasias. O hábito da leitura auxilia a criança a desenvolver sentimentos, imaginação e emoções de maneira significativa. Além de proporcionar um melhor desenvolvimento emocional, social e cognitivo, sendo fundamental para a interação e a aquisição de conhecimentos e informação sobre o meio que vive (ORTIZ; SANCHES; FONTES, 2011).

Essa questão deve ser trabalhada desde cedo, a criança que houve histórias, que tem contato direto com livros e que é estimulada, tem um desenvolvimento favorável no seu vocabulário, bem como no gosto para a leitura. De acordo com a UNESCO (2005), infelizmente somente 14% da população tem o hábito de ler. Sabe-se, que a leitura é de fundamental importância para a aprendizagem porque desenvolve o vocabulário e permite que seja um cidadão voltado para a busca de conhecimento com discursos coerentes e com argumentação.

A família é o primeiro ambiente em que a criança pode criar o contato com os livros. Se a mãe começa a ler para a criança ainda na barriga ela cria um vínculo porque já conhece a voz, já desperta o desejo pelo som, pelas cantigas de ninar, pela leitura realizada, permitindo o contato com os livros através do som. Nesse sentido, é necessário criar tempo para que o hábito da leitura seja estimulado, nem que sejam dedicados poucos minutos para que a criança já tenha contato com os livros, pois o filho começa a despertar o gosto pela leitura de maneira natural, sem pressão, por prazer não por obrigação. Para que “o hábito da leitura se construa, é imprescindível usufruir da expectativa da próxima página, pois, através da curiosidade e do encantamento, percebe-se o quanto os livros ampliam o conhecimento e outras formas de pensar” (CANTELLI, 2018, p.3).



Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo compreender a importância de desenvolver o hábito da leitura de maneira que possa ser ampliado em diversos contextos e ambientes, e como objetivo específico verificar os fatores que estão associados à falta de interesse em ler. Sendo necessário, desenvolver atividades voltadas para a prática do estímulo da leitura, e que ela seja construída na escola ou no ambiente familiar, possibilitando o contato do indivíduo com os livros e gosto pela prática da leitura no dia a dia de maneira prazerosa.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, que teve como procedimento um estudo bibliográfico no qual as informações foram coletadas em banco de dados de periódicos científicos e livros. A seleção dos artigos foi feita a partir da análise dos resumos e textos completos das publicações realizadas tendo como critério de inclusão pesquisas com registros de notificação da importância de desenvolver o hábito da leitura, e de exclusão aqueles que não constem evidências sobre o assunto, limitando-se a trabalhos publicados na língua portuguesa.

FORMAS DE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DO HÁBITO DA LEITURA

Muitos são os benefícios que a leitura pode proporcionar para a vida de uma pessoa. Simplesmente, porque ler desenvolve a imaginação, aumenta a capacidade de argumentação e interpretação, seja de textos ou fatos, e também amplia o vocabulário.

Esse processo de desenvolvimento do gosto pela leitura já pode ser trabalhado durante a gestação, é importante criar o hábito de ler para o feto, pois, sabe-se que mesmo no ventre da mãe é possível criar um vínculo com o que acontece fora da barriga, é importante o conversar, o ouvir música, o ler. Esse processo de leitura durante a gestação e após o seu nascimento pode contribuir para que o mesmo se torne um leitor assíduo, pois com o passar dos tempos vai criando o hábito (GENTILE, 2003).

“Estudos mostram que, mesmo antes de o feto nascer, ele já consegue identificar a emoção



das palavras”, afirma a fonoaudióloga Sueli Yoko Nakano, do Hospital Sepaco (SP). Além disso, contatos sonoros dos pais com a criança, em tom harmonioso, como conversar, cantar e ler historinhas ajuda a estabelecer um laço entre o bebê, a família e o ambiente externo. Depois do nascimento, é importante dar prosseguimento à atividade, pois apesar da criança ainda não compreender o significado das palavras, elas servem como estímulo para o desenvolvimento (BOTINI; FARAGO, 2014).

Nesta fase inicial, não importa o tipo de conteúdo, pode-se recorrer à própria leitura do cotidiano, como jornais e revistas, desde que seja empregado um tom de voz cadenciado e melodioso. Quando o bebê cresce, permitir que manuseie o livro é fundamental. “Nessa fase, ele aprende pelos sentidos, leva tudo à boca, precisar tocar, sentir para aprender. Os livros são ideais para ajudá-lo a diferenciar texturas, formas e cores. Há obras muito boas para essa fase”, diz a psicóloga e psicopedagoga Melissa Blanco em sua pesquisa sobre a importância da leitura (MATSUOKA, 2007).

A leitura é também importante na primeira infância e indicada para colaborar com as rotinas diárias como o de dormir. A criança associa a leitura com um momento que é dela e da mãe ou do pai, e sabe que antes de dormir terá direito a esse momento a uma historinha (LAJOLO; ZILBERMANN, 2002).

De acordo com Matsuoka¹ (2007, p.3) “o conhecimento do mundo chega para as crianças da primeira infância por meio dos sentidos e do afeto. A leitura resolve suas duas necessidades”, aguçam os sentidos e tem o afeto dos pais. O que ressalta a ideia de que desde a barriga da mamãe é preciso ser criado um espaço para que criança possa se tornar um leitor, isso é fantástico, pois, pode-se tornar um leitor assíduo àquele que ler para a vida com prazer e não por obrigação.

Para Dalvi (2011, p.3) ao citar Carlos Drummond de Andrade afirma que “a leitura é uma fonte inesgotável de prazer, mas por incrível que pareça, a quase totalidade, não sente esta sede.” É possível sim, fazer com que as pessoas se sintam capazes de ler para ter uma boa argumentação, tornando-o hábito da leitura algo prazeroso.

¹ Percebe-se, pois, que é na família que se devem ter os primeiros contatos com os contos
1 Pediatra do Hospital Israelita Albert Einstein.



infantis, é na família também que se cria uma rotina constante no mundo do faz de conta, no mundo encantado. Para isso, se faz necessário criar um ambiente de leitura iluminado e confortável, longe desse mundo tecnológico. Internet, TV, Smartphone, vídeo games o que não faltam são opções de entretenimento. E com isso tudo, a leitura acaba ficando em segundo plano, mas não deveria. Se for para utilizar a tecnologia que seja para o uso correto da leitura. Existem vários aplicativos voltados para essa finalidade, no qual desenvolve o hábito de forma animada e interage com o leitor virtualmente (RUSSO, 2017).

Segundo Abramovich (1997) ler além de ser essencial para o desenvolvimento e ajuda a exercitar a imaginação. Sabendo-se, que é justamente na infância o melhor momento para incentivar o hábito da leitura, estimular a criatividade, imaginação e desenvolver habilidades importantes para o cotidiano é preciso que haja a motivação necessária para que esse desejo não se perca no tempo, pelo contrário se transforme em um hábito e gosto pela leitura.

Ao ouvir as histórias, as crianças passam a visualizar de forma mais clara, sentimentos que têm em relação ao mundo. As histórias trabalham questões existenciais típicos da infância, como: medos, sentimentos de inveja e de carinho, curiosidade, dor, perda, além de ensinarem infinitos assuntos que elas se imaginam.

É através de uma história que se pode descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outras regras, outra ética, outra ótica... “É ficar sabendo história, filosofia, direito, política, sociologia, antropologia, etc. sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula” (ABRAMOVICH, 1997, p.17).

É na escola também que devera ter todo um processo voltado para a leitura construindo ambientes temáticos, com almofadas, prateleiras de livros acessíveis para que os alunos possam ter contato, além de ir trabalhando de forma lúdica e dinâmica, para que os alunos, principalmente dos anos iniciais sinta o prazer de ler.

Trata-se de uma forma de ensinar sem pressionar o leitor a exercer a leitura, é fundamental



para que isso não se transforme em uma obrigação, um castigo, mas sim, em uma rotina diária, algo constante que consiga despertar o interesse pela leitura. Permitindo que este hábito possa ser transformador na vida das pessoas, tornando possível a criação do hábito de ler. Esta ideia é reforçada pelas palavras de Piaget (1975, p.273) quando afirma que “a inteligência não é inata, depende da riqueza de estímulos presentes no meio físico, social e cultural no qual a criança vive”. Dessa forma, o conhecimento e a inteligência são progressivamente aprendidos por meio do relacionamento que o ser humano constrói comparativamente a outras idéias e conhecimentos já adquiridos.

Percebe-se, pois, que ler cedo é importante sim, pois é através do engajamento com os livros que torna possível criar esse vínculo, o gostar de folhear página a página e descobrir a real essência nas entre linhas dos livros, pode ser transformador para o leitor. É na leitura que está o segredo de você conseguir o que quer. E a família possui um papel relevante para o desenvolvimento intelectual do aluno, neste contexto que o educando deveria obter o primeiro contato com a leitura (KLEIMAN, 1989)

Kleiman (1989, p.86) aborda também que é essencial que bem antes de chegar à escola “a criança tenha contato com livros, pois o sucesso escolar é construído pela maneira de viver em casa, sobretudo no que se refere ao aprendizado da leitura e da escrita” essa maneira trará consequências negativas ou positivas que tecem sua vida afetiva.

Ler desde cedo é uma das maneiras mais eficaz de se criar o hábito. A leitura é de suma importância para o desenvolvimento do cidadão, é através da mesma que se ramifica a forma de como se expressar, o vocabulário torna-se mais rico e a argumentação eficaz. Mais como tornar possível esse hábito? Há várias formas da leitura se fazer presente no âmbito familiar, por exemplo, na contação de histórias, no momento do sono, até no incentivo dos filhos a contarem histórias em casa. Caso a criança seja educada em um ambiente em que a leitura é privilegiada pelos pais, maior a chance de criar o gosto pela leitura, caso contrário, será preciso criar alternativas para estimular a leitura para a criança.

De acordo com Vieira (2004, p. 05) “os pais podem iniciar contando histórias para os filhos



dormirem, presentear as crianças com livros, incentivar os filhos a contarem histórias em casa, assim haverá sempre uma troca de conhecimentos” e cria-se um estímulo para que as crianças, adolescentes e jovens tenham realmente prazer pela leitura, pois não adianta crianças crescerem ao redor de livros e odiarem a leitura.

Dessa forma, os pais têm o papel fundamental de se dispor para que seu filho possa criar um vínculo com os livros, para isso deixar livros de fácil acesso, disponibilizar poucos minutos do seu tempo para fazer leitura, criar um ambiente aconchegante que desperte o desejo da leitura por prazer.

É preciso ressaltar também que para que esses momentos com a leitura sejam espontâneos e contínuos se faz necessário que o cotidiano da família no que se diz respeito ao hábito da leitura esteja presente. Seja ela na pausa para o almoço, no intervalo do lanche ou até mesmo na hora de dormir, na hora que a mamãe ou o papai estejam disposto a viajar no mundo da imaginação, lendo contos, imitando falas de personagens, ou até mesmo descrevendo a cena.

Esses momentos devem ser contínuos, possibilitando o despertar do querer ler. Na escola pode-se ser feito um trabalho para desenvolver e manter o hábito da leitura de forma coerente e lúdica. Criar um espaço como já foi dito anteriormente, voltado para animação, desenvolver um ambiente com ideias de iluminação temático, aconchegante, um lugar arejado e de fácil acesso para que os estudantes sintam prazer em visitar e que nele esteja presente o estímulo, possibilitando a criança para criar o hábito da leitura de forma mais profunda (KLEIMAN, 1989).

Várias situações podem ser desenvolvidas para que se crie o hábito de ler, seja na biblioteca, ou levando para casa a maleta viajante da leitura, onde o educador possa utilizar esse momento para que os alunos demonstrem suas habilidades, ou seja, ler o livro e fazer um resumo do mesmo para os amigos da turma, ler o livro com os alunos em círculo permitindo o diálogo e argumentação da história lida, ler o livro e apresentar para turma em forma de teatro, deixar que o aluno escolha o livro de sua preferência, convidar pais ou responsáveis para fazer a leitura de forma lúdica na escola, levar os alunos para o pátio da escola se nela tiver, para fazer leitura ao ar livre, deixar livros de fácil acesso



criando um varal no corredor ou sala de aula, pendurar livros em uma árvore ou sombrinha ou seja tem inúmeros momentos que pode ser trabalhado e com isso facilitar o despertar da leitura tornando possível sim um hábito que será efetuado sempre por prazer e não por obrigação, mais que acima de tudo seja respeitando os limites principalmente o tempo ,pois afinal cada criança demonstra interesse de uma forma (CAGLIARI, 1995).

Assim, como afirma Gentile (2003, p.4) “a leitura é, provavelmente, uma outra maneira de estar em um lugar.” Quem lê viaja. Cagliari (1995) complementa que a atividade mais importante que serve de âncora para as demais desenvolvidas na escola é a leitura, pelo fato da ligação da mesma com tudo que é ensinado no espaço escolar. Continuando, Cagliari (1995) fala muito da leitura pelo prazer de ler. Segundo ele, a criança que se interessa pela leitura consegue resolver uma série de dificuldades enfrentadas em sala de aula.

Dessa forma, é preciso considerar que a função da escola não é apenas de ensinar ler a palavra, a frase, o texto, mas proporcionar à criança um contato diário com a leitura, levando-a fazer o uso dessa leitura em suas práticas sociais. Pois, tanto a família como a escola, são imprescindíveis para a formação de bons leitores, de pessoas críticas, por isso é importante estimular o hábito da leitura para que possa permitir que seja o protagonista de sua própria história de vida.

Isto porque, a escola é vista como um espaço social e cultural de extrema importância para a humanização das gerações mais jovens, em que é preciso introduzi-las na herança de saberes discursivos e simbólicos, que são impostos pela sociedade, além de capacitá-los a reproduzir e transformar essa herança quando necessário. De acordo com Pullin e Moreira (2008, p. 232), a escola é um lugar privilegiado para a construção da cidadania para a formação e transformação do indivíduo que nela está envolvida, principalmente alunos e professores. Atualmente a leitura está presente em todos os lugares, para qualquer idade e diferentes classes sociais, lemos em revistas, receitas, panfletos, outdoors, livros, ônibus, etc.

De acordo com Rocco (2013, p. 41) “o leitor contemporâneo e a leitura que hoje se faz têm



perfis diferentes daqueles com que idealmente a escola vem trabalhando há décadas.” O prazer de ler é a força que impulsiona e faz permanecer viva a leitura, pois está presente no espaço social. Por isso é importante entendermos as funções e papéis que a escola desempenha.

Para o autor (2013, p. 41) “a escola, sem dúvida, trabalha com muitas das interfaces. Há o ler que prioritariamente se detém na busca de informação. Há o ler cuja natureza é puramente funcional. E há o ler do produto ficcional” - que deveria ser fonte de grande prazer para os estudantes, mas que, ao contrário, acaba por se constituir em desagradável exercício de coerção, momento em que melhor se evidenciam o autoritarismo e a extemporaneidade que vêm marcando boa parte de nosso sistema escolar.

E são nesse mesmo momento que se anulam as possibilidades de fruição da leitura. A leitura permite que o indivíduo faça a leitura de mundo, que é feita através da leitura que vem escrita nos livros. Por isso, a escola deve se preocupar em formar leitores e não apenas com o aprendizado da leitura para que em seguida ocorra o aprendizado da escrita. Segundo Souza, Ricetti e Osti (2009, p. 07), “[...], a leitura é fundamental para que a pessoa desenvolva o raciocínio, sua capacidade de pensar e argumentar.” O que reforça a necessidade de se desenvolver o hábito da leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como incentivar e criar o hábito da leitura, pois, é através dessas definições atribuídas que elevam o indivíduo na vivência humana de se tornar um leitor assíduo.

Despertando o estímulo para a busca de conhecimentos nas entrelinhas dos livros, de maneira dinâmica, criando um ambiente aconchegante, permitindo a participação do ambiente familiar e escolar, buscando novas formas de se ter contato com os livros fazendo da leitura um importante elo de desenvolvimento humano modificando a forma de como pensar e argumentar.



Todos esses fatores são essenciais para vida, porque permite que o indivíduo torne-se um leitor assíduo por prazer e não por obrigação.

Foi possível verificar que quanto mais o indivíduo procura praticar o ato da leitura, mais se torna livre para entender o que se passa ao seu redor com condições de valorizar o conhecimento adquirido.

Formar leitores é algo que requer condições favoráveis, não só em relação aos recursos materiais disponíveis, mas, principalmente, em relação ao uso que se faz deles nas práticas de leitura.

A dinâmica da leitura, muitas vezes não atrai a atenção do leitor, tornando-se algo chato e cansativo, exigindo esforços, principalmente quando não se sabe ler e compreender o que está escrito. Sendo assim o leitor percebe-se desmotivado e desinteressado em continuar a leitura, ou em alguns casos específicos, conclui apenas por ser algo obrigatório e de extrema importância para conclusão de uma atividade.

Dessa forma, é de suma importância a participação de pais e mestres no incentivo da leitura de maneira lúdica permitindo o contato com os livros desde geração do feto, possibilitando um elo maior com o mundo da imaginação das entrelinhas composta nos livros.

Concluindo que ler é transformador. Através da leitura o indivíduo é capaz de dialogar de forma coerente, o que é essencial para o desenvolvimento do indivíduo no cotidiano, possibilita também um amplo conhecimento no vocabulário, na forma de como pensar, agir e argumentar. O que reforça a relevância do estudo ao enfatizar que é possível sim criar o hábito da leitura através do incentivo estimulado no cotidiano familiar ou escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, Fanny. A importância da literatura infantil na formação de leitores. 5ª ed. São Paulo. Scipione, 1997.



BOTINI, Gleise Aparecida Lenhaverde; FARAGO, Alessandra Corrêa. Formação do leitor: papel da família e da escola. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro-SP, 1 (1): 44-57, 2014.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetizando sem o bà- bè-bi-bò-bu*. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

CANTELLI, Rachel. *Sete dicas para transformar a (sua) leitura em hábito*. São Paulo: Editora Positivo, 2018.

DALVI, Maria Amélia. *Escola e leitura: Carlos Drummond de Andrade no livro didático*. *Rev. Leitura e Educação*, UFES, 2011.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILE, Paola. José Saramago: “ideias claras, escrita clara”. *Rev. Nova Escola*, out, 2003.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor – aspectos cognitivos da leitura*. Campinas/São Paulo, Pontes, 1989.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMANN, Regina. *Literatura Infantil Brasileira*. Campina Grande: Editora Realize, 2002.

MATSUOKA, Sílvia. *Contar para encantar: a contação de histórias como veículo para a formação do comportamento leitor*. Programa de Desenvolvimento Educacional) da SEED, 2007.



ORTIZ, Juliana; SANCHES, Simone; FONTES, Maria Alice. O hábito de leitura na primeira infância. Rev. Plenamente, set. 2018.

PIAGET, Jean. A teoria de Piaget. In: MUSSEN, P. H. (org). Psicologia da criança. Desenvolvimento Cognitivo. São Paulo: E.P.U. 1975. Vol. 4, p. 71-117.

PULLIN, Elsa Maria Mendes Pessoa e MOREIRA, Lucinéia de Souza Gomes. Prescrição de leitura na escola e formação de leitores. Revista Ciências & Cognição, 2008; Vol. 13, n. 3, p.231-242. ISSN 1806-5821

ROCCO, Maria Thereza Fraga. A importância da leitura na sociedade contemporânea e o papel da escola nesse contexto. Rev. Demanda, out. 2011.

RUSSO, Noelly. Importância da leitura para os bebês. Rev. Abril. Fev, 2017.

SOUZA, L. B. M. A Importância da Leitura para a Formação de uma Sociedade Consciente. Revista UNIRB, Salvador, v.1, n.2, p. 101-110, 2009.

UNESCO. Educação para todos: o imperativo da qualidade; relatório de monitoramento global, 2005.

VIEIRA, L. A. Formação do leitor: a família em questão. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR, III, 2004, Belo Horizonte. III Seminário Biblioteca Escolar: espaço de ação pedagógica, Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2004.



Capítulo 9 **INSATISFAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRINCIPAIS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**



INSATISFAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRINCIPAIS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

TEACHER DISSATISFACTION: AN ANALYSIS OF THE MAIN CAUSES AND CONSEQUENCES

Manoel Gomes Cabral Filho

Resumo: O intuito principal desse trabalho é enfatizar a importância da profissão docente na construção e desenvolvimento da sociedade, ao mesmo tempo que há o reconhecimento que esses são profissionais essenciais, percebe-se também que os mesmos encontram-se a cada dia mais insatisfeitos e desmotivados. Diante dessa constatação serão analisadas as possíveis causas responsáveis pela crescente insatisfação apresentada entre os docentes (os baixos salários, o sistema de ensino, a falta de condições e trabalho, a desestrutura familiar dos alunos, o acúmulo de tarefas e o constante desrespeito). A partir dessa análise pretende-se entender melhor a atual situação vivenciada pelos professores brasileiros. A falta de valorização e a consequente desmotivação docente acaba desencadeando diversas consequências ao processo de ensino-aprendizagem (afastamento precoce de professores, queda na aprendizagem, divergências entre docentes e discentes, evasão escolar etc). Nesse contexto o que deveria ser primordial a qualquer sistema de ensino que é a aprendizagem dos alunos e sua formação enquanto cidadãos simplesmente não acontecem. No atual cenário que se apresenta a educação brasileira, todos acabam sendo prejudicados, a princípio os impactos atingem diretamente àqueles que se encontram na ponta do sistema (professores e alunos), mas no final toda a sociedade termina pagando um preço alto por não priorizar a educação e seus profissionais.

Palavras Chave: docentes, insatisfação, educação



Abstract: The main purpose of this work is to emphasize the importance of the teaching profession in the construction and development of society, while there is recognition that these are essential professionals, it is also clear that they are increasingly dissatisfied and unmotivated. In view of this finding, the possible causes responsible for the growing dissatisfaction presented among the teachers will be analyzed (low salaries, the education system, the lack of conditions and work, the students' family structure, the accumulation of tasks and the constant disrespect). From this analysis, it is intended to better understand the current situation experienced by Brazilian teachers. The lack of appreciation and the consequent lack of motivation for teachers ends up triggering several consequences for the teaching-learning process (early removal of teachers, drop in learning, disagreements between teachers and students, truancy, etc.). In this context, what should be paramount to any education system, which is student learning and their formation as citizens, simply does not happen. In the current scenario presented by Brazilian education, everyone ends up being harmed, at first the impacts directly affect those who are at the end of the system (teachers and students), but in the end the whole society ends up paying a high price for not prioritizing education. education and its professionals.

Keywords: teachers, dissatisfaction, education

INTRODUÇÃO

A profissão docente acabou se transformando nos últimos anos numa das tarefas mais complicadas especialmente no Brasil, essa é uma opinião bastante difundida entre os estudiosos da área. Isso significa que o ato de lecionar no atual contexto vivenciado no Brasil tornou-se algo que causa diversas repercussões nos trabalhos acadêmicos e tem sido matéria de discussão entre todas as esferas da sociedade.

Atualmente os profissionais ligados à educação tem à sua disposição diversos recursos didá-



ticos e tecnológicos e na maioria dos casos são oferecidos por estados e municípios cursos de formação continuada, além da evolução dos meios de pesquisa e produção de conhecimentos. Diante disso entende-se que o processo de ensino-aprendizagem deveria ser algo bastante prazeroso e proveitoso tanto para os docentes quanto para os discentes, no entanto não é isso que se percebe, afinal o que explica a preocupante e crescente insatisfação dos professores em relação à própria profissão, o que justifica tantos pedidos de exoneração e um número cada vez mais maior de docentes afastados de suas funções pelos mais variados problemas.

Essa insatisfação traz consigo consequências à sua prática educativa como também no que diz respeito a sua saúde, causando muitas vezes alienação perante o ensino, pedidos de transferência, esgotamento, estresse, ansiedade, autodesvalorização, abandono da profissão entre outros (AMARAL, BITTENCORT, 2006). A insatisfação docente é algo bem preocupante, pois além de causar sérios transtornos a saúde desses profissionais como foi relatado acima, constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento educacional.

DESENVOLVIMENTO

Os docentes que desempenham uma função de extrema relevância para o desenvolvimento sociocultural de qualquer país, vivem um grande dilema nos dias atuais, ao mesmo tempo que são excessivamente cobrados por parte da sociedade não recebem a devida valorização. Vale salientar que todas as nações que atingiram uma considerável prosperidade no campo educacional e consequentemente social, enxergaram no professor um agente essencial e capaz de construir uma sociedade mais justa e menos desigual. Para que isso venha ocorrer verdadeiramente, só existe uma maneira eficaz, oferecer as crianças e jovens uma educação plena e de qualidade, para que os mesmos possam tornar-se seres críticos, emancipados e capazes de combater e enfrentar as desigualdades sejam elas sociais ou econômicas. E nesse processo de construção e exercício da cidadania, onde exige uma constante



troca de saberes o professor é peça indispensável.

Infelizmente o que se constata é que o poder público e a sociedade brasileira parecem andar na contramão desse pensamento, o Brasil que sempre figurou entre as maiores economias do planeta, não conseguiu até hoje transformar toda essa riqueza em desenvolvimento, o país continua apresentando sérios problemas sociais que provavelmente só serão solucionados quando a educação for realmente tratada como prioridade absoluta e a profissão docente configurar entre as mais valorizadas e reconhecidas não apenas financeiramente mas também socialmente. Essa negligência do Brasil para com a educação tem gerado ao longo dos anos consequências terríveis, principalmente para os jovens que acabam se tornando reféns de todo esse atraso sociocultural e tecnológico, o resultado dessa triste combinação é um país que não cuida do presente e não se preocupa com o futuro.

Possíveis causas da insatisfação docente- É tarefa praticamente impossível precisar com exatidão as causas responsáveis pela insatisfação apresentada entre os docentes, visto que o sentimento de satisfação é algo bastante subjetivo. Diante dessa constatação pretende-se analisar as principais reclamações apresentadas pelos profissionais da educação em relação ao seu trabalho e tudo que os envolve.

Nos dias atuais, uma das reivindicações unânimes entre os professores são o baixos salários pagos e a ausência de um plano de cargos e carreira, comparado com outros países os docentes brasileiros estão entre os que recebem os piores salários do mundo, muitas vezes incapazes de suprir as necessidades básicas, levando a maioria dos professores à trabalhar em duas ou mais escolas, com isso acabam acumulando tarefas e trabalhos e não sobrando tempo algum para o convívio familiar, a prática de exercícios e muito menos para o lazer. Com o passar dos anos, essa excessiva carga de trabalho conseqüentemente ocasionará um esgotamento físico e mental o que infelizmente é algo bastante comum entre os docentes.

A baixa remuneração recebida pelos professores é sem dúvidas, uma das maiores fontes de descontentamento da categoria. O aparecimento recorrente dos salários dos professores nessas discus-



sões se deve à percepção generalizada de que os docentes brasileiros são mal remunerados (BARBOSA, 2011). Uma das maneiras de se reconhecer o valor e a importância do serviço prestado, é oferecer uma remuneração justa e compatível com a função desempenhada que possibilite ao profissional uma vida confortável e permita ao mesmo estar sempre se aperfeiçoando.

Outra reclamação bastante corriqueira nas salas de aula de todo Brasil é a constante falta de respeito entre os próprios alunos e também para com os professores, infelizmente a escola acaba sendo um reflexo da sociedade, evidenciando de forma bem cruel a desestrutura familiar apresentada pelos alunos. É impossível dissociar a difícil realidade enfrentada pelas crianças e jovens no seio familiar e social ao qual estão inseridas, isso explica em muitos casos os distúrbios comportamentais apresentados por alguns discentes e também justificam boa parte das frequentes agressões verbais e até mesmo físicas. A escola que por essência deveria ser um local de convivência pacífica e harmoniosa, pois a mesma tem como missão promover a inclusão e abranger as mais diversas realidades, acabou se tornando um espaço indesejado por boa parte dos alunos e pela maioria dos professores.

A função docente tem que conviver também com as adversidades do próprio sistema de ensino, esse por sua vez não leva em consideração as ideias e opiniões propostas pelos professores, as decisões que envolvem o processo de ensino-aprendizagem são sempre tomadas por esferas superiores que geralmente são ocupadas por técnicos que se encontram bem distante da realidade vivenciada nas salas de aula.

Essa situação explica porque vários projetos e políticas públicas direcionadas à educação muitas vezes acabam dando errado ou simplesmente nem sendo colocados em prática. Submetidos a esse sistema os professores que deveriam desempenhar o papel principal na elaboração e desenvolvimento dos conteúdos e currículos, são relegados a meros executores de projetos prontos e acabados, cabendo-lhes apenas a tarefa de coloca-los em funcionamento.

Nesse sentido OLIVEIRA (2003) afirma que, no fundo, nessa problemática da proletarização e da perda de controle e da autonomia, o professor perde a noção de integridade do processo e passa



apenas executar uma parte do trabalho, afastando-se da concepção global deste. Essa distância entre elaboração e execução dos projetos educacionais acaba gerando alguns conflitos dentro do sistema de ensino, como a maioria das decisões vem de cima para baixo, os docentes não sentem partes integrantes do processo de ensino-aprendizagem.

Não se pode esquecer também as péssimas condições de trabalho em que se encontram a maioria das escolas brasileiras, os problemas vão desde a falta de estrutura física até a ausência de recursos considerados essenciais em qualquer instituição de ensino. É muito comum os relatos que professores tem que organizar cotinhas para comprar materiais didáticos como (tinta, papel, piloto etc), e com isso garantir condições mínimas de trabalho. Nesse contexto somam-se ainda salas pequenas e superlotadas com números de alunos que superam em muito o que determina a lei.

Quando as condições de trabalho docente são muito ruins, torna-se praticamente impossível se conceber a escola como um local de produção de conhecimentos e de saberes. O professor torna-se um mero dador de aula (PEREIRA, 2007). Dispor de um local e de condições de trabalho adequados é algo totalmente imprescindível à função docente, mas infelizmente essa não é a realidade da maioria dos professores brasileiros, boa parte deles tem que se adequar a prédios sucateados e a constantes faltas de materiais.

E como se não bastasse os docentes ainda tem que conviver com gestores autoritários, que muitas vezes os enxergam como verdadeiros inimigos, o simples fato de lutar e defender seus direitos os colocam como profissionais rebeldes e dignos de perseguição. Mas a luta dos professores deveria ser de toda sociedade, pois os mesmos reivindicam melhorias na educação e a defendem como único caminho possível e capaz de vencer as desigualdades existentes.

Consequências da insatisfação docente- Os péssimos resultados obtidos ultimamente pela educação brasileira resultam em parte da insatisfação e desmotivação percebida entre os educadores de todo país, os problemas acima relatados evidenciam o descontentamento da classe em relação a falta de valorização seja ela econômica ou social. É algo totalmente inaceitável os salários pagos aos



professores diante da importância da função que os mesmos exercem, isso explica porque a maioria dos jovens brasileiros evitam ou não apresentam nenhum interesse pelos cursos de licenciatura que atualmente são os menos concorridos do país, afinal de contas, ninguém quer trabalhar muito e ganhar pouco.

Esse desprestígio atribuído aos profissionais da educação acaba levando os jovens com maior potencial para outras profissões. Ao contrário do que ocorre em países como Finlândia, Japão, Canadá onde o magistério é disputado, pois pagam os melhores salários, no Brasil as instituições que oferecem esses cursos encontram-se sucateadas e com sérios problemas financeiros devido à baixa adesão. Inevitavelmente todo esse cenário reflete na formação dos novos professores e em consequência interfere diretamente na qualidade do ensino.

Como já foi mencionado anteriormente uma boa parcela dos professores tem uma longa e extenuante jornada de trabalho, essa sobrecarga acarretará ao longo do tempo uma série de problemas físicos e mentais, nos últimos anos chega ser assustador a quantidade de docentes afastados de sala de aula. Como consequência esses profissionais acabam readaptados em outras funções, essa é uma situação que expõe uma questão social bastante grave e causam também significativos prejuízos econômicos à toda comunidade, pois esses professores afastados são prontamente substituídos.

Os outros grandes prejudicados com a constante insatisfação docente são os alunos que se deparam com professores a cada dia mais sobrecarregados e desmotivados e na maioria dos casos encontram-se incapazes de desempenhar suas funções com a devida excelência, com isso a interação entre professores e alunos considerada primordial no processo de ensino-aprendizagem simplesmente não acontece, a consequência direta dessa relação conflituosa estão presentes nos dados que avaliam a educação e sempre colocam o Brasil entre os últimos colocados.

Como todos sabem estar bem e sentir-se motivado constitui um dos princípios básicos no exercício de qualquer profissão, com os profissionais da educação talvez isso seja ainda mais relevante, pois o sucesso ou o fracasso na aprendizagem consiste no bom relacionamento de todos aqueles



envolvidos no sistema educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É senso comum que os professores constituem uma classe considerada essencial na construção de uma sociedade mais igualitária e emancipada. É impossível pensar em prosperidade e desenvolvimento social sem necessariamente priorizar a educação e seus profissionais, mas infelizmente a realidade dos docentes brasileiros é bastante desafiadora, os problemas são os mais diversos possíveis, vão desde a falta de condições mínimas de trabalho, passam pela desestrutura familiar dos alunos e culminam com os constantes desrespeitos dentro e fora da escola. Diante desse cenário nada agradável, o simples ato de lecionar acabou se tornando uma missão quase impossível. Somado a tudo isso constata-se ainda a falta de valorização profissional tanto por parte da sociedade quanto pelos governantes, o reflexo dessa situação é o péssimo estado que se encontra a educação brasileira evidenciado nas discentes acabam sendo amplamente prejudicados, pois o seu direito constitucional de uma educação plena e de qualidade simplesmente não acontece, daí surge o grande desafio da educação brasileira para os próximos anos, permitir não apenas o acesso à escola, mas garantir que os alunos de fato aprendam. Enquanto a sociedade civil organizada e o poder público não se conscientizarem que a melhoria da educação passa diretamente pelo reconhecimento e valorização da profissão docente, o Brasil continuará sendo um país com enorme riqueza e poderio econômico, mas atrasado no aspecto sociocultural. Rigorosamente todas as nações apontadas como referências em educação atualmente reconheceram em algum momento de sua história a importância do trabalho e os méritos da função docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:



AMARAL, Regina Sélia Durães, BITTENCOURT, Rita Argollo. Psicólogo: atuação profissional e a síndrome Burnout. Revista psicologia Brasil. São Paulo:(harp, LTDA, N°30, Abril. 2006.

BARBOSA, A. Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente. 2011. 208 F. Tese (Doutorado em educação escolar)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

OLIVEIRA. D. A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A. (org) Reformas educacionais na América Latina e os trabalhos docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P. 13-35.

OLIVEIRA, Dalila A. A reestruturação do trabalho docente: Precarização e Flexibilização. Educação e Sociedade. Campinas, V.25, n. 89 set/dez, 2004, P. 1127-1144.

PEREIRA J. E. D. Formação de professores, trabalho docente e suas repercussões na escola e na sala de aula. Educação e linguagens, São Bernardo do Campo, ano 10, n.15, p.82-98. Jan/jun. 2007.



Capítulo 10

READAPTAÇÃO FUNCIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS DA READAPTAÇÃO

DOCENTE



READAPTAÇÃO FUNCIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS DA READAPTAÇÃO DOCENTE

FUNCTIONAL READAPTATION: AN ANALYSIS OF THE CHALLENGES OF TEACHING READAPTATION

Manoel Gomes Cabral Filho

José Rivaldo De Oliveira

Cidelvânia Almerinda De Oliveira Barros

Resumo: A readaptação caracteriza-se como um mecanismo destinado aos servidores públicos que adoecem em função de sua atividade laboral e conseqüentemente encontram-se incapacitados de desempenhar suas atividades profissionais. O fenômeno da readaptação atinge todas as categorias em seus diversos níveis e vem apresentando aumentos significativos especialmente nas últimas décadas, esses afastamentos do trabalho sejam eles temporários ou definitivos resultam em partes das transformações socioeconômicas ocorridas em todo o mundo e principalmente pela pressão exercida no modelo capitalista sobre os trabalhadores. A readaptação pode ser desencadeada por diversos fatores (físicos ou psicológicos), a princípio os afastamentos costumam ser temporários e podem ser estendidos por até dois anos, não havendo melhoras o trabalhador passa por uma junta médica que o avalia e determina se o caso é de aposentadoria por invalidez (só ocorre quando o profissional perde em definitivo sua capacidade laboral) ou readaptação em outra função compatível com sua patologia. Todas as categorias profissionais que compõem o mundo do trabalho são diretamente afetadas pelos afastamentos causados por alguma doença resultante da atividade laboral. Mas sem sombras de dúvidas uma das profissões que mais apresentam patologias em decorrência da atividade profissional que exercem são os professores, em nenhum outro momento da história se registrou tantos casos de



adocimento docente.

Palavras Chave: readaptação, profissão, trabalho

Abstract: Readaptation is characterized as a mechanism for public servants who fall ill due to their work activity and consequently find themselves unable to perform their professional activities. The phenomenon of readaptation affects all categories at different levels and has shown significant increases especially in recent decades, these absences from work, whether temporary or permanent, result in parts of the socioeconomic transformations that have taken place around the world and mainly due to the pressure exerted on the capitalist model. about workers. Readaptation can be triggered by several factors (physical or psychological), at first the leaves are usually temporary and can be extended for up to two years. disability retirement (only occurs when the professional permanently loses his work capacity) or readaptation in another function compatible with his pathology. All professional categories that make up the world of work are directly affected by leaves caused by illness resulting from work activity. But without a doubt one of the professions that most present pathologies as a result of the professional activity they carry out are teachers, at no other time in history have so many cases of teaching illness been recorded.

Keywords: readaptation, profession, work

INTRODUÇÃO

A readaptação funcional costuma ser um processo que causa muita expectativa junto ao profissional envolvido, um dos fatores geradores dessa angústia é em relação à nova função que irá



desempenhar. Essa é uma situação bastante compreensível pois não deve ser nada fácil deixar para trás sua profissão e adquirir uma nova condição laboral.

Na profissão docente os afastamentos de sala de aula e a consequente readaptação são processos cercados de muitas dúvidas devido as incertezas causadas por essa ruptura. A readaptação não costuma ser um processo simples, estando associada a uma série de desafios para o docente, como, por exemplo, a desvalorização profissional, restrição de atividades, exclusão no ambiente de trabalho e mudanças de função (ANTUNES, 2014; MEDEIROS, 2010; PEZZOUL, 2009).

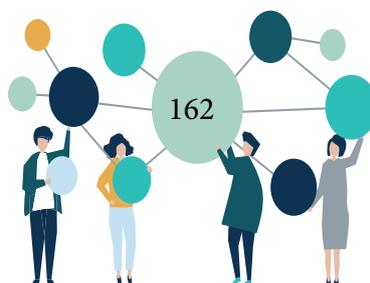
O afastamento docente não significa apenas deixar a sala de aula, muitas vezes esse profissional acaba se afastando também do seu círculo de amizades provocando assim um prejudicial isolamento social. Para além disso mostra que, por vezes, o professor readaptado se sente excluído, pois apesar de ser considerado normal ficar doente por causa das condições em que trabalha, não há normalidade em um professor sair de sala de aula (Mendes, 2015).

Após a conclusão do processo de readaptação o docente deve ser realocado em funções que sejam compatíveis com sua nova condição laboral. Geralmente, esses professores deixam de dar aula e passam a ter atuação dentro de outros espaços na escola, realizando novas atividades pelas limitações na sua condição de docentes (MEDEIROS, 2010; TORRES, 2015).

DESENVOLVIMENTO

Para entender melhor a atual situação vivenciada pelos professores é preciso voltar no tempo e analisar as transformações socioespaciais, políticas e econômicas ocorridas em nosso país e que provocaram mudanças significativas na educação brasileira especialmente aquelas ocorridas nos últimos 50 anos. Essas mudanças impactaram diretamente a profissão docente e a qualidade de vida dos professores brasileiros.

Durante as décadas de 1960 e 1970 o Brasil vivenciou uma significativa mudança socioespa-



cial, deixou de ser agrário e rural e assumiu de vez a condição de país urbano e industrial, o fenômeno da urbanização aconteceu de forma extremamente rápida e desordenada produzindo consequências bem negativas que perduram até os dias atuais.

No campo educacional os impactos das políticas e práticas adotadas durante o Regime Militar ainda podem ser percebidas no atual sistema de ensino, vale destacar que muitos grupos apoiadores e que participaram ativamente do Regime Ditatorial continuaram governando nosso país após o processo de redemocratização.

Assim como ocorreu em outros momentos da nossa história, a educação foi utilizada também pelos militares como instrumento ideológico de Estado, a escola passou a ser vista e usada como principal propagadora do projeto de governo idealizado pelos militares e acabou servindo ao longo dos vinte e um anos aos interesses governamentais.

As reformas educacionais implementadas ao longo do Regime Militar provocaram mudanças à toda comunidade escolar e especialmente a categoria dos professores, vale ressaltar que os anos que antecederam o Golpe de (1964) a maioria dos docentes eram provenientes de famílias de classes média e alta, possuíam ampla formação cultural e eram bem remunerados.

Durante os primeiros anos da década de 1960 considerada “os anos dourados” da educação brasileira, a profissão docente detinha o mesmo status e importância socioeconômica de outras profissões igualmente importantes como médicos e advogados.

A promulgação da Lei n. 5.692/71 determinou que o 1º grau de ensino composto por um ciclo de oito anos passou a ser obrigatório e a cargo do Estado, diante dessa nova conjuntura educacional aumentou consideravelmente a oferta pelos cargos de magistério o que provocou uma maior procura pelos cursos de formação de professores.

Com a Reforma Universitária de 1968 os cursos de graduação tornaram-se mais acessíveis e menos rígidos, essa mudança resultou na diminuição da qualidade dos cursos ofertados, esse período ficou marcado também pelo aumento da iniciativa privada no ensino superior. Esse novo cenário oca-



sionou consequências desastrosas na formação cultural dos novos professores.

As reformas educacionais realizadas nas décadas de (1960/1970) provocaram uma significativa piora nas condições de vida e trabalho dos professores devido a política de arrocho salarial adotada pelos militares, a profissão docente passou por um processo de proletarização.

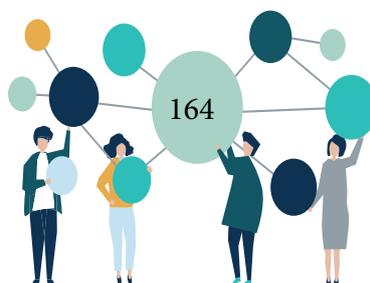
O professor primário da rede estadual de São Paulo tinha o salário médio por hora equivalente a 8,7 vezes o salário mínimo, em 1967. Já em 1979, esta média havia baixado para 5,7 vezes (...). No Rio de Janeiro de onde se dispõe de séries mais longas, o salário equivalia (no Distrito ou rede estadual situada no município da capital) a 9,8 vezes o salário mínimo em 1950, despencando para 4 vezes em 1960 e atingindo 2,8 vezes em 1977 (...). Treze anos depois, desceu ainda mais: 2,2 salários mínimos. (Cunha, 1991, p.75)

As perdas salariais acumuladas ao longo do período Ditatorial despertaram nos docentes brasileiros o sentimento luta, fato este que levou milhares deles a participar de diversos movimentos sindicais em defesa de melhores salários e de outros direitos, vale salientar que luta desempenhada pelos professores foi fundamental dentre outras coisas no processo de redemocratização do nosso país.

Porém a volta da democracia ficou restrita ao campo político e acabou não atendendo às reivindicações tão almejadas pela classe docente, nessa linha de pensamento Richard Rorty (1998, P.7) afirma que “a derrubada de governos autoritários e o advento da democracia constitucional não bastam para assegurar a igualdade ou a dignidade humana”.

Nesse contexto, a simples troca de um sistema de governo por outro e o estabelecimento de uma nova ordem institucional não se mostraram suficientes para reduzir as desigualdades socioeconômicas apresentadas pela sociedade brasileira, nem tampouco consolidou os avanços e melhorias educacionais esperados pelos professores.

A readaptação não é algo que se desencadeia de uma hora para outra, configura-se num processo que pode levar meses ou até anos os fatores que podem levar um trabalhador ao afastamento de suas funções são muito amplos e difíceis de serem detectados. No caso específico dos professores



existem alguns indícios em comum que podem apontar para um ponto de partida,

O contexto vivenciado pelo professorado brasileiro denota que além dos elementos destacados acima existem outros sentimentos unânimes entre os docentes como a insatisfação e a desvalorização profissional. A somatização desses problemas tem impactado diretamente o trabalho docente, produzindo consequências extremamente negativas a todo sistema de ensino-aprendizagem.

A insatisfação no trabalho e o desprestígio profissional estão entre os fatores que mais contribuem para que os professores deixem a docência (Lapo & Bueno, 2003). A satisfação no exercício profissional constitui um pré-requisito fundamental para uma carreira longa e bem sucedida.

Segundo diversos estudos acadêmicos o Brasil vem apresentando em especial nos últimos anos números alarmantes de afastamentos docentes de sala de aula. Lapo e Bueno (2003) evidenciam que os motivos que levam o abandono da docência em ordem crescente são: a baixa remuneração, a falta de condições de trabalho, a necessidade de tempo livre para estudar, a falta de perspectiva de crescimento profissional, o nascimento de filhos, o desencanto com a profissão, a insatisfação com a estrutura do sistema educacional e problemas de saúde. Guardadas as devidas proporções esse é um problema que afeta todo o país, atingindo os mais diversos níveis educacionais.

Além da questão socioeconômica provocada pela readaptação docente e que merece bastante atenção, vale destacar também os impactos ocasionados ao processo de ensino-aprendizagem. A princípio o afastamento de sala de aula acarreta um desfalque no já defasado quadro de professores, é importante lembrar que em algumas regiões brasileiras já se percebe uma escassez de professores principalmente em algumas áreas específicas como (Química, Física e matemática).

Segundo um relatório produzido pela OCDE (2006), uma das grandes inquietações relacionadas à carreira docente diz respeito à escassez de professores, especialmente em algumas áreas. A escassez docente pode ser explicada por diversos fatores: Desvalorização profissional, mal remuneração, violência nas escolas entre outros.

Em muitos lugares percebe-se uma certa dificuldade em tentar substituir os profissionais



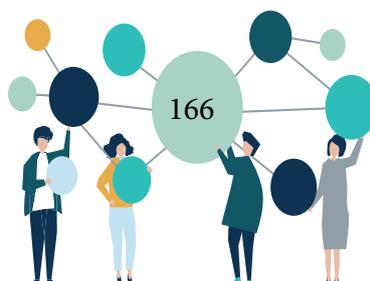
afastados, quando isso ocorre os alunos são diretamente impactados pelo descumprimento da carga horária, as aulas perdidas dificilmente serão repostas, esse contexto acarreta sérios prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem. A defasagem de conteúdos vai se acumulando ao longo dos anos e quando somada a outros problemas inerentes à educação brasileira refletem direta e negativamente no atual sistema de ensino.

O afastamento docente causado por alguma patologia relacionada ao exercício profissional expõe outro problema da educação brasileira, muitas vezes aqueles professores que são afastados e conseqüentemente readaptados são substituídos por profissionais geralmente contratados e que não possuem uma formação adequada ou são de outras áreas, logo não dominam os devidos conhecimentos acerca dos conteúdos a serem transmitidos.

No Brasil, é baixo o percentual de professores com formação inicial específica na disciplina que lecionam no ensino médio. A situação mais crítica de professores atuando em disciplinas específicas não relacionadas à sua formação inicial ocorre nas ciências exatas (Brasil, 2007). Nesse contexto os discentes acabam sendo os grandes prejudicados, pois não adquirem como deveriam os conhecimentos necessários à sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos esforços empreendidos por algumas instituições como sindicatos e associações, o processo de readaptação ainda apresenta uma série de obstáculos e isso torna-se evidente nos relatos de profissionais que se submeteram a tal situação. As dificuldades vão desde o diagnóstico de alguma patologia, perpassam por um longo período de medos e incertezas até culminar na reinserção ao trabalho, muitas vezes em funções diferentes daquelas que desempenhavam anteriormente. Os profissionais que enfrentam um processo de readaptação são duplamente penalizados pois os mesmos que já se encontram emocionalmente abalados ainda sofrem com perdas salariais e tem que conviver com



toda burocratização do setor público, o que faz esses processos se prolongarem por mais tempo do que deveriam. Outro prejuízo resultante desse contexto é o adoecimento do trabalhador provocando assim a perda de suas capacidades laborais e o conseqüente afastamento de sua atividade profissional, e essa tem sido uma situação social bem delicada, o trabalhador acaba perdendo sua qualidade de vida e em muitos casos sendo excluído dentro do próprio ambiente de trabalho e não muito raro sofrendo preconceitos simplesmente por não poder mais desempenhar a função para qual foi contratado. Outro desafio enfrentado por um profissional readaptado é que a legislação vigente garante apenas a realocação em outra função compatível a sua capacidade laboral, mas desobriga o empregador prestar acompanhamento e tratamento médico, ficando todas as despesas por conta do trabalhador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, S.M.P.S.N. Readaptação docente: trajetória profissional e identidade. Dissertação. (Mestrado em educação), Faculdade de Humanidade e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

BRASIL. Ministério da educação. Inep. Censo escolar da educação básica. Brasília, 2007.

LAPO, F. R., e Bueno, B. O. (2003). Professores, desencantos com a profissão e abandono do magistério. Cadernos de pesquisa, 118, 65-88.

MEDEIROS, R. C. F. Para uma ecologia (mais) humana do professor readaptado. 2010. 217. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

Mendes, R. (1995). Aspectos históricos da patologia do trabalho. Em Mendes, R. (Org.). (1995). Pato-



logia do Trabalho. (págs. 33-48). São Paulo, SP: Atheneu.

RORTY, Richard. Truth and progress – philosophical papers 3. Cambridge University Press,1998.



Capítulo 11

POLÍTICAS PÚBLICAS E CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PERSPECTIVAS DE MU- DANÇAS NO ENSINO E NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES



**POLÍTICAS PÚBLICAS E CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS NO ENSINO E NA APRENDIZAGEM
DOS ESTUDANTES**

**PUBLIC POLICIES AND CURRICULUM OF BASIC EDUCATION:
PERSPECTIVES OF CHANGES IN TEACHING AND LEARNING OF
STUDENTS**

Andreia Pereira de Andrade¹

Edilene Maria da Silva²

Kátia Tatiana Moraes de Oliveira³

Marilene da Silva Lima⁴

Marcela Tarciana Cunha Silva Martins⁵

Resumo: O presente artigo trata da importância das políticas públicas no currículo da educação básica para tornar eficaz o assessoramento das atividades pedagógicas dos docentes de forma dinâmica

1 Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University (2022). Graduação em Pedagogia- UPE(2004) e Pós-Graduação em Supervisão escolar e Gestão pedagógica -UPE(2006).

2 Mestre em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University-VCCU (2021) Pós -Graduação em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Teologia Integrada (2015) e Pós-Graduação em Ensino da Língua Portuguesa e as Novas Tecnologias pela Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim-FABEJA (2012).Graduada em Letras pela Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim-FABEJA (2010).Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação Regional Serrana-FUNPAC (2015).

3 Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University

4 Mestre em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University-VCCU (2021).Pós -Graduação em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade do Belo Jardim-FBJ (2020).Graduada em Letras pela Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim-FABEJA (2011).Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação Regional Serrana-FUNPAC (2015)

5 Professora Orientadora Colaboradora da Veni Creator Christian University



com uma visão multidimensional, fazendo com que os estudantes tenham acesso a novos saberes e conhecimentos. Teve como objetivo geral investigar sobre como acontece as políticas públicas dentro do currículo de ensino da educação básica, tendo como recorte privilegiado as práticas pedagógicas, os recursos pedagógicos e tecnológicos e as avaliações externas e internas, visto que a escola é um ambiente socializador de aprendizagens e motivações e que educar os estudantes requer por parte do docente, um trabalho exigente e responsável para prepará-los para um mundo contemporâneo, que todos os dias passa por mudanças, seja elas: tecnológica, política, econômica, cultural e social. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, descritiva de natureza qualitativa, com o intuito de discutir teorias que abordam a temática em estudo. E, diante das discussões, foi possível perceber a importância das avaliações internas e externas para mediar ações que tragam resultados positivos à educação a nível estadual ou municipal. Com os resultados das avaliações, cada órgão responsável por repensar ações educacionais, seja enquanto estado, enquanto rede municipal ou enquanto instituição escolar, podem planejar projetos para manter ou avançar os índices obtidos sendo a qualidade do ensino e, como consequência, a aprendizagem dos educandos, a principal meta a ser alcançada. Contudo, as políticas públicas educacionais só se efetivam de fato na prática se for um compromisso de todos os envolvidos nesse processo.

Palavras-chave: Políticas públicas, educação, aprendizagem.

Abstract: This article deals with the importance of public policies in the basic education curriculum to make the advising of the teaching activities of teachers dynamic with a multidimensional view effective, allowing students to have access to new knowledge and knowledge. Its general objective was to investigate how public policies occur within the basic education teaching curriculum, focusing on pedagogical practices, pedagogical and technological resources and external and internal assessments, since the school is a socializing environment for learning and motivations and that educating



students requires, on the part of the teacher, a demanding and responsible work to prepare them for a contemporary world, which every day undergoes changes, be they: technological, political, economic, cultural and social. A bibliographic, descriptive research of qualitative nature was carried out in order to discuss theories that address the theme under study. And, in view of the discussions, it was possible to perceive the importance of internal and external evaluations to mediate actions that bring positive results to education at the state or municipal level. With the results of the evaluations, each agency responsible for rethinking educational actions, whether as a state, as a municipal network or as a school institution, can plan projects to maintain or advance the rates obtained, being the quality of teaching and, as a consequence, the learning of students, the main goal to be achieved. However, public educational policies are only effectively implemented in practice if it is a commitment of all those involved in this process.

Keywords: Public policies, education, learning.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de formação e produção de conhecimento, que tem por objetivo atender as necessidades de qualquer indivíduo que necessite ou não de apoio para desenvolver-se em diferentes aspectos, seja cognitivo, afetivo, psicomotor e social, tendo como meta primordial o aprimoramento do saber com autonomia.

A educação de qualidade é uma busca constante das instituições de ensino, de tal modo que a presença das políticas públicas no currículo da educação básica é de fundamental importância para tornar eficaz o assessoramento das atividades pedagógicas dos docentes de forma dinâmica, com uma visão multidimensional, fazendo com que os estudantes tenham acesso a novos saberes e conhecimentos, propiciando assim um ensino participativo e inclusivo com práticas bem sucedidas.



As atuais políticas públicas do ensino básico são herdeiras das reformas de currículo dos anos de 1990. Delas, mantiveram os referenciais e parâmetros curriculares nacionais da educação básica e os princípios em que eles se sustentam, assim como delas se nutrem, em grande parte, as orientações curriculares mais recentes (BARRETTO; SOUSA, 2005).

Diante disso, pretende-se investigar sobre como acontece as políticas públicas dentro do currículo de ensino da educação básica, tendo como recorte privilegiado as práticas pedagógicas, os recursos pedagógicos e tecnológicos e as avaliações externas e internas, visto que a escola é um ambiente socializador de aprendizagens e motivações e que educar os estudantes requer por parte do docente, um trabalho exigente e responsável para prepará-los para um mundo contemporâneo, que todos os dias passa por mudanças, seja elas: tecnológica, política, econômica, cultural e social.

A partir dessas mudanças ocorridas dentro da sociedade, a gestão escolar e pedagógica tem o papel preponderante de mobilizar diversos saberes profissionais na sua área de atuação, tendo como meta principal melhorar o ensino e aprendizagem dos estudantes no ambiente escolar. Como condição para que a proposta do ensino se efetive, o pressuposto é que haja o envolvimento dos professores, e a exigência é a do trabalho coletivo na sua implementação. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das aprendizagens, menor repetência e evasão (ALTET; PAQUAY; PERRENOUD, 2003).

O estudo se justifica por sua atualidade e relevância em termos dos desafios explicitados sobre as tensões e mudanças ocorridas nas políticas públicas curriculares da educação básica. O problema que orienta a reflexão procura elucidar a seguinte questão: Qual a relação entre políticas públicas de currículo, avaliações externas e internas, recursos pedagógicos/tecnológicos e prática pedagógica no contexto escolar do ensino fundamental?

Mediante a problemática supracitada pode-se correlacionar a seguinte hipótese: as políticas públicas representadas pelas avaliações externas ou internas são essenciais para a reformulação do currículo escolar das redes estaduais e municipais, promovem a elaboração execução de projetos que incentivem a qualidade do ensino através do incentivo a recursos pedagógicos e investimentos em



tecnologia, bem como, orientam educadores a repensarem sua prática pedagógica diante da necessidade de educar e preparar estudantes para serem cidadãos críticos, profissionais preparados e pessoas protagonistas da sua própria história.

Desse modo, o presente estudo objetivou investigar como acontece as políticas públicas dentro do currículo da educação básica, tendo como recorte privilegiado as práticas pedagógicas, os recursos tecnológicos e as avaliações externas e internas propostas na instituição de ensino.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza básica, na qual busca fazer indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente (MINAYO, 2006, p. 23).

Enquanto o modelo teórico e metodológico básico que se adotou nesta pesquisa foi o método dialético, que para Gil (1994, p. 20), “empregado em pesquisa qualitativa, considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social”, as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que requerem soluções, optando-se pela aplicação de entrevistas, que segundo Gaskell (2002), os questionários permitem a compreensão minuciosa das motivações, atitudes, valores e crenças dos sujeitos pesquisados.

Para a realização desse trabalho, foi realizado um levantamento bibliográfico no primeiro momento, pois segundo Almeida (2011, p. 12), “a construção de conhecimentos no meio acadêmico se dar a partir de diversos autores, pois, com poucas exceções, ficaria muito pobre um estudo que tomasse por base um só autor”.

Na segunda etapa foi realizado um questionário com abordagem qualitativa: “estudo que tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental” (GODOY, 1995, p. 62). Ou seja, fala contextualizada envolvendo a estória de vida do participante,



co-construída pelo responsável pela pesquisa sobre as relações de seu cotidiano com as pessoas. Considera que tudo é quantificável, o que significa traduzir opiniões e números em informações as quais serão classificadas e analisadas.

A pesquisa foi realizada no Colégio Cônego João Rodrigues, localizado na Rua Cira Mota S/N, no município de São Bento do Una – PE, Brasil, que funciona em três turnos, atuando com Ensino Fundamental do 1º ao 9º Ano e Educação de Jovens e Adultos (EJA), 1ª e 2ª Fase, além de trabalhar com o Programa Mais Educação e Projeto IQE (Instituto Qualidade no Ensino).

Os sujeitos dessa pesquisa foram: Um professor que leciona no 2º Ano, dois professores do 5º Ano e dois do 9º Ano do Ensino Fundamental II (um que leciona a disciplina de Língua Portuguesa e outro de Matemática, respectivamente), dois coordenadores pedagógicos, um do Ensino Fundamental I e outro do Ensino Fundamental II. O critério de escolha dos sujeitos foi feito com base no argumento de selecionar uma amostra de apenas professores que têm suas turmas avaliadas nas avaliações externas, uma vez que só são avaliadas as turmas do 2º e 5º ano do Ensino Fundamental I, assim como as turmas de 9º ano do Ensino Fundamental II. E no que concerne aos coordenadores, obter a opinião de cada um em relação à modalidade que representam.

Em relação a apresentação dos dados obtidos, buscou-se uma análise qualitativa propondo-se uma comparação das falas dos sujeitos participantes com a literatura para se evidenciar a teoria e a realidade nas discussões, objetivando também repassar as informações de maneira fidedigna.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos resultados se perpetuaram por intermédio da aplicação do questionário com perguntas abertas semiestruturadas, a dois coordenadores pedagógicos, um professor do 2º Ano, dois professores do 5º Ano, dois professores do 9º Ano, com o intuito de analisar as políticas públicas dentro do currículo da educação básica, as avaliações externas (SAEPE - Sistema de Avaliação Edu-



cacional de Pernambuco e ANA - Avaliação Nacional da Alfabetização) e internas, formação docente, prática pedagógica e o uso dos recursos pedagógicos e tecnológicos em sala de aula dos profissionais que exercem suas funções na área educacional na Escola Municipal Cônego João Rodrigues, localizado no município de São Bento do Una, Pernambuco, Brasil.

Em relação a sua formação, e a experiência na função que atua no momento, quantos anos na área educacional, observa-se na Tabela 1 que, todos os participantes possuem curso superior e especialização, bem como têm uma experiência na área da Educação que variam entre 15 e 30 anos, o que significa dizer que são profissionais que possuem uma bagagem significativa de saberes podendo enriquecer ainda mais essa pesquisa.

Tabela 1: Perfil dos profissionais da Educação Básica da Escola Cônego João Rodrigues, município de São Bento do Una, Pernambuco, Brasil.

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Coordenador 1	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Letras• Pós-Graduada em Língua Portuguesa• 15 anos.
Coordenador 2	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Biologia• Pós-Graduada em Gestão Escolar• 25 anos
Professor do 2º Ano do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Geografia• Pós-Graduada em Geografia• 24 anos.
Professor do 5º Ano "A" do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Pedagogia• Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional• 20 anos
Professor do 5º Ano "B" do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Matemática• Pós-Graduada em Matemática• 30 anos
Professor do 9º Ano "A" do Ensino Fundamental II	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Língua Portuguesa• Pós-Graduado em Matemática• 30 anos



Professor do 9º Ano “B” do Ensino Fundamental II

- Licenciatura em Matemática
- Pós-Graduada em Língua Portuguesa e Literatura
- 30 anos

Fonte: Pesquisa Direta, 2018.

Diante do perfil profissional, percebe-se que os mesmos encontram-se aptos a exercer a função escolhida e a lecionar a esse público alvo, busca aprofundar seus estudos na área de ensino melhorando assim sua formação docente, pode-se analisar que aprendem muito durante o convívio com os estudantes. O seu tempo de experiência é superior a sua formação. Retomando a discussão teórica que embasou este estudo, de acordo com Tardif (2004), a pluralidade dos saberes e conhecimentos utilizados pelos profissionais no ambiente escolar, buscam compreender as racionalidades que justificam o saber-fazer, admitindo as implicações dos conhecimentos teóricos adquiridos em sua formação acadêmica inicial e continuada, além das diferentes experiências acumuladas e dedicadas à profissão docente.

Quanto a opinião em relação as políticas públicas dentro do currículo da educação básica e se de fato tem privilegiado melhoria nas práticas pedagógicas dos docentes, observa-se que na concepção dos participantes da pesquisa, de acordo com a Tabela 2, que as políticas públicas são muito importantes e que é necessário sua existência e sua aplicabilidade na íntegra para que haja avanços educacionais.

Tabela 2: Concepção dos professores e coordenadores pedagógicos sobre as Políticas Públicas dentro do currículo da Educação Básica, da Escola Cônego João Rodrigues, no município de São Bento do Una, Pernambuco, Brasil.

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Coordenador 1	• É de suma importância a implementação de políticas mais consistentes que venham contribuir para melhoria da educação, bem como intervir no processo de formação de profissionais, para que dessa priorizem a qualidade de ensino.



Coordenador 2	<ul style="list-style-type: none">• As políticas públicas dependem muito da vontade de aplicação das mesmas pelos gestores municipais, estaduais e federais. Em nosso município há uma aplicação dos recursos em educação que vem contribuindo para a melhoria das práticas pedagógicas, é perceptível no dia a dia e em números. Só depende de vontade de política e investimento.
Professor do 2º Ano do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Nos últimas décadas tornou-se uma dimensão muito ampla com os programas do PNAIC, PDDE, PDI, entre outros destinados a auxiliar as escolas públicas. Os programas oferecem a todos os dirigentes da educação básica, mais recursos para a educação, dando qualificação aos professores com formações e cursos à distância, ajudando nas práticas pedagógicas.
Professor do 5º Ano “A” do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• É fundamental para nós professores analisar e discutir sobre as políticas públicas e lutar pela efetivação das mesmas. Mas, eu entendo que muito ainda falta, não apenas que atenda o currículo da educação básica e sim as diversas
Professor do 5º Ano “B” do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• A expressão “políticas públicas” surge para assegurar direitos que até então são desconhecidos por nós, por isso se faz necessário que o docente se aproprie daquilo para que haja de fato o melhoramento em suas práticas pedagógicas.
Professor do 9º Ano “A” do Ensino Fundamental II	<ul style="list-style-type: none">• As políticas públicas como o IQE/PROAD e o “Mais Educação” tema acarretado progressos no ensino e aprendizagem sim. Principalmente o atual PROAD, cuja finalidade é a construção de “habilidades” o que faz o aluno se sentir agente efetivo desse processo.
Professor do 9º Ano “B” do Ensino Fundamental II	<ul style="list-style-type: none">• Nos últimos anos muitos avanços tem ocorrido para a melhoria do ensino com objetivo de melhores resultados. No entanto, o currículo ainda deixa muito a desejar, pois não condiz com a realidade da maioria dos educandos, dessa maneira não privilegiando a prática pedagógica dos docentes.

Fonte: Pesquisa Direta, 2018.

De acordo com as respostas dos participantes há uma política pública que contribui para melhoria da educação, principalmente na aplicação dos recursos financeiros na educação básica com



a criação de programas dando qualificação aos professores com formações e cursos à distância, ajudando nas práticas pedagógicas. O município de São Bento do Una – PE, propõe e vivencia projetos com a finalidade de construir as habilidades e competências nos estudantes, tornando-os agente efetivo desse processo. Mas, para o prof. “B” do 9º Ano do Ensino Fundamental II, as políticas públicas dentro do currículo da educação básica, “ainda deixa muito a desejar, pois não condiz com a realidade da maioria dos educandos, dessa maneira não privilegiando a prática pedagógica dos docentes”.

Diante dessa reflexão, Machado (2000, p. 78), enfatiza que: “currículo tem de possuir variedades, bom currículo é aquele adaptado à vivência e à comunidade onde vive o aluno, estar sempre atualizado, o professor fazendo cursos que pertencem à sua área”. Pode-se perceber que cada sujeito está inserido em diversos contextos de vida, com história pessoal, aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais diferenciados.

Portanto, existem diferentes possibilidades de conhecimentos e que cada docente precisa buscar ampliar seu repertório de informações e conhecimentos na formação continuada, tomando por base, então, as relações estabelecidas entre os sujeitos das escolas e entre esses e os diferentes contextos de vida vividos, pois o currículo só fará sentido se considerarmos importante a flexibilidade de mudança na prática escolar.

Em relação às avaliações externas (SAEPE – Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco e ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização), e como tem sido o trabalho da escola junto aos docentes e estudantes e, se tem avançado no processo ensino e aprendizagem, observa-se, conforme exposto na Tabela 3, que a instituição de ensino da qual os participantes fazem parte assume a responsabilidade de estar atenta aos resultados das avaliações externas para, juntos enquanto escola, traçarem ações e projetarem metas tendo em vista à melhoria educacional.



Tabela 3: Avaliações externas SAEPE e ANA, trabalho docente e processo ensino e aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática conforme os coordenadores pedagógicos e professores da Escola Cônego João Rodrigues, no município de São Bento do Una, Pernambuco, Brasil.

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
Coordenador 1	<ul style="list-style-type: none">• Sim, houve um avanço considerável no processo ensino e aprendizagem nas avaliações externas. A escola vem realizando juntamente com os professores e alunos estudos e análise dos resultados por descritores e habilidades, traçando matas e intervenções necessárias para um bom desenvolvimento pedagógico. Como: aulões, simulados, reforço (no contra turno) e atividades extraclases.
Coordenador 2	<ul style="list-style-type: none">• Contribuíram muito no desempenho dos estudantes como também dos professores, através de formação continuada e reforço escolar para os estudantes com dificuldades. A escola em que trabalho foi a que apresentou mais avanços na rede de ensino, principalmente nas séries iniciais.
Professor do 2º Ano do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Muito empenho nesses trabalhos escolares juntos aos docentes. Os estudantes tem sim um avanço, pois a cada ano estamos adquirindo habilidades e competências para um melhor desempenho dos estudantes por meio desses programas, preparando-os melhor para o futuro.
Professor do 5º Ano “A” do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Acredito que a prática avaliativa dos últimos anos tem melhorado. Tem havido um melhor entendimento do docente em relação a formação do ser humano como um todo. Essas avaliações certamente tem contribuído e muito na formação dos nossos estudantes.
Professor do 5º Ano “B” do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Devido ao trabalho feito por toda a escola, vejo uma ação coletivo entre coordenadores e professores em prol de bons resultados. A escola tem avançado muito nesse processo, principalmente nas avaliações externas no SAEPE e ANA.
Professor do 9º Ano “A” do Ensino Fundamental II	<ul style="list-style-type: none">• Em relação ao SAEPE, a escola se empenha ao máximo, realizando simulados, aulões e ofertando aula de reforço no contra turno, contudo avançamos sim no processo ensino-aprendizagem.



Professor do 9º Ano “B” do Ensino Fundamental II

- Em primeiro lugar a escola tem realizado reuniões para estabelecer metas e estratégias a serem alcançadas e os docentes fazem um trabalho de incentivo, mostrando a importância dessas avaliações com aplicação de simulados para melhor qualificação dos estudantes. Com esse trabalho a escola vem apresentando melhores resultados a cada ano.

Fonte: Pesquisa Direta, 2018.

Ao fazermos um estudo das respostas dadas pelos coordenadores e professores da educação básica, abordaram que com a aplicação das avaliações externas houve um avanço considerável no processo ensino e aprendizagem e, certamente tem contribuído e muito na formação dos estudantes. A escola procura desenvolver simulados, aulões e oferta aula de reforço no contra turno, estabelecendo metas e estratégias a serem alcançadas e os docentes fazem um trabalho de incentivo junto aos estudantes.

A avaliação educacional externa em larga escala produz informação que viabiliza o monitoramento do direito à educação nas escolas de Pernambuco, permitindo um acompanhamento periódico de indicadores referentes às instituições e aos estudantes individualmente. De acordo com o Prof. “A” do 9º Ano do Ensino Fundamental II: “Em relação ao SAEPE, a escola se empenha ao máximo, realizando simulados, aulões e ofertando aula de reforço no contra turno, contudo avançamos sim no processo ensino-aprendizagem”.

O Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco – SAEPE, busca então, segundo Pernambuco (2017, p. 6), “observar o desempenho de estudantes por meio de testes padronizados, cujo objetivo é aferir o que eles sabem e são capazes de fazer”, a partir da identificação do desenvolvimento de habilidades e competências consideradas essenciais para que consigam avançar no processo de escolarização.

O Brasil assumiu um compromisso, partilhado por estados, municípios e sociedade, de melhorar a qualidade da educação oferecida nas escolas das redes públicas e estaduais. Melhorar a



qualidade e promover a equidade: eis os objetivos que dão impulso à avaliação educacional em larga escala (PERNAMBUCO, 2016).

Esteban (2005), situa o desafio de que possamos vivenciar a avaliação como prática investigativa no intuito de compreender o movimento de aprendizagem dos alunos, em sua complexidade. Para tanto sugere que a avaliação como prática de interrogar e interrogar-se, possa transformar-se em ações que superem a perspectiva do pensamento linear entre causa e consequência, levando em consideração três aspectos fundamentais: “o papel das pequenas mudanças, as soluções individualizadas e a impossibilidade da previsão exata” (ESTEBAN, 2005, p. 79).

Para melhorar a qualidade do ensino ofertado, é preciso identificar problemas e lacunas na aprendizagem, sendo necessário estabelecer diagnósticos educacionais. Para que diagnósticos sejam estabelecidos, é preciso avaliar. Não há melhoria na qualidade da educação que seja possível sem que processos de avaliação acompanhem, continuamente, os efeitos das políticas educacionais propostas para tal fim (OLIVEIRA, 2007).

Cada estado, município e escola tem autonomia para elaborar seu próprio currículo, desde que atenda a essa premissa. Diante da autonomia garantida legalmente em nosso país, as orientações curriculares de Pernambuco apresentam conteúdos com características próprias, como concepções e objetivos educacionais compartilhados. Desta forma, o estado visa desenvolver o processo de ensino aprendizagem em seu sistema educacional com qualidade, atendendo às particularidades de seus estudantes. Pensando nisso, foi criada uma Matriz de Referência específica para a realização da avaliação em larga escala do SAEPE (PERNAMBUCO, 2016).

Quanto as avaliações internas, a Tabela 4 mostra como é a proposta de elaboração, preparação e aplicação das mesmas em relação às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, bem como concernente as demais áreas do componentes curriculares do Ensino Fundamental 1 e II.



Tabela 4: Avaliações internas, elaboração, preparação e aplicação, conforme os coordenadores pedagógicos e professores da Escola Cônego João Rodrigues, no município de São Bento do Una, Pernambuco, Brasil.

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Coordenador 1	<ul style="list-style-type: none">• As avaliações internas de Língua Portuguesa e Matemática são elaboradas pela equipe técnica da Secretaria de Educação do município, e as demais avaliações das outras áreas do conhecimento são elaboradas pelos professores de acordo com o plano de ensino.
Coordenador 2	<ul style="list-style-type: none">• Nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática há uma equipe da secretaria municipal de educação (especialistas) que prepara e as demais disciplinas são os professores e aplicam.
Professor do 2º Ano do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• No nosso município há sim uma equipe preparada para a elaborações das avaliações nas áreas de Português e Matemática é unificada.
Professor do 5º Ano “A” do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Existe uma equipe que elabora essas avaliações nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, já nas demais áreas o próprio professor elabora. É uma forma também de monitoramento do trabalho docente, ou seja, planejamento e sua execução, avaliação e resultados, tem que caminhar juntos.
Professor do 5º Ano “B” do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Nós docentes junto com a equipe educacional da escola participamos de formações mensalmente e somos orientados para conduzir essas avaliações.
Professor do 9º Ano “A” do Ensino Fundamental II	<ul style="list-style-type: none">• As avaliações bimestrais são elaboradas e revisadas em grupo pelos professores de acordo com a série/ano que lecionam. Tornando as avaliações do município “Unificadas”, vale salientar que a Secretaria de Educação é responsável pela impressão das mesmas e a equipe gestora e pedagógica da escola nos dá todo apoio para aplicação.



Professor do 9º Ano “B” do Ensino Fundamental II

- Existe uma equipe preparada da Secretaria de Educação para elaboração das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática, tendo a sugestões dos professores na formulação das mesmas, com o objetivo de obter uma prova unificada para todo município. Há uma organização da equipe gestora para aplicação das avaliações, assim as provas são aplicadas por docentes que atuam em outras disciplinas.

Fonte: Pesquisa Direta, 2018.

Os participantes da pesquisa afirmaram que a Secretaria Municipal de Educação elabora as avaliações das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, tendo sugestões dos professores durante as formações mensais, onde são orientados, pois é uma forma de monitoramento do trabalho docente, ou seja, o planejamento, sua execução, avaliação e resultados, tendo que caminhar juntos, com o objetivo de obter resultados significativos para o município. Há uma organização da equipe gestora para aplicação das avaliações, assim as provas são aplicadas por docentes que atuam em outras disciplinas. Conforme o Professor do 5 “B” do 5º Ano do Ensino Fundamental I: “Nós docentes junto com a equipe educacional da escola participamos de formações mensalmente e somos orientados para conduzir essas avaliações”.

Enquanto as demais avaliações das outras áreas do conhecimento são elaboradas pelos professores de acordo com o plano de ensino. Conforme Brasil (1998), a educação, direito de todos e dever do estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O processo avaliativo na escola é de grande relevância, visa garantir qualidade no ensino ofertado, conforme está exposto na Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional da Educação (PNE) e apresenta como um dos seus objetivos “a melhoria da qualidade do



ensino em todos os níveis” (BRASIL, 2001).

Tanto as avaliações internas quanto as avaliações externas devem se alinhar em torno dos mesmos propósitos: a melhoria da qualidade do ensino e a maximização da aprendizagem dos estudantes. A partir da divulgação dos resultados, espera-se prestar contas à sociedade, pelo investimento que a Secretaria de Educação de Pernambuco e as secretarias municipais realizam na educação deste estado, assim como fornecer os subsídios necessários para que ações sejam realizadas no sentido de melhorar a qualidade da educação, promovendo, ao mesmo tempo, a equidade. Tendo como base os princípios democráticos que regem nossa sociedade, assim como a preocupação em fornecer o maior número de informações possível para que diagnósticos precisos sejam estabelecidos (PERNAMBUCO, 2016).

Com relação ao sistema de avaliação da educação básica e compreensão desse processo, se é uma consequência do trabalho desenvolvido para a formação humana, ou é apenas resultado de uma prática educativa voltada especificamente para este fim, a seguir, na Tabela 5, temos às respostas dos participantes:

Tabela 5: Concepção dos professores e coordenadores pedagógicos sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica, da Escola Cônego João Rodrigues, no município de São Bento do Una, Pernambuco, Brasil.

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Coordenador 1	• É preciso mais que aquisição do conhecimento. É preciso formação humana, capaz de fazer do aluno sujeito de sua própria história.
Coordenador 2	• Há uma tendência para que o foco seja nos descritores do SAEB, mas buscamos seguir uma formação mais humanizadas, os nossos estudantes não são máquinas de produzir resultados. A cobrança de metas é muito grande, mas há que se ter um olhar diferente para se chegar aos resultados.



Professor do 2º Ano do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Acredito que esse processo é uma consequência do trabalho para a formação humana, mais também é para garantir o IDEB aos municípios. Por isso que é tantas cobranças para o professor.
Professor do 5º Ano “A” do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Fica difícil fazer essa análise, visto que os resultados estão voltados apenas para o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos. Cabe ao docente ter uma visão clara do que ele quer desenvolver no seu educando, como pessoa humana, capaz de conviver socialmente e profissionalmente.
Professor do 5º Ano “B” do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Acredito que seja a junção dessas duas afirmações, pois a medida que torna uma prática educativa a fim de obter resultados está intimamente ligada a formação humana dos sujeitos.
Professor do 9º Ano “A” do Ensino Fundamental II	<ul style="list-style-type: none">• Na minha concepção o IDEB é uma consequência do trabalho desenvolvido para formação humana, uma vez que considera o “texto” como ponte de partida do estudo e análise da Língua portuguesa, tornando o saber algo significativo para o aluno.
Professor do 9º Ano “B” do Ensino Fundamental II	<ul style="list-style-type: none">• É uma prática educativa voltada especificamente para este fim, pois este sistema de avaliação é formulada para medir a qualidade do aprendizado dos estudantes e estabelecer metas para melhoria do ensino.

Fonte: Pesquisa Direta, 2018.

Diante dos relatos, compreende-se que o trabalho avaliativo desenvolvido deve viabilizar a formação humana e que cada professor precisa ter um olhar diferenciado para se chegar aos resultados esperados no processo avaliativo da educação básica e que o sistema avaliativo serve para medir a qualidade do aprendizado e estabelecer metas para melhoria do ensino no ambiente escolar, mas para que isso ocorra de fato é necessário fazer um trabalho diferenciado em sala de aula. Segundo o Coordenador 2: “[...] buscamos seguir uma formação mais humanizada, os nossos estudantes não são máquinas de produzir resultados. A cobrança de metas é muito grande, mas há que se ter um olhar



diferente para se chegar aos resultados”.

Isso requer que o professor tenha uma postura reflexiva, participativa e criativa, defendida por Perrenoud (2002, p. 32), que “considera o professor ou educador um inventor, um pesquisador, um improvisador, um aventureiro que percorre caminhos nunca antes trilhados ao pensar novas e diferentes estratégias metodológicas de ensino”, podendo perder-se caso não reflita de modo intenso sobre o que faz e caso não aprenda rapidamente com a experiência.

Ao se falar em currículo da escola abre uma dimensão para reflexões sobre se este apresenta os saberes dos alunos como ponto de partida ou se cabe ao aluno adaptar-se a este. Os profissionais participantes expuseram suas opiniões, como evidenciado na Tabela 6, contribuindo ainda mais para uma análise abrangente sobre esta temática.

Tabela 6: Concepção dos professores e coordenadores pedagógicos sobre o Currículo escolar da Educação Básica, da Escola Cônego João Rodrigues, no município de São Bento do Una, Pernambuco, Brasil.

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Coordenador 1	<ul style="list-style-type: none">• Parte dos saberes prévios dos alunos, os quais é fundamental. A partir desses saberes, bem como dos interesses e necessidades, o professor consegue propor atividades que todos possam aprender de forma significativa.
Coordenador 2	<ul style="list-style-type: none">• Um pouco das duas coisas, tem que haver ainda mais formações para os professores no sentido de que há necessidade da adaptação curricular de acordo com os saberes que os alunos já apresentam, acredito que estamos no caminho.
Professor do 2º Ano do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• A escola na medida do possível procura adaptar o currículo a realidade dos alunos, mais propõe atividades que despertem o acesso a novos conhecimentos que melhore esse processo de aprendizagem.
Professor do 5º Ano “A” do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Tem havido uma preocupação quanto a isso, mas sabemos que há uma grande diversidade de saberes em nosso país. Por isso um grande entrave que ainda existe está na escolha do livro didático. Mesmo o currículo atendendo à especificidade de cada escola, o livro não atende.

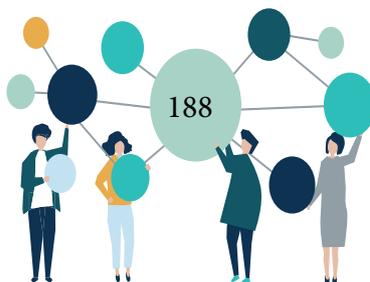


Professor do 5º Ano “B” do Ensino Fundamental I	• Sim. Apresenta os saberes dos alunos, mas não como ponto de partida. É dada sim, total relevância ao que o aluno expõe em sala de aula. Na maioria das vezes, o aluno é que tem que adaptar-se ao que é passado.
Professor do 9º Ano “A” do Ensino Fundamental II	• Elabora-se o planejamento bimestral, considerando os conhecimentos prévios dos alunos e buscando atingir metas estabelecidas pela escola.
Professor do 9º Ano “B” do Ensino Fundamental II	• Na maioria das vezes cabe ao aluno se adaptar ao currículo não levando em consideração a realidade em que esses alunos estão inseridos.

Fonte: Pesquisa Direta, 2018.

Os educadores e coordenadores responderam que, os saberes dos alunos devem ser ponto de partida para aquisição de novos conhecimentos ou algumas vezes o aluno precisa adaptar-se ao currículo da escola. O planejamento é elaborado bimestralmente considerando as disciplinas e conteúdos do currículo a serem ministrados na série correspondente, mas os conhecimentos prévios dos alunos são levados em consideração para que se consiga atingir as metas estabelecidas pela instituição de ensino. Compreende-se assim, que o ensino deve possibilitar que o aluno aprenda através da interação, da utilização de métodos inovadores no qual facilite a aprendizagem e relacione a prática com a teoria, possibilitando que o mesmo possa aprender conteúdos que faça sentido, indo além de teorias ou fórmulas prontas e mecânicas, mas que o conhecimento adquirido possa dar suporte a compreensão da realidade que o cerca. Como enfatiza o Coordenador 1: “Parte dos saberes prévios dos alunos, os quais é fundamental. A partir desses saberes, bem como dos interesses e necessidades, o professor consegue propor atividades que todos possam aprender de forma significativa”.

Tardif (2004, p. 45), exemplifica a importância do planejamento e uma prática pedagógica diversificada e eficaz para oportunizar a aprendizagem aos alunos em vários contextos: primeiro “é necessário conhecimento diagnóstico da realidade em que se vai trabalhar para uma melhor adequação do currículo escolar ao contexto de vivências dos alunos”; como também reflexão individual e coletiva sobre a prática para possibilitar o replanejamento das ações, a escolha das melhores estratégias



metodológicas e dos instrumentos de avaliação mais adequados e, sobretudo, o estabelecimento de relações afetivas entre os atores sociais que participam do processo ensino e aprendizagem, abrindo possibilidades ao diálogo e à efetiva participação de todos os segmentos da comunidade escolar no cumprimento da tarefa educativa.

Em relação aos recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis na instituição campo de pesquisa, os participantes expuseram à sua realidade pontuando os principais recursos disponibilizados pela escola para que todos os docentes possam desenvolver de maneira efetiva suas atividades em sala de aula. A Tabela 7 traz as respostas obtidas:

Tabela 7: Concepção dos professores e coordenadores pedagógicos sobre os recursos pedagógicos e tecnológicos, da Escola Cônego João Rodrigues, no município de São Bento do Una, Pernambuco, Brasil.

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Coordenador 1	<ul style="list-style-type: none">• A escola disponibiliza de vários recursos pedagógicos e tecnológicos. Tais como: data show, lousa digital, notebook, caixa de som, tablets, livros, jogos, ábaco, tangram, alfabeto móvel, fantoches, entre outros. Todos acessíveis aos docentes para um melhor desenvolvimento da sua prática.
Coordenador 2	<ul style="list-style-type: none">• A escola em que trabalho é bastante equipada com biblioteca, sala de tecnologia, laboratório de ciências, todas as salas tem data show e computador com lousa digital. Na maioria deles os estudantes tem acesso e os professores fazem uso em suas aulas.
Professor do 2º Ano do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Na escola onde trabalho temos muitos recursos pedagógicos e tecnológicos, temos lousa digital e retroprojeter em quase todas as salas. Uso todos os equipamentos para desenvolver minhas atividades.
Professor do 5º Ano “A” do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• A escola que trabalho oferece sala de informática com acesso à internet, ainda que não seja suficiente o número de computadores. Em sala de aula: lousa digital, notebook e Data show disponível para o professor. Diversos jogos, laboratório de ciências, biblioteca, reforço escolar, entre outros recursos.



Professor do 5º Ano “B” do Ensino Fundamental I

- Sendo a instituição bem equipada, a mesma oferece aos docentes vários recursos desde os pedagógicos aos tecnológicos, são eles respectivamente: jogos educativos diversos, materiais concretos, computadores, data show, lousa digital, caixa de som, notebook, tablet, quadro branco, entre outros, que estão disponíveis a todo momento para o melhoramento de suas aulas.

Professor do 9º Ano “A” do Ensino Fundamental II

- Os recursos pedagógicos são livros didáticos e os tecnológicos são, data show, caixa de som e notebook.

Professor do 9º Ano “B” do Ensino Fundamental II

- Existem inúmeros recursos pedagógicos e tecnológicos e são disponibilizados para os docentes em sala de aula, como: data show, jogos educativos, sala de informática, laboratório de ciências e biblioteca.

Fonte: Pesquisa Direta, 2018.

Analisando as respostas dos profissionais que atuam na instituição de ensino pesquisada, verifica-se que a escola disponibiliza vários recursos pedagógicos e tecnológicos para os docentes desenvolverem suas aulas. Segundo o prof. “B” do 5º Ano: “jogos educativos, materiais concretos, computadores, data show, lousa digital, caixa de som, notebook, tablete, quadro branco, entre outros, que estão disponíveis a todo momento para o melhoramento de suas aulas”. Neste sentido, a escola, por ser um espaço de inserção, democrático, de edificação e socialização de conhecimentos, é o lócus onde podemos ver e sentir toda essa movimentação, efervescência das mudanças que se processam na sociedade. Belloni (2005, p. 10), ressalta que: “A escola deve integrar as tecnologias de informação e comunicação porque elas já estão presentes e influentes em todas as esferas da vida social”. Cabe à escola, especialmente à escola pública, atuar no sentido de compensar as terríveis desigualdades sociais e regionais que o acesso desigual a esses recursos está gerando.

Portanto, a atuação do professor se move em direção a uma visão crítica acerca deste processo, para que possa compreender de que forma esses recursos podem ser úteis nas atividades desenvolvidas no contexto escolar, pois, a forma como o mesmo é utilizado em atividades pedagógicas é que



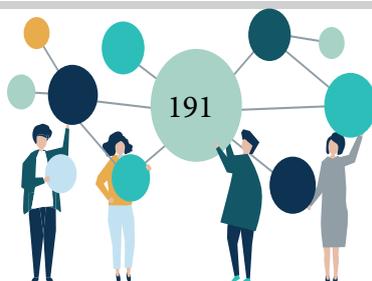
pode, ou não, possibilitar processos significativos de aprendizagem.

A realização de projetos pedagógicos são bastantes positivos no processo de ensino e aprendizagem. As escolas que almejam uma educação diferenciada têm juntamente com as propostas estaduais ou municipais, suas próprias propostas fazendo parte do seu PPP (Projeto Político Pedagógico) ações mais específicas que busquem solucionar, continuar ou melhorar situações do cotidiano escolar, principalmente àqueles correspondentes à aquisição da aprendizagem pelos estudantes.

Um ponto bastante importante nessa pesquisa foi sobre a atuação da escola campo de pesquisa em relação à execução de projetos pedagógicos e se estes têm contribuído para a ampliação dos conhecimentos por parte dos estudantes. A Tabela de nº 8 traz as considerações dos participantes a serem analisadas:

Tabela 8: Concepção dos professores e coordenadores pedagógicos sobre os projetos desenvolvidos na instituição de ensino, da Escola Cônego João Rodrigues, no município de São Bento do Una, Pernambuco, Brasil.

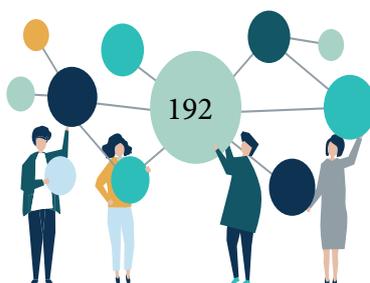
PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Coordenador 1	<ul style="list-style-type: none">• O Projeto Anual “Una-se em Prol”, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, abrange todas as áreas do conhecimento com vários subprojetos (realizados durante todo o ano) de forma interdisciplinar.
Coordenador 2	<ul style="list-style-type: none">• Como a Secretaria de Educação já traz para as escolas vários projetos pedagógicos, nós colocamos em prática todos em sala de aula. Temos: Concurso Literário; Olimpíada Escolar de Matemática; Estudante Cidadão e o Projeto Anual abordando várias áreas do conhecimento. A escola trabalha constantemente com reforço escolar em Língua Portuguesa e matemática, onde houve uma melhoria considerável no desempenho dos estudantes. Trabalhamos também com o projeto Educação Sexual abordando temas como DST’s e AIDS.
Professor do 2º Ano do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Temos vários projetos. Nessa semana é o projeto: “Ninho do conhecimento e da cidadania”. Esse projeto ajuda os alunos a conhecer melhor sua cidade e economia.



Professor do 5º Ano “A” do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• Temos projetos elaborados pela Secretaria de Educação, que abrange a cultura da região e é comum a todas as escolas; projetos específicos da escola referentes a interesse dos estudantes e projeto de intervenção que contribui para melhorar a aprendizagem daqueles que apresentam dificuldades.
Professor do 5º Ano “B” do Ensino Fundamental I	<ul style="list-style-type: none">• O “Novo mais Educação” e alguns projetos que são desenvolvidos por estudantes das inúmeras faculdades que ofertam bolsas e que revertem essa ação na aplicação desses projetos na escola. É notório o aproveitamento desses alunos que participam do projeto.
Professor do 9º Ano “A” do Ensino Fundamental II	<ul style="list-style-type: none">• Os projetos desenvolvidos são vários, mas um que se destaca é o “Concurso Literário”, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e executado em todas as escolas municipais, anualmente. Nele é trabalhado um tema que envolve todas as disciplinas, geralmente com pesquisas e debates e o estudo do gênero textual nas aulas de Português, onde posteriormente o educando produzirá um texto e concorrerá a um prêmio.
Professor do 9º Ano “B” do Ensino Fundamental II	<ul style="list-style-type: none">• Projeto de futsal; Feira de Ciências; Olimpíada escolar de Matemática; projeto de Judô; Projeto de leitura; Projeto de música. Todos esses projetos tem contribuído positivamente em várias áreas do conhecimento dos estudantes.

Fonte: Pesquisa Direta, 2018.

De acordo com os professores dessa instituição de ensino, em sua prática cotidiana vivem vários projetos visando melhorar o desempenho dos estudantes, as atividades propostas são multidisciplinares e interdisciplinares, atendendo as especificidades de cada um, de acordo com seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, cultural e social. O Coordenador 1 menciona que: “[...] a Secretaria de Educação já traz para as escolas vários projetos pedagógicos, nós colocamos em prática todos em sala de aula”.



Como menciona Pimenta (1996, p. 18), “há superação da identidade do professor como um ser reflexivo, preocupado não só com a sua própria prática, mas com o que o aluno deseja aprender”, avançando sempre o seu lado intelectual, crítico e reflexivo, considerando o ensino como prática inovadora.

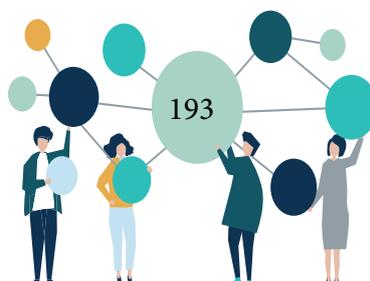
Enquanto que para Ferrazo (2005, p. 85), “a atividade do/a professor/a não se reduz, portanto, a situações dadas, estabilizadas, produto e processo não se identificam”. É no âmbito do diálogo e da confrontação que o real do trabalho é aprendido, pois é expressão da relação com os outros, consigo mesmo e com as atividades desenvolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual discurso sobre as políticas públicas e currículo da educação básica é muito encantador e de fato ganha adeptos. Ele tem ainda o forte apoio dos meios de comunicação, penetra o senso comum e o imaginário social. Nem todos podem definir as políticas educacionais e muito menos construir um quadro de qualidade porque depende-se totalmente de um financiamento e na maioria das vezes os dirigentes federais, estaduais e municipais, como, secretários, gestores, coordenadores pedagógicos, professores, entre outros profissionais da educação estão subordinados.

Daí a necessidade de se ter um olhar aguçado na construção de uma nova estrutura e organização do currículo, diante do ensino fundamental de nove anos, de forma que respeite o estudante na sua totalidade. Na maioria dos casos, a escola é vista como “aparelho ideológico do estado”, observa-se apenas a infraestrutura dos aparelhos repressivos e ideológicos do estado, e a escola preenche a função básica de reprodução das relações materiais e sociais de produção.

A elaboração desse estudo trouxe uma reflexão sobre as avaliações externas e internas, como, o uso de recursos pedagógicos e tecnológicos, formação docente e prática pedagógica como perspectivas de mudanças no ensino e aprendizagem dos estudantes da educação básica. Percebe-se

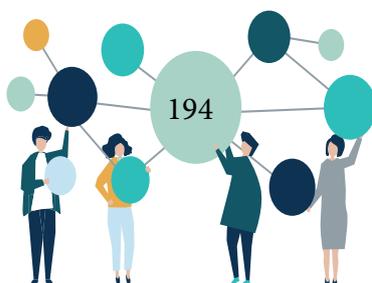


que já houve grandes avanços na educação de Pernambuco, principalmente nas escolas públicas em relação ao currículo e o processo avaliativo, através da elaboração e desenvolvimento de projetos pedagógicos e curriculares que visam o atendimento de uma avaliação voltada para que cada um aprenda de forma significativa o que lhe é ensinado e transmitido, respeitando seu tempo de maturidade e especificidade.

Quanto ao uso dos recursos pedagógicos e tecnológicos como inovações das aulas que antes eram vistas como tradicionalistas vem se modificando ao longo dos anos. A questão pedagógica, passa a ser não apenas questão de aprendizagem, mas também de valores fundadores da ação: humanismo, respeito ao outro, democracia, trocas e solidariedade. As inter-relações e os saberes populares e acadêmicos são qualificados, possibilitando que as crianças e jovens que dele participam concomitantemente compreendam, de modo mais aprofundado, sua própria cultura, e tenham também acesso a produção científica e tecnológica contemporânea.

Quanto a formação de professores na educação básica é de suma importância, pois é preciso ter formação profissional, sendo esta fundamental para que possa desenvolver uma prática educacional adequada e eficaz, levando em consideração os anseios, as necessidades e dificuldades dos estudantes, pois é fundamental uma ampla formação geral, com capacidades educativas e interdisciplinares, a fim de lidar com os mesmos de forma plena. Isso porque, a formação superior não garante uma prática com qualidade melhor ou pior, e sim uma qualificação na área de atuação. Para lidar com as inúmeras diversidades existentes no âmbito escolar, é preciso muito mais que a graduação. É necessário ter competência profissional.

Conclui-se que as políticas públicas e currículo necessita de um reconhecimento, do ponto de vista do exercício profissional, exigindo um continuidade e a busca por “caminhos” e processos que sejam os mais adequados para cada atuação, o que significa que exige uma intervenção ativa dos que estão à frente dos poderes federais, estaduais e públicos nos processos tanto educativos, sociais e de configuração curricular.



A experiência tem nos mostrado que o reconhecimento pela escola (e na escola) de diferentes manifestações e comportamentos culturais tem repercussões ao nível das autoestimas dos elementos dos grupos minoritários, gerando confiança e predisposição para a aquisição de outros saberes. É nisso que cada um de nós, profissionais de educação, temos de acreditar, se quisermos vencer o fatalismo do insucesso escolar e contribuirmos para a construção de uma sociedade mais democrática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. de S. *Elaboração de projeto, TCC, Dissertação e Tese: Uma Abordagem simples, prática e objetiva*. São Paulo: Atlas, 2011.

ALTET, Marguerite; PAQUAY, Leopold; PERRENOUD, Philippe. *A Profissionalização dos formadores de professores: realidade emergente ou fantasia?* Porto Alegre: Artmed, 2003.

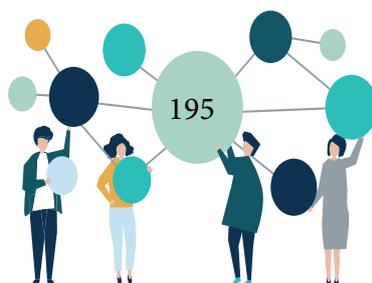
BARRETTO, Elba Siqueira de Sa; SOUSA, Sandra Zakia. Reflexões sobre as políticas de ciclos no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 35, n. 126, p. 659-688, set./dez. 2005.

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. *Fundamentos de Metodologia*. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BELLONI, Maria Luiza. *O que é mídia-educação*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

_____. *Lei nº 10.172. Plano Nacional de Educação*. Brasília: MEC, 2001.



ESTEBAN, Maria Teresa. Escola, currículo e avaliação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Série cultura, memória e currículo, v. 5).

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005 (Série cultura, memória e currículo, v. 6).

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GODOY, Arida S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas. v. 35, n. 2, p. 62, mar/abr, 1995.

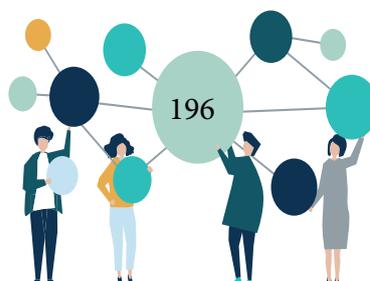
MACHADO, Nilson José. Educação: projetos e valores. São Paulo: Escrituras, 2000.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec; RJ: ABRASCO, 2006.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Alternativas emancipatórias em currículo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Série cultura, memória e currículo, v. 4).

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação de Pernambuco. Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE). Revista do Professor Língua Portuguesa. Faculdade de Educação. Universidade de Juiz de Fora. CAED, vol. 1, Jan/dez, 2017.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação de Pernambuco. Sistema de Avaliação Educacional de

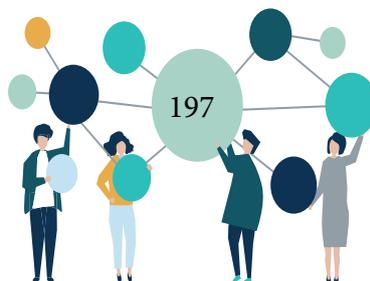


Pernambuco (SAEPE). Revista do Professor – Matemática. 3. Ano do Ensino Médio. Faculdade de Educação. Universidade de Juiz de Fora. CAED, Jan/dez, 2016. Disponível em: <<http://www.saepe.caedufjf.net/wp-content/uploads/2016/05/SAEPE-RP-MT-3EM-WEB.pdf>>. Acesso em: 02 de ag. 2018.

PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores – saberes da docência e identidade do professor. Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 72-89, jul./dez.1996.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.



Capítulo 12

ANÁLISE DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA FASE I DO ENSINO FUNDAMENTAL



ANÁLISE DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA FASE I DO ENSINO FUNDAMENTAL

ANALYSIS OF THE LITERACY PROCESS IN PHASE I OF ELEMENTARY SCHOOL

André Neres de Lima¹

Josiane Maria da Silva²

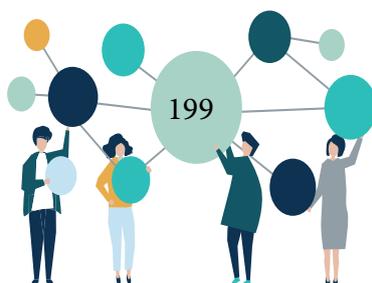
Maria Gorette da Silva³

Resumo: O presente artigo analisou a alfabetização enquanto processo de formação constituída de três elementos essenciais (prático, científico, literário) à aquisição e desenvolvimento das práticas da leitura e da escrita. Na perspectiva deste trabalho representaram os fundamentos necessários ao desenvolvimento da aplicabilidade e experiência da leitura e da escrita no contexto social dos educandos. Este trabalho possibilitou maior compreensão em torno do contexto da alfabetização, contribuindo para o estabelecimento da metodologia de ensino enquanto indicador primordial ao desenvolvimento da prática social da leitura e da escrita. A base empírica adotada retrata uma turma na Fase I da Educação de Jovens, Adultos - EJA composta por 28 alunos. Com esta turma foi desenvolvida uma metodologia de pesquisa baseada na técnica de estudos etnográficos, a fim de preferenciar uma abordagem qualitativa dos resultados. A essência investigativa da pesquisa configurou-se em identificar de que forma a apropriação, domínio e aplicabilidade da leitura e da escrita são desenvolvidas através do processo de alfabetização, e como são manifestados socialmente no contexto em que os educandos estão inseridos.

1 Pedagogia

2 Pedagogia

3 Letras



Palavras-chave: alfabetização. social. leitura. escrita.

Abstract: This article analyzed literacy as a training process consisting of three essential elements (practical, scientific, literary) for the acquisition and development of reading and writing practices. In the perspective of this work, they represented the necessary foundations for the development of applicability and experience of reading and writing in the social context of students. This work enabled greater understanding around the context of literacy, contributing to the establishment of the teaching methodology as a primary indicator for the development of the social practice of reading and writing. The empirical basis adopted portrays a group in Phase I of Youth, Adult Education - EJA I composed of 28 students. With this class, a research methodology was developed based on the technique of ethnographic studies, in order to prefer a qualitative approach to the results. The investigative essence of the research was configured in identifying how the appropriation, mastery and applicability of reading and writing are developed through the process of literacy, and how they are manifested socially in the context in which the students are inserted.

Keywords: literacy. social. reading. writing.

INTRODUÇÃO

O presente artigo configurou-se em fundamentar a concepção de que o processo de alfabetização para poder gerar a socialização do conhecimento adquirido com a vivência social do educando, precisa está fundamentado nos três componentes essenciais da alfabetização, definidos como componente prático, literário e o componente científico. Pois, quando a alfabetização é desenvolvida nas séries iniciais sem incluir estes três eixos, gera-se a formação de um educando com nível de aprendizagem fragmentado, insuficiente a realização das práticas sociais emergentes da atual sociedade



grafocêntrica.

Este artigo também buscou compreender de que forma a metodologia adotada no processo de alfabetização interfere nos processos de aquisição da leitura e da escrita bem como em sua aplicabilidade social. Demonstra que tanto a formação do educando como do educador são de suma importância para validar os princípios que orientam a construção da alfabetização enquanto processo de aquisição de leitura e escrita inerentes a inclusão social do indivíduo. Esse pensamento fortalecido por Soares (2001, p.78), que assim se expressa:

[...] é persistente a de rever e reformular a formação dos professores das séries iniciais do ensino fundamental, de modo a torná-los capazes a enfrentar o grave e reiterado fracasso na aprendizagem inicial da linguagem nas escolas brasileiras.

Em sua essência, o trabalho foi desenvolvido sob a forma de uma pesquisa que se traduz na análise de uma prática pedagógica alicerçada no diálogo, em que educando e educador se colocam como sujeitos do processo. Essa concepção revela uma ação de criação e recriação do conhecimento, a partir das ideias, anseios e expectativas do grupo, onde o conteúdo faz parte da realidade do dia-a-dia. O desenvolvimento deste artigo não se preocupou somente com as questões da leitura e escrita, como também com a preparação do cidadão para o exercício de seus direitos e deveres no mundo do trabalho e das relações sócio-políticas, em propósitos e ações que visem acentuar o exercício da cidadania dos alfabetizandos e dos alfabetizadores.

MARCO METODOLÓGICO

Os dados foram colhidos através de uma pesquisa de caráter qualitativo. Buscou-se dessa forma, desenvolver um estudo etnográfico com o objetivo de produzir conhecimento sobre as práticas



de aquisição de leitura e escrita dos educandos.

Conforme Dias (2003), o propósito da técnica utilizada, é de captar ideias e opiniões espontâneas, geradas nas observações dos educandos que expõem abertamente, principalmente os seus pontos de vista, analisados a partir de expressões escritas, orais e até mesmo por meio de dinâmicas. O estudo teve um caráter exploratório, essa é uma característica diferencial própria do método abordado.

Ainda segundo Dias (2003, p. 8):

Já foi comprovado que, na prática, as pessoas se sentem mais à vontade e costumam externar suas motivações para seus semelhantes, pessoas que passam pelas mesmas situações e experimentam os mesmos sentimentos, ao invés de tentarem fazer com que um entrevistador, um “estranho”, entenda seus pontos de vista.

Foi analisada uma turma da Fase I da Educação de Jovens Adultos e Idosos - EJA I Município das Caruaru, através de acompanhamento em sala de aula, analisando-se as formas de desenvolvimento e aplicação da escrita e leitura, atividades dirigidas a exemplo de questionários e textos. O grupo era composto de vinte e oito alfabetizandos, sendo dezessete do gênero feminino e onze do masculino, com idades variando entre 17 e 62 anos. O acompanhamento ocorreu de modo semanal e a aplicação de estudos aconteceram em período compreendido em 04 meses, com datas e horários definidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as temáticas orientadoras para o processo de acompanhamento interativo construíram-se duas questões:



Estudos Interdisciplinares

- Existe alguma coisa que você faz agora, depois que você começou a estudar aqui, que você não fazia antes?
- Em relação a ler e a escrever, qual é o seu grande sonho?

Foi feita a opção de reproduzir as falas exatamente da forma como foram colhidas, não efetuando qualquer tipo de “correção”, de acordo com a norma-padrão da língua, pois se acredita que essa seria uma forma de discriminar os sujeitos da pesquisa, de considerar que suas falas não devem ser valorizadas.

Após inúmeras análises do processo de pesquisa, os dados obtidos foram interpretados e convertidos em resultados e construção gráfica para representar da melhor forma o resultado das informações analisadas.

De acordo com Bourdieu, é preciso ler nas palavras dos sujeitos de uma pesquisa a estrutura das relações objetivas, pois é essa revelação que permite resgatar o essencial, a complexidade singular de suas ações e reações (p.44/45).

Assim, a análise dos dados buscou mergulhar nas palavras dos alunos para a partir daí poder falar com eles de suas experiências e não falar sobre eles, a fim de captar o sentido que dão a elas.

Apresentei três componentes presentes no processo de alfabetização e destaquei que significados possuem a alfabetização para esses alunos

Os componentes da alfabetização

Tolchinsky (1990) propõe em relação a alfabetização produzida na escola que - considerando a necessidade de esperar da escolaridade uma abertura de possibilidades e não somente sua restrição – esse processo necessitaria passar desde o início da escolarização pelos componentes prático, cientí-



fico e literário. O primeiro estaria relacionado à adaptação à vida social e às tarefas em que a leitura ou a escrita é requisitada na vida cotidiana. Estaria representado na ênfase atribuída ao domínio perfeito do código para a realização de tarefas, inclusive escolares. O segundo, no avanço (político, intelectual, social, informacional, etc.) de indivíduos ou grupos, sendo associado na escola ao domínio do conhecimento científico. O terceiro, na valorização dos usos formais e poéticos da linguagem escrita, sendo relacionado na escola ao estabelecimento de determinada relação (de conhecimento e fruição) com a literatura.

Em seu trabalho, discute a validade da ênfase em algum desses componentes na educação escolar, especialmente em relação ao segundo componente, em torno do qual se desenvolveram ideias polêmicas - sobre o avanço cognitivo de quem se insere na cultura escrita - que vêm sendo redimensionadas nas últimas décadas, a partir de diferentes estudos

Com base nessa discussão, se propõe a necessidade de uma maior valorização dos três componentes contribuintes à escolarização, o que resultaria em pessoas com a condição de participar e usufruir da cultura escrita em diferentes dimensões.

O prático

O primeiro componente, o prático, é aquele em que o alfabetismo pode ser definido como adaptação, ou seja, o domínio da tecnologia da leitura e da escrita tem um fim prático, útil, que é possibilitar uma adaptação à vida moderna e suprir necessidades cotidianas.

Com base nos dados obtidos e análises realizadas de acordo com a aplicação de questionários referentes à utilização da escrita e da leitura no cotidiano no contexto não escolar pelos alunos, tornou-se possível concluir que, maior parte dos alunos desenvolve o aspecto prático do processo de alfabetização, como demonstra o recorte das respostas de alguns alunos da turma e o gráfico 1.0

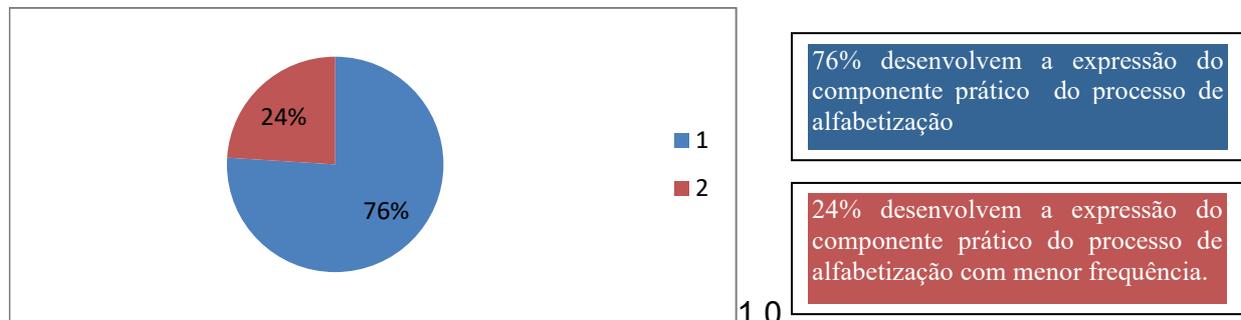
(...) ler é bom quando a gente vai comprar alguma coisa. (Juan, 17 anos)



(...) eu sei ler o remédio agora. (João Pedro, 52 anos)

(...) já sei fazer bilhete. (Felipe, 54 anos)

(...) to ate lendo na missa. (Marcos, 41 anos)



As necessidades desses alunos dizem respeito a situações de seu dia-a-dia. O que demandam são questões de ordem prática, que tenham uso funcional. Querem se comunicar com alguém através de um bilhete ou desejam sair pela rua e suprir suas necessidades linguísticas sem que haja necessidade de dependência de alguém. Conseguindo dessa forma, a liberdade, pois querem ter autonomia para ler, entender e tirar suas conclusões.

De acordo com Kalman (op. cit.), ao participarem de um processo de alfabetização, os educandos trazem expectativas relativas às demandas de práticas de leitura e escrita que são mais usuais na comunidade onde vivem e que tais demandas são das mais diversas naturezas, como vimos nas transcrições, dos alunos anteriormente apresentadas.

Tolchinsky (op.cit.), entretanto, nos chama a atenção de que não podemos reduzir o alfabetismo a apenas uma função prática, pois isso seria “torná-lo parcial”.

O científico

O segundo componente proposto é o científico, em que o alfabetismo é concebido como



poder. Possibilidades de melhores condições e perspectivas de vida, um indivíduo com mais informações e, portanto, com mais poder de participação social.

De acordo com Reis (2000, p. 60): “esse falar leva ao domínio da oralidade, da descoberta do poder falar e que esse poder falar parece significar ter poder. Poder de expor-se, confrontar, transformar e ser transformado. Influenciar e ser influenciado.”

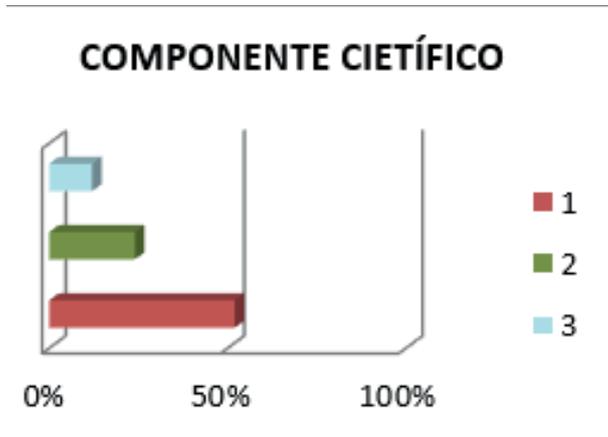
Diante da avaliação feita com os alunos, e baseando-se nos momentos em que expressavam suas opiniões através de dinâmicas, e principalmente através das entrevistas, foi possível perceber que a maior parte dos alunos não demonstra interesse nem valor de transformação de vida no que aprendem. Existindo na verdade, um grande pessimismo em relação ao ensino.

Para fundamentar tal afirmação, é possível trazer das exposições dos alunos em relação ao aspecto científico da alfabetização que demonstra claramente a perspectiva de mais da metade da turma analisada. O qual foi expresso na seguinte frase:

Minha prima se formou no médio mas trabalha fazendo a comida da professora da noite (Marta, 55 anos)

O que Marta disse, é que hoje a aplicabilidade do que aprendemos na escola não demonstra mais possibilidade de ascensão social. E que boa parte dos alunos que estão nas escolas, principalmente públicas, têm esta mesma perspectiva sobre o que a escola ensina. Esta visão tornou-se mais fundamentada a partir do gráfico construído com base na visão da turma sobre o componente científico, concluindo-se que:





12% dos entrevistados vêem na alfabetização a possibilidade de conseguir melhores condições de vida

24% dos entrevistados acreditam que apenas ler e escrever é o suficiente para trabalhar

52% dos entrevistados não acham importante o conhecimento da escola para a mudança de vida.

O literário

O terceiro componente na noção de “alfabetismo”, segundo Tolchinsky, é o literário, que ela relaciona a um estado de graça. Essa metáfora destaca o belo, acentuando “a capacidade de expressar sentimentos, de provocar ambiguidade, de criar mundos imaginários”. É interessante notar que o que se entende por linguagem escrita é fundamentalmente a linguagem literária e a primazia social é sempre da norma considerada padrão da língua.

Na perspectiva do componente literário, foi possível perceber que as práticas de leitura ocorrem quase que predominantemente na escola, demonstrando que o exercício da leitura não ultrapassa as atividades orientadas pelos professores. Esses dados foram obtidos a partir das respostas dos alunos, referindo-se aos hábitos de leitura em seu cotidiano e a sobre a presença de literatura em seu ambiente familiar.

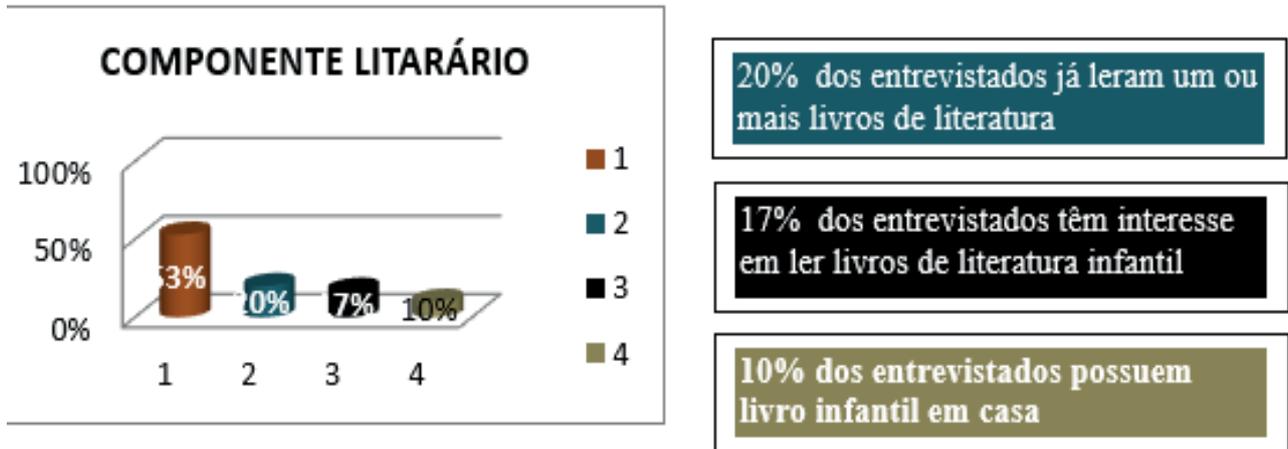
Para fundamentar a veracidade da conclusão em torno do componente literário, segue recortes das falas de alguns alunos e o gráfico interpretativo do componente:

É xato ler em casa é tudo muito ruim, fico cansada só da escola (Gabriela, 17 anos)

Em casa não tem livro do que gosto (Marcos, 62 anos)



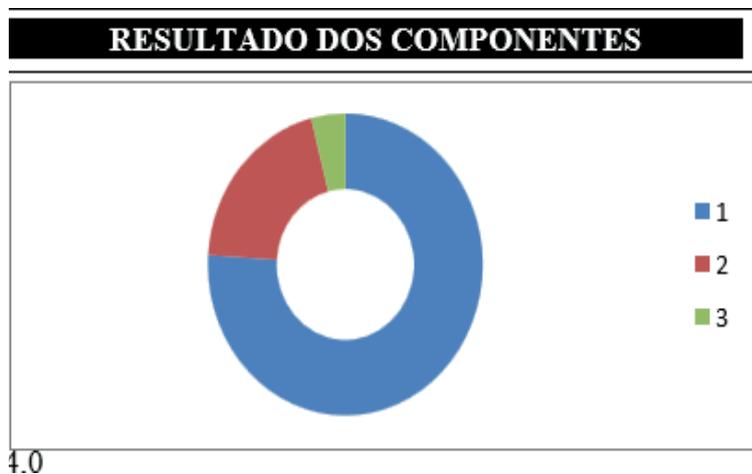
Nunca gahei um livro mais muito jogo (Ricardo, 19 anos)



Em relação aos três componentes do alfabetismo: o prático, o científico e o literário, propostos por Tolchinsky, verifica-se que a dimensão prática se apresentou como a mais marcante nas falas dos alfabetizados, pois diz respeito às questões da cotidianidade dos alunos, para as quais eles são demandados com mais frequência. As dimensões científicas e literárias pouco surgiram, mas isso se deu não porque elas não eram ou são importantes para os sujeitos da pesquisa, ou que eles não aspiram a elas, mas em virtude das propostas de alfabetização desenvolvida terem apresentado um cunho mais de ordem funcional, voltado para o trabalho e para a vida cotidiana.

Em uma análise geral, em relação aos componentes do alfabetismo, foi plausível concluir que:





76% dos entrevistados desenvolvem o componente prático no processo de alfabetização.

20% dos entrevistados desenvolvem o componente científico no processo de alfabetização.

4% dos entrevistados desenvolvem o componente literário no processo de alfabetização.

CONCLUSÃO

Fundamentando-se nas ideias de TOLCHINSKY (1990), a concepção de alfabetização contribuiu para redimensionar a compreensão que hoje temos sobre: as dimensões do aprender a ler e a escrever e as próprias perspectivas das pesquisas sobre a alfabetização. Durante muito tempo a alfabetização foi entendida como mera sistematização do “B + A = BA”, isto é, como a aquisição de um código fundado na relação entre fonemas e grafemas. Em uma sociedade constituída em grande parte por analfabetos e marcada por reduzidas práticas de leitura e escrita, a simples consciência fonológica que permitia aos sujeitos associar sons e letras para produzir/interpretar palavras (ou frases curtas) parecia ser suficiente para diferenciar o alfabetizado do analfabeto.

Nesta perspectiva, foi possível compreender ao decorrer das atividades desenvolvidas com a turma do Programa Alfabetizar Com Sucesso que o método de alfabetização utilizado ainda se configura na aquisição superficial da leitura e da escrita insuficientes a prática social no uso desses recursos. Onde, os educandos vêm aprendendo de forma descontextualizada, e de maneira desprovida de sentido em sua vida cotidiana, comprometendo o seu senso crítico, e demonstram de maneira clara a ausência de reflexão de pensamento dos alunos sobre o que leem e escrevem.

Ao que se refere aos três componentes da alfabetização, pode-se perceber que o prático



tem demonstrado intenso desenvolvimento nas práticas pedagógicas, tanto referente à escrita com a leitura. Nessas condições a turma analisada externou que a praticidade supera todas as esferas da aprendizagem, porém esta prática não oferece condições reais para o desenvolvimento crítico do que se vive na realidade dos indivíduos. Pois, a prática da leitura e da escrita, com base nos depoimentos declarados e nas atividades realizadas, ocorre de maneira fragmentada e mecânica. Quanto ao aspecto científico, foi diagnosticado que a maior parte dos alunos não aprende a ler e escrever de forma a utilizar essas práticas em perspectivas de ascensão social. E por fim, o componente literário, o qual se apresentou como o mais ausente devido à insuficiência de práticas pedagógicas voltadas para a leitura.

Foi possível perceber que para realmente se alfabetize com intuito de oferecer subsídios à prática social da leitura e da escrita. É necessário ir além da simples apropriação do código escrito; é preciso exercer as práticas sociais de leitura e escrita demandadas nas diferentes esferas da sociedade. Dessa forma o processo de alfabetização necessita da maior ênfase no desenvolvimento da leitura e prática da escrita centrada no sentido das palavras, ou seja, desenvolver uma aprendizagem de maneira contextualizada, e não simplesmente baseada no ato de codificar e decodificar símbolos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Escritos sobre a Educação. NOGUEIRA, Maria Alice & Catani, Afrânio (orgs.) 6ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

DIAS, C. A. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. Disponível em <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/1020006.pdf>. Acesso em: 22 nov.2008.

KALMAN, Judith. El studio de la comunidad como un espacio para leer y escribir. In: Revista Brasileira de Educação – maio/jun/jul/ago 2004 - Nº 26. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 5-28.



REIS, R. H. A constituição do sujeito político, epistemológico e amoroso na alfabetização de jovens e adultos. 2000. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2. ed. 3. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 128 p.

_____. Novas Práticas de Leitura e Escrita: Letramento na Cibercultura. In: Educação e Sociedade: Revista de Ciência da Educação. 81- Volume 23 – Dezembro 2002. Dossiê “Letramento”. Campinas: CEDES. 326 p., p.143-160.

TOLCHINSKY, Liliana. O prático, o científico e o literário: três componentes na noção de “alfabetismo”. ICE Universidade de Barcelona, 1990.



Capítulo 13

A CONTRIBUIÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA SUPERAÇÃO DAS DIFI- CULDADES DE APRENDIZAGEM DOS ES- TUDANTES: PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA



A CONTRIBUIÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES: PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA

THE CONTRIBUTION OF PEDAGOGICAL COORDINATION IN OVERCOMING STUDENTS' LEARNING DIFFICULTIES: PERCEPTION OF TEACHERS IN A PUBLIC SCHOOL

Maria Josiane Lira do Nascimento¹

Maria Dijanice Ferreira²

Amanda Micheline Amador de Lucena³

Resumo: A coordenação pedagógica atua no sentido de contribuir e apoiar o bom desenvolvimento das atividades escolares e ao exercer as funções de articulação, formação e transformação, assume o papel de mediador as questões que envolve o currículo e os professores, bem como questões voltadas aos educandos, seus pais e corpo docente, deixando evidente a importância de sua função no âmbito escolar. Diante disso, objetivou-se identificar através do olhar dos docentes, se o nível de contribuição da coordenação pedagógica tem favorecido um fazer pedagógico de forma eficiente. O estudo foi desenvolvido no Centro Municipal de Educação Mãe Rainha envolveu e envolveu onze professoras que atuam no Ensino Fundamental I. Constatou-se que é considerável o percentual de educandos com dificuldades de aprendizagem nas turmas da alfabetização, porém a coordenação pedagógica contribui significativamente para reverter o quadro de defasagem no processo de aprendizagem dos educandos. De forma geral, as professoras consideram que as ações desenvolvidas pela coordenação

1 Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University

2 Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University

3 Professora e Orientadora - Veni Creator Christian University



atendem as necessidades dos docentes e discentes da instituição, e, embora tenham apontado muitos pontos positivos sobre a trabalho da coordenação e destacaram que a coordenação não deveria ter sua função desviada, mesmo que esporadicamente, contudo sinalizaram que o nível de contribuição da coordenação pedagógica tem favorecido um fazer pedagógico de forma eficiente.

Palavras-Chave: Suporte pedagógico; Defasagem na aprendizagem; Parceria.

Abstract: The pedagogical coordination acts in order to contribute and support the good development of school activities and when exercising the functions of articulation, training and transformation, it assumes the role of mediator on issues involving the curriculum and teachers, as well as questions aimed at students, parents and teaching staff, making evident the importance of their role in the school environment. Therefore, the objective was to identify through the teachers' view, if the level of contribution of the pedagogical coordination has favored an efficient pedagogical practice. The study was developed at the Mãe Rainha Municipal Education Center and involved and involved eleven teachers who work in Elementary School I. It was found that the percentage of students with learning difficulties in literacy classes is considerable, but the pedagogical coordination contributes significantly to revert the gap in the students' learning process. In general, the teachers consider that the actions developed by the coordination meet the needs of the teachers and students of the institution, and, although they have pointed out many positive points about the work of the coordination and stressed that the coordination should not have its function diverted, even if sporadically, however, they signaled that the level of contribution of the pedagogical coordination has favored an efficient pedagogical practice.

Keywords: Pedagogical support; Pedagogical support; Learning gap; Partnership.

Introdução



As atividades inerentes ao ambiente escolar são inúmeras, entretanto de forma geral, quase todas as ações que são desenvolvidas nesse ambiente estão voltadas para o oferecimento de um ensino e aprendizagem de qualidade e conseqüentemente uma formação integral do sujeito. Neste sentido o coordenador pedagógico traz suas significativas contribuições para o bom desenvolvimento das atividades escolares ao exercer as funções de articulação, formação e transformação, mediando as questões que envolve o currículo e os professores, bem como questões voltadas aos educandos, pais e corpo docente.

O coordenador pedagógico é um profissional dinâmico e suas funções ultrapassam o âmbito pedagógico, contudo, suas ações junto a sua equipe escolar poderão representar o sucesso ou insucesso do processo ensino aprendizagem. Sabendo da importância do apoio dos pais e de todos os demais atores educacionais, o coordenador pedagógico deve integrar a todos no processo ensino-aprendizagem, mantendo as relações interpessoais de maneira saudável, pois além de mediar e assessorar os seus professores, busca relacionar de maneira profissional com os assuntos referentes à realidade sociocultural, que envolvem cada indivíduo participante do ambiente escolar. (OLIVEIRA; GUIMARAES, 2013).

Considerando que o coordenador pedagógico é antes de tudo um educador e, como tal deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem no interior da escola, o ponto de partida desse estudo está baseado na seguinte problemática: as coordenadoras pedagógicas têm atendido de forma eficiente as demandas dos docentes e discentes do ensino fundamental do Centro Municipal de Educação Mãe Rainha? Com base na problemática delineada, formulou-se as seguintes hipóteses: a coordenação pedagógica atua de forma eficiente tanto para atender as demandas dos docentes como também àquelas advindas dos discentes; A parceria da coordenação com os discentes tem buscado implantar práticas pedagógicas que tornam o processo de ensino e aprendizagem mais eficientes; De forma geral, os discentes estão satisfeitos com o apoio da coordenação, embora existam pontos a



serem melhorados. Neste sentido, através desse estudo objetivou-se identificar através do olhar dos docentes, se o nível de contribuição da coordenação pedagógica tem favorecido um fazer pedagógico de forma eficiente.

Referencial Teórico

A coordenação pedagógica foi instituída em nas escolas brasileiras nas últimas décadas e ainda hoje pode haver equívocos quanto as atribuições desses profissionais, embora essas atribuições estejam definidas pelas legislações estaduais, municipais. Dentre as principais atribuições dos coordenadores pedagógicos, pode-se apontar: a liderança do projeto político pedagógico da escola; funções administrativas de assessoria à direção, e, principalmente o acompanhamento e apoio das atividades relacionadas ao processo de ensino aprendizagem (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012).

É fato que a educação, apesar de todos os avanços dos últimos anos, ainda está em crise, os altos índices de evasão e repetência ainda assolam o contexto educacional brasileiro. Acreditamos que, para que essa realidade se transforme, é necessário um trabalho conjunto entre a escola e a família, porque a tarefa de educar é árdua, visto que deve abarcar os aspectos físico, intelectual, moral e emocional do educando (OLIVEIRA e GUIMARAES, 2013, p. 95)

Durante muito tempo a função da coordenação (ou supervisão pedagógica, em dadas localidades) configurou-se na concepção de aconselhamento, contudo a legislação pertinente às suas atribuições preconiza o caráter mediador do processo de ensino aprendizagem junto aos educadores. Neste contexto, o papel fundamental do coordenador “como agente que estabelece relações entre as escolas e os sistemas educativos na efetivação das políticas educacionais” (BELLO; PENNA, 2017, p. 83).



Mesmo consciente da importância do trabalho da coordenação pedagógica para o desenvolvimento da escola e do processo de ensino aprendizagem, ainda é comum identificar situações em que os coordenadores pedagógicos “não possuem em seus conceitos e atribuições uma base definida teoricamente que seja capaz de dirigir suas ações de modo efetivo, promovendo a sustentação profissional de seu real papel na escola”.(PORTO, 2015, p. 12). Quanto a sua função Oliveira e Guimarães descrevem:

Consideramos que o papel do coordenador é favorecer a construção de um ambiente democrático e participativo, onde se incentive a produção do conhecimento por parte da comunidade escolar, tendo como resultado deste processo uma educação de qualidade para todos (OLIVEIRA e GUIMARAES, 2013, p. 102).

As discussões em torno das atribuições da coordenação ainda geram divergências e isso mostra a importância da formação desse profissional para que tenha a consciência de quais ações deve se envolver e como se envolver, contudo ainda é frequente nas escolas brasileiras se deparar com coordenadores Pedagógicos que não possui formação em gestão e a maioria sai das salas de aula ou dos cursos de graduação e assume diretamente o cargo sem ter conhecimentos específicos para dominar as competências e estratégias necessárias ao bom desempenho da sua função (SOUZA; SEIXAS; MARQUES, 2013)

Destarte, Porto (2015) confirma que cabe a coordenação pedagógica o envolvimento de todos os seguimentos escolares, planejando as ações, intervindo nos fazeres pedagógico, garantindo assim, que se cumpram os planos e se efetivem as aprendizagens e destaca a importância da presença do coordenador em todas as escolas brasileiras, contudo é necessário que toda a comunidade escolar tenha consciência de que, sozinho o Coordenador não pode mudar a escola.

As atribuições do coordenador pedagógico vão além das situações formais do ambiente es-



colar e de suas funcionalidades. É preciso entender que além de resolver situações e articular tomadas de decisões coletivas, esse profissional deve estar atento às questões de ordem burocráticas, disciplinar e organizacional. Com isso, descrever o que de fato o compete ao coordenador pedagógico não é algo tão simples diante de uma função complexa (SILVA, 2016).

Ao desenvolver a função de coordenador pedagógico, o educador assume trabalhos que envolve a coletividade e suas demandas cotidianas trazem novas aprendizagens que inclui o fazer pedagógico de forma mais ampla, embora não se pode negar que bons resultados são obtidos quando não somente a coordenação pedagógica, mas toda a equipe se envolve com os propósitos traçados.

Marco Metodológico

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa básica, de natureza descritiva com abordagem dos dados na perspectiva quali-quantitativa.

O campo de pesquisa foi o Centro Municipal de Educação Mãe Rainha que fica situado a Rua Celestino Ferreira, s/n, Centro. Riacho das Almas-PE. Os Sujeitos da pesquisa foram onze professoras que atuam no Ensino Fundamental I na referida instituição de ensino. O instrumento para coleta de dados foi o questionário semiestruturado no qual buscou-se informações sobre como acontece o trabalho da coordenação pedagógica, sob a ótica da equipe docente.

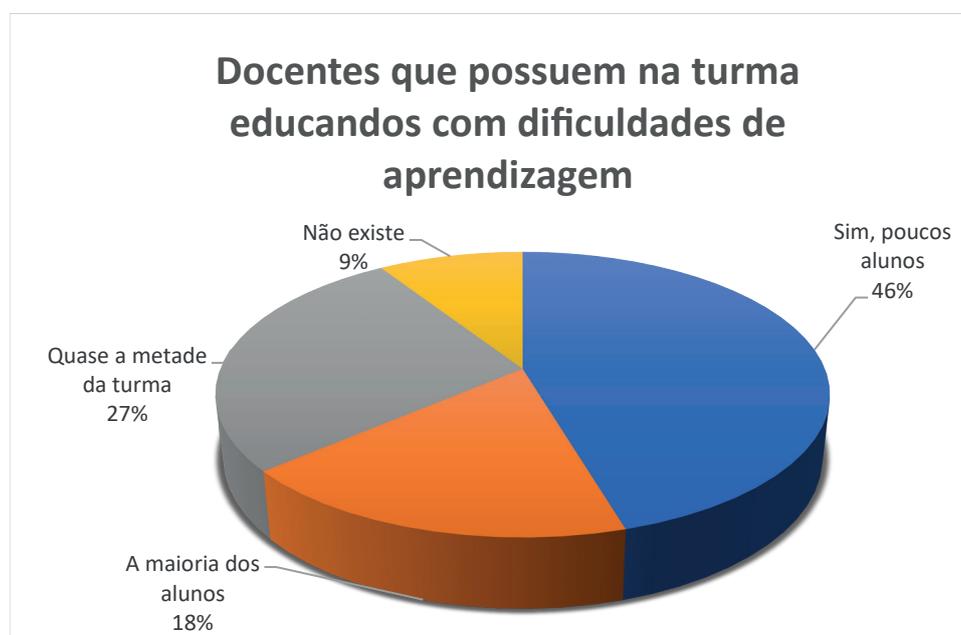
Resultados e Discussões

Vários problemas envolve o baixo rendimento escolar dos estudantes e estes problemas podem estar relacionados ao processo de ensino e aprendizagem. As dificuldades de aprendizagem dos educandos podem estar associadas a diferentes causas que incluem desde causas como transtornos, até questões relacionadas às práticas pedagógicas.



Segundo Leal (2014) as questões relacionadas a dificuldade de aprendizagem continua sendo um problema bastante debatido e preocupante, suas causas podem estar associadas a fatores exteriores ao indivíduo ou inerentes a ele, decorrendo de situações adversas à aprendizagem como o déficit sensorial, abandono escolar, baixa condição socioeconômica, problemas cognitivos e neurológicos. Neste sentido, foi perguntado às professoras que participaram do estudo se em suas turmas existiam educandos que apresentam dificuldades de aprendizagem e observa-se no Gráfico 1 que apenas 9% desses docentes indicaram que sua turma não contém estudantes com dificuldade na aprendizagem.

Gráfico 1. Afirmação das educadoras do Centro Municipal de Educação Mãe Rainha sobre a existência de educandos com dificuldades de aprendizagem em suas turmas do Ensino fundamental I. Riacho das Almas-PE, 2020.



Fonte: dados da pesquisa de campo (2020)

Constata-se no Gráfico 1 que 46% das professoras indicaram que possuem poucos alunos com dificuldades na aprendizagem em sua turma. Contudo, 27% das professoras afirmaram que a



metade da sua turma apresenta algum nível de dificuldade e 18% das professoras confirmaram que a maioria dos estudantes que compõe sua turma apresenta alguma dificuldade de aprendizagem. Neste sentido, foi solicitado às professoras que afirmaram possuir estudantes com dificuldades de aprendizagem em sua turma, que apontassem as principais dificuldades e suas respostas incluem aspectos pedagógicos e biológicos:

P1 – “Leitura e escrita de palavras, ler e compreender o que está lendo, déficit sensorial, problemas cognitivos, neurológicos”.

P3 – “Leitura, Escrita, Interpretação e Raciocínio Lógico”

P6 – “Apresentam dificuldades da coordenação motora e na identificação das letras e números, bem como na leitura de palavras e textos”

P7 – “Dislexia, discalculia, disgrafia e TDAH”

P8 – “na leitura e na escrita de palavras simples”

P9 – “Escrita, reconhecer letras e números, concentração nas atividades”

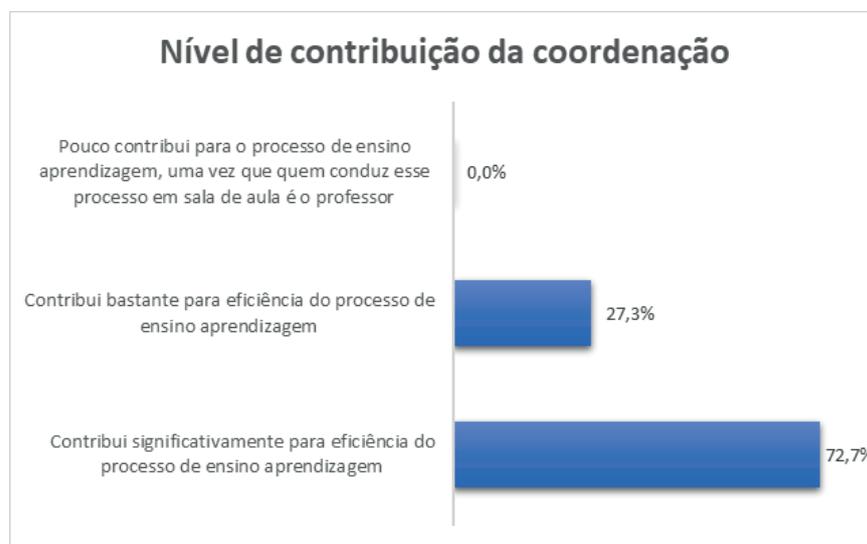
P11 – “Coordenação motora e concentração”.

Observa-se nas justificativas apresentadas que os problemas relacionados a dificuldade de aprendizagem podem estar relacionados à transtornos e/ou aos aspectos pedagógicos que incluem a alfabetização dos educandos. Leal (2014) destaca que é crescente o número de alunos que sentem dificuldades em aprender e isso pode representar a perda de interesse pelos estudos e pela escola, criando um clima de insegurança e a perda da autoestima.

Oliveira e Guimarães (2013) destaca a importância da coordenação pedagógica na intervenção dos problemas relacionados a dificuldade de aprendizagem e complementa que embora seja um trabalho árduo, é recompensador, entretanto exige muita dedicação e o apoio dos educadores. Assim sendo, foi indagado as professoras sobre o nível de contribuição da coordenação pedagógica frente as demandas educacionais (Gráfico 2).



Gráfico 2. Afirmção das educadoras do Centro Municipal de Educação Mãe Rainha quanto ao nível de contribuição da coordenadora pedagógica diante das demandas educacionais. Riacho das Almas-PE, 2020.



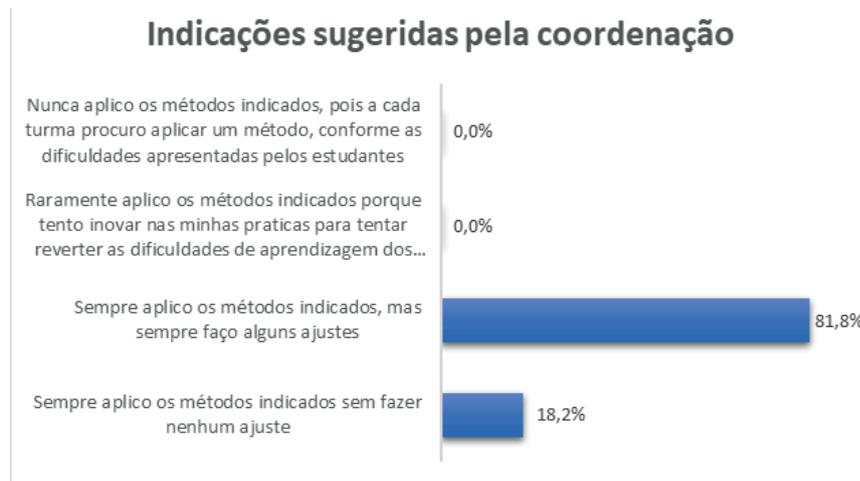
Fonte: dados da pesquisa de campo (2020)

Pode-se constatar no Gráfico 2 que, a maioria das professoras (72,7%) indicaram que a sua respectiva coordenação contribui significativamente para a eficiência do processo de ensino e aprendizagem. Observa-se ainda que nenhuma das professoras que participaram do referido estudo indicou que sua coordenação pouco contribui para o processo de ensino aprendizagem. Essas declarações representam que o “fazer pedagógico” na referida escola está trilhando um caminho rumo a eficiência do processo ensino aprendizagem, pois esses processos quando monitorado e apoiado pela coordenação tende a ser ajustado e melhorado. Corroborando com Freire (1982) o coordenador pedagógico é, primeiramente, um educador e como tal deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem e esse coordenador deve estimular os professores a ressignificarem suas práticas, resgatando a autonomia docente sem desconsiderar a importância do trabalho coletivo.



No que se refere as ações pedagógicas indicadas pela coordenação para melhoria no processo de ensino aprendizagem, as professoras responderam de que forma desenvolvem essas ações pedagógicas (Gráfico 3).

Gráfico 3. Afirmação das educadoras do Centro Municipal de Educação Mãe Rainha quanto a forma que desenvolvem as ações pedagógicas sugeridas por sua respectiva coordenação. Riacho das Almas-PE, 2020.



Fonte: dados da pesquisa de campo (2020)

Denota-se no Gráfico 3 que todas as professoras adotam as indicações sugeridas pela coordenação, entretanto a maioria (81,8%) informaram que aplicam os métodos indicados, mas fazem os ajustes necessários a sua turma enquanto que 18,2% indicaram que aplicam os métodos da forma que lhes fora repassado, ou seja sem ajustes. Com relação aos argumentos apresentados pelas professoras que aplicam os métodos com ou sem ajustes, destacam-se:

P1 “é importante que o professor aplique os métodos curriculares estabelecidos pela instituição, porém fazendo ajustes que atendam a realidade e neces-



sidades de aprendizagem do aluno”

P2 – “É muito importante a contribuição das indicações vindas da coordenação me ajuda a melhorar minha prática pedagógica”.

P6: “Os métodos sugeridos são muito bom, eu sempre os aplico, porém fazendo alguns reajustes de acordo com a o nível da turma se tratando de uma turma mista com relação a aprendisagem”.

P7 – “Sempre aplico os métodos indicados sem fazer nenhum ajuste, pois as indicações sugeridas pela coordenação pedagógica é voltada para a superação das dificuldades dos estudantes”.

P8 – “São boas indicações que não precisam de ajustes”

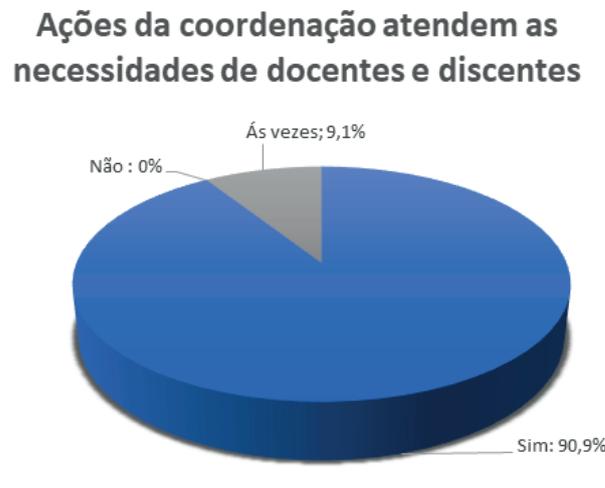
P10 – “Sempre aplico os métodos indicado e faço ajustes para atender o nivel da turma”.

Nos argumentos apresentados pelas professoras, observa-se que há àquelas que preferem fazer ajustes no método indicado pela coordenação para melhor adequação a realidade de sua turma, como também há fortes argumentos daquelas que aplicam os métodos sem ajustes. Contudo, vale destacar que o processo de ensino e aprendizagem não pode ser algo “engessado” e não flexível, uma vez que, em uma turma geralmente existe a heterogeneidade de nível de conhecimento, de ritmo de aprendizagem, de nível de dificuldade etc., e isso pode de alguma forma impactar diretamente na eficiência do método aplicado de forma “pronta e fechada”.

De acordo com Alves (2013) a coordenação pedagógica atua nas escolas como uma ação dinamizadora de diversas práticas colaborativas e por isso deve adotar uma postura proativa na mediação e colaboração com os demais profissionais. Dessa forma, perguntou-se as professoras se a coordenação atende as demandas educacionais de docentes e discentes Gráfico 4).



Gráfico 4. Afirmação das educadoras do Centro Municipal de Educação Mãe Rainha quanto a forma de atuação da coordenação atender as demandas de docentes e discentes. Riacho das Almas-PE, 2020.



Fonte: dados da pesquisa de campo (2020)

Verifica-se no Gráfico 4 que a maioria das professoras (90,9%) que participaram do estudo, consideraram que o trabalho da coordenação atende as necessidades de docentes e discentes da escola, entretanto observa-se que 9% das professoras consideram que nem sempre (às vezes) as ações da coordenação atendem as necessidades de docentes e discentes e destaca-se logo abaixo, as referidas justificativas:

P1 – “além de auxiliar da elaboração e no desenvolvimento”.

P5 – Às vezes “Por que as vezes a coordenação é direcionada a realizar outras atividades advinda de sua função, o que os deixam sobrecarregados.”

P7 – “A coordenação auxilia os professores e alunos, dando os suportes necessários para cada necessidades”.

P8 – “Só não atende se o professor não as pôr em prática. Elas conhecem as necessidades dos alunos”.

P10 – “Muito dedicada e comprometida”.



P11 – “É um trabalho de parceria e visão em prol do sucesso escolar”.

Ao analisar as justificativas apresentadas pelas professoras, é possível inferir que, de forma geral as professoras sentem-se subsidiadas com as ações desenvolvidas por suas coordenadoras, contudo destaca-se a justificativa apresentada pela P5, docente que indicou que somente “às vezes” que a coordenação atende as necessidades, argumentando que acontece situações em que a coordenadora é direcionada para outras funções, causando sobrecarga de atribuições. Essa ideia é corroborada por Oliveira e Guimarães (2013), ao citar Lima e Santos (2007), quando descrevem que muitas vezes o coordenador acumula exaustivas demandas que vai desde a realização de trabalhos burocráticos e de secretaria, substituir professores, aplicar provas para aliviar sobrecarga de horário, resolver problemas com pais e alunos, entre outras questões que permeiam o ambiente escolar, e neste contexto o coordenador disponibiliza de pouco tempo para desenvolver as ações pedagógicas inerentes especificamente a sua função.

Sabe-se das demandas que a coordenação atende e das inesperadas demandas que podem surgir no seu cotidiano. Por isso, foi perguntado para as professoras se alguma vez foi solicitado ajuda da coordenação e essa ajuda não foi atendida. A resposta das professoras foi unânime, pois todas indicaram que a coordenação sempre atendeu as suas demandas. Ademais, destaca-se algumas justificativas apresentadas a esse questionamento.

P1 – “Sempre que solicitei ajuda, sempre a coordenação estava apta a me ajudar”.

P6 – “A coordenadora é muito dedicada e atenciosa, e sempre me ajudou quando precisei de algo”.

P7 – “Pois a coordenação está sempre atenta e, faz o possível para atender a todos”.

P8 – “Pois quando precisei sempre fui bem atendida”.



P10 – “Ela sempre estar disposta para ajudar da melhor forma possível”.

Percebe-se nos argumentos apresentados pelas professoras que o trabalho da coordenação tem agradado e que as educadoras têm buscado e encontrado apoio junto a sua coordenação. Neste contexto Oliveira e Guimarães (2013) destacam a importância da ação efetiva do coordenador pedagógico com sua equipe escolar para a melhoria do fazer pedagógico e complementam que coordenador pedagógico deve trabalhar em prol das “relações interpessoais de maneira saudável, valorizando a formação dos seus profissionais, ajudando-os efetivamente na construção dos saberes da sua profissão” (p. 98).

A importância da coordenação pedagógica no âmbito escolar, vai além da perspectiva que envolve o processo de ensino aprendizagem, pois dentre suas atribuições, consta a mediação no desenvolvimento integral dos docentes, representando “uma co-construção permanente de conhecimento que conjuga os esforços colaborativos e reúne potencialidades plurais de crescimento quer a nível individual e afetivo, quer a nível social e profissional” (ALVES, 2013, p.28).

O trabalho da equipe pedagógica deve pautar-se em ações democráticas que promovam a eficiência das ações educacionais considerando as ideias ou demandas apresentadas pela comunidade intra e extraescolar. Dessa forma, foi solicitado que as professoras descrevessem os pontos positivos e os pontos que tem potencial para melhoria em sua coordenação pedagógica e os resultados estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1. Indicações das educadoras do Centro Municipal de Educação Mãe Rainha a respeito dos pontos positivos e dos pontos que deveriam ser melhorados no trabalho que envolve a comunidade intra e extraescolar. Riacho das Almas-PE, 2020.

Pontos Positivos	Pontos que necessitam melhoria
➤ Avaliação e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem;	➤ Para fortalecer a parceria entre coordenador e



<p>processo de ensino-aprendizagem;</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Valorização e garantia da participação ativa dos professores;➤ Promover práticas inovadoras de ensino;➤ Identificação se a conduta pedagógica dos docentes tem beneficiado o processo de aprendizagem dos discentes;➤ Parceria, contribuições e orientações;➤ Esclarecimento de dúvidas referente aos currículos;➤ Feedback da coordenação a respeito das práticas pedagógicas;➤ Fortalecimento do vínculo entre docente/família;➤ Suporte (reforço) aos alunos que se encontram com dificuldade de aprendizagem;➤ Parceria e compreensão com o professor em relação ao trabalho burocrático;➤ Suporte quanto a resolução dos diversos problemas;➤ Traz maior segurança para enfrentar novos desafios com êxito;➤ Companheirismo, empatia e dedicação da equipe;➤ Busca por novas ideias para facilitar o trabalho do professor;➤ Indicação de novas estratégias e atividades para aulas remotas;➤ Apoio e interatividade nos grupos das aulas remotas;➤ Apoio no preenchimento de planilhas;	<p>uma coordenação;</p> <p>docente é preciso que o coordenador tenha apoio da direção, do corpo docente, isso é importante porque muitas mudanças realizadas no ambiente escolar precisam ser feitas de maneira conjunta;</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Deveria haver uma maior participação da coordenação em sala, como suporte ao professor no processo de aprendizagem;➤ Falta de apoio de alguns pais;➤ A coordenação não deveria substituir professor, assim o trabalho do coordenador ficaria mais focado no apoio dos professores;
--	--

Fonte: dados da pesquisa de campo (2020)

Observa-se no Quadro 1, que segundo a visão das educadoras, foram variados os pontos considerados positivos e também aqueles onde há potencial para melhorias no trabalho que é desenvolvido por sua coordenação pedagógica. Dos aspectos positivos, foi destacado: a boa parceria existente entre coordenação e docentes com acesso a participação ativa dos professores nas propostas e planejamentos; indicações de práticas pedagógicas inovadoras; esclarecimentos de dúvidas diversas;



estímulo e fortalecimento do vínculo família/escola; acompanhamento e reforço aos estudantes com dificuldades de aprendizagem; apoio as diversas ações desenvolvidas, entre outras.

Constata-se que as educadoras indicaram bem mais pontos positivos do que aspectos a serem melhorados. Quanto aos aspectos fragilizados e que representam dificuldades no trabalho desenvolvido pela coordenação, Oliveira de Guimaraes (2013) apontam alguns aspectos que dificultam o trabalho cotidiano da coordenação e enfatiza: o desvio de função, a ausência de identidade, a falta de um território próprio de atuação no ambiente escolar, a deficiência na formação pedagógica, a rotina de trabalho burocratizada, imposição e defesa de projetos da Secretaria de Educação, a presença de traços autoritários e julgadores e a fragilidade de procedimentos para a realização de trabalhos coletivos.

No referido estudo, as professoras destacaram dos alguns aspectos a serem melhorados: a coordenação necessita de apoio efetivo da gestão e docentes em suas ações; presença mais frequente e suporte mais efetivo da coordenação em sala de aula; falta de apoio e maior interação de familiares na vida acadêmica das crianças; a coordenação não ser desviada para outras funções que não são de suas atribuições, pois assim teria mais tempo para dedicação as questões pedagógicas.

Ao estudar Importância da comunicação na gestão do trabalho pedagógico Campos (2016) constatou a existência de falhas na comunicação entre os membros da equipe e sua coordenação, negligências que se configuram em problemas como a evasão escolar, baixo rendimento do aluno e do professor, uso de metodologias não condizentes com o perfil dos alunos, a queda nos índices de avaliação escolar entre outros. Denota-se que no presente estudo não foram apontadas falhas ou negligências na comunicação entre os membros da equipe pedagógica, entretanto é bom lembrar que o trabalho em equipe se acontece de forma eficiente quando todos estão articulados com os mesmos propósitos e a comunicação é fluida e os planejamentos das ações acontecem de forma democrática.

Conclusões



A partir dos dados coletados e analisados verificou-se que das onze educadoras que participaram do estudo, apenas uma delas indicou não possuir em sua turma educandos com dificuldades de aprendizagem, ou seja, as outras dez professoras possuem na turma, estudantes com dificuldades de aprendizagem, que inclui dificuldades diversas como: reconhecer as letras e números, leitura, escrita, coordenação motora, entre outras dificuldades que representam transtornos da aprendizagem.

Apesar da existência de educandos com dificuldades de aprendizagem, a maioria das professoras indicaram que a coordenação pedagógica contribui significativamente para a eficiência do processo de ensino aprendizagem e que em suas práticas cotidianas são aplicados e surtem efeito, os métodos indicados pela coordenação para reverter o quadro de defasagem na aprendizagem.

De forma geral, as professoras consideram que as ações desenvolvidas pela coordenação atendem as necessidades dos docentes e discentes da instituição e, embora tenham apontado muitos pontos positivos em manter essa parceria com a coordenação, foi indicado que algumas questões que envolve a coordenação pedagógica tem potencial para melhoria e destacaram que a coordenação não deveria ter sua função desviada, mesmo que esporadicamente, pois assim haveria mais tempo disponível para o suporte pedagógico, contudo sinalizaram que o nível de contribuição da coordenação pedagógica tem favorecido um fazer pedagógico de forma eficiente.

Referências Bibliográficas

ALVES, ANDREIA PATRÍCIA FOLGADO. A supervisão pedagógica e a reflexividade docente. Dissertação 44 fl. Mestrado em Supervisão Escolar. Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2013. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2595/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Andreia%20Alves.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2020.



BELLO, ISABEL MELERO.; PENNA, MARIETA GOUVÊA DE OLIVEIRA. O papel do coordenador pedagógico nas escolas públicas paulistas: entre as questões pedagógicas e o gerencialismo. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1, p. 69-86, jun. 2017.

CAMPOS, MARIA CAROLINA. Importância da comunicação na gestão do trabalho pedagógico. Especialização 14p. Especialização em coordenação pedagógica. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

FREIRE, PAULO. Educação: Sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). *O educador: vida e morte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

LEAL, FLAVIMILTON DOS SANTOS. AS DIFICULDADES DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ENSINO FUNDAMENTAL I NA ESCOLA DAMÁSIO EUGENIO DE SOUSA, JAICÓS-PI. Monografia 44 pg, Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Evangélica Cristo Rei. JAICÓS-PI, 2014. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/as-dificuldades-de-ensino-e-aprendizagem-no-ensino-fundamental-i/133965> . Acesso em 16 de agosto de 2020.

OLIVEIRA, JUSCILENE DA SILVA; GUIMARÃES, MÁRCIA CAMPOS MORAES O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar. *Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues - ANO I - Edição I - Janeiro de 2013*. ISSN 2317-7284, p. 95-103.

PLACCO, VERA MARIA NIGRO DE SOUZA.; SOUZA, VERA LÚCIA TREVISAN DE.; ALMEIDA, LAURINDA RAMALHO DE. O Coordenador Pedagógico: Aportes à Proposição de Políticas Públicas. *Cadernos de Pesquisa* v.42 n.147 p.754-771 set./dez. 2012.



PORTO, MARTA ROCHA. Coordenação pedagógica e gestão escolar: uma Relação Democrática? Monografia, 44p. Especialização em Coordenação Pedagógica. Universidade, Brasília-DF, 2015.

SILVA, ALEX ALVES DA. O Papel do Coordenador Pedagógico e Seus Desafios Contemporâneos. Estação Científica - Juiz de Fora, nº 15, p:1-8, janeiro – junho, 2016.

SOUZA, FABÍOLA JESUS DE.; SEIXAS, GRAZIELE OLIVEIRA.; MARQUES, TATYANE GOMES. O COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL. Práxis Educacional, Vitória da Conquista v. 9, n. 15 p. 39-56v jul./dez. 2013.



Capítulo 14

A PLAUSIBILIDADE DO USO DA AFETIVIDADE NAS ATIVIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL



A PLAUSIBILIDADE DO USO DA AFETIVIDADE NAS ATIVIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE PLAUSIBILITY OF THE USE OF AFFECTIVITY IN SCHOOL ACTIVITIES OF CHILD EDUCATION

Drielly de Brito Xavier¹

Alda Lêda Caetano do Nascimento²

Renata de Queiroz Araújo Militão³

Daniell Souza da Costa⁴

Maiara Barbosa Pereira da Silva⁵

Ellen Cristina Ferreira da Silva⁶

Resumo: neste Artigo, buscou-se a plausibilidade do uso da afetividade nas atividades escolares da educação infantil. Sendo assim, se refletiu aqui sobre a aplicação das pesquisas em pedagogia pelo entendimento de todas as suas prováveis contribuições para uma meta tão complicada, embora viável de se registrar adiante. Sendo assim, o principal objetivo deste estudo materializou-se paulatinamente pelo dimensionar descritivo das perspectivas no campo da pedagogia inerentes ao uso da afetividade nas atividades escolares da educação infantil. Além disto, a finalidade deste estudo também foi compreender de que forma os atos de ensino- aprendizagem poderão se beneficiar pelo uso didático-

1 Graduada em Educação Física, Licenciatura. UFRN (2012.2 a 2018.1). Pedagoga 2018.1 a 2022.1) Faculdade Maciço de Baturité Pós graduada em Educação Física Escolar e Educação Infantil. Faculdade Dom Alberto cursando específicos em Psicomotricidade (UFRN) e Educação Especial. (Facus)

2 Pedagoga, Curso de aperfeiçoamento Conhecendo a LDB e Introdução a Psicopedagogia

3 Pedagoga, Atua como suporte Pedagógico e está cursando especialização em gestão escolar

4 Pedagogo

5 Pedagoga, Curso de aperfeiçoamento Conhecendo a LDB e Introdução a Psicopedagogia

6 Pedagoga



-pedagógico da afetividade. Como se verifica, tratou-se de uma meta que também se centrou na averiguação epistemológica da relevância didático-pedagógico da afetividade no qualificar do processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. Para isto, realizou-se um estudo de revisão fundamentado em um método qualitativo-descritivo, favorável em explorar de maneira clara, direta e precisa os pormenores mais importantes do objeto investigado aqui. Assim se sucedeu considerando-se as fontes de pesquisa cabíveis em uma meta de tamanha amplitude.

Palavras-chave: Afetividade. Estratégia didático-pedagógica. Educação infantil.

Abstract: In this article, the plausibility of the use of affectivity in school activities of early childhood education was sought. Therefore, it was reflected here on the application of research in pedagogy for the understanding of all its likely contributions to such a complicated goal, although viable to register later. Therefore, the main objective of this study materialized gradually through the descriptive dimension of the perspectives in the field of pedagogy inherent to the use of affectivity in school activities of early childhood education. In addition, the purpose of this study was also to understand how the teaching-learning acts can benefit from the didactic- pedagogical use of affectivity. As can be seen, it was a goal that also focused on the epistemological investigation of the didactic-pedagogical relevance of affectivity in qualifying the teaching-learning process in early childhood education. For this, a review study was carried out based on a qualitative-descriptive method, favorable to explore in a clear, direct and precise way the most important details of the object investigated here. This was the case, considering the appropriate research sources in a goal of such scope.

Keywords: Affectivity. Didactic-pedagogical strategy. Child education.

INTRODUÇÃO



Nesta pesquisa, o tema a se estudar será a plausibilidade do uso da afetividade nas atividades escolares da educação infantil. Para tanto, deverá se realizar um estudo de revisão fundamentado em um método qualitativo-descritivo, destinando-se a explorar de forma clara, direta e precisa os pormenores mais importantes do objeto que se deseja investigar — como mais adiante se explicará melhor.

A priori, a afetividade, além de todos os seus prováveis desdobramentos interacionais, implica em um grave desafio de ensino. De qualquer jeito, os desafios preliminares que lhe sumariam podem se resolver mediante o uso de todas as ferramentas didático-pedagógicas as quais estão disponíveis no momento na área da pedagogia. Óbvio que tal postura implica no reconhecimento adequado não apenas objeto de pesquisa, mas de todas as suas particularidades, visando explorar todas as ferramentas úteis ao seu adequado descrever no típico ambiente escolar. Espera-se que no decorrer do estudo todas as questões que lhe são pertinentes sejam adequadamente reconhecidas e que possam, portanto, contribuir para que os atos de ensino-aprendizagem aconteçam da melhor maneira possível adiante. Tal conquista será de suma importância à manutenção do ensino de qualidade bem como um melhor clima interacional entre professor e aluno, embora seja algo que dependa bastante de outros fatores para que aconteça do modo desejado (JANKAUSKAS, 2021). Não é à toa, portanto, a relevância da plausibilidade do uso didático-pedagógico da afetividade para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra com maior celeridade e precisão, sem que isto afete a qualidade final desejada no ato.

Apesar dos obstáculos que lhe são inerentes, o efetivar deste estudo é plenamente justificável no momento. Assim se constata porque os seus resultados poderão ser bastante úteis para que se determine até que ponto o uso didático-pedagógico da afetividade poderá contribuir para que processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma célere e precisa. Isto não significa que apenas abordagem interativo-afetiva poderá contribuir para que algo do tipo se registre de maneira apropriada, embora exista a probabilidade de que tal fato seja uma perspectiva bastante auspiciosa para que os problemas de ensino-aprendizagem sejam reduzidos, se ainda impossível eliminá-lo de vez. Como se constata, a



perspectiva que este estudo oferece é premente para que o profissional da área da pedagogia lide melhor com esta problemática em particular (MARKIC, 2018). Por conta disto poderão entender melhor como o uso didático-pedagógico da afetividade poderá se transformar em uma excelente alternativa para que os mais graves problemas de ensino-aprendizagem sejam pelo menos avaliados melhor. Não é por acaso esta pesquisa deverá se realizar, porquanto social e academicamente válido os seus resultados, de uma só vez, com igual eficácia e precisão, indo bem além da área da pedagogia.

Dito tudo isso, o problema que se visa responder ao término deste estudo se sumaria na seguinte indagação: Até que ponto é uma alternativa válida para o qualificar do processo de ensino-aprendizagem o uso didático-pedagógico da afetividade na educação infantil? Embora não seja algo tão simples de ocorrer de imediato, será visando a construção de uma provável solução para esta pergunta em particular que todas as atividades em subsequência deverão se realizar passo a passo. Para tanto, se tomará como base, evidentemente, a metodologia escolhida na realização dos fins e metas que lhe são pertinentes, contribuindo para que entendimento da problemática investigada, ocorra da melhor forma possível. Nestas condições, o principal objetivo deste estudo se efetivará mediante o dimensionar descritivo das perspectivas no campo da pedagogia inerentes ao uso da afetividade nas atividades escolares da educação infantil. Como se constata, se tratará de uma meta que também se centrará na averiguação da relevância didático-pedagógico da afetividade em atividades de ensino-aprendizagem (OLIVEIRA et al, 2020).

Em relação à metodologia, esta pesquisa, como já dito, se efetiva mediante uma revisão embasada em um método qualitativo-descritivo. Sendo assim, aqui serão explorados conceitos, definições, ideias, paradigmas, premissas e teorias válidas ao entendimento da problemática investigada que se encontram expressas em fontes de natureza escrita, as quais dimensionam como a aplicação da afetividade nas atividades escolares na educação infantil poderá se realizar na prática (RICHARDSON, 2018). Estas fontes, por sua vez, serão avaliadas de maneira teórico-indutiva, ou seja, se buscará compreender de que modo cada uma delas se posiciona sobre os elementos que são necessários ao



executar célere e preciso desta pesquisa. Isto irá contribuir para que o problema que lhe sintetiza seja passível a experimentar uma resposta adequada aos fins que lhe dizem respeito, tomando como ponto de partida o posicionamento de terceiros que se interessam por problemática mais ou menos semelhante àquela que aqui se investiga.

Quanto ao explanar do conteúdo, ele deverá ocorrer considerando duas premissas básicas. Na primeira delas, se buscará descrever os preceitos básicos em pedagogia que podem ser favoráveis às atividades de ensino-aprendizagem pelo uso didático-pedagógico da afetividade na educação infantil. Também se agirá no sentido de se apresentar de forma descritiva os benefícios de se realizar atividades ensino-aprendizagem pelo uso didático-pedagógico da afetividade no espaço escolar.

Em suma, são estas as ideias e as considerações, além dos desdobramentos e das ideias mais importantes, que se pretende, mesmo que de forma paulatina, desenvolver nesta pesquisa. Isto tudo irá contribuir para o emergir de um ambiente letivo melhor para todos, através do uso didático-pedagógico da afetividade nas atividades escolares da educação infantil.

A PEDAGOGIA E A AFETIVIDADE EM USO

Como qualquer outra área, a pedagogia é uma ciência que tem os seus próprios interesses, além dos fins e dos meios de trabalho que lhe são possíveis (CARDOSO, 2019). O uso deles, evidentemente, dependerá da forma que enxerga os objetos que lhe são pertinentes, contribuindo para que a produção do saber ocorra de forma adequada em todas as atividades que lhe são pertinentes.

Embora a problemática do uso da afetividade no processo de ensino-aprendizagem não seja uma tarefa que dependa apenas da pedagogia, certamente o uso desta disciplina implica em contribuições válidas para que algo do tipo possa se registrar. Se bem entendidos os meios de trabalho que lhe são possíveis, esta meta deverá ocorrer da forma desejada com maior celeridade e precisão, inclusive pelo uso factível da afetividade nas atividades escolares da educação infantil. Se as ferramentas de



pesquisa em pedagogia são adequadamente exploradas em um ato de tamanha amplitude, a probabilidade de que o uso didático-pedagógico da afetividade se efetive com maior probabilidade de sucesso é inequívoca (RODRIGUES, 2019; SOUZA et al, 2019). Será pela consciência exata de todas estas questões que este estudo, mais adiante, irá justamente avaliar todos os meios que esta disciplina em particular tem a seu inteiro dispor. Uma perspectiva, aliás, indispensável para que o uso didático-pedagógico da afetividade na educação infantil possa ocorrer conforme se deseja. Uma conquista válida para que o lecionar de qualquer competência, habilidade ou saber se suceda melhor em todas as todas as ocasiões e contextos.

Se adequadamente exploradas todas as ferramentas epistemológicas que lhe são cabíveis, a probabilidade de que facilite a construção de prováveis alternativas para os mais graves problemas que lhe interessam eleva-se bastante. Embora não seja habilitada sozinha em resolver todos os problemas que lhe são apresentados, a pedagogia tende a ser bastante útil para que, por exemplo, o qualificar do processo de ensino-aprendizagem pelo uso didático-pedagógico da afetividade possa experimentar uma solução favorável na educação infantil. Sendo assim, mais adiante, se determinará de que modo a observação em pedagogia se sucede, o que só irá ocorrer, todavia, mediante o planejamento bem-sucedido de um sistema de informação que lhe seja inteiramente adequado nos atos de planejamento escolar (LOPES, 2020). Será destas ações preliminares que será viável o entendimento as imagens para pensar em pedagogia, tomando como meta usá-las para a construção de soluções didático-pedagógicas para os problemas que esta disciplina enfrenta todos os dias na lida de pesquisa de ensino-aprendizagem.

Decerto as contribuições da observação e do planejamento de dados e informações em pedagogia, complementados pelo entendimento esperado das atividades que lhe são cabíveis, serão pertinentes ao uso plausível da afetividade nas atividades escolares da educação infantil. De qualquer maneira, a classificação letiva, reforçada pelas atividades de descrição que lhe são importantes, serão necessários para tal meta seja consumada conforme se cogita (ROSSETTI et al, 2019). Somente assim



se estabelecerá uma postura de trabalho em pedagogia melhor adaptada aos entraves e desafios comuns ao uso didático-pedagógico da afetividade na educação infantil. Não é à toa, portanto, que estas questões também serão avaliadas mais adiante.

A OBSERVAÇÃO EM PEDAGOGIA

Como qualquer outra área, a pedagogia é uma ciência que depende da observação para que ofereça os melhores resultados possíveis em todos os seus estudos. Observar é identificar, analisar e compreender os pormenores mais importantes que caracterizam um determinado objeto investigado, visando mais adiante, prováveis intervenções (OLIVEIRA et al, 2020). Assim poderá se suceder quando se tem em mente a plausibilidade uso didático-pedagógico da afetividade no processo de ensino-aprendizagem como um todo.

A gestão de qualquer ato de observação letiva, deprecará providência e monitoramento frequentes, além da plausibilidade de um volume razoável de correções em simultâneo (COSTA; SOUZA, 2019). Assim deverá se suceder em qualquer ação ou atividade que lhe cabe, se a intenção é realmente alcançar os resultados desejados adiante, independentemente de sua natureza bem como de todos os seus prováveis fins e objetivos. Entre estes objetivos e fins é possível de se incluir o uso didático-pedagógico da afetividade nas atividades habituais de ensino- aprendizagem que poderão se realizar, por exemplo, na educação infantil, aproveitando-se das pesquisas em pedagogia.

Na lida de pesquisa, para que qualquer plano de observação letiva seja bem- sucedido, urge embasá-lo nos preceitos capazes de maximizar a eficácia geral de todas as suas ações descritivo-exploratórias. Se, portanto, a intenção é determinar até que ponto o uso didático-pedagógico da afetividade pode ser considerada como uma alternativa válida para o qualificar do processo de ensino-aprendizagem nas atividades habituais da educação infantil, deve-se, antes de tudo, observar bem os pormenores didático-pedagógicos da afetividade em atos de ensino-aprendizagem na educação



infantil para qualificar o lecionar de qualquer competência, habilidade ou saber. Certamente os dados gerados em atividades de observação letiva deverão tomar como base as premissas que tanto a descrição como também o quantificar de todos os dados que lhe são pertinentes irão implicar adiante (SANTOS et al, 2019). Deve-se, para tanto, explorar todos os prováveis meios de observação disponíveis no ato com a máxima acuidade possível. Somente deste jeito, aliás, os resultados desejados no uso didático-pedagógico da afetividade em atividades de ensino- aprendizagem na educação infantil serão alcançados com precisão e celeridade, sem abrir mão da qualidade desejada.

Uma probabilidade do tipo, ainda não seja tão fácil de se alcançar, tende a contribuir bastante para que o uso didático-pedagógico da afetividade nos atos de ensino-aprendizagem nas atividades da educação infantil se consume. A partir daqui será viável, também, se dimensionar com maior acuidade a pertinência de todos os meios de observação disponíveis no momento em pedagogia, centrando-se nos resultados finais esperados no ato. Isto só irá acontecer, todavia, usando as ferramentas em pedagogia como se deve em atos do tipo, reconhecendo a pertinência de cada uma delas para que o objeto investigado seja devidamente analisado e compreendido, precedendo-se melhor os atos de intervenção que lhe cabíveis. Para que assim aconteça pelo maximizar da eficácia desejada no ato, necessita-se do uso dos recursos disponíveis com perspicácia, entendendo melhor, os pormenores paralelos que lhe são possíveis (SIQUEIRA et al, 2019). Qualquer ação, atividade ou empreendimento em pedagogia, aliás, depende muito da consciência pormenorizada de todos os elementos que lhe serão úteis adiante.

Conquanto predito como complicado de se realizar, tal postura é essencial para que a observação letiva se execute com a máxima eficácia (MAIA, 2020). Apesar disto, alguns atos prévios ainda poderão ocorrer aquém do esperado, dificultando-se, por consequência, o uso didático-pedagógico da afetividade como uma alternativa válida para o qualificar do processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. Meios para que, aliás, registre com tal precisão algo assim já estão disponíveis para o lecionar de qualquer competência, habilidade ou saber. Basta, portanto, usá-los como se deve em



atividades que lhe são cabíveis.

Para que dados e informações prementes ao uso didático-pedagógico da afetividade no processo de ensino-aprendizagem no decorrer da educação infantil estejam disponíveis, deve-se, antes de tudo, gerir bem as atividades de pesquisa que lhe são importantes (ALEXANDRE, 2016; CALIL et al, 2020). Isto só poderá em sua totalidade mediante atos de planejamento, de organização, de direção e de controle em pesquisa, contribuindo para que a observação letiva se efetive com a máxima eficácia possível.

PLANEJANDO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM PEDAGOGIA

O maior desafio para que as atividades de ensino-aprendizagem ofereçam os resultados que delas se espera é aproveitar-se de todas as informações e dados observados ao máximo nos atos letivos que lhe são pertinentes (JANKAUSKAS, 2021). Isto deverá ocorrer de tal forma que seja possível o constituir de um sistema de informação capaz de qualificar as decisões de intervenção didático-pedagógica imprescindíveis para os atos de ensino-aprendizagem inerentes à educação infantil, por exemplo.

Como qualquer outra atividade letiva, os atos de ensino-aprendizagem da educação infantil dependem bastante de informações e dados gerados pelo didático-pedagógico em curso. Para que um sistema de informação em pedagogia seja bem-sucedido, será necessário muni-lo de todos os dados e informações que lhe sejam prementes. Somente assim o qualificar do processo de ensino-aprendizagem na educação infantil irá ocorrer mediante o uso didático-pedagógico da afetividade (MARKIC, 2018; OLIVEIRA et al, 2020). Apesar disto, não apenas observar a área a se qualificar nas atividades letivas em curso, criando um banco de dados e informações habilitado em qualificar as atividades de intervenção de ensino-aprendizagem na educação infantil.

Qualquer sistema de informação em pedagogia poderá se transformar em uma excelente fer-



ramenta de trabalho para que as observações na área se realizem com maior acuidade e precisão. Para que as observações em geográfica aconteçam, será preciso, a priori, planejar do melhor modo todos os prováveis pormenores que lhe cabem. Com isto feito, será viável dimensionar tanto os meios como os fins que serão factíveis de se alcançar pelo uso de um sistema de informação em pedagogia bem estruturado (CARDOSO, 2019). Atuando deste jeito, será viável explorar, em subsequência, todos os recursos de pesquisa vinculados aos resultados factíveis de se alcançar tomando como ponto de partida um sistema de informações apto em uma meta de tamanha amplitude.

Como se verifica, a meta de qualquer sistema de informação geográfica é viabilizar que todos os dados e informações úteis aos estudos da área sejam explorados da melhor maneira possível. Para que isto aconteça, deve-se planejar bem todos os desdobramentos que lhe são prementes, destinando-se a observação geográfica bem-sucedida, apesar de todos os desafios entaves que poderão lhe atrapalhar no ato. Se a intenção é planejar, por exemplo, o uso didático-pedagógico da afetividade nos atos de ensino-aprendizagem da educação infantil, deve-se reconhecer os passos que lhe são imprescindíveis, visando-se ao executar eficaz de todas as atividades essenciais ao uso sistemas de informação em pedagogia. Ao se planejar, visa-se, portanto, sumariar com acuidade máxima todos os prováveis atos que deverão ser executados no estudo em pedagogia, centrando-se na qualidade visada na ocasião para que tudo se realize da melhor forma em seguida (RODRIGUES, 2019). Na ausência do planejamento, não existirá, portanto, meios para que o qualificar do processo de ensino-aprendizagem seja favorecido pelo uso didático-pedagógico da afetividade na educação infantil.

Ainda que não seja tão simples de ocorrer, se bem executado, o planejamento em pesquisa no campo da pedagogia possibilitará que o uso de sistemas de informação seja melhor sucedido. Tal conquista é indispensável para que os objetivos e metas cabíveis, por exemplo, ao uso didático-pedagógico da afetividade nos atos de ensino-aprendizagem da educação infantil sejam cumpridos com qualidade, sem que se alivie a celeridade e precisão esperadas no ato. Se as atividades que lhe são importantes são planejadas aquém do esperado, constata-se justamente o contrário, isto é, não se ob-



serva o alcance de metas pertinentes, além de registrar, simultaneamente, uma qualidade abaixo do esperado, além do gasto excessivo de recursos (SOUZA et al, 2019).

A observação letiva depende, portanto, de um sistema eficaz de informação para que se realize como se deseja as atividades que lhe são cabíveis em paralelo. Se não há informações e dados de qualidade disponíveis, inúmeros elementos de qualquer objeto que se investiga em uma determinada ocasião em particular serão desconsiderados (LOPES, 2020). Se não assim em sua totalidade, existirá pelo menos a probabilidade que aconteça algo do tipo com maior frequência. Tal fato também se aplica em pesquisas na área da pedagogia, quando centrados no lecionar de qualquer competência, habilidade ou saber pelo uso didático-pedagógico da afetividade na educação infantil.

Em suma, o planejamento preciso de um sistema próprio de informação é o ato inicial para o melhor gerir de qualquer pesquisa em pedagogia (ROSSETTI et al, 2019). Inclusive no âmbito da aplicação da afetividade nas atividades escolares na educação infantil é bem deste jeito deverá se suceder.

AS IMAGENS PARA SE PENSAR EM PEDAGOGIA

A priori, é plausível de se determinar como uma imagem letiva qualquer dado ou informação de natureza afetivo-interacional que possa contribuir para que as investigações no campo da pedagogia se realizem melhor (OLIVEIRA et al, 2020). Ciente disto, é possível usá-las para se qualificar o processo de ensino- aprendizagem de qualquer competência, habilidade ou saber.

Pelo uso estratégico de imagens afetivo-interacionais devidamente fundamentadas na observação letiva, será factível de se construir alternativas de intervenção didático-pedagógicas favoráveis em traçar o melhor caminho possível para que, por exemplo, o qualificar do processo de ensino-aprendizagem na educação infantil se registre com celeridade e precisão, valorizando o uso de todos os meios didático-pedagógicos necessários em uma operação de tamanha amplitude. Será a partir daqui que o uso didático-pedagógico da afetividade poderá incitar os seus passos iniciais no espaço escolar.



Qualquer atividade de pesquisa de qualidade em pedagogia, deriva-se do uso inequívoco de todas as imagens do objeto a se investigar (COSTA; SOUZA, 2019; SANTOS et al, 2019). Ainda que à sua maneira, assim também se constata em relação ao provável uso da afetividade nas atividades escolares da educação infantil. Se o vislumbre imagético das áreas em que o processo de ensino- aprendizagem não é devidamente executado, a probabilidade de que aconteça o desperdício de recursos nela eleva-se bastante, conquanto exista interesse em qualificá-lo. Isto significa que o uso didático-pedagógico da afetividade em atos de ensino-aprendizagem da educação infantil por meio de imagens interacionais depende de informações e dados adequadamente fundamentados. Somente assim será viável o entendimento da evolução do qualificar do processo de ensino- aprendizagem, além de sua provável qualificação no lecionar de qualquer competência, habilidade ou saber inerente à educação infantil.

Em um primeiro momento, um ato do tipo também dependerá da observação detalhada de todos os elementos afetivo-interacionais, os quais irão contribuir para a construção dos sistemas de informação letiva aconteça, dirigindo os meios de pesquisa disponíveis aos fins que lhe são pertinentes. Entre estes meios se destacam, de imediato, todas as ferramentas teórico-epistemológicas úteis ao processo de pesquisa em educação, sobretudo quando a intenção é usar os seus resultados em ações de intervenção que lhe são cabíveis em seguida. Qualquer atividade de intervenção de ensino será melhor executada pelo uso assertivo de todos os dados e informações que lhe são pertinentes, destacando-se imagens que tracem o caminho das dificuldades de aprendizagem que lhe são comuns, visando refreá-las e eliminá-las, se possível (SIQUEIRA et al, 2019). Eis a meta ainda a se alcançar quando se trata do uso da afetividade nas atividades escolares.

Se a meta é cumprir bem qualquer ato de estudo, deve-se apreender todos os elementos que sintetizam o objeto a se investigar, identificando, analisando e compreendendo a sua intrínseca. Para que se identifique, analise e compreenda o objeto letivo em pauta, visando prováveis intervenções bem-sucedidas nele adiante, é necessário o uso de dados e informações que lhe sejam pertinentes



(MAIA, 2020). Tal postura tende a facilitar bastante o efetivar de todos os atos úteis ao uso da afetividade nas atividades escolares da educação infantil, maximizando-se os resultados que serão registrados mais adiante. No momento em que o uso de um banco de dados e informações imagéticas ocorrer com a acuidade esperada para ações do tipo, será viável intervenções de ensino com maior probabilidade de sucesso. Este é o caminho a se seguir para que o qualificar do processo de ensino-aprendizagem na educação infantil possa ocorrer melhor.

Qualquer plano de estudo em pedagogia, só ir oferecer os resultados gerais que dele se espera fundamentando-se no entendimento descritivo-exploratório de todas questões teóricas e práticas que lhe determinam. Ainda que sejam possíveis alguns ajustes no ato, assim deverá se registrar quando se busca dimensionar a importância do provável uso da afetividade nas atividades escolares da educação infantil (CALIL et al, 2020). Se os padrões imagéticos que lhe precedem não viabilizam o perquirir detalhado de todos os pormenores que lhe são possíveis, não será tão fácil, por exemplo, corrigir as mais graves incongruências que poderão se observar na análise descritiva dos meios úteis para lidar com os desafios e entraves inerentes ao qualificar do processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. De qualquer modo, um conjunto adequado de imagens de pesquisa para que ofereça os melhores resultados adiante basta, antes de tudo, entendimento exato do que se deve fazer, porque se deve, quando e como se necessita realizar tudo isto, visando explorar da melhor forma todos os seus prováveis desdobramentos subsequentes, contribuído para o melhor uso didático-pedagógico da afetividade.

Para que as melhores imagens para pesquisa existam, será preciso, portanto, identificar, analisar, compreender e explorar todos os preceitos que lhe são pertinentes para que ofereça os resultados que dele se espera ao término de tudo. Pela perspectiva do estudo descritivo dos desafios e entraves comuns ao lecionar de todas as competências, habilidades e saberes inerentes à educação infantil, as imagens em uso poderão servir para que todas os dados e questões sejam adequadamente conhecidos por todos que deles necessita (ALEXANDRE, 2016). Será mediante esta postura que os estudos em



pedagogia poderão ser bastante úteis ao uso presumível da afetividade nas atividades escolares. Uma conquista em pesquisa válida, além de necessária, mas ainda carente de ações assertivas, embora já sejam observados alguns resultados na área.

Ou seja, usar as imagens de pesquisa de forma correta, se viabilizará tanto a produção como também o fluxo de dados e informações necessários ao uso pressuposto da afetividade nas atividades escolares da educação infantil, usando ao máximo a estrutura investigativa da observação letiva em pauta. Agindo assim, não se acabará de vez com os desafios e entraves de ensino-aprendizagem observados na educação infantil, mas será pelo menos viável determinar como será factível a construção de soluções que sejam pelo menos bem-sucedidas em reduzi-los bastante (JANKAUSKAS, 2021). Será a partir daqui que os atos de ensino- aprendizagem mediante o uso didático-pedagógico da afetividade poderão se registrar sem tantos percalços.

A CLASSIFICAÇÃO EM PEDAGOGIA

A priori, classificar implica na aplicação sistemática de uma taxonomia habilitada em explorar de forma adequada todos os pormenores de qualquer objeto investigado (MARKIC, 2018). Tal ato, embora solicite métodos que lhe sejam inteiramente cabíveis, é primordial para que as pesquisas na área da pedagogia se efetivem, inclusive no entendimento dos padrões afetivo-interacionais inerentes ao processo de ensino-aprendizagem da educação infantil, por exemplo. Será desta constatação que se determinará o entendimento do evoluir paulatino deste fenômeno em seguida, elaborando-se estratégias didático-pedagógicas que lhe sejam favoráveis, centrando-se no qualificar letivo.

No geral, todo e qualquer estudo pedagógico depende de uma fundamentação teórico-epistemológica prévia calcada em premissas e paradigmas que lhe sejam cabíveis. A finalidade desta necessidade será de suma importância para que se conceda todos os meios úteis ao consumir pleno e qualificado de todos os atos que lhe são pertinentes, viabilizando-se a construção assertiva de solu-



ções para os problemas que lhe afetam (OLIVEIRA et al, 2020). No momento, há duas abordagens, ou seja, horizontes teórico-epistemológicos básicos que fundamentam a realização de toda e qualquer pesquisa. Assim se sucede em todas as áreas do saber, inclusive no campo da pedagogia, independentemente do objeto investigado nos estudos que lhe são pertinentes. Tal postura é imprescindível para que a classificação letiva se efetive como se deseja. Se esta atividade for bem realizada, a probabilidade de que soluções úteis para lidar com todos os desafios e entraves que deverão se observar quando se trata, por exemplo, do uso da afetividade nas atividades escolares na educação infantil.

Para que problemas de pesquisa iguais aos prováveis desafios e entraves de ensino-aprendizagem comuns à educação infantil sejam vencidos pelo uso didático- pedagógico da afetividade, será necessário o uso de uma perspectiva teórica que lhe favoreça. Algo assim poderá se realizar tanto pelo horizonte quantitativo como também pela perspectiva qualitativa, usando, em cada uma destas ocasiões, os meios que lhe são pertinentes. Ao lado destas duas prováveis vertentes, é viável a junção mais ou menos sistemática das duas numa só pesquisa, visando esclarecer melhor os pormenores básicos do objeto que se investiga em uma determinada ocasião em particular. Em qualquer uma delas, solicita-se, todavia, embasamento lógico apropriado para que todas as tarefas que são necessárias em qualquer estudo se realizem celeridade, eficácia e precisão, sem abrir mão da qualidade esperada em todas as ações do tipo (CARDOSO, 2019; RODRIGUES, 2019). Caso sejam usadas de forma correta, irão, portanto, contribuir para que os padrões de ensino-aprendizagem na educação infantil sejam adequadamente dimensionados pela perspectiva da classificação letiva.

Certamente, o maior desafio para que estudos iguais ao que desejamos realizar seja classificar de forma adequada todos os seus dados, contribuindo para que a análise descritivo-exploratória dos elementos que lhe cabem se realize com celeridade e precisão com igual eficácia e qualidade, de uma só vez. A pedagogia, embora seja uma ciência multidimensional, geralmente lida melhor com dados interacionais, as quais se encaixam na realidade de trabalho dos objetos que lhe interessam (LOPES, 2020; SOUZA et al, 2019). Na consciência desta particularidade, será viável, portanto, classificar de



maneira adequada todos os dados coletados no trabalho de campo, viabilizando-se a construção de um sistema de informações didático-pedagógicas de melhor qualidade.

Como tal, ações do tipo materializam-se em pesquisas mais ou menos semelhantes ao dimensionar dos padrões de dificuldade de ensino-aprendizagem nos atos de ensino-aprendizagem da educação infantil (ROSSETTI et al, 2019). Sendo assim, também irá contribuir para que realizem testes e revalidações futuras em todos os seus experimentos em investigações posteriores, as quais também se concentram sobre problemáticas mais ou menos idêntica, contribuindo para uma lida de ensino melhor sucedida adiante.

A DESCRIÇÃO EM PEDAGOGIA

Descrever implica em entender de forma adequada todos os pormenores que fundamentam qualquer entidade epistemológica em particular. Tal ato irá, evidentemente, se suceder pela identificação, análise e compreensão descritivo- exploratória de todas as suas características e particularidades (OLIVEIRA et al, 2020). Assim se constata, sobretudo, ante ao perquirir de todos os elementos que sejam imprescindíveis ao seu pleno manifestar de forma isolada como também no conjunto interdependente de todos os elementos que lhe são pertinentes, incluindo- se aqui nos atos de ensino-aprendizagem da educação infantil.

Se a intenção é construir alternativas de trabalho favoráveis para lidar com as dificuldades de ensino-aprendizagem comuns à educação infantil, certamente a pedagogia tem meios para que algo assim se registre conforme esperado. De qualquer maneira, para que a descrição em pesquisa na área de pedagogia possa favorecer uma meta de tamanha amplitude, é importante que haja disciplina para que se explore todas as ferramentas de trabalho que lhe sejam adequadas. Isto tudo será indispensável para que se identifique, analise e compreenda todos os prováveis pormenores indispensáveis ao constituir de uma postura bem-sucedida em atividades de ensino-aprendizagem da educação infantil



(COSTA; SOUZA, 2019). Existem, hoje, meios para que a água se registre isto basta usá-los para que sejam possíveis os resultados desejados. Aqui deverá se incluir o qualificar do processo de ensino-aprendizagem pelo uso didático-pedagógico da afetividade.

Dimensionando-se bem os seus meios de trabalho, os estudos na área da pedagogia poderão, portanto, contribuir para que inúmeras problemáticas que lhe são pertinentes sejam resolvidas com celeridade, eficácia e precisão. Isto tudo, em uso, irá contribuir bastante para que os padrões de ensino-aprendizagem na educação infantil sejam adequadamente dimensionados pela perspectiva da classificação letiva (SANTOS et al, 2019). Se, por alguma razão, todos os elementos que são importantes ao adequado entender dos pormenores básicos do objeto que desejamos investigar são subvalorizados ou superficialmente avaliados, não será possível apresentar uma provável solução ao problema a se investigar.

Isto significa que os atos de descrição que deverão se suceder para que o qualificar do processo de ensino-aprendizagem na educação infantil por meio do uso didático-pedagógico da afetividade ocorra deve se orientar em uma postura de intervenção letiva que lhe seja pertinente (SIQUEIRA et al, 2019). Tal meta deverá se registrar, antes de tudo, pela análise pormenorizada de todos os detalhes coletados in loco em sala de aula que sejam pertinentes ao constituir de uma lida didático-pedagógica melhor qualificada para o lecionar de qualquer competência, habilidade ou saber na educação infantil.

Mesmo que solicitem do profissional da área ferramentas diferenciadas de trabalho, as pesquisas em pedagogia poderão contribuir bastante para que determinados objetos de estudo sejam compreendidos de forma apropriada (ALEXANDRE, 2016; CALIL et al, 2020). Será a partir daqui que o processo de ensino-aprendizagem da educação infantil pelo uso didático-pedagógico da afetividade deverá acontecer em seguida.

CONCLUSÃO



Neste Artigo, buscou-se a plausibilidade do uso da afetividade nas atividades escolares da educação infantil. Sendo assim, se refletiu aqui sobre a aplicação das pesquisas em pedagogia pelo entendimento de todas as suas prováveis contribuições para uma meta tão complicada, embora viável de se registrar adiante.

Sendo assim, o principal objetivo deste estudo materializou-se paulatinamente pelo dimensionar descritivo das perspectivas no campo da pedagogia inerentes ao uso da afetividade nas atividades escolares da educação infantil. Como se verifica, tratou-se de uma meta que também se centrou na averiguação epistemológica da relevância didático-pedagógico da afetividade no qualificar do processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. Para isto, realizou-se um estudo de revisão fundamentado em um método qualitativo-descritivo, favorável em explorar de maneira clara, direta e precisa os pormenores mais importantes do objeto investigado aqui. Assim se sucedeu considerando-se as fontes de pesquisa cabíveis em uma meta de tamanha amplitude.

Além disso, a finalidade deste estudo também foi compreender de que forma os atos de ensino-aprendizagem poderão se beneficiar pelo uso didático-pedagógico da afetividade. Certamente não foi uma atividade tão simples algo do tipo, haja vista que implicou em uma autorreflexão em pesquisa, tomando consciência exata de todos os desafios e entraves que os atos de ensino-aprendizagem da educação infantil depreciam em todas as ocasiões. Tal atividade é deveras complicada, embora plausível de suceder pelo uso das ferramentas e meios disponíveis no momento no campo da pedagogia. Será a partir daqui que a construção de uma escola melhor sucedida para lidar com mais graves desafios e entraves que poderão se observar nas atividades letivas da educação infantil.

Ciente de todas essas questões, indaga-se mais uma vez: Até que ponto é uma alternativa válida para o qualificar do processo de ensino-aprendizagem o uso didático-pedagógico da afetividade na educação infantil?

No momento, é inequívoco a validade do uso didático-pedagógico da afetividade para o qualificar do processo de ensino-aprendizagem na área da educação infantil. Embora ainda não seja



viável de se determinar com precisão absoluta até que ponto assim deverá acontecer, não há como desconsiderar as perspectivas que o uso didático-pedagógico da afetividade tende a oferecer para que os mais graves desafios e entraves de ensino-aprendizagem na educação infantil sejam paulatinamente superados. Irá assim acontecer devido aos seus benefícios imediatos para que soluções sejam apresentadas para os obstáculos comuns ao qualificar do processo de ensino-aprendizagem, aproveitando-se de uma mentalidade afetivo-didático-pedagógica que lhe seja favorável. Isto não irá acabar de vez com os todos os problemas que deverão se observar em atividades letivas inerentes à educação infantil. De qualquer maneira, não há como desconsiderá-la, ou seja, a inserção didático-pedagógica da afetividade em ações tão importantes. Inclusive assim deverá se registrar com maior probabilidade de sucesso pelo uso das ferramentas pedagógicas válidas em uma problemática do tipo.

Visando-se aproveitar de todas as ferramentas teóricas que a pedagogia disponibiliza para que as demandas letivas possam correr da melhor forma possível, urge avaliar como os meios que lhe são importantes se manifestam. Isto significa que esta disciplina não poderá resolver, de uma hora para outra, todos os problemas irão se observar em atos de ensino-aprendizagem da educação infantil, mesmo que seja pertinente ao constituir de uma avaliação adequada das competências, habilidades e saberes que se deseja qualificar melhor. Entre estes meios merecem destaque as atividades de observação em pedagogia e planejamento de sistemas de informação na área, além do entendimento imagético dos objetos de pesquisa que lhe interessam em sala de aula. Com estas atividades devidamente executadas, será viável uma melhor classificação do objeto letivo estudado, além da descrição melhor sucedida dos pormenores que lhe são possíveis, inclusive tratando-se da plausibilidade do uso da afetividade nas atividades escolares.

Para que problema de ensino-aprendizagem na educação infantil seja adequadamente superado pelo uso didático-pedagógico da afetividade, urge compreender quais expectativas são possíveis de se alcançar pelo uso assertivo de ferramentas e meios que lhe são inerentes. Será pela consciência exata de todas estas prováveis questões que pesquisas em áreas como pedagogia deverão, por exem-



plo, considerar de que modo poderão contribuir para que o qualificar do processo de ensino-aprendizagem possa ocorrer adiante. Não se tratará, todavia, de uma atividade que deixará de solicitar um volume de recursos que lhe seja favorável, facilitando a realização de todos os objetivos e metas que lhe são prementes. De qualquer jeito, trata-se de uma meta válida, além de plenamente possível de se alcançar, desde que exista interesse em consumá-la como se cogita no momento.

Quando assim acontecer, a probabilidade de que os problemas comuns de ensino- aprendizagem na educação infantil sejam paulatinamente resolvidos eleva-se bastante.

À sua maneira, este estudo concentrou-se em compreender como a consideração teórica do uso didático-pedagógico da afetividade do campo da pedagogia poderá favorecer ao qualificar do processo de ensino-aprendizagem na educação infantil, ainda que isto só ocorra de forma paulatina. Uma atividade que tem inúmeros desafios e entraves, mas que já tem, igualmente, algumas perspectivas bem interessantes, as quais serão bem úteis ao constituir de uma mentalidade de intervenção em pedagogia capaz de lidar melhor com os desafios e entraves que são factíveis de se observar no lecionar de qualquer competência, habilidade ou saber na educação infantil.

Enfim, são estes os resultados possíveis para este estudo. Considerando as suas prováveis limitações, espera-se que os seus desdobramentos sejam pelo menos úteis ao esclarecimento de todas as questões válidas a plausibilidade do uso da afetividade nas atividades escolares da educação infantil.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Leandra Tonsach. A importância da afetividade nas relações pedagógicas da Educação Infantil. *Revista Eventos Pedagógicos*, v. 7, n. 2, p. 19, 2016.

CALIL, Ana Maria Gimenes Corrêa et al. A afetividade nos documentos oficiais da educação infantil:



uma questão a ser explorada. *Devir Educação*, v. 4, n. 1, p. 93- 115, 2020.

CARDOSO, Lorena Tamillys Silva. A afetividade na relação professor e aluno com TEA na educação infantil. *Revista Caparaó*, v. 1, n. 2, p. e9-e9, 2019.

COSTA, Emanuelle Lourenço; SOUZA, Jane Rose Silva. Família e escola: as contribuições da participação dos responsáveis na educação infantil. *Khóra: Revista Transdisciplinar*, v. 6, n. 7, 2019.

JANKAUSKAS, Rosi Meri Bukowitz. A afetividade presente na Educação Infantil Indígena. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 5, p. 45761-45770, 2021.

LOPES, Iara Rayane Ribeiro. Desenvolvimento social e afetivo na primeira infância: concepções de professoras. *Revista Caparaó*, v. 2, n. 2, p. e24-e24, 2020.

MAIA, Marta. A construção de memórias afetivas em tempo de pandemia. *Práticas em Educação Infantil*, v. 5, n. 6, 2020.

MARKIC, Ana Angélica. Tecitura: Afetividade e Aprendizagem Na Educação Infantil. *Revista Educação-UNG-Ser*, v. 12, n. 2, p. 42-51, 2018.

OLIVEIRA, Ana Paula Gomes de et al. A importância da música na educação infantil. *Revista Educação & Ensino*, v. 4, n. 1, 2020.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de et al. O trabalho do professor na Educação Infantil. Editora Biruta, 2020.



RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3. ed. Atlas: São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Moacir Carlos Nunes. A importância da afetividade na aprendizagem escolar na relação aluno-professor. *Infinitem: Revista Multidisciplinar*, v. 2, n. 2, p. 109-123, 2019.

ROSSETTI, Claudia Broetto et al. A importância do jogo e da brincadeira na prática pedagógica. *Construção psicopedagógica*, v. 27, n. 28, p. 37-47, 2019.

SANTOS, Fábio Xavier et al. O brincar e os contextos físicos escolares: uma reflexão sobre a educação infantil no Município de São Paulo. *Revista Educação*, v. 12, n. 1, p. 177-191, 2019.

SIQUEIRA, Alessandra Cardoso et al. A influência da tecnologia no desenvolvimento infantil. *Revista FAROL*, v. 8, n. 8, p. 22-39, 2019.

SOUZA, Claudilene et al. Afetividade na educação infantil. *Revista Inclusiones*, p. 581-595, 2019.



Capítulo 15

A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA



A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

THE IMPORTANCE OF THE BASIC EDUCATION ASSESSMENT SYSTEM

Marilene da Silva Lima¹

Andreia Pereira de Andrade²

Edilene Maria da Silva³

Marcela Tarciana Cunha Silva Martins⁴

Resumo: O presente artigo traz para análise e debate algumas considerações com relação a avaliação externa SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) que é aplicada em todo território brasileiro, tendo como principal objetivo: diagnóstico da educação básica no Brasil. As avaliações externas são importantes porque servem de termômetro aos municípios, uma vez que estes ficam alertados a continuarem investindo para que os índices obtidos não caiam e possam avançar cada vez mais na qualidade da educação, desde escolas equipadas tecnologicamente a professores melhores preparados com o incentivo de formações continuadas. Conhecimentos relevantes a respeito de toda estrutura da

1 Mestre em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University-VCCU (2021). Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade do Belo Jardim-FBJ (2020). Graduada em Letras pela Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim-FABEJA (2011). Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação Regional Serrana-FUNPAC (2015)

2 Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University

3 Mestre em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University-VCCU (2021) Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Teologia Integrada (2015) e Pós-Graduação em Ensino da Língua Portuguesa e as Novas Tecnologias pela Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim-FABEJA (2012). Graduada em Letras pela Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim-FABEJA (2010). Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação Regional Serrana-FUNPAC (2015)

4 Professora Orientadora Colaboradora da Veni Creator Christian University



avaliação, o que é necessário o educando dominar para fazer uma boa prova e como os municípios podem tirar proveito dos resultados obtidos para melhorar internamente seus sistemas de ensino, são também pontos relevantes desse trabalho.

Palavras-chave: Diagnóstico, conhecimento, investimento.

Abstract: This article brings for analysis and debate some considerations regarding the external evaluation SAEB (Basic Education Evaluation System) that is applied throughout the Brazilian territory, having as main objective: diagnosis of basic education in Brazil. External evaluations are important because they serve as a thermometer for municipalities, since they are alerted to continue investing so that the indexes obtained do not fall and can advance more and more in the quality of education, from technologically equipped schools to better prepared teachers with the incentive of continued training. Relevant knowledge about the whole structure of the evaluation, what it is necessary for the student to master to make a good test and how the municipalities can take advantage of the results obtained to improve their education systems internally, are also relevant points of this work.

Keywords: Diagnosis, knowledge, investment.

INTRODUÇÃO

A temática avaliação é muito complexa, porque implica que o aluno, sujeito avaliado, tenha domínio sobre habilidades e conteúdos que serão importantes em toda sua trajetória como estudante e futuro cidadão. No que concerne ao domínio desses saberes pelo aprendiz, diferentes fatores sócio- emocionais, sociais e cognitivos podem interferir no seu desenvolvimento e, como consequência, não conseguir desenvolver as competências mínimas exigidas interferindo, portanto, no contexto dos



resultados como um todo (nível municipal, nível estadual e nível nacional) e também especificamente (considerando o resultado da escola, da turma e do estudante).

Sendo visível, no último ponto mencionado, outro ponto conflitante da avaliação. Esta, deve considerar as especificidades dos envolvidos nesse processo, pois nem todos aprendem da mesma maneira, nem ao mesmo tempo, questão relevante para se considerar na hora de preparar e aplicar a avaliação.

Segundo Luckesi (2011) o ato de avaliar a aprendizagem na escola é um meio de tornar os atos de ensinar e aprender produtivos e satisfatórios. Assim, não podemos desvincular a avaliação do aluno do processo de ensino do professor. Isso não quer dizer que se o aluno não aprendeu, o professor não ensinou adequadamente. O processo de ensino/aprendizagem é muito mais complexo que isso. A avaliação, como instrumento a serviço da aprendizagem do aluno, deve contribuir para a análise e decisão de quais ações pedagógicas deverão ser tomadas durante o processo de ensino.

O interesse pelo presente estudo surgiu do desejo de compreender um sistema de avaliação, que mesmo sendo em âmbito nacional, tendo uma abrangência geral, consegue dar resultados significativos as escolas e aos municípios para que os mesmos elaborem em conjunto projetos pedagógicos de intervenção priorizando a aprendizagem dos alunos.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual será feita uma busca na literatura para uma maior conceituação teórica de como está posta a avaliação SAEB. Para Chiara et al.,

A pesquisa bibliográfica é importante porque é feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades” (CHIARA, et al., 2008).

Lakatos e Marconi (2001) reforçam que a pesquisa bibliográfica é importante porque também



é uma forma de se analisar os estudos e conceitos já elaborados sobre o objeto pelo qual se pesquisa, de modo que o pesquisador fica em contato direto com esses conhecimentos podendo acrescentar suas contribuições:

“[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...] (LAKATOS, MARCONI. 2001, p. 183).

O objetivo geral dessa pesquisa foi verificar como funciona o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e suas implicações na melhoria da qualidade do ensino nas séries iniciais. E como objetivos específicos: Conhecer a estrutura da avaliação SAEB; como ocorre sua aplicação nos municípios brasileiros e a devolutiva para os mesmos; compreender como os municípios se apropriam dos resultados adquiridos nessa avaliação externa e quais ações traçadas pelos mesmos para a melhoria da qualidade do ensino; identificar quais são as principais habilidades que o aluno deve dominar nas series iniciais para obter resultados satisfatórios na avaliação do SAEB.

Segundo Pestana (1998) o Saeb tem como principal objetivo avaliar a educação brasileira, a fim de contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e monitoramento das políticas públicas voltadas para a educação básica. Segundo os documentos oficiais do INEP, além desse objetivo, o SAEB procura também:

- I- avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação praticada no país em seus diversos níveis governamentais;
- II- produzir indicadores educacionais para o Brasil, suas regiões e Unidades da Federação e, quando possível, para os municípios e as instituições escola-



res, tendo em vista a manutenção da comparabilidade dos dados, permitindo, assim, o incremento das séries históricas;

III- subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas baseadas em evidências, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do Brasil;

VI- desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições educacionais de ensino e pesquisa (BRASIL, 2018.p.9)

Para discorrer sobre a relevância do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) serão mostrados aspectos relevantes sobre esta forma de avaliação desde sua conceituação e contexto histórico até as suas principais contribuições aos municípios brasileiros uma vez que propicia o diagnóstico através da coleta, sistematização e análise dos dados e informações.

O SAEB NO BRASIL

De acordo com Souza durante um longo período, não se discutiu a respeito da qualidade da educação, o assunto só voltou efetivamente aos debates a partir da abertura política, que culminou com a Constituição Federal de 1988. Nela um dos princípios estabelecidos se refere a “garantir a qualidade do ensino”.

A partir de 1985 e 1986 começou-se a discutir a importância de se implantar um sistema de avaliação em larga escala no Brasil. Nesse momento estava em curso o Programa de Educação Básica para o Nordeste Brasileiro- EDURURAL. Sousa relata que:

O programa era financiado com recursos do Banco Mundial e voltado para as escolas da área rural da região Nordeste. “O programa teve um grande pe-



ríodo de gestação, inicialmente planejado pela equipe do MEC, que, a partir de 1977, conta também com o aporte técnico da equipe do Banco (NETO, 2005.p. 5). “A interferência direta do Banco Mundial no programa resultou na exigência de um sistema de avaliação mais eficiente. Isso levou o MEC a instituir a primeira versão do sistema de avaliação, o Sistema de Avaliação da Educação Primária (SAEP). Com as alterações feitas por causa da Constituição de 1988, o MEC o reformula passando a se chamar Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (SOUZA, 2012, p.3)

Ainda de acordo com a autora o MEC pretendia criar um instrumento que pudesse medir a eficácia do ensino não de modo fragmentado, mas na sua totalidade. Em princípio, pensou-se em realizar pesquisa que avaliasse o desempenho dos alunos das escolas do Brasil (da rede particular e da pública), mas em 1990, o governo realiza a primeira avaliação. Em 1992, a aplicação da avaliação passa a ser de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em 1993, ocorre o segundo ciclo de avaliação do SAEB e daí em diante a cada dois anos realizam-se as provas.

De acordo com Araújo e Lúcio (2005) o Saeb foi regulamentado pela Portaria Ministerial nº 839, de 26 de maio de 1999, publicada no DOU de 27 de maio de 1999, e tem como objetivo geral monitorar a qualidade do ensino, investigando o comportamento, ao longo do tempo, dos indicadores de equidade e eficiência do sistema nacional de educação básica. Contudo, Pestanha (1998) afirma que o Saeb era insuficiente para que as escolas se vissem retratadas nessa avaliação. Era um instrumento importante para o gestor da rede e do governo como planejamento da educação no país, mas o impacto era pequeno. Para fortalecer essa avaliação e dar respostas a muitas inquietações surge a prova Brasil em 2005, que por ser censitária esta avaliação expande o alcance dos resultados, e segundo os documentos oficiais oferece dados para o Brasil, unidade da federação, para os municípios e para cada



uma das escolas participantes.

Como pode-se perceber desde sua criação o Sistema de Avaliação da Educação Básica é um processo de avaliação em larga escala realizado periodicamente pelo Inep. O Saeb oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas com base em evidências, permitindo que os diversos níveis governamentais avaliem a qualidade da educação praticada no país. Por meio de testes e questionários, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelo conjunto de estudantes avaliados.

Segundo Fletcher (1995), o modelo de avaliação em larga escala ganha importância nunca antes experimentada no cenário educacional, tornando-se componente imprescindível das reformas educativas. Ela permite não só a ampliação do controle do Estado sobre o currículo e as formas de regulação do sistema escolar, como também sobre os recursos aplicados na área.

Esses níveis de aprendizagem estão descritos e organizados de modo crescente em Escalas de Proficiência de Língua Portuguesa e de Matemática para cada uma das etapas avaliadas. A interpretação dos resultados do Saeb deve ser realizada com apoio das Escalas de Proficiência. Os resultados de aprendizagem dos estudantes, apurados no Saeb; juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar; compõem o Ideb.

Desde sua implementação o SAEB sofreu muitas mudanças. Construído em 1990, o público-alvo do sistema eram a 1^a, 3^a, 5^a e 7^a séries do Ensino Fundamental de escolas públicas selecionadas amostralmente. As áreas do conhecimento e disciplinas avaliadas eram Língua Portuguesa, Matemática, Redação e Ciências Naturais. Passando posteriormente para avaliar apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Em 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) foi incorporada ao Saeb para melhor aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática. Em 2017, não só as escolas públicas do ensino fundamental, mas também as de ensino médio, públicas e privadas, passaram a ter resultados no Saeb e, conseqüentemente, no Índice de Desenvolvimento da



Educação Básica (Ideb).

No ano de 2019 foram avaliadas também as áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza, de acordo com as competências e habilidades previstas pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular). As turmas que prestaram o exame foram: 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental; e 3ª série do Ensino Médio. As escolas de Educação Infantil (creche e pré-escola) também participaram da avaliação respondendo a um questionário eletrônico destinado a todas as escolas participantes.

A avaliação da Educação Infantil foi uma novidade do SAEB no ano de 2019 (além do questionário eletrônico) e foi realizado em caráter de estudo-piloto para uma amostra de creches e pré-escolas públicas. Na primeira etapa, os diretores foram chamados para responder as questões sobre as condições de funcionamento da escola. Estes gestores foram parceiros no esforço de detalhar o estudo, organizando para que pelo menos um docente (ou assistente) de cada turma de educação infantil respondessem um questionário específico.

Mudanças no SAEB 2019

De acordo o INEP neste ano, as siglas ANA (Avaliação Nacional da Educação Básica), Aneb (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) e Anresc (conhecida como Prova Brasil) deixarão de existir e todas as avaliações passarão a ser identificadas pelo nome SAEB, acompanhado das etapas, áreas de conhecimento e tipos de instrumentos envolvidos. As aplicações se concentrarão nos anos ímpares e a divulgação dos resultados, nos anos pares. Um dos destaques da reestruturação é a afirmação de dimensões da qualidade educacional que extrapolam a aferição de proficiências em testes cognitivos. As condições de acesso e oferta das instituições de Educação Infantil passarão a ser avaliadas. França detalha essas mudanças:

- A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc, ou Prova Brasil) e a Avaliação Nacional da



Educação Básica (Aneb) perdem as nomenclaturas e serão agrupadas sob o mesmo nome: Saeb, acompanhado da etapa correspondente;

- A Educação Infantil será incluída no sistema de avaliação, mas os questionários serão respondidos pelos professores;
- As provas que antes tinham datas diferentes de aplicação, passarão a ser nos anos ímpares, enquanto os resultados nos anos pares;
- Alunos a partir do 9º ano do Ensino Fundamental passarão a fazer provas também de Ciências da Natureza e Ciências Humanas, mas o Ideb não irá considerar esses resultados para continuar com a série histórica, já que nos anos anteriores tais áreas não foram contempladas;
- A avaliação da alfabetização será antecipada para o 2º ano, que antes era no 3º ano do Ensino Fundamental, visto que a BNCC prevê o fim do ciclo no 2º ano;
- Criação de matrizes de avaliação para as novas áreas e segmentos que serão avaliados;
- As provas irão contemplar as competências e habilidades previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Já as provas para o Ensino Médio ainda não serão afetadas, visto que a Base ainda está em processo de discussão;
- Todas as escolas particulares irão receber resultados individuais por instituição;
- O MEC irá testar os exames em formato digital e maneiras de aferir competências socioemocionais.(FRANÇA, 2019, p.1)

Toda discussão aponta que o SAEB mede a qualidade da educação a partir de sete Eixos: Equidade, Direitos Humanos e Cidadania, Ensino-Aprendizagem, Investimento, Atendimento Esco-



lar, Gestão e Profissionais Docentes.

O atendimento escolar visa oferecer o ensino para todas as etapas da educação básica entre 4 e 17 anos assegurados pela Constituição Federal (art. 206) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, em seu art. 53, reforça o enfoque ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1990). Quanto ao acesso para a população de 6 e 14 anos o Inep aponta:

(...) registra-se que 97,8% do grupo etário estava frequentando a escola em 2017. Apesar do avanço, para atingir a universalização do acesso por crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos ainda existe um grande desafio, sobretudo para a população de 4 a 5 anos e de 15 a 17 anos, cuja cobertura escolar era de 91,5% e 91,3%, em 2016, respectivamente (BRASIL, 2018).

O acesso e a permanência dos estudantes na escola é um grande desafio para os governantes, pois matricular-se não é garantia de que o estudante concluirá com êxito seus estudos. Muitos fatores sociais, econômicos podem interferir de forma negativa nesse processo e acabar contribuindo para a evasão. Pode-se citar, por exemplo, a necessidade que os estudantes têm de trabalhar para se sustentar ou contribuir nas despesas de casa; a falta de integração no grupo escolar por simplesmente não se sentirem fazendo parte desse processo, seja pela condição social ou psicológica e ainda pela falta de incentivo da família.

É preciso um investimento muito grande nas políticas públicas educacionais para se dar mais apoio a escola e ao estudante. A escola deve proporcionar ao estudante os requisitos básicos para que o mesmo se desenvolva cognitivamente e como cidadão, para isso deve considerar o currículo que rege a educação e práticas pedagógicas condizentes à aprendizagem. No entanto, para que isso aconteça de forma efetiva, precisa ter condições de materiais pedagógicos, infraestrutura, profissionais preparados e a parceria da família para dar condição ao aluno de aprender nesse espaço.



Quando as instituições escolares dispõem dos recursos citados anteriormente torna-se mais fácil a execução de um trabalho pautado nas matrizes educacionais. Sabendo também que serão avaliadas, buscam adequar seu currículo à matriz da avaliação, sendo possível o acompanhamento do estudante em relação ao desenvolvimento de cada uma das habilidades, das diferentes áreas do conhecimento, que são aferidas em cada série avaliada.

A etapa da Educação Infantil, também passa a ser uma modalidade que precisa de atenção porque é uma fase muito importante, onde se aprende diferentes conceitos e se desenvolvem habilidades que serão a base para o desenvolvimento de habilidades futuras. O ensino e a aprendizagem de alta qualidade envolvem o uso de um currículo bem organizado que enfatize a aquisição de habilidades básicas, incentive os alunos a pensar criticamente e a usar habilidades de raciocínio de alto nível (CRAIG et al., 1998; DALIN et al., 1992; LOCKHEED e VERSPOOR, 1991).

Diante dessas mudanças fica mais fácil para o professor e a escola trabalhar, pois terão apenas um direcionamento, diante dos resultados e até mesmo para se prepararem. De acordo com a BNCC, espera-se que nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental as crianças estejam alfabetizadas (BRASIL, 2017). Desse modo a avaliação ao final desse período visa aferir os níveis de alfabetização em Língua Portuguesa dos estudantes matriculados no 2º ano em escolas públicas. O sujeito alfabetizado é aquele que consegue “codificar e decodificar os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras). Segundo o texto, isso envolve o desenvolvimento da consciência fonológica, o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos, bem como o estabelecimento de relações grafofônicas.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL, 2017, p. 57)



A Matriz de Referência do teste de Língua Portuguesa estrutura-se em três eixos temáticos, a saber: Apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), Leitura e Produção Textual. No que se refere à apropriação do SEA, a BNCC (BRASIL, 2017, p. 89) elenca um conjunto de habilidades fundamentais que, uma vez sintetizadas, poderiam compor a Matriz de Referência do teste de Língua Portuguesa, para o 2º ano:

- Diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos);
- Desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras [...];
- Construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão;
- Perceber quais sons se deve representar na escrita e como;
- Construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos;
- Perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação;
- [...] compreender o modo de relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica. (BRASIL, 2017, p. 89)

Na BNCC, a área de Linguagens é definida em função das práticas de linguagem pelas quais as atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, quais sejam as linguagens verbal, corporal, visual, sonora e digital (BRASIL, 2017). Os principais eixos de conhecimentos explorados em Língua Portuguesa são: leitura e compreensão textual, análise linguística/semiótica e produção textual. Cada um desses eixos possuem habilidades específicas, onde espera do estudante de qualquer série avaliada o devido domínio para a etapa de ensino em que se está, considerando também que são competências necessárias ao estudante para sua progressão à série posterior a que se encontra. Abaixo, algumas habilidades que a BNCC (2017) evidencia para o 2º:



Leitura e compreensão textual:

- Identificar a ideia central do texto;
- Localizar informação explícita;
- Reconhecer diferentes gêneros textuais;
- Identificar elementos constitutivos de textos narrativos;
- Reconhecer diferentes modos de organização composicional de textos em versos; Identificar as marcas de organização de textos dramático.
- Analisar elementos constitutivos de gêneros textuais diversos;
- Analisar relações de causa e consequência;
- Analisar o uso de recursos de persuasão em textos verbais e/ou multimodais;
- Distinguir fatos de opiniões em textos;
- Analisar informações apresentadas em gráficos, infográficos ou tabelas;
- Inferir informações implícitas em textos;
- Inferir o sentido de palavras ou expressões em textos;
- Analisar os efeitos de sentido de recursos multissemióticos em textos que circulam em diferentes suportes;
- Analisar a construção de sentidos de textos em versos com base em seus elementos constitutivos.
- Avaliar a fidedignidade de informações sobre um mesmo fato veiculadas em diferentes mídias.

Análise linguística/ Semiótica:

- Reconhecer os usos da pontuação;
- Reconhecer em textos o significado de palavras derivadas a partir de seus afixos; Identificar as variedades linguísticas em textos; Identificar os meca-



nismos de progressão textual;

- Identificar os mecanismos de referência lexical e pronominal.
- Analisar os efeitos de sentido decorrentes do uso da pontuação;
- Analisar os efeitos de sentido de verbos de enunciação; Analisar os efeitos de sentido decorrentes do uso dos adjetivos;
- Analisar os efeitos de sentido decorrentes do uso dos advérbios.
- Julgar a eficácia de argumentos em textos.

Produção de textos:

- Produzir texto em língua portuguesa, de acordo com o gênero textual e o tema demandados (BRASIL, 2017, p. 18-19)

No que concerne, por exemplo, ao ensino da matemática, não diferente do ensino de Língua Portuguesa, são elencadas competências básicas para que o estudante possa demonstrar conhecimentos necessários à vida em sociedade, bem como ao domínio de habilidades indispensáveis ao mundo do trabalho. Sendo a matemática uma ciência que está presente em todas as vivências do ser humano, é de suma importância que a escola direcione bem o seu ensino para que não haja percas para o aluno em relação ao domínio dos saberes matemáticos. A BNCC aponta como primordial os seguintes eixos: Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas, Probabilidade e estatística. Abaixo as habilidades de acordo com esses eixos:

Números:

- Desenvolver: o pensamento numérico, que implica o conhecimento de quantificar atributos de objetos e julgar e interpretar argumentos baseados em quantidades.



Álgebra:

- Desenvolver o pensamento algébrico para utilizar modelos matemáticos na compreensão, representação e análise de relações quantitativas de grandezas e, também, de situações e estruturas matemáticas, fazendo uso de letras e outros símbolos.

Geometria:

- Desenvolver conceitos e procedimentos necessários para resolver problemas do mundo físico e de diferentes áreas do conhecimento, estudar posição e deslocamentos no espaço, formas e relações entre elementos de figuras planas e espaciais, investigar propriedades e produzir argumentos geométricos convincentes.

Grandezas e medidas:

- Desenvolver o estudo das medidas e das relações entre elas e consolidar e ampliar a noção de número, de noções geométricas e da construção do pensamento algébrico.

Probabilidade e estatística:

- Desenvolver habilidades para coletar, organizar, representar, interpretar e analisar dados em uma variedade de contextos para a tomada de decisões; além disso, deve ser ampliado e aprofundado com situações em que aparecem experimentos aleatórios, de forma a confrontar seus resultados com os obtidos com a probabilidade teórica – probabilidade frequentista.(BRASIL, 2017, p. 18-19).



Ao analisar cada uma das habilidades supracitadas observa-se que envolvem conteúdos que são relevantes para o cotidiano, ficando evidenciado a importância de se aprender a matemática. Também é importante lembrar que desde os primórdios da humanidade que ela se faz presente facilitando à vida humana em muitas situações.

O ser humano não consegue viver sem contar, sem relacionar grandezas, sem coletar dados. A todo instante o seu raciocínio matemático está interagindo também com outros conhecimentos das mais diversas áreas e, com suas situações vividas. Se afirmamos que nossa vida gira em torno de números, por exemplo, não é exagero, pois o nosso CPF é um número que só nos pertence, nosso telefone é um número, nossa casa é um número, nosso tempo marcamos em horas e minutos que são números, ao ir em mercado fazer compras comparamos preços de menor e maior valor, fazemos contas, enfim, tudo em nossa vida gira em torno dos conhecimentos matemáticos.

É nas séries iniciais que boa parte dos conhecimentos de Língua Portuguesa e matemáticos são apresentados, pois servirão de base para a aquisição de novos saberes que serão ensinados ao longo da vida escolar. Pensando-se nisso, a nova matriz curricular da BNCC e, como consequência, a avaliação externa SAEB para as séries iniciais, traça objetivos de aprendizagens úteis ao protagonismo do estudante. Vejamos também algumas habilidades elencadas para o 5º ano do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa e no Ensino da Matemática, respectivamente:

I - Procedimentos de Leitura: Localizar informações explícitas em um texto; Inferir o sentido de uma palavra ou expressão; Inferir uma informação Implícita em um texto; Identificar o tema de um texto; Distinguir uma falsa opinião relativa a esse fato.

II - Implicações do suporte do gênero e ou/ enunciador na compreensão do texto: Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas,



quadrinhos, foto, etc.); Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.

III - Relação entre Textos: Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.

IV - Coerência e Coesão no Processamento do Texto: Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto. Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa; Estabelecer relação causa / consequência entre partes e elementos do texto; Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, etc.

V - Relações entre Recursos Expressivos e efeitos de Sentido: Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados; Identificar o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações.

VI - Variação Linguística: Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.(BRASIL, 2020, p.5)

Em matemática o aluno 5º Ano do Ensino Fundamental deverá:

I - Espaço e Forma: Identificar a localização /movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas. Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações; Identificar propriedades comuns e



diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados, pelos tipos de ângulos; Identificar quadriláteros observando as relações entre seus lados (paralelos, congruentes, perpendiculares); Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e /ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.

II - Grandezas e Medidas: Estimar a medida de grandezas utilizando unidades de medida convencionais ou não. Resolver problemas significativos utilizando unidades de medida padronizadas como km/m/cm/mm, kg/g/mg, l/ml. Estabelecer relações entre unidades de medida de tempo. Estabelecer relações entre o horário de início e término e /ou o intervalo da duração de um evento ou acontecimento; Num problema, estabelecer trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, em função de seus valores; Resolver problema envolvendo o cálculo do perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas; Resolver problema envolvendo o cálculo ou estimativa de áreas de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.

III - Números e Operações/Álgebra e Funções: Reconhecer e utilizar características do sistema de numeração decimal, tais como agrupamentos e trocas na base 10 e princípio do valor posicional. Identificar a localização de números naturais na reta numérica; Reconhecer a decomposição de números naturais nas suas diversas ordens. Reconhecer a composição e a decomposição de números naturais em sua forma polinomial; Calcular o resultado de uma adição ou subtração de números naturais. Calcular o resultado de uma multiplicação ou divisão de números naturais; Resolver problema com números



naturais, envolvendo diferentes significados da adição ou subtração: juntar, alteração de um estado inicial (positiva ou negativa), comparação e mais de uma transformação (positiva ou negativa); Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da multiplicação ou divisão: multiplicação comparativa, ideia de proporcionalidade, configuração retangular e combinatória; Identificar diferentes representações de um mesmo número racional; Identificar a localização de números racionais representados na forma decimal na reta numérica; Resolver problema utilizando a escrita decimal de cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro; Identificar fração como representação que pode estar associada a diferentes significados; Resolver problema com números racionais expressos na forma decimal envolvendo diferentes significados da adição ou subtração; Resolver problema envolvendo noções de porcentagem (25%, 50%, 100%).

IV - Tratamento da Informação: Ler informações e dados apresentados em tabelas; Ler informações e dados apresentados em gráficos (particularmente em gráficos de colunas).(BRASIL, 2020, p.13)

COMO OS MUNICÍPIOS REAGEM DIANTE DOS RESULTADOS

Diante dos resultados das avaliações externas, cada município precisa lançar mão de um plano de ação para garantir o cumprimento das habilidades. Observando os pontos já conquistados e percebendo nas fragilidades uma oportunidade de desenvolver novos programas para melhorar os índices educacionais, cada Secretaria Municipal de Educação planeja, investe e executa propostas que façam com que os estudantes melhorem, principalmente, em Matemática e Língua Portuguesa. Sendo



os eixos de leitura, interpretação textual e resolução de problemas matemáticos, os mais evidenciados.

Formação continuada para os educadores, investimentos em materiais pedagógicos, infraestrutura das escolas e projetos para diminuir a evasão escolar e a distorção idade-série são propostas elaboradas pelos mais variados municípios brasileiros para oferecer uma educação com mais qualidade e possivelmente alcançar nas avaliações externas e internas resultados satisfatórios. Pode-se citar, como exemplo, o caso de Sobral (CE) que é referência no ensino, possui os maiores índices do IDEB em relação aos demais municípios brasileiros. O secretário de Sobral, Júlio Cesar Alexandre, em seminário realizado pelo Unibanco em Setembro de 2015 afirma que:

Tanto a secretaria como a escola se debruçam sobre esses resultados, fazem suas análises e tiram suas conclusões. Esse é um grande momento na secretaria e dentro das escolas. Todos discutem, justificam, desconstróem alguns mitos através dos resultados”, “A avaliação externa é fundamental para esse processo (...). Os professores dão a sua contribuição, e os saberes que eles constroem são saberes escolares que retroalimentam o sistema”. (UNIBANCO, 2015, p .1)

Existe, então, uma preocupação com a qualidade do ensino, o compromisso é de todos que fazem parte do processo de ensino aprendizagem desde uma esfera maior na figura do secretário até às famílias. No que concerne ao professor, este pode rever seu planejamento e sua metodologia adequando-os às exigências e inovando sua prática pedagógica com o objetivo maior que é a apropriação do saber pelos alunos.

A avaliação passa a ser vista também como uma ferramenta importante para o ensino ao ser analisada pela equipe escolar e levada à turma do ano seguinte que será avaliada, ou até mesmo sendo exemplo para a elaboração de atividades e avaliações internas para todas as turmas, independentemente de serem avaliadas ou não. Isso contribui para preparar e dar mais segurança ao aluno na



hora de fazer a avaliação e também pode ser considerado um ponto positivo que contribui muito para resultados satisfatórios.

Contudo, não são todos os municípios que sabem usar adequadamente os resultados das avaliações para orientar os educadores a melhorarem suas aulas. A pesquisa Conselho de Classe (2015), conduzida pela Fundação Lemann, que ouviu professores de todo o Brasil constatou que um problema que ocorre é que muitos professores dizem não saber como utilizar de forma adequada os resultados. Segundo o levantamento, 80% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que a oferta de formação específica para que os professores possam orientar seu trabalho a partir dos resultados das avaliações externas contribuiria com a qualidade da educação pública.

Ciente dessa demanda, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) lançou em agosto de 2015 a Plataforma Devolutivas Pedagógicas. Por meio desse Portal, os professores e gestores podem visualizar a distribuição dos alunos da escola pelos níveis de proficiência e comparar os resultados da sua escola com outras escolas semelhantes da região. Também é possível acessar itens da Prova Brasil/Saeb acompanhados de comentários pedagógicos e de estatísticas de como os alunos responderam e, dessa forma, reorientar o trabalho feito em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas, fica claro a importância das avaliações externas para um posicionamento dos dirigentes estaduais e municipais responsáveis pela formulação execução de um plano de ação que traga melhorias para a escola e principalmente para o aluno. Os resultados da avaliação SAEB são importantes, pois contribuem para dimensionar os problemas da educação básica brasileira e orientar a formulação, a implementação e avaliação de políticas públicas educacionais que conduzem a formação de uma escola de qualidade.

Porém, só se tem educação de qualidade e resultados positivos quem investe em Educação.



Não adianta saber analisar resultados e nada fazer. É preciso ter compromisso com a educação, investir em recursos financeiros e formação docente para que os resultados dessas avaliações sejam estudados e a partir delas traçadas metas para alcançar os índices almejados e estudantes com uma aprendizagem mais efetivada. Os resultados da avaliação SAEB é uma oportunidade que é dada aos municípios de reverem seus currículos de acordo com a necessidade do estudante diante do mundo globalizado do qual fazemos parte. Diante do acesso aos resultados fica mais fácil analisar as habilidades fragilizadas e as que já foram alcançadas e a partir daí construir o plano de ação para reverter resultados negativos. Lembrando-se que o plano de ação deve ser construído em equipe, sendo importante a participação do educador.

Para os professores as avaliações pode permitir uma reflexão sobre sua prática pedagógica e sobre o processo de construção do conhecimento dos alunos, considerando a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento das habilidades necessárias para o alcance das competências exigidas, juntamente com os planos desenvolvidos pelas Secretarias de Educação Estaduais e/ou municipais.

Traçar planos e metas para que os alunos não somente elevem os índices da educação da instituição escolar, do município, do estado e do país mas para contribuir no processo de construção de sua identidade e na formação de um cidadão crítico e responsável pela sua própria história deve ser também um dos objetivos principais.

Portanto, as avaliações externas do SAEB podem ser o termômetro para auxiliar estados e municípios a ter uma visão de que educação está sendo oferecida e qual educação que se quer ter. Fragilidades que existam no ensino podem ser transformadas quando se tem metas à serem alcançadas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. H.; LUZIO, N. Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.



BRASIL. Ministério da Educação. SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica :Documento de Referência. Versão 1.0. Brasília: MEC, Inep, 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Matrizes de referência de língua portuguesa e matemática do SAEB: documento de referência do ano de 2001. Brasília, DF: INEP, 2020.

_____.BNCC , Base Nacional comum Curricular.Brasilia:MEC.2017. <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb>>

CHIARA, I. D. et al. Normas de documentação aplicadas à área de Saúde. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.

FLETCHER, P. Propósitos da avaliação educacional: uma análise das alternativas. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, jan./ jun.1995, nº 11, p.93-112.

FRANÇA, Luisa : SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica .26 de março de 2019 : <https://www.somospar.com.br/saeb/>

LOCKHEED, M.E.; VERSPOOR, A.M. Improving primary education in developing countries. Ed. Associates, Oxford: Oxford University Press for the World Bank, 1991.



LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem – Componente do ato pedagógico. CORTEZ Editora, 2011

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PESTANHA, M. I. G. S. O sistema de avaliação brasileiro. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 79, n. 191, p. 65-73, jan./abr. 1998.

UNIBANCO, Instituto . COMO UTILIZAR AS AVALIAÇÕES EXTERNAS PARA MELHORAR A APRENDIZAGEM. N° 8 abril 2016 <<https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/8/index.html>>

NETO,JOÃO LUIZ HORTA. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005

GOMES NETO, João Batista; HARBISON, Ralph W.; HANUSHEK e Eric A., LEITE, Hélio Raimundo (1994): Educação rural lições do EDURURAL. São Paulo, EDUSP; Curitiba, CEFET-PR.

SOUSA, Maria do Carmo. Sistema Saeb no atual Contexto Educacional inclusão ou exclusão? III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE. 2012. https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/SOUSA_MARIA_DO_CARMO.pdf



Política e Escopo da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).



O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigo se dá inicialmente na submissão de artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a publicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



Índice Remissivo



A

Aprendizado

página 186

página 219

página 223

página 262

página 276

E

Educação

página 73

página 198

página 209

página 228

página 229

Escola

página 28

página 152

página 225

página 232

página 275



H

Humano

página 119

página 155

página 202

página 271

P

Pedagogia

página 192

página 213

página 215

página 237

página 248



Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área da ciências humanas. Esse novo volume reúne diversos artigos rigorosamente avaliados e de extrema credibilidade científica e acadêmica para a sociedade. Desejamos que todos os leitores que façam um excelente proveito para aprofundamento teórico e crescimento pessoal por meio dos estudos publicados.



Periodicos
EDITORA ACADÊMICA